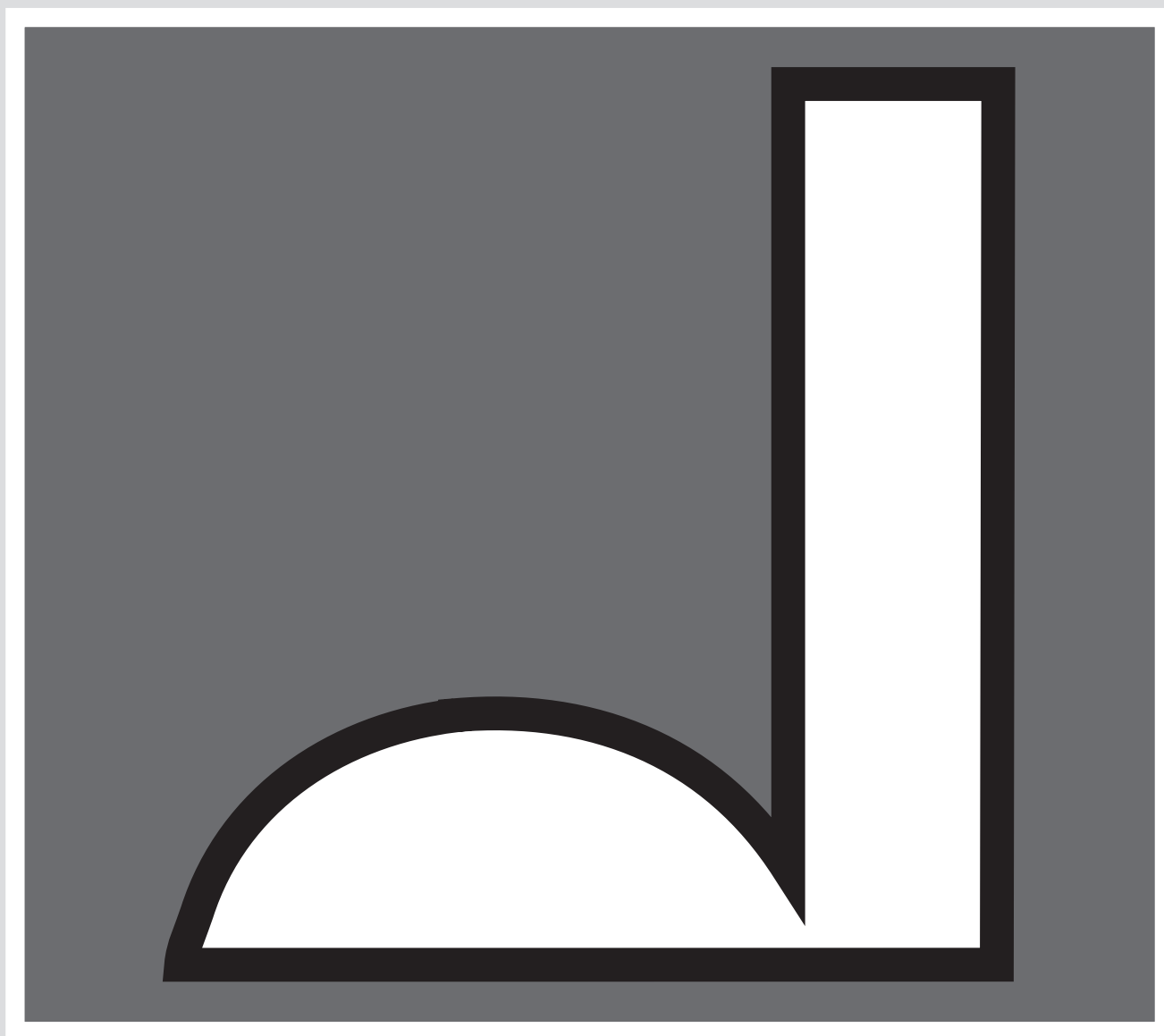




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 024 - QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Cancelamento da sessão conjunta convocada para hoje, às dezenove horas, e convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 12 do corrente, às onze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008*. 5092

Referente ao tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão de hoje, que será *destinada a comemorar os 80 anos de fundação do jornal O Povo*, de acordo com os Requerimentos nºs 114, 150 e 164, de 2008, dos Senadores Patrícia Saboya, Inácio Arruda e outros senhores senadores..... 5092

1.2.2 – Oradores

Senadora Patrícia Saboya 5092

Senador Inácio Arruda 5097

Senador Geraldo Mesquita Júnior 5099

Senador José Nery 5101

Senador Tasso Jereissati 5103

Senador Mão Santa 5104

Senador Papaléo Paes 5105

Senador Flexa Ribeiro 5107

Senador Cristovam Buarque..... 5108

Senador Arthur Virgílio..... 5110

Demócrito Rocha Dummar (presidente do jornal *O Povo*) 5113

1.2.3 – Fala do Presidente (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Encerramento do prazo de vigência, no dia 8 do corrente, e encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Medida Provisória nº 395, de 27 de setembro de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e*

cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito mil reais), para os fins que especifica..... 5122

Designação dos Deputados Manato e Silvio Costa, como titulares, e os Deputados Severiano Alves e Perpétua Almeida, como suplentes, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos..... 5122

Recebimento da Mensagem nº 52, de 2008 (nº 90/2008, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 5122

Término do prazo, ontem, sem que tenham sido oferecidas emendas aos Projetos de Resolução nºs 1, de 2004, e 20 de 2007..... 5134

Recebimento do Ofício nº S/5, de 2008 (nº 274/2008, na origem), do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2007, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. 5134

Recebimento do Aviso nº 11, de 2008 (nº 191/2008, na origem), de 5 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e Órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5). 5164

Recebimento do Aviso nº 12, de 2008 (nº 153/2008, na origem), de 5 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 353, de 2008, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, sobre levantamento realizado em diversos contratos da Administração Pública Federal, na terceirização do setor de tecnologia da informação (TC 031.531/2007-7). 5164

1.2.5 – Ofício

Nº 64/2008, de 11 do corrente, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, de indicação, como membro, para compor a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle. *Designação do Senador Almeida Lima, como suplente, para compor a referência Comissão*.....

5164

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, *que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas*.....

5165

Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, *que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica*.....

5166

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Adelmir Santana, que altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – *Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer, entre as atribuições do conselho de gestão fiscal, as de acompanhar a evolução da carga tributária e de propor medidas para sua redução*.....

5168

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 231, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em Cingapura, Timor-Leste, Indonésia e Vietnã, no período de 14 a 23 de março de 2008*.....

5169

Nº 232, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais e outros senhores senadores, *solicitando a realização de sessão especial em comemoração ao Centenário de Fundação do Jornal O Norte*....

5169

Nº 233, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros senhores senadores, *solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2008, que a sessão destinada a comemorar o Centenário da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, seja realizada no dia 10 de abril de 2008*.....

5170

Nº 234, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de aplauso à Presidente da Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO, Sra. Ana Klautau Leite*.....

5170

Nº 235, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar, pelo lançamento do livro Calhau*.....

5171

Nº 236, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em Cingapura, Indonésia, Timor-Leste e Vietnã, no período de 14 a 24 de março de 2008*.....

5171

Nº 237, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em Cingapura, Indonésia, Timor-Leste e Vietnã, no período de 14 a 24 de março de 2008*.....

5171

1.2.8 – Ofícios

Nºs 26 e 27/2008, 10 do corrente, da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação de Vice-Líderes do Governo.

5171

Nº 17/2008, de 11 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos.

5172

1.2.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa

Nº 43/2008, de 11 do corrente, comunicando a instalação e a composição da Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres, em 6 do corrente.....

5172

1.2.10 – Discurso do Expediente

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA – Resultados recentes da dívida externa brasileira.

5172

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. **É proferido, pelo Sr. Francisco Dornelles, relator-revisor o Parecer nº 171, de 2008-Plen., favorável.** Usam da palavra os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Marcelo Crivella, Alvaro Dias, Ideli Salvatti, José Agripino, Romero Jucá, Tasso Jereissati, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Valdir Raupp, Marconi Perillo, Heráclito Fortes e Kátia Abreu.....

5174

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Alteração do horário da sessão do Congresso Nacional de amanhã, 11 horas, que iria realizar-se às 15 horas.....

5240

Convocação de sessão deliberativa extraordinária do Senado para amanhã, às 10 horas, e cancelamento da sessão deliberativa ordinária.....

5240

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao

§ 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Senadores Mão Santa, Cícero Lucena, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Mário Couto, Marisa Serrano e Papaléo Paes. À sanção. (Votação nominal)

5253

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991. **Rejeitado os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária. À Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN**, nos termos do Parecer nº 172, de 2008-PLEN, proferido pelo Sr. Romero Jucá, relator-revisor.

5256

Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. **Aprovado**, após o Parecer nº 173, de 2008-PLEN, proferido pelo Sr. Renato Casagrande, relator-revisor, tendo usado da palavra os Srs. Senadores Aloízio Mercadante, Francisco Dornelles, Tião Viana, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, José Nery, Inácio Arruda, Delcídio Amaral, João Pedro e Paulo Paim. À sanção.

5265

São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa extraordinária, a realizar-se dia 12, quarta-feira, às 10 horas:

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007.

5305

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

5305

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

5305

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

5305

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores).

5305

Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

5305

Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

5306

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

5306

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

5306

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.* 5306

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.* 5306

Item 15

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família.* 5306

Item 16

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas).* 5306

Item 17

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.* 5307

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).* 5307

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão*

nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. 5307

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).* 5307

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* ... 5307

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.* 5307

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).* 5307

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).* 5308

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).* 5308

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).* 5308

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.* 5308

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.* 5308

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*..... 5308

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*..... 5308

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.* 5308

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.* 5308

Item 33 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 5309

Item 34

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.* 5309

Item 35 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 5309

Item 36

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças*

climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos...... 5309

Item 37

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*... 5309

Item 38

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.* 5309

Item 39

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.* 5309

Item 40

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc:** Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*..... 5310

Item 41

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.*..... 5310

Item 42

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado..... 5310

Item 43

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

5310

Item 44

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

5310

Item 45

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

5310

Item 46

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

5310

1.3.3 – Leitura de requerimento

Nº 241, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Delegado-Geral de Polícia do Estado de São Paulo, Dr. Jorge Miguel. **À Publicação.**

5318

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa extraordinária, amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia designada e Sessão Conjunta do Congresso Nacional, às 15 horas.

5319

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição, nos Anais do Senado Federal, das instruções do TSE para as Eleições Municipais de 2008.

5325

SENADOR PAPALÉO PAES – Homenagem às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Registro da matéria intitulada “Um raios-X da saúde dos brasileiros”, publicada na revista **Veja**, edição de 5 de março corrente.

5342

SENADOR ROMERO JUCÁ – Informações sobre as ações do PAC nas áreas de habitação, transportes e energia elétrica.

5354

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2008 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. ...

5356

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 11-3-2008

4 – DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

5 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 443, de 2008.

5358

6 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 421, de 2008.

5359

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 27ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, da Sra. Patrícia Saboya
e do Sr. Inácio Arruda*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/3/2008 07:46:17 até 12/3/2008 03:14:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
DEM	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica que está cancelada a sessão conjunta convocada para hoje, às 19 horas.

Comunica também que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 12 do corrente, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007**, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tempo destinado aos oradores na Período do Expediente da sessão de hoje é para a comemorar os 80 anos de fundação do Jornal **O Povo**, de acordo com os **Requerimentos nºs 114, 150 e 164, de 2008**, da Senadora Patrícia Saboya, do Senador Inácio Arruda e de outros Srs. Senadores.

Para compor a Mesa, eu convido o Dr. Demócrito Rocha Dummar; Presidente do Jornal **O Povo**; a Ex^{ma} Sr^a Senadora Patrícia Saboya; o Ex^{mo} Sr. Senador José Nery; o Ex^{mo} Sr. Senador Geraldo Mesquita; o Ex^{mo} Sr. Francisco César Rocha, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; o Sr. Ubiratan Aguiar, Ministro do Tribunal de Contas da União e o Deputado Federal Mauro Benevides.

Há oradores inscritos: Senadora Patrícia Saboya, Senador Inácio Arruda, Mão Santa, Geraldo Mesquita e Tasso Jereissati.

Primeiramente, Senadora Patrícia Saboya, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado da República, representando aqui o Presidente Garibaldi Alves Filho, Senador Alvaro Dias, a quem já agradeço por presidir esta sessão solene tão importante para nós cearenses, quero cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita Júnior e agradecer o carinho de S. Ex^a, nosso conterrâneo e amigo, que também está aqui conosco e que tem estreitos laços de amizade com o jornal **O Povo**. Meu querido Senador Inácio Arruda, conterrâneo cearense; querido Senador José Nery, também conterrâneo presente nesta nossa sessão;

Ex^{mo} Sr. Senador Tasso Jereissati, ex-Governador do Estado do Ceará; Deputado Federal Mauro Benevides, ex-Presidente do Congresso, que muito nos orgulha com sua presença; Ex^{mo} Sr. Francisco César Asfor Rocha, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que também está conosco; Ex^{mo} Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União Ubiratan Aguiar; Sr. Demócrito Rocha Dummar, Presidente do jornal **O Povo**, aqui presente representando o jornal; senhores membros da Associação Nacional dos Jornais; senhores jornalistas do jornal **O Povo** aqui presentes;

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia, para nós cearenses, muito especial, um dia em que estamos aqui todos reunidos para homenagearmos um dos meios de comunicação que tem, ao longo da sua história de 80 anos, dado um suporte muito significativo para o Estado do Ceará.

Durante os seus primeiros 80 anos, que agora comemoramos, **O Povo** destacou-se sempre por seu compromisso com a informação de qualidade, pela defesa intransigente da liberdade e pelo amor ao Ceará. São marcas desse grande jornal e certamente continuarão sendo por muitos anos mais.

Na verdade, ao homenagear **O Povo**, estamos homenageando toda a imprensa do Ceará, toda a mídia do nosso Estado, e há uma razão muito especial para isso. Ao longo do tempo, os jornais e emissoras do Estado firmaram-se como referência regional e até nacional. A importância dos veículos cearenses, justamente pelos vínculos que estabeleceram com o seu público, passou a ser reconhecida por todo o País. **O Povo** teve fundamental relevância nesse processo, em grande parte deflagrado por ele próprio.

Desde que foi criado por Demócrito Rocha, a 7 de janeiro de 1928, exerceu com maestria sua função de informar e também de propor um mundo melhor. Não seria ousadia dizer que **O Povo** começou, na verdade, a nascer alguns anos antes, quando Demócrito Rocha iniciou colaboração no **Jornal do Ceará**, de José Ibiapina.

Nas notas que escrevia, Demócrito mostrava sua combatividade, a ponto de, certa vez, ser agredido na rua por capangas dos poderosos do momento. A essa altura, já decidira criar seu próprio jornal.

O Povo surgiu sob o signo da modernidade. É o que mostra, inclusive, a principal manchete da sua primeira edição: “A imprensa modelo-antigo de elogios e ataques systemáticos desmoralizou-se perante a opi-

não sensata do paiz”. Tratava-se de carta enviada especialmente por Ibiapina a Demócrito, na verdade uma declaração de princípios que traduzia as convicções de ambos. O novo jornal não queria trazer elogios ou ataques. Queria na verdade trazer informação. Assim seria durante toda a sua vida.

Foram tempos muito duros. Como disse certa vez nossa inesquecível Rachel de Queiroz, “a profissão de jornal, embora honrosa e celebrada, não era fonte de lucros que desse para sustentar uma família”. Demócrito conseguiu superar as dificuldades, graças ao profissionalismo na administração e ao seu talento jornalístico. Recebeu sempre o apoio de sua mulher, Creuza Rocha, que acompanhou passo a passo a evolução do jornal. Viria a presidi-lo décadas depois, já nos anos 70.

Demócrito Rocha impôs um modelo inovador de gestão a **O Povo**. Desde o seu início o jornal adotou padrões modernos de programação visual e de texto. Faria isso ao longo do anos, em sucessivas reformas. Não por acaso, abrigou, já nos primeiros meses, grandes figuras das letras cearenses, inclusive circulando com revistas literárias.

Mas Demócrito foi além. Percebeu com nitidez que um jornal não se faz só com idéias. Assim, mesmo com enormes sacrifícios, investiu num equipamento gráfico. Se **O Povo** começou com uma velha impressora montada e remontada várias vezes, em 1930 já recebia uma rotativa alemã, substituída dez anos depois por um rotoplano Duplex. Da mesma forma, desenvolveu padrões empresariais, o que era incomum na Imprensa brasileira daquela época. O criador do jornal percebia um conceito que hoje é basilar para toda a mídia: sem independência financeira, um veículo de comunicação não terá independência para informar, arriscando-se assim a comprometer a credibilidade que constitui o seu maior patrimônio.

Também político, Demócrito Rocha foi Deputado Federal na curta democracia de 1934, até o fechamento do Congresso pelo Estado Novo. Morreu de tuberculose, doença incurável naqueles tempos, em 1943. Sua última mensagem ao jornal serviria como um dístico para os seus sucessores: “os que mourejam nesta Casa são indivíduos afeitos ao trabalho e às causas públicas”.

Essas concepções seriam também de Paulo Sarasate, sucessor de Demócrito e marido de sua filha Albanisa. Talvez Paulo Sarasate seja mais conhecido, em nível nacional, por sua carreira política.

Com efeito, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Ceará, retornou à Câmara para mais dois mandatos e se elegeu Senador da República. Faleceu quando se encontrava nesta Casa. No entanto, Sarasate destacou-se, e muito, como jornalista e como administrador de **O Povo**, que se fortaleceu economicamente e profissionalmente durante sua gestão. Paulo Sarasate percorreu o Ceará como jornalista, produzindo reportagens de peso para o seu jornal. Esteve várias vezes em Juazeiro do Norte, por exemplo, para entrevistas com o Padre Cícero, essa figura tão marcante para todos nós nordestinos. Na direção do jornal, contou sempre com a participação da mulher Albanisa, que inclusive assumiria sua presidência por mais de dez anos.

Um exame das sucessivas edições de **O Povo**, na magnífica edição especial confeccionada por sua equipe, é possível constatar o apego à modernidade a que me referi. Foi dos primeiros jornais brasileiros a adotar manchetes fortes, mesmo sem refugiar-se no sensacionalismo e a manter a linha de sobriedade. De igual forma, já em seus primeiros anos, adotou uma diagramação leve – hoje se diria **clean** – em vez da apresentação de textos massudos, como era o padrão daquela época.

Conseguiu também um perfeito equilíbrio entre as informações de interesse nacional e as de referência local. Sabe-se hoje que um dos segredos para a longevidade e a prosperidade de um jornal está em jamais perder o contato com a comunidade, tendo-se sempre em vista que as notícias que afetam o dia-a-dia do cidadão comum são com frequência as mais relevantes para ele. **O Povo** e sua equipe jamais se esqueceram disso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda a imprensa brasileira viveu momentos muito difíceis durante os regimes autoritários impostos ao País. Os casos mais dramáticos foram o Estado Novo e o período que se seguiu ao golpe militar de 1964, em especial após o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

O publicidade do País, embora os jornais tenham conseguido voltar a ampliar um pouco a sua parcela. Viria, enfim, mais um desafio, o surgimento da Internet.

O Povo não constituiu exceção. Nos momentos de tensão que precederam o fechamento do Congresso pelo Ato Institucional, o jornal cearense cobriu a movimentação de estudantes, intelectuais, acadêmi-

cos, sociedade civil e parlamentares que cobravam a abertura do regime. Reforçou sua cobertura crítica das medidas federais. A partir do Ato nº 5, porém, foi submetido ao constrangimento de publicação de matérias filtradas pela censura dos poderosos naquele momento. Insistiu em mostrar sua independência e chegou a ter uma edição apreendida, em 15 de fevereiro de 1971, por ter noticiado a prisão de militantes na luta armada.

À medida que se encaminhava para a redemocratização, **O Povo** adiantou-se corajosamente na cobertura política. Com a volta das eleições diretas, foi um dos primeiros veículos de comunicação do País a publicar entrevistas e debates entre os candidatos. Abriu espaço para a campanha das diretas, inclusive com manchetes e reportagens de primeira página.

Não se vivia apenas um novo tempo político. Entrava-se também em um novo tempo da economia, com desafios marcantes para a indústria da comunicação. Esvaía-se o chamado milagre brasileiro, com as altas taxas de crescimento, para se enfrentarem problemas como a crise da dívida externa, a explosão inflacionária e, a partir daí, um período de estagnação. Também os jornais sofreram nesse processo.

Sob o comando de Demócrito Rocha Dummar, o jornal soube adaptar-se aos novos tempos. Registre-se que a mídia impressa sofria, de há muito, o impacto representado pelo rádio e, depois, pela televisão, drenando as verbas publicitárias. Hoje, registre-se, a TV recebe quase 60% da receita de publicidade do País, embora os jornais tenham conseguido voltar a ampliar um pouco a sua parcela. Viria, enfim, mais um desafio, o surgimento da Internet.

Demócrito Rocha Dummar, aqui presente, representando o Jornal **O Povo**, percebeu com clareza esse quadro. Cito aqui suas próprias palavras. “Antigamente”, diz ele, “o jornal pensava com a lógica de cada dia. Por conta disso, nos tempos modernos, as notícias podiam chegar a cada dia até ultrapassadas. Na era da sociedade do conhecimento, tivemos que reaprender a editar. O surgimento de novos meios implica a descoberta de novas formas sem, contudo, perdermos contato com o essencial de sua antiga feição”. A partir daí, chega a uma conclusão que me parece resumir toda essa moderna conceituação: “nós”, diz Demócrito, “fazedores de jornal somos eternos aprendizes”.

Hoje, **O Povo** é um grande grupo de comunicação, grupo, aliás, que leva o seu nome e é conduzido por Dummar. Soube investir em diversas mídias e obter a indispensável sinergia entre elas. Assim é que, além do jornal, conta com emissoras de rádio e, agora, de televisão, sempre voltadas para a informação, além de importantes operações na Internet. É, uma vez mais, o compromisso com a modernidade que marcou o Jornal desde o seu início, há 80 anos, por inspiração do fundador Demócrito Rocha.

Demócrito Dummar imprimiu feições próprias a sua administração, dentro de sua vivência de jornal, iniciada já na infância. Por isso mesmo, sempre considerou **O Povo** uma extensão de sua família. E dou meu testemunho de como trata os jovens jornalistas, inclusive meu filho e minha filha, de uma forma muito carinhosa, fazendo com que aqueles que trabalham em seu jornal possam ser profissionais sérios, transparentes, honestos, ao mesmo tempo em que se sintam confortáveis como se estivessem em sua própria família.

Por isso mesmo, é guardião das melhores tradições do jornalismo cearense e de sua empresa. Desenvolveu um estilo pessoal marcado pelo diálogo, pela simplicidade e pela humildade, demonstrado por sua abertura a acolher sempre as sugestões trazidas.

Parabenizo o Demócrito em nome de toda a equipe do jornal **O Povo**, mais uma vez, pelo seu talento, força e determinação de levar adiante uma idéia que se iniciou há 80 anos, pela sua obstinação. Mas, acima de tudo, pelo amor que desenvolve pelo jornalismo, principalmente pelo Ceará, um Estado ainda tão pobre, com tantas dificuldades, mas com um povo forte, corajoso e determinado. E, assim, o jornal **O Povo** tem seguido sua trajetória, respeitando principalmente as coisas que mais afetam o cotidiano do nosso Estado.

Hoje é presidente executiva do jornal a bisneta do grande fundador, Luciana Dummar, a primeira dos quatro filhos de Demócrito Rocha Dummar e também a primeira mulher a se tornar vice-presidente da Associação Nacional de Jornais. Sua juventude não a impede de ter uma profunda compreensão das missões do jornal e dos meios de comunicação em geral.

Uso aqui seu depoimento à edição especial dos 80 anos da folha que dirige.

“Somos operadores desses novos meios e temos de fazê-los conviver entre si, a partir do aprendizado constante e da formação ininterrupta de nossa equipe”.

Mantendo sua tradição, **O Povo** tornou-se um jornal muito mais aberto aos vários segmentos da sociedade do que a maioria dos jornais brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, referime, até agora, várias vezes, a sucessivos dirigentes de **O Povo**, protagonistas dessa jornada. Ela não poderia ter alcançado o êxito que conseguiu, entretanto, sem a indispensável e brilhante participação dos jornalistas que marcaram, e ainda marcam, a trajetória desse grande grupo de comunicação, assim como dos demais funcionários das empresas que o compõem.

Ressalto a presença aqui, também, de Vânia Dummar. Esta mulher incrível, que todos nós temos como exemplo, pelo seu dinamismo e força.

Eu poderia, portanto, aqui, citar centenas de profissionais que participaram da construção de **O Povo**. Não ousou fazê-lo justamente por isto: são tantas pessoas, com tantos méritos e tanto tempo de dedicação que seria impossível não cometer injustiças. Homenageio todos, portanto, na pessoa de Adísia Sá, que vai para os 53 anos de carreira na imprensa cearense. Foi repórter – como permanentemente o são todos os profissionais de mídia – e chefe de redação, além de editora e de professora de Jornalismo. Escreveu já 14 livros, dos quais o mais recente, **Jornalismo: Filosofia e Ética**, mostra, pelo título, a relevância e a atualidade de suas preocupações. O carinho, a admiração e o respeito que tenho por ela, assim como sua biografia, conduzem-me a escolhê-la para, em seu nome, expressar o meu reconhecimento pela missão desempenhada por todos os profissionais de mídia, aqui presentes e aqueles que não estão, de **O Povo** e do Ceará.

Registro aqui, em vez disso, que esses grandes profissionais souberam sempre, ao longo dos anos, manter e renovar as linhas fixadas no momento da fundação, obtendo, assim, grandes conquistas. Prova disso são os sucessivos prêmios recebidos em âmbito regional e, principalmente, nacional.

Ressalto exemplos que podem ser dados pelos prêmios Esso, apontados, habitualmente, como a mais importante honraria da mídia nacional.

O Povo ganharia seu primeiro Esso em 1959, com a série de reportagens Seca, Açudagem e Piscicultura do Nordeste. O mais recente veio no ano passado, com o caderno **Mares do Sertão**, em que sua equipe mostra o cotidiano de quem, em pleno semi-árido, convive com os sete maiores açudes do Ceará. A listagem dos prêmios Esso demonstra, uma vez mais, que **O Povo** conseguiu permanentemente equilibrar sua marca local, como na cobertura Banco Central – O Assalto do Século, premiada em 2005, com a referência nacional, como também o caderno especial **Amen-Karol Woitila**, destacado nesse mesmo ano na categoria Criação Gráfica.

Homenageio, por fim, quem não pode ser esquecido: os milhões de leitores que, nesses 80 anos, participaram do dia-a-dia de **O Povo**. Um jornal não existe sem os seus leitores. Por isso mesmo gostaria de destacar que, compreendendo esse processo, seus dirigentes investiram, cada vez mais, e continuam existindo, na participação e na interatividade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ceará pode se orgulhar hoje de sua imprensa, de seus meios de comunicação. Contamos com uma mídia de qualidade, que informa bem, que percebe seu papel educativo e cultural, que compreende as novas realidades, que revela responsabilidade social.

Por isso é que, há pouco, eu dizia que homenagear **O Povo** é homenagear toda a mídia cearense e aqueles que a fizeram crescer. Podemos ter uma convicção, a de que **O Povo** é um jornal que se confunde com a história do Ceará e do Brasil.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de incorporar a este pronunciamento que acabo de fazer o texto do jornalista Arlen Medina Néri, Diretor-Geral de Jornalismo do Grupo de Comunicação **O Povo** com um relato sobre a trajetória do jornal **O Povo**.

Muito obrigada a todos.

Sejam muito bem-vindos.

Parabéns, mais uma vez, a todos aqueles que fazem o jornal **O Povo**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Texto do jornalista Arlen Medina Néri, a que se refere a Senadora PATRÍCIA SABOYA

O tempo passa rápido. E como ele nos fez bem. Um legado que recebemos, junção das muitas gerações de jornalistas que passaram pelo O POVO, é a disposição para nos mantermos permanentemente ligados às transformações ocorridas no mundo desde 1928. O resultado se exprime em 80 anos contando histórias, analisando fatos, levantando bandeiras de grandes e intensas repercussões sociais, políticas, econômicas.

Esta tem sido uma das marcas mais intensas de O POVO: apresentar, a cada dia, um jornalismo preciso, transformador e extremamente moderno. Um conteúdo jornalístico e um design gráfico premiados e referenciados entre os importantes veículos da imprensa regional brasileira.

Ao longo dos anos, o resultado de nosso trabalho nos fez conquistar dezenas de prêmios Esso, Embratel, o Grande Prêmio Ayrton Senna de Melhor Contribuição à Imprensa Nacional, além de trabalhos referenciados na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Na essência, este é um jornal formador de opinião - um veículo de comunicação ímpar para quem quer desbravar as imensas potencialidades e sotaques da região Nordeste, uma das que mais cresce no País.

Fomos o segundo jornal do Brasil a criar e a manter em funcionamento um Ombudsman (com crítica externa semanal publicada há 12 anos), temos um Conselho de Leitores (que analisa a política editorial do jornal) e o Jornal do Leitor - uma publicação 100% colaborativa, editada há 25 anos, antes mesmo de se pensar, discutir e aplicar os conceitos de jornalismo colaborativo e da multimídia.

Fazemos parte de um Grupo de Comunicação que tem rádios AM e FM, jornal, Portal e uma TV (afiliada à TV Cultura de São Paulo) integralmente voltados para a produção de conteúdo jornalístico. Em síntese, nosso negócio é a informação de qualidade.

Todos nós que fazemos O POVO temos muito prazer em celebrar esta data. 80 anos sinalizam a longevidade, mas sobretudo, a perspectiva de um futuro com imensas potencialidades a explorar. Isso nos desafia e nos faz celebrar o hoje mirando o amanhã.

ARLEN MEDINA NÉRI
Diretor-Geral de Jornalismo
Grupo de Comunicação O POVO

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Convido a Senadora Patrícia Saboya a presidir esta sessão.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; bancada cearense no Senado, que hoje tem à frente a Senadora Patrícia Saboya, que assume a presidência dos trabalhos; Senador José Nery, de Pedra Branca, Minerolândia, Estado do Ceará; Senador Geraldo Mesquita, cearense que aqui representa o Estado do Acre; Senador Tasso Jereissati; Senador Mauro Benevides, aqui presente, hoje atuando como Deputado na Câmara; Deputado Arnon Bezerra, do nosso Cariri cearense; Chico Lopes, aqui presente nesta nossa homenagem; Senador Mão Santa, que está ali com um material do jornal **O Povo**; Senador Alvaro Dias; meus caros jornalistas, Fábio Campos, Plínio, nossos colegas do Estado do Ceará; Vânia Dummar, que está aqui conosco; Tales de Sá Cavalcante, dirigente da Faculdade Farias Brito, uma das organizações educacionais mais fortes, digamos assim, no Estado do Ceará; Ariston, da TAM, e seu filho Ariston Júnior; Demócrito Dummar, eu tive a oportunidade, na comemoração dos setenta anos, de realizar uma sessão como esta na Câmara dos Deputados.

A Câmara realiza um conjunto maior de sessões. No Senado, é mais raro, pois é mais contido em suas homenagens. Digamos assim que os escolhidos para as homenagens as recebem por grande merecimento, Senador José Sarney. E esse é o caso, Senador Arthur Virgílio, do jornal **O Povo**, por merecimento, pelas razões de sua nascença, como nasceu esse jornal. Eu comentava há pouco com o ex-Presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, por que o Demócrito Rocha resolveu criar o jornal **O Povo**.

Porque ele escrevia. Intelectual, queria escrever, queria contar o que acontecia na sua época nos governos locais, o que estava acontecendo. Então, perguntaram: mas ele não poderia escrever isso em outro jornal. Parece que não podia ou parece que ele não cabia mais em outro jornal. As suas idéias precisavam de um jornal próprio, as suas idéias não podiam mais ser contidas, e, para não serem contidas, nascia o jornal **O Povo**.

A comemoração da passagem dos seus 80 anos, no âmbito do Senado Federal, reveste-se de grande importância histórica, pois é a primeira vez que esta Casa destina uma sessão solene para registrar, reverenciar e homenagear a trajetória de 80 anos do jornal cearense **O Povo**. A Senadora Patrícia convocou a

todos para que, em conjunto, os cearenses realizássemos esta homenagem.

Fundado em 7 de janeiro de 1928, teve como Presidente grandes personalidades: Demócrito, seu fundador, de 1928 a 1943; Paulo Sarasate, de 1943 a 1968; Creusa Rocha, de 1968 a 1974; Albanisa Sarasate, de 1974 a 1985.

A história do jornal se confunde com a epopéia de Demócrito Rocha. Nascido em Caravelas, município da Bahia, em 14 de abril de 1888, Demócrito Rocha foi poeta, odontólogo, jornalista e Deputado Constituinte. Ainda menino, perdeu os pais e teve de trabalhar como operário em uma oficina de locomotivas. Viveu em Sergipe dos 17 aos 23 anos de idade e concluiu lá o curso de Humanidades. Veio para Fortaleza trabalhar como telegrafista concursado do então Departamento de Correios e Telégrafos, hoje, Correios.

Já casado com Creusa do Carmo, em 1921, formou-se em Odontologia pela Faculdade de Odontologia e Farmácia. Em 1927, trabalhou no jornal **O Ceará**, onde, para conciliar a paixão pela saúde e pelas letras, montou um consultório na própria redação do jornal. Nesse mesmo ano, quando voltava do trabalho, Demócrito Rocha foi espancado nas proximidades da Praça do Ferreira por cerca de dez policiais em razão do jornalismo combatente que realizava contra os desmandos do Governo da época.

Demócrito nos brindou também com a sua poesia. Um dos seus poemas mais conhecidos é **O Rio Jaguaribe, Uma Artéria Aberta** – esse rio nosso, cearense, de que nós, às vezes, nos orgulhámos ao dizer que era o maior rio seco do mundo. E o Demócrito já pregava a sua perenização, que era possível. Hoje, assistimos a sua possibilidade. Alguns ainda duvidam, questionam e querem barrar que possamos perenizar o rio Jaguaribe.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a empresa jornalística **O Povo** começou com apenas dezesseis páginas e uma impressora francesa de segunda mão. A compra de sua primeira sede foi fruto de uma campanha de arrecadação financeira, onde não faltou a solidariedade de muitos amigos que apostavam no talento e ousadia de homens e mulheres.

A filha do fundador Demócrito Rocha, Maria Lúcia do Carmo Rocha, contava que, certo dia, Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados – que já era poderoso naquela época –, de passagem pelo Ceará, teve a idéia de comprar o jornal **O Povo**. Demócrito reagiu, respondendo simplesmente assim: “Você venderia um filho seu?”

Esse episódio, Sr^{as} e Srs. Senadores, demonstra o amor, a devoção e o esmero que todos dedicavam à construção do jornal.

Surgido dois anos antes da Revolução de 30, **O Povo** testemunhou vários episódios da história política do Brasil nesses 80 anos: a República Velha; o Getulismo; as Constituições de 1934 até 1988; o levante de 32; a Segunda Guerra Mundial; o Governo JK; o golpe militar; a perseguição política; a anistia; a campanha pelas eleições diretas; o retorno à democracia; a eleição de Lula. O jornalismo limpo e sadio é o ensinamento legado por Demócrito Rocha à imprensa brasileira.

Aqui, há pouco, estava o Sr. Evandro Guimarães, que faz parte da Abert e também já participou da Associação de Jornais por muitos anos e deve ter isso como testemunho. Esse é o legado de Demócrito. O jornalismo limpo e sadio é o seu ensinamento.

À época de sua fundação, o jornal **O Povo** se rebelou contra a política dos coronéis, que manipulavam as eleições e mantinham seu eleitorado no voto de cabresto. É isso aí. Nasceu por isso, por essa razão: não aceitava ser tutelado pelas regras da ocasião e precisou se insurgir. E se insurgiu Demócrito Rocha, que não aceitou isso, e fundou o seu jornal.

Numa ampla consulta popular entre os fortalezenses, a escolha do nome do jornal, por meio de concurso promovido pelo seu fundador, já indicava para quem se destinava o então vespertino. O chicote, estilizado na letra “p” de “povo”, já dizia a que vinha.

O editorial de capa definiu muito as suas intenções: “**O Povo** vinha com o propósito de defender os interesses d**O Povo**, sendo o chicote que iria ferir as oligarquias dominantes à época e ainda levar o desenvolvimento ao Ceará”. Não por acaso, seu *slogan* era “o jornal das multidões”.

Demócrito tinha muitos amigos e admiradores, mas também causou ira a muitos inimigos poderosos. Em 1927, próximo à Praça do Ferreira, foi agredido a sabre e patas de cavalo por doze oficiais da Força Pública. Não se intimidou, lutou com afinco e coragem para ter seu próprio meio de comunicação.

Sr. Presidente, ao homenagear o jornal **O Povo**, quero registrar a figura... Sempre fica este problema: se a gente destaca uma figura, cria dificuldade com outras personalidades que fazem parte da história do jornal **O Povo**; mas eu, então, vou escolher uma, não tem jeito, e o faço na figura de um brilhante jornalista, querido de todos: Blanchard Girão. E, para isso, recorro de um artigo publicado no próprio jornal **O Povo**, escrito pelo professor Edmilson Caminha, ex-funcionário do jornal, ex-Presidente da Casa do Ceará e Consultor da Câmara dos Deputados:

Com a morte de Blanchard Girão, desaparecem não apenas o jornalismo brilhante, o político sério, o escritor de talento, mas também o ser humano que, pela nobreza es-

piritual e pela generosidade de sentimentos, fazia o mundo melhor e a vida mais bela. Em um meio onde freqüentemente prevalecem o interesse e o arrivismo, deu-nos a todos uma admirável lição de inteireza moral, de rigor profissional, de conduta ética, com que se fez digno da admiração dos companheiros e do respeito da sociedade.

Homem de imprensa, honrou o jornalismo brasileiro pela coragem pessoal e pela bravura cívica que o levaram a defender a liberdade, a justiça a que todos os povos têm direito. Quando muitos se curvavam à prepotência dos tiranos, Blanchard foi a voz dos que não podiam falar ao dizer das arbitrariedades e das infâmias que se sucediam nos bastidores do Governo.

Deputado estadual, pagou com a cassação e a cadeia o atrevimento de provar que política não é, obrigatoriamente, uma arte menor, para homens pequenos, mas pode – e deve ser – um trabalho edificante para cidadãos descentes. Mais do que uma simples lembrança, Blanchard Girão nos deixou um legado. Em **O Povo** foi editor de esportes, editor de economia e editor-chefe. Sempre nos brindou com artigos significantes em defesa do Brasil, da soberania e das idéias avançadas e progressistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Povo** é um patrimônio do povo cearense, pois se firmou como um grande e moderno meio de comunicação no Ceará e no Brasil – claro, ele tem um proprietário, mas nos arvoramos em falar para você, Demócrito, que o jornal já é um patrimônio d**O Povo** cearense há muito tempo e assim se mantém.

São várias as causas que o jornal abraçou por intermédio de seus editoriais. Já falamos aqui das épocas mais difíceis, mais duras: ditadura, Estado Novo, Diretas, etc; por tudo isso o jornal **O Povo** passou. Mas o jornal, em seus editoriais, encampou causas d**O Povo** do Estado frente a muitas lutas, como o da fundação da própria Universidade Federal do Ceará (UFC), em uma belíssima campanha; do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o banco conterrâneo, o banco nordestino, em grande campanha; a campanha em favor da perenização da água do semi-árido, iniciada pelo próprio Demócrito, tema que é fonte de debate permanente no jornal **O Povo**; a luta pela integração das bacias do rio São Francisco com o Nordeste Setentrional, e os inúmeros editoriais de campanhas em defesa dos idosos, adolescentes, dos jovens, das crianças, além do acompanhamento e divulgação dos desafios e das conquistas das mulheres.

Nesta sessão solene, que coincidiu com a homenagem que o Senado prestou às mulheres em seu Dia Internacional, quero registrar que o jornal **O Povo** tem

uma Presidente Executiva, não é verdade, Demócrito? É verdade. Trata-se de Luciana Dummar, uma das poucas mulheres no Brasil a comandar um jornal, e a única mulher a ocupar uma cadeira de vice-Presidente na Associação Nacional de Jornais. Casaram-se as homenagens.

As mulheres que continuam a grande luta por sua emancipação em defesa **dO Povo** brasileiro e à causa do jornal **O Povo**, que também vejo como uma causa de emancipação do nosso Estado, que ainda é muito pobre, pois ainda registramos os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Depois de toda a saga do nosso **O Povo**, ainda é assim o nosso Estado. Então, ao lado da homenagem, eu registro também a luta. No jargão, digamos assim, da Esquerda brasileira, a luta continua!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Aplausos.)

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Patrícia Saboya.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Continuando com a lista de oradores, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Geraldo Mesquita, um dos Senadores que assinaram o requerimento e que teve a idéia de fazer esta homenagem ao jornal **O Povo** por ser cearense também.

Com prazer, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, querida amiga e companheira Senadora Patrícia Sabóia, que muito nos honra pela convivência aqui no Senado Federal; quero cumprimentar o jornalista Demócrito Dummar, Presidente do jornal **O Povo**; Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, há pouco, estávamos aqui com dois ilustres cearenses que, em razão de atividades, tiveram que se ausentar: o Ministro Ubiratan e o Ministro César Asfor; cumprimento também meus conterrâneos cearenses aqui presentes e, em especial, os jornalistas integrantes do jornal **O Povo**.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustres convidados e homenageados nesta tarde, somos uma Nação singular, em que o autoritarismo, a autocracia, a repressão e a ditadura nunca deixaram de se alternar com os períodos de democracia, de liberdade e de livre expressão do pensamento.

Essa singularidade talvez explique o fato de que, no Brasil, tivemos jornalismo e jornalistas antes de termos imprensa. Hipólito José da Costa e seu *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário*, impresso em

Londres, é fruto dessa aberração, produto do obscurantismo que, durante mais de três séculos de domínio colonial, proibiu no Brasil a existência de prelos e livros. Não foi sem razão, portanto, que o primeiro prelo adquirido em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal tenha chegado ao País em 1808, na bagagem da Família Real, embarcado por ordem do Conde da Barca, aqui servindo para a instalação da Imprensa Régia no dia 13 de maio. O decreto do Príncipe Regente consignava que na repartição a seu real serviço “se possam imprimir todas e quaisquer obras”, o que fazia supor a liberdade de expressão que aqui nunca existira. Nas Instruções, de onze dias depois, porém, criando a Junta Diretora da Imprensa Régia, dava-se a esta a “incumbência de examinar papéis e livros que se mandassem publicar e de fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o Governo e os bons costumes”.

Os jornalistas, os artistas, os intelectuais e os escritores cedo tiveram que se habituar com essas expressões que se tornaram reincidentes, reiterativas e sempre lembradas nos momentos vividos sob as trevas da reação, do obscurantismo e da repressão que sempre permearam nossa evolução histórica.

Por isso mesmo, a história da imprensa no Brasil é uma saga de desafios de toda ordem, de obstáculos de toda natureza e de riscos de todas as origens.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas por estar interrompendo V. Exª. Ocorre que eu tenho que receber agora o Embaixador da Espanha, que vai nos fazer uma visita na Comissão, mas não sairia completo deste plenário se a generosidade da Senadora Patrícia não me permitisse este aparte, e V. Exª entende muito bem por quê. Embora Senador pelo Acre, na realidade, V. Exª é cearense. Eu sou piauiense; vivo da confusão geográfica promovida pela Iracema e depois confirmada, no Império, pela Zona do Contestado, que nos separa um pouco do Ceará. Foi uma troca que fizemos para ter direito ao mar e que ninguém contesta. Está lá como testemunha da história. Quero dizer que, nessa caminhada de fusão de sentimentos entre cearenses e piauienses, fui muito beneficiado pelo **Diário dO Povo**, ou melhor, pelo jornal **O Povo** no começo da minha vida. O **Diário dO Povo** é um jornal do Piauí inspirado no original **O Povo**. Quando comecei a minha vida pública, estávamos no regime da ditadura, Senadora Patrícia. Os jornais de caráter nacional eram censurados. No Piauí, tínhamos uma subditadura em

que também se censuravam os jornais estaduais, o que era algo terrível. Só saía notícia boa do poder dominante; as ruínas, infelizmente, saíam para quem estava fora do poder. Surgiu então uma oportunidade salvadora e salvaguarda para quem fazia oposição naquela época. O jornal **O Povo** instalou uma sucursal em Teresina. Fernando César Mesquita está aqui e sabe bem o que isso representava naquele momento. Conseguimos mostrar o que a oposição pensava por intermédio de um representante da sucursal. Durante algum tempo, por incrível que pareça, em Teresina, o jornal **O Povo** chegava a ser mais vendido do que os jornais locais. Isso foi um começo; a sucursal lá demorou algum tempo. Mais uma vez, não só o jornal **O Povo**, mas o jornalismo cearense me perseguem. Vim para Brasília e aqui reinava absolutamente o que chamávamos de “ciclo da jangada”, que eram os jornalistas cearenses – está aqui o Fernando César, vi o Marcone, os irmãos Hollanda, vários – que saíram do Ceará com uma experiência fantástica na redação do jornal **O Povo** e deram verdadeiro *show* de jornalismo em Brasília. Mandavam em tudo, eram presidentes dos comitês, enfim, exerceram realmente o que chamamos de “ciclo da jangada”. Mas, para que eles chegassem aqui, foi preciso que tivessem uma escola, que tivessem aprendido a fazer bom jornalismo, que tivessem tido o desenvolvimento da profissão. Daí por que esta homenagem aos 80 anos do jornal **O Povo** transcende a simples formalidade e a mera comemoração. Ela tem um sentido, pelo menos para nós nordestinos e particularmente para mim, piauiense, muito grande, porque foi aquela força que começou a quebrar os grilhões da ditadura na imprensa do meu Estado. Eu me lembro muito bem, Fernando César. O Sebastião Nery, naquela época, fazia uma série de reportagens sobre sucessão e fazia previsões. A previsão do Piauí foi destruidora para o sistema dominante, e só tivemos oportunidade de ler porque o jornal **O Povo** publicou. São essas e outras passagens e outros episódios, meu caro Demócrito, que me fazem estar aqui embotando o pronunciamento do meu colega Senador Geraldo Mesquita. Faço isso menos como Parlamentar e mais como cidadão num momento como este em que novamente, sem nenhuma razão de ser, a imprensa começa a ser contestada, os jornalistas começam a viver um período de ameaça e, por estranho que pareça, em plena democracia. Espero que os 160 anos desse fabuloso jornal transcorram da mesma maneira que hoje, com motivo para comemorar. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito bem, Senador Heráclito! Seu depoimento enriquece sobremodo o meu modesto pronunciamento.

Dando continuidade, eu vinha dizendo que a imprensa brasileira, que nasceu oficial, para se tornar livre teve que saciar a fome do poder com a vida dos seus mártires, a prisão de seus profissionais e as dificuldades do cerceamento econômico dos seus proprietários, sempre que persistiram em se manter livres da influência do poder e dos poderosos.

Além disso, teve de enfrentar as freqüentes tentativas de se destinar recursos públicos para sustentar jornais, rádios e televisões oficiais, sob os mais absurdos pretextos e os mais falaciosos argumentos como se o rótulo de “público” pudesse disfarçar a verdadeira face oficial que por trás dessas tentativas se esconde.

Por todas essas razões, Sr^a Presidente, é sempre com um sentimento de efusão que devemos comemorar momentos como estes, em que o Senado faz uma pausa em seus imensos desafios, para celebrar a existência de jornais como **O Povo**, do Ceará, na celebração de seus 80 anos de existência.

Cada jornal independente e livre, cuja longevidade aqui exaltada como uma vitória da obstinação, da persistência, da coragem e da bravura de seus fundadores, dos seus redatores, dos seus profissionais e, sobretudo, dos seus leitores e anunciantes, significa um passo a mais que damos, na escalada em defesa da livre manifestação do pensamento, sempre ameaçada, tantas vezes amordaçada, mas também tantas vezes vitoriosa na luta pela democracia, pela legalidade e pela liberdade.

Na esteira dessa longa e brilhante trajetória, num mar cheio de escolhos, sobreviver oitenta anos, mais que uma façanha, é o coroamento de uma epopéia. O Ceará, que tantas e tão relevantes contribuições deu e dá ao Brasil, não só no campo material, com sua potencialidade e suas riquezas, mas também e sobretudo na vida intelectual do País, merece os jornais que tem. E, com muito mais razão, merece a existência tão longa e tão rica de seu mais importante órgão de imprensa.

Para mim, mais que um tributo, foi uma oportunidade ímpar e resultado de um impulso pessoal comovente subscrever o requerimento de nossa Colega Patrícia Saboya e seus demais Colegas de Bancada, os Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda. Declino aqui, senhoras e senhores, a razão desse meu gesto de reconhecimento e carinho, pois uma parte importante da história de **O Povo**, contou com a participação como colaboradora e como **ombudsman** emérita, de uma personalidade da vida cearense que é muito cara à infinidade de amigos e alunos que granjeou como professora da Universidade Federal do Ceará, filósofa, escritora, jornalista, polígrafa e personalidade dotada de invejável cultura e de uma erudição que a

todos encanta e já tão rara nos dias de hoje. Refiro-me à professora e jornalista Adísia Sá, cujos laços de parentesco são orgulho meu e de minha família.

Com essa observação de caráter pessoal e afetivo, volto à rota de meu pronunciamento para dizer que um povo ilustrado necessita de livros, jornais e revistas, e também dos mais modernos recursos da mídia eletrônica. Uma democracia deles necessita com muito mais razão. O advento dos novos meios de comunicação, contudo, não podem dispensar, como jamais dispensarão, os jornais que fazem a crônica e a história de um povo e da nação a que pertencem e em razão da qual existem. Alguns jornais brasileiros, como de resto nos países de mais longa história e existência livre, mais que meios de informação, são verdadeiras instituições que desafiam o tempo, superam os obstáculos que periodicamente têm que enfrentar e se transformam em arautos do interesse nacional, em consciência coletiva de nosso **O Povo** e em sentinelas de nossas franquias e liberdades de cuja supressão são sempre as primeiras vítimas.

Temos que entoar loas a órgãos de imprensa como **O Povo**, sim, hoje octogenário, à **Folha de S. Paulo**, em seus 88 anos de existência; a **O Globo**, nos seus 83 anos, e a **O Estado de S. Paulo**, atualmente decano da imprensa.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite apartear-lo?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Vou aproveitar a boa transgressão do Senador Heráclito Fortes, com o consentimento de V. Ex^a e da Presidente, para também associar-me às celebrações que são feitas no Ceará e em todo o nosso País pelos 80 anos do jornal **O Povo**, que sempre foi uma referência do bom jornalismo no Brasil e marcante, sobretudo no Nordeste, na defesa das grandes causas da região. Quero recordar também, neste instante, não só a pessoa do seu fundador como também a continuidade que foi dada por intermédio dos seus descendentes. Quero louvar Paulo Sarasate, que tanto se dedicava àquele jornal e esteve presente em suas folhas permanentemente; Albaniza Sarasate e, agora, pelo seu neto, Demócrito Rocha, que continua essa obra tão valiosa para o Ceará, como é o jornal **O Povo**. Portanto, eu queria só associar-me a essas alegrias e a essas celebrações.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O prazer é de todos nós, Senador José Sarney.

Eu vinha exaltando aqui os jornais que ultrapassaram a barreira dos 80 anos e falava, por último, do nosso decano da imprensa, com seus 129 anos,

sobrevivente de todos os atentados e de todas as ditaduras sob as quais viveu o Brasil, que é o jornal **O Estado de S. Paulo**.

Não quero pecar por omissão e, por isso, deixo de aludir aos demais órgãos que são orgulho da imprensa regional, como é o caso de **O Povo**. Mas não podemos deixar de rememorar os que nessa luta caíram vítimas das ditaduras, do cerco econômico e da concorrência desleal, como foram o bravo e inesquecível **Correio da Manhã**, o **Diário de Notícias**, o **Diário Carioca** e os inúmeros jornais da antiga cadeia dos **Diários Associados**, de que o **Correio Braziliense** é um dos sobreviventes.

O extraordinário repositório documental, que é a publicação comemorativa dos 80 anos de **O Povo** – trago um exemplar aqui comigo porque, em seguida, quero pedir ao Demócrito Dummar que o autografe para a biblioteca que temos lá no nosso Estado –, é bem o retrato, não de uma história, mas de uma epopéia de lutas, desafios e vitórias que contam a saga, a têmpera e as adversidades que fizeram do sonho de seu fundador, Demócrito Rocha, uma realidade sem cuja colaboração a história do Ceará seria mais pobre, embora não menos brilhante. Saúdo aquele pioneiro na pessoa do Dr. Demócrito Dummar, seu neto, presente nesta cerimônia, e que hoje preside o complexo **O Povo**. Ao reverenciar os que o fundaram, os que o sustentaram e os que alimentam esse sonho, faço votos de que continuem a engrandecer, como até agora, a imprensa do nosso País.

Muito obrigado e meus parabéns sinceros ao jornal **O Povo**. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Temos aqui um pequeno problema porque, na verdade, todos os Estados têm três Senadores, e o Ceará tem cinco: Senador José Nery, Senador Geraldo Mesquita, Senador Tasso Jereissati, Senador Inácio Arruda e eu, Senadora Patrícia. Portanto, há certa confusão, e estamos nos organizando. Agora, com a palavra, o Senador José Nery e, logo em seguida, o Senador Tasso Jereissati, para que os outros inscritos possam também se pronunciar.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya, autora do requerimento de homenagem aos 80 anos do Jornal **O Povo**; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero cumprimentar em especial toda a representação do Estado do Ceará no Senado – Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda e Senador Geraldo Mesquita, que é cearense de origem e acaba de fazer um belo pronunciamento.

Quero cumprimentar o Sr. Demócrito Rocha Dummar, Presidente do Jornal **O Povo**, mesmo na ausência; lembrar aqui a presença, há pouco, do Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, Ministro César Asfor Rocha, do Conselho Nacional de Justiça; os Srs. Deputados do Estado do Ceará aqui presentes e, especialmente, toda a equipe de jornalistas, editores, colaboradores do jornal **O Povo**.

Quero fazer um registro que julgo da maior importância, que é a passagem dos 80 anos do jornal **O Povo**, do Estado do Ceará.

Esse jornal constitui um marco na imprensa do Estado do Ceará, meu Estado de origem. Hoje, sou morador e representante do Estado do Pará, um dos mais importantes Estados da Amazônia, mas mantenho coerência com os vínculos de nossa origem. O Estado do Ceará é onde nasci e onde iniciei minha militância política e social nos movimentos que se organizavam na década de 70, em rebeldia contra as atrocidades da ditadura militar, pelo respeito aos direitos humanos, pela liberdade de imprensa. Era um tempo em que contestar os ditadores de plantão e todos os seus mecanismos de coerção, de força e de violência institucionalizada poderia custar a própria vida. Então, quero registrar e homenagear o jornal **O Povo**, que deu uma enorme contribuição nessa luta pela liberdade de imprensa, contra a censura, em um dos períodos mais difíceis de nossa história recente.

Quando Demócrito Rocha, seu fundador, lançou o primeiro número de **O Povo**, em 7 de janeiro de 1928, em Fortaleza, ele declarava, em editorial, que

É no jornal que **O Povo** encontra o seu pão espiritual de cada dia. O jornal descortina-lhe o mundo, vencendo distâncias. É a força propulsora e condutora das massas insatisfeitas para as grandes reivindicações de seus direitos postergados pela cáfila absorvente dos magnatas de todos os tempos ...

Mais adiante, no mesmo editorial, o lúcido jornalista fundador, antevendo o futuro, afirmava de forma vigorosa que:

...quando **O Povo** geme escravo, entorpecido pelas algemas do cativo, indiferente e modorrento, resignado à violência paralisante do grilhão, o jornal é o sangue novo, forte e generoso a nutrir-lhe as células dormentes, a despertar-lhes os neurônios amortecidos, a ondear-lhe, nas veias, a torrente vigorosa e enérgica da revolta ... **O Povo** necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento. Ao desfraldar a nossa bandeira de combate pelos mais puros

ideais de justiça e liberdade, não nos entontece a glória de vencer, porque a alvorada redentora ainda está muito longe de raiar no oriente da Pátria.

Esperamos que esse importante jornal do Estado do Ceará continue como uma trincheira da verdade e da correta informação a **O Povo** cearense e brasileiro. A liberdade de imprensa foi uma conquista da cidadania brasileira e precisa ser aperfeiçoada a cada instante.

As páginas dos jornais devem estar abertas às manifestações e reivindicações de todos os segmentos populares. Assim os fundadores de **O Povo** se posicionavam há oitenta anos. Gostaria imensamente de que este importante jornal cearense permanecesse fiel às suas origens, pois isso fortalece a democracia e cria os espaços necessários ao aperfeiçoamento da liberdade de imprensa em nosso País.

Queria agradecer a edição especial comemorativa dos 80 anos do jornal **O Povo** que recebi há pouco do Diretor-Presidente, jornalista Demócrito Rocha Dummar. É um registro importante da história da trajetória de um jornal que combateu, e combate, pelos mais importantes valores da democracia, da liberdade e do respeito aos direitos do nosso **O Povo**, registrado nessa belíssima edição.

Peço licença à nossa Presidente e a todos os homenageados para fazer um convite, o que pode parecer algo distante do que estamos tratando nesta tarde, nesta sessão especial dedicada a homenagear os 80 anos do jornal **O Povo**, Deputado Chico, do PCdoB do Ceará, e nosso amigo.

Amanhã, Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos, que V. Ex^a integra, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, criada recentemente na Câmara dos Deputados, e um conjunto de entidades da sociedade brasileira, promovem, às 10 horas, no Plenário Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, um ato em defesa da aprovação da PEC nº 438, de 2001, já aprovada no Senado, precisando ser votada, em segundo turno, na Câmara dos Deputados. É chamada de PEC do Trabalho Escravo porque define que as propriedades onde sejam constatadas práticas hediondas do trabalho escravo sejam confiscadas e colocadas a serviço da reforma agrária.

Trata-se da luta pela liberdade e por Justiça, especialmente em favor daqueles submetidos a condições análogas à de escravo, 120 anos depois de proclamada oficialmente o fim da escravidão. Então, amanhã teremos esse importante ato, com a presença de delegações de vários Estados e de um conjunto de

entidades da sociedade brasileira que estão na defesa e na luta pelos direitos humanos.

Tenho certeza de que esse convite que fiz, mesmo que possa parecer extemporâneo, tem a ver com a luta por justiça, por igualdade e por liberdade, causa a que o jornal **O Povo** tem dedicado o seu trabalho, o seu compromisso a sua trajetória.

Parabéns ao jornal **O Povo** e a todo **O Povo** do Ceará, que pode ter acesso à informação prestada cotidianamente por esse órgão da imprensa brasileira, esse cearense!

Parabéns aos editores, aos jornalistas e a todos que contribuem para que esse órgão de imprensa continue a realizar a sua missão, o seu trabalho em defesa das melhores causas do Brasil, em especial do **O Povo** do Ceará!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Com a palavra, agora, o Senador Tasso Jereissati, que abriu mão do seu discurso improvisado para falar com o coração.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Minha Presidente, Senadora Patrícia, o “improviso” ficou ali com o Tales, porque, na verdade, depois de todos os discursos aqui ouvidos não havia muito o que dizer em relação à história, à tradição, à força, à instituição e ao que representa o jornal **O Povo** no Estado do Ceará. É sempre difícil para os que ficam para falar por último ter alguma coisa de diferente a dizer.

Sabemos que é muito aborrecido ser repetitivo e ficar dizendo as mesmas coisas, por mais verdadeiras e importantes que sejam, embora algumas verdades devam ser repetidas, dada a significação dessas verdades na nossa cultura e na história do nosso Estado.

Por isso, deixei ali com o Tales o meu “improviso”, ele o lerá durante o fim de semana, com cuidado. Resolvi apenas falar aquilo que sinto em relação a essa importantíssima instituição que é o jornal **O Povo**. E já que falou-se aqui tanto do passado, da história, das suas raízes, das suas lutas e da sua fundação, eu resolvi falar um pouco do presente do jornal **O Povo**. Fui, como quase todos aqui sabem, Governador do Estado por três vezes, e hoje posso dizer que tenho uma relação profunda com o jornal **O Povo** – não confundir “relação profunda” com o jornal **O Povo** com relação de cumplicidade, de apoio recíproco, incondicional e imediato. É, isto sim, uma relação profunda de entendimento do que é o Estado do Ceará, do que representa a imprensa no Estado do Ceará, do que representa o jornal **O Povo**, a sua independência, do que represen-

ta principalmente a diversidade de opiniões dentro de uma convivência realmente democrática.

Tivemos realmente muitos e muitos embates, principalmente quando estava à frente do jornal **O Povo** o Demócrito Dumar, sobrinho-neto do Demócrito Rocha. Muitos embates. Alguns muito duros até. Mas o importante, até pelo que se vê no dia de hoje, é que nós nunca perdemos o respeito e a admiração, acredito que recíproca, tendo uma convivência, eu diria até, dentro dessas diferenças e desses embates, cada vez mais construtiva. Por incrível que pareça, dentro desses embates acredito que cada vez mais fomos afetuosos.

Como ele foi ficando mais velho e seus bigodes foram ficando grisalhos, ele hoje já não é quem manda de verdade no jornal **O Povo**. Quem manda é sua filha Luciana, que já assumiu. É muito mais bonita e charmosa do que ele e deu, realmente, outro charme à direção de **O Povo**. Se eu fosse Governador naquela época, talvez não tivesse coragem de manter aqueles embates que tive com você se fosse a Luciana que estivesse à frente.

Mas, não querendo perder o fio da meada, digo que esses embates, essas discordâncias ocorreram dentro de uma grande concordância, que era e sempre foi o Estado do Ceará. Ou melhor, a construção, o futuro de um Estado do Ceará mais justo; com mais oportunidades; com serviços públicos e políticas públicas de alta qualidade.

Dentro dessa grande concordância, esses embates tornaram a relação mais profunda – e também, talvez até pela idade – e mais afetuosa. Nessa situação, eu me considero suspeito de falar sobre o Demócrito porque a nossa relação tornou-se afetuosa. O mesmo afeto eu tenho pelo próprio jornal, pelo jornal **O Povo**, que representa, sem dúvida nenhuma, uma marca na história do Ceará.

Deus sabe como é difícil fazer alguma coisa no Ceará. Deus sabe, Governador Jarbas, como é difícil fazer alguma coisa no Nordeste. É difícil governar, os recursos são pequenos, as necessidades gigantescas, a diversidade de problemas é enorme. É difícil fazer imprensa, é difícil fazer empresa, é difícil fazer comércio, tudo é mais difícil num Estado como o nosso, numa Região como a nossa. Mas particularmente fazer jornal – e eu falo aí não “fazer imprensa” – no Estado do Ceará é muito difícil. É difícil porque não é fácil juntar equilíbrio financeiro ao equilíbrio editorial. E é difícil, nessa linha muito tênue entre o equilíbrio financeiro e o equilíbrio editorial, manter sua independência, manter seus princípios básicos intactos, sobrevivendo durante 80 anos diante de tantas intempéries que aparecem no meio de uma vida de um jornal, e, mais ainda, no meio

de uma vida de um jornal num Estado pobre como o Estado do Ceará.

É por isso que eu vejo sempre com muito carinho a trajetória desse jornal, a trajetória dessa família. Aliás, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, digo que o jornal **O Povo** teve na mulher uma participação sempre muito relevante, desde a D. Creusa, a nossa D. Albanisa e a D. Lúcia, mãe do Demócrito, que tem um papel relevantíssimo, tem uma sabedoria muito especial. Tem também a Vânia, que deu ao Demócrito em determinados momentos um equilíbrio importante e uma autoconfiança importante. Dizem que, atrás de todo grande homem, há sempre uma grande mulher – eu não sei se ela está do lado ou na frente do Demócrito. A agora tem à frente do jornal a Luciana, preservando essa tradição importantíssima da mulher na imprensa e a mulher no jornal **O Povo**.

Por isso a importância desse jornal, que é um jornal regional tradicional e respeitado, mas que talvez, considerando as suas características, a sua história, as suas dificuldades e as suas circunstâncias, tenha uma importância toda especial como jornal brasileiro, um jornal realmente brasileiro, um jornal do Brasil mais pobre, do Brasil das dificuldades, do Brasil das vicissitudes.

Quero dar os meus parabéns pelos seus 80 anos à toda a família que faz o jornal **O Povo** e desejar que realmente seja o início de uma vida longa, que apenas está começando.

Parabéns a todos e muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidenta. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Com a palavra, agora, o Senador Mão Santa. Em seguida, falará o Senador Papaléo Paes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a poderia ditar a lista dos inscritos, Senadora Patrícia?

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Senadores Mão Santa, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Kátia Abreu, Cícero Lucena e José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Patrícia, Srs. Parlamentares, convidados ilustres, a grandeza do Ceará foi traduzida aqui pela Senadora Patrícia. Aqui, temos cinco filhos cearenses que são

Senadores. Eu não sou filho do Ceará, Patrícia, mas quero dizer como conheci o Ceará.

A minha mãe é Terceira Franciscana. Eu recordava ali com o Mauro Benevides. Quando Nossa Senhora de Fátima chegou àquele bairro de Fátima, em 1954 para 1955, minha mãe fez meu pai pegar um jipe Land Rover e sair de Parnaíba em tudo quanto é igreja que tinha: Buriti, Piripiri, Sobral, Itapajé. Fomos rezando, e chegamos àquele bairro descampado que era o bairro de Fátima. Então, eu cheguei ao Ceará guiado por Nossa Senhora de Fátima. Eu vi aquilo. A Patrícia não tinha nascido ainda.

Depois, Deus me permitiu estudar como interno no Colégio Marista, São João, fiz CPOR no Ceará e me formei em Medicina. Isso, obediente e uma destinação muito importante entre Piauí e Ceará.

O Tasso disse que hoje era o Dia da Mulher. Não, Tasso, foi no dia 8; hoje o Senado comemorou a data. Mas, nós, parnaibanos...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Todo dia é dia da mulher.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Muito bom! Está certo! Com isso, nós, mais uma vez, estamos de acordo.

Então, essa batalha, Tasso, que vai ser no dia 13 de março, que o Presidente brasileiro cearense tornou uma batalha nacional, a do Jenipapo, em que nós expulsamos os portugueses numa batalha sangrenta, fomos buscar irmãos cearenses ali em Viçosa e Granja. O Maranhão era aliado de Portugal. Este Brasil seria dividido: o sul, brasileiro e o norte, país do Maranhão, ligado a Portugal. Então, fomos juntos.

Então, estudei em Fortaleza, formei-me médico em Fortaleza... Quer dizer, sou filho cultural do Ceará. Eu queria dizer que tudo nasceu aqui, com esse jornal. Antes de nós, ele viu nascer a universidade em que nos formamos, a Universidade Federal do Ceará.

Feliz idéia a da comemoração desses 80 anos. Isso vai mexer e vamos todos reviver a vida que vivemos.

Patrícia, esse Ceará tem mulheres belas há muito tempo! Aqui tem a Emília Corrêa Lima, em 1955, Miss Brasil.

O Tasso Jereissati falou do Dia da Mulher e eu pude recordar minha mãe, que acompanhou Nossa Senhora de Fátima.

Na minha cidade, havia uma Santa Casa de Misericórdia, onde eu exerci a minha profissão. Era uma Santa Casa, como há em Sobral, como há em Fortaleza e como há no Brasil. Meu pai era tesoureiro daquela Santa Casa. Minha mãe, escritora, escreveu uma carta para essa Emília Corrêa Lima, recém-eleita Miss Brasil, ir a festa de caridade. E ela foi. Eu era menino quando

a vi bailar com o Major Wilson Santa Cruz. Arrumou um noivo, casou e viveu na minha cidade. Quer dizer, ela foi fazer um ato de caridade e encontrou o amor e a felicidade, traduzindo a mulher.

Eu pude reviver aqui. E reviver aqui os momentos felizes de Paulo Sarasate, em quem eu votei para Deputado Federal. Ele era amigo do meu pai e foi inspetor do ensino federal. Meu pai pedira e eu votei. Mas quis o destino – e aqui rememoro – que, em 1968, eu fosse médico residente no Hospital dos Servidores do Estado, onde ele veio a falecer. Ele foi operado, mas teve uma complicação cirúrgica: uma embolia pulmonar após uma cirurgia de próstata.

Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a traduziu muito bem como é difícil ter um jornal. Eu tive um jornal e cheguei à conclusão de que isso não era meio de vida, mas meio de morte. É difícil! Eu tive um jornal na intenção de ajudar o Monsenhor Roberto Lopes, de Parnaíba. Ele estava no fim da vida e tinha um jornal que adquirir para proporcionar-lhe um fim de vida mais tranquilo. Dava dois salários mínimos. Fui, depois, eleito para a Prefeitura, não quis devolver o jornal e o dei para os funcionários. Mas é difícil manter um jornal.

Um jornal comemora 80 anos porque cultiva o que de mais importante faz um órgão de comunicação: ele busca a verdade, ele diz a verdade. Como o próprio Cristo diz: “Em verdade, em verdade, eu vos digo”. Esses 80 anos representam a verdade, essa semente que Demócrito Rocha cultivou, guardada por Paulo Sarasate e, hoje, por seus familiares. Agora, nós estamos aqui para falar da grandeza dele. Esse jornal não é apenas do grande Ceará ou do Piauí, mas um jornal do Brasil. E aqui nós trazemos e eu trago, em nome do Piauí, apreço e gratidão, porque esse jornal também orientou todos nós, piauienses, a fazermos uma sociedade como Demócrito sonhava: mais justa, igualitária e fraterna.

Ao jornal **O Povo** a admiração d**O Povo** do Piauí nesta data. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Obrigada, Senador Mão Santa, representante do Piauí. Agradecemos pelas palavras em nome do Ceará.

Queremos passar agora a palavra ao Senador Papaléo Paes para que profira o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É com muita honra para todos nós que está presidindo esta sessão a Senadora Patrícia Saboya e que estão compondo a mesa o Senador Tasso Jereissati e o ilustre Sr. Demócrito Dummar, em nome de quem cumprimento todos os servidores, colaboradores e membros do jornal **O Povo**.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu peço licença, neste momento, para citar um trecho do nobre jornalista Antonio Paiva Rodrigues, membro da Associação Cearense de Imprensa e da Academia de Letras dos Oficiais da Reserva do Ceará.

Eu peço, mais uma vez, permissão para dispensar os dois primeiros parágrafos do seu artigo e iniciar a minha leitura a partir do terceiro parágrafo:

“A qualidade da informação, o **layout** devem ser as molas propulsoras para uma grande mídia impressa. No Ceará, ocorreu um fato deveras inusitado como se fossem ficções. João Demócrito Dummar, o cearense que nasceu na Síria...”

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Pronuncia-se Dummar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Desculpem-me: Dummar. Em toda a referência que recebi aqui, está o “r” no final, e eu quis pronunciar como poderíamos ler. Então, corrija: “Dummar”.

O cearense que nasceu na Síria, no início do século passado, migrou com a família para o Brasil; passou por Belém e chegou ao Ceará aos sete anos; viveu parte de sua juventude no Crato, honrando a tradição do homem de negócios e se tornou, ainda na década de 30, um empresário de comunicação. Isso quando sírios e libaneses ainda nem sonhavam em se tornar personagens simpáticos e bonachões nos romances de Jorge Amado.

João Dummar era simpático, registro feito por familiares, companheiros de trabalho e amigos. Tinha o que hoje chamaríamos de determinação de empreendedor. Um pioneiro que conseguiu ver uma fresta no futuro do Ceará nos anos 20; um negociante, dono de seu próprio negócio ou firma, como se costumava dizer, que percebeu o potencial do advento da radiodifusão e só se deu por satisfeito quando fundou a Ceará Rádio Clube, em 1934.

O fato marcante foi seu encontro com Demócrito Rocha, outro homem de mídia jornalística de sua época. Há coincidências na trajetória de ambos. No mesmo ano em que a sociedade Dummar & Cia nascia, por exemplo, Demócrito Rocha fundava o jornal **O Povo**, em Fortaleza. Os laços se estreitaram quando João Dummar conheceu Dona Maria Lúcia, filha de Demócrito, que viria a ser sua esposa e mãe de seus seis filhos.

Um deles, João Dummar Filho, aproveitou o centenário de nascimento do pai para contar

sua trajetória em livro. Foi o que se poderia chamar de um desafio de mãe para filho. Um convite de Dona Lúcia a que ele, que era ainda um menino quando o pai morreu precocemente, em 1954, não pôde resistir. Esse livro narra a trajetória de um pioneiro que, como um personagem de ficção, também viveu momentos difíceis e de adversidades. Feitos, determinações, pressões, problemas de saúde, há na vida de João Dummar elementos suficientes para deixar o leitor estimulado. Eis, portanto, a história da vida de João Dummar, um verdadeiro cearense das arábias.

Para relatar os 80 anos do jornal **O Povo**, seria necessário se produzir uma enciclopédia com largo conteúdo e bem definido. Fundado em 7 de janeiro de 1928, teve como presidentes grandes personagens: Demócrito Rocha, de 1928 a 1943; Paulo Sarasate, de 1943 a 1968; Greuza Rocha, de 1968 a 1974; e Albânia Sarasate, de 1974 a 1985.

A primeira edição do jornal **O Povo** circulou no dia 7 de janeiro de 1928. Havia uma época em que o jornal não circulava aos domingos.

O primeiro jornal no Estado a implantar o **Ombudsman**, um serviço de grande importância para o jornal, em especial para o eleitor. O jornal tem o aspecto noticioso voltado para a ética e informações confiáveis, pois as fontes são fidedignas. A produção sempre primou pela responsabilidade, pela verdade, para, como ponto alto, deixar o leitor bem informado. Possui o que há de melhor em tecnologia e profissionais voltados para a introspecção geradora de excelentes notícias e núcleos de qualidade.

Atualmente possui as seguintes editorias: Brasil, Buchicho, Ceará, Colunas, Economia, Fortaleza, Gol, Há 75 Anos, Mundo, Ombudsman, Opinião, Política e Vida&Arte. Semanais, o jornal tem: Buchicho + Guia, Ciência e Saúde, Clubinho, Empregos, Espiritualidade, Jornal do Leitor, Link, People, Páginas Azuis, Veículos, Viagens&Lazer. Como se denota, uma estrutura de peso com profissionais gabaritados para o mister, que é o sucesso e a maior circulação no Estado.

Na época, outros jornais faziam concorrência, mas a capacidade de cada profissional fez esse gigante crescer mais ainda, visto que, com o passar do tempo, os concorrentes não resistiram aos percalços e faliram.

Nosso tributo a esse grande jornal, onde iniciamos a arte de escrever, estimulado por uma figura genial, carismática, justa, que, apesar de uma fisionomia dura, era uma doçura de pessoa. Referimo-nos à figura de José Raymundo Costa ou seu Costa, como era carinhosamente chamado, vice-presidente que fez tudo para o engrandecimento de **O Povo**, até que um dia foi morar no mundo dos justos.

Resta-nos levar nosso voto de gratidão, de entusiasmo a todos que fazem esse grande matutino, desde o menos ao mais graduado funcionário, visto que todos trabalham em equipe, tendo como missão primordial informar bem. Deixamos, conseqüentemente, o público leitor mais consciente dos acontecimentos no Ceará, no Brasil e no mundo.

Queremos parabenizar os profissionais que fazem os cadernos Espiritualidade e Jornal do Leitor. Se o leitor gosta de emitir opiniões, tem a seu dispor um caderno aos sábados, e, para quem curte a sabedoria dos profetas, o Caderno Espiritualidade aos domingos. Levamos também nossos parabéns aos responsáveis pelos Anúncios Populares, o mais completo do Estado do Ceará.

Enfim, nossos elogios a todos que fazem **O Povo** e que seus 80 anos sejam bem comemorados com alegria, entusiasmo e galhardia. Nestes 80 anos, muita coisa passou para a história, e essa história foi contada nos mínimos detalhes pelo jornal de todos os cearenses, **O Povo**. Nossos parabéns ao octogenário, que continua novinho em folha e que muita disposição tem para engrandecer e se aliar de vez a todo o público leitor do Ceará.

Então, quero dizer ao Diretor-Presidente, Superintendente do jornal **O Povo** que acabei de ler um texto do jornalista Antonio Paiva Rodrigues com o qual quero prestar a homenagem desta Casa, em meu nome, ao jornal **O Povo**, que aqui tem também aliados como o Senador Inácio Arruda, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador Tasso Jereissati, principalmente estes dois Senadores muito queridos por nós. Honra-nos vir a esta tribuna falar sobre o jornal **O Povo**, porque sabemos que estamos falando do Ceará, e falando do Ceará estamos falando de Tasso Jereissati e de Patrícia Saboya.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Obrigada também pelas palavras, Senador Papaléo Paes.

E agora, com prazer, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que possa pronunciar o seu discurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senadora Patrícia Saboya, que preside esta sessão em homenagem aos 80 anos do jornal **O Povo**; Sr. Demócrito Rocha Dummar; Senador Papaléo Paes... Quero, também, Senadora Patrícia, saudar aqui os nobres Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda, do querido Estado do Ceará, assim como a Bancada de Deputados Federais, Deputados Estaduais e todos os cearenses que aqui participam desta sessão em homenagem aos 80 anos do jornal **O Povo**.

Não poderia deixar de estar aqui, Senadora Patrícia, porque o Ceará e o Pará são ligados, eu diria, umbilicalmente. Eu costumo brincar com o Senador Tasso Jereissati – e é uma brincadeira verdadeira – que, nas eleições do Pará, a presença dele é muito importante, porque o número de eleitores cearenses no Pará é grande, e ele sempre nos dá esse apoio. E agora, com o apoio da Senadora Patrícia Saboya e do Senador Inácio Arruda, nós vamos juntar todas as alas do Ceará para trabalhar, em conjunto, pelo Pará.

Faço questão de juntar-me aos que hoje homenageiam os 80 anos do jornal **O Povo**, diário cearense cuja importância, não só para o Ceará, mas para todo o Nordeste brasileiro, sem dúvida nenhuma, o coloca entre os principais jornais brasileiros.

Completar 80 anos de história ininterrupta, Sr^a Presidente, não é pouca coisa para um jornal que nasceu e cresceu longe das capitais do sul do País, longe dos maiores centros econômicos, longe dos pólos culturais mais ativos e ruidosos.

Lançado no final dos efervescentes anos 20, **O Povo** reuniu, em torno do fundador Demócrito Rocha, uma série de intelectuais que, na época, representavam a vanguarda e a mudança em Fortaleza: Rachel de Queiroz, Filgueiras Lima, Paulo Sarasate, Jader de Carvalho, que já colaboravam com as revistas **Mara-cajá**, **Cipó de Fogo** e **Ceará Ilustrado**, fundada pelo próprio Demócrito Rocha em 1924 e incorporado ao jornal em 1929.

Avançado culturalmente, também estava na vanguarda política da época. Forte opositor dos desmandos do então Presidente do Estado do Ceará, Moreira da Rocha, Demócrito Rocha chegou a ser agredido fisicamente por conta dos artigos publicados em sua revista e no jornal **O Ceará**. A fundação de **O Povo** foi sua resposta à agressão.

Desde o início voltado para a defesa do novo na política, o diário apoiou a Revolução de 30, o Governo Provisório de Vargas e a criação da Aliança Nacional

Libertadora. Luiz Carlos Prestes, aliás, era personagem freqüente do jornal, fundado pouco menos de um ano depois da dissolução da Coluna Prestes.

Aberto para o País e para o mundo, **O Povo** não esquece, também, sua circunstância imediata – o Ceará e o Nordeste, com sua cultura, sua tradição e também seus problemas peculiares. Estão lá, em cada uma de suas páginas, seja na forma de notícias, seja transparecendo na voz e na visão dos jornalistas e colunistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, um jornal com a tradição e a história de **O Povo** é mais do que um veículo de informação: é um elemento fundamental na construção da identidade de toda a comunidade em que se insere e que reflete, é um meio pelo qual essa comunidade se articula, se conhece e se dá a conhecer. Com suas oito décadas de existência, **O Povo** já se incorporou à consciência cearense, tornando-se parte indissociável de sua história. O fato de ter chegado agora aos 80 anos só vem comprovar que se tornou parte integrante da cultura cearense, enraizado que está em seu seio.

Para encerrar, Sr^a Presidente, futura Prefeita de Fortaleza, quero aqui citar um trecho do editorial que ocupou a primeira página da edição inaugural de **O Povo**, que circulou no dia 7 de janeiro de 1928. Dizia o texto que anunciava o nascimento do diário e resumia suas aspirações e princípios:

Quando **O Povo** geme escravo, entorpecido pelas algemas do cativeiro, indiferente e modorrento, resignado à violência paralisante do grilhão, o jornal é o sangue novo, forte e generoso a nutrir-lhe as células dormentes, a despertar-lhe os neurônios adormecidos, a ondear-lhe, nas veias, a torrente vigorosa e enérgica da revolta.

O Povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento.

Eis por que surgimos.

Foi com essa profissão de fé, Sr^a Senadora, futura Prefeita de Fortaleza, Srs. Senadores, que **O Povo** anunciou seu nascimento. Assim deve ser a grande imprensa: a voz que informa e desperta as consciências, que dá forma às opiniões que fazem avançar as mudanças quando elas são necessárias, a corrente que atravessa todo o corpo social e ajuda a lhe dar coesão e unidade de ação.

O Povo, para a felicidade dos cearenses, soube honrar com coerência e competência aquela profissão de fé que ostentou em sua primeira página, no dia 7 de janeiro de 1928. Hoje, com um jornalismo moderno

e tecnicamente apurado – não é por acaso que vem colecionando prêmios ao longo do tempo, sendo, juntamente com o **Jornal do Commercio**, de Pernambuco, o diário com o maior número de Prêmios Esso da região Norte/Nordeste, e eu incluiria aqui, com a generosidade da Presidente, o jornal **O Liberal** do meu Estado do Pará, também com vários prêmios Esso conquistados –, **O Povo** continua fiel à sua tradição, ao mesmo tempo em que se abre para a modernidade e ocupa novos espaços, como a Internet.

Deixo aqui, por fim, ao jornal **O Povo** e a todos os que o tornam possível minhas sinceras congratulações pela passagem do seu octogésimo aniversário, congratulações que estendo também a todo **O Povo** cearense, principal força por trás do empreendimento bem-sucedido de Demócrito Rocha.

Parabéns a todos e muito obrigado pelo excelente trabalho que realizam.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me permite uma pequena interrupção?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para mim é uma honra, Senador Marco Maciel, ser não interrompido, mas enriquecido por V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Obrigado a V. Ex^a. Gostaria, no momento em que V. Ex^a parece encerrar sua bela oração, de trazer a minha palavra para homenagear o octogésimo aniversário de **O Povo**. O filósofo espanhol Ortega y Gasset disse que “o jornal é uma praça intelectual”. Penso que, quando Gasset assim definiu o jornal, queria chamar a atenção para a sua importância enquanto instrumento de difusão cultural capaz de forjar, pelo debate das idéias, o aperfeiçoamento institucional. A afirmação de Gasset é válida quando olhamos que, no curso de nossa formação histórica, nos pródomos do século XIX, a imprensa cumpriu um papel muito importante não somente para suscitar o debate sobre a nossa independência, mas, ao mesmo tempo, para despertar o País para a necessidade de construir sólidas instituições. Não podemos desconhecer a participação de José Bonifácio, Patriarca da Independência, mais clara agora quando discutimos a proximidade do Bicentenário da Independência do Brasil, em função dos duzentos anos da vinda de Dom João VI para o Brasil. Devemos pensar o País com seus jornais, uma imprensa livre, democrática, aberta, para que, por meio do debate, possamos estabelecer estratégias necessárias ao nosso desenvolvimento, fixar políticas a garantir a solidez das nossas instituições e criar condições para nos firmarmos no cenário internacional, sobretudo nos tempos de aceleração histórica em que vive o mundo. Aproveito a ocasião em que aparteio V.

Ex^a para solicitar que transmita nossos cumprimentos aos atuais dirigentes de **O Povo**, especialmente a Demócrito Dummar Filho, e a todos que fazem o jornal **O Povo**. O Senador Tasso Jereissati mencionou – e, como nordestino, posso reiterar o que disse S. Ex^a – que empreender, no Nordeste, é mais difícil do que em outras regiões, até pelas nossas limitações econômico-financeiras. Fazer um jornal é um grande desafio. Exige não somente capacidade intelectual e de trabalho, mas também perseverar no meio de muitas vicissitudes. Considero importante que estejamos reunidos, pensando os 80 anos de **O Povo** e o papel da imprensa, de modo particular em seu campo cultural. A imprensa ajuda a enriquecer culturalmente o País na medida em que promove o debate dos nossos problemas, apontando rumos para fazer com que o Brasil seja a Nação com a qual sonhamos, atenta ao que o homem precisa: pão, espírito, justiça e liberdade. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, nobre Senador Marco Maciel. V. Ex^a, como sempre, enriquece qualquer pronunciamento feito desta tribuna, com os seus apartes. Ele será incorporado e, com certeza absoluta, ficará para os Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr^a Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Agradeço, também, ao Senador Flexa Ribeiro por essas palavras tão bonitas e generosas em relação a **O Povo** do Ceará.

Registro a presença dos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Manoel Salviano, Arnon Bezerra, Paulo Henrique, Mauro Benevides – que já esteve conosco –, Chico Lopes e Eunício Oliveira. Muito obrigada pela presença de todos os Parlamentares.

Cumprimento Tarcísio Dias, Presidente do Sindicato dos Médicos, e agradeço pela sua presença.

Passo, agora, com prazer, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a cada uma e a cada um de vocês.

Em primeiro lugar, quero falar da satisfação, meu caro Demócrito, de estar aqui, em uma sessão convocada pela Senadora Patrícia, minha companheira de partido, nossa candidata a Prefeita de Fortaleza. Em segundo, por ter sua presença, Demócrito.

Eu poderia falar aqui sobre três aspectos de minha relação com o jornal **O Povo**. O primeiro seria de gratidão. Cheguei de volta ao Brasil, depois de anos fora, e talvez o primeiro jornal, além do **Jornal de Brasília**, a receber meus artigos e publicar minhas propostas tenha sido o jornal **O Povo**.

Eu era professor da UnB, simples professor, e publicava meus artigos, levando aquelas minhas palavras a **O Povo** do Ceará e do Nordeste. Mas eu não vou fazer um discurso de gratidão; já manifestei essa gratidão.

O segundo aspecto seria de elogio, como leitor, como nordestino. Mas elogios muitos já fizeram. Não tenho muito a acrescentar sobre a história de um jornal que resiste por 80 anos – 80 anos! São poucos no Brasil. Embora no meu Estado e do Senador Marco Maciel tenhamos o **Diário de Pernambuco**, que tem quase duas vezes isso, ou mais até, mas 80 anos é muito tempo. Isso é algo que a gente precisa elogiar, mas elogiar o nome de **O Povo**. Em 1928, colocar **O Povo** como nome, no Nordeste, significava uma opção. Uma opção que a gente pode ver na primeira página do primeiro jornal naquele janeiro de 1928, em que o jornal se apresenta como um órgão para levar a palavra não apenas da elite, mas do **O Povo**. E também, como a gente vê, pouco depois, pelo livro bonito que foi distribuído, uma manchete que me chama a atenção, em que diz: “Dois campos de concentração”. Os dois campos de concentração se referiam aos nossos irmãos nordestinos retirantes protegidos contra a fome, mas continuando na pobreza e na miséria. Isso em 1932, quando ainda não se falava em campo de concentração no mundo. Quando não se conheciam os campos de concentração nazistas, já o jornal não apenas usava a expressão, mas a usava no sentido social e não como depois aconteceu nos demais países.

Mas eu vou fazer um discurso que não é de elogio, mas de reconhecimento, porque eu acho que faltou o reconhecimento como brasileiro do que o jornal **O Povo** faz de diferente dos outros.

Aliás, no primeiro número, o jornal já tinha uma manchete dizendo mais ou menos isto: “Precisamos de ensino profissionalizante”. Isso em 1928!

E essa preocupação do jornal **O Povo** tem caracterizado, pelo menos nas décadas em que o conheço, o trabalho de vocês. Os outros jornais buscavam leitores. **O Povo** procura fazer leitores com os seus cursos a distância, com a sua insistência em usar a mídia não apenas como beneficiária do processo de educação, mas como instrumento do processo de educação. E isso vocês já vêm, há décadas, fazendo.

Hoje, começa-se a perceber que a educação não é uma questão só de escola. Sem o tripé escola, família e mídia, não haverá educação. A educação é mídia, família e escola.

Tenho orgulho de dizer, como nordestino, como colunista, que o jornal **O Povo** procura fazer isso, não apenas do ponto de vista de formação mais leve, mas também de formação superior, com seus cursos, não

apenas com matérias, mas com programas sistêmicos de formação.

Com isso, posso dizer que vocês têm sido pioneiros no Brasil. É uma pena que o resto da imprensa brasileira, salvo raras exceções, não tenha percebido a obrigação de um papel educacional e os benefícios que vêm desse papel educacional.

Falei na NJ, há alguns anos, que me incomodava ver jornais brigando para ver quem consegue mais leitores. Uns distribuem enciclopédias, outros distribuem CDs, cada um querendo ganhar um leitor, tomando-o do outro, mas, se se juntassem todos os jornais do Brasil em uma campanha pela erradicação do analfabetismo, pela garantia do ensino médio para todos, pela qualidade desse ensino médio, o número atual de leitores, eu calculo, Senadora Patrícia, poderia ser multiplicado por seis.

Essa é uma característica não só dos donos dos jornais, mas do Brasil inteiro. Cada um quer pegar o seu pedaço e ninguém percebe que, juntando-se, sobraria mais para todos. Ninguém percebe essa sinergia que a gente poderia ter.

A Senadora Patrícia, com a sua luta pelas crianças, não consegue passar sempre. Quando conseguiu fazer com que as mulheres tivessem seis meses de licença após o nascimento da criança, as pessoas tomaram isso como custo, sem perceber o imenso benefício que isso vai trazer com a redução de gastos, porque, com a mãe ficando mais tempo em casa, a criança vai precisar menos de médico, vai ter uma alimentação melhor, vai, depois, educar-se melhor na escola. Os efeitos do projeto da Senadora só serão vistos daqui a 10 ou 15 anos, em uma próxima geração. Não se percebe essa sinergia.

O Povo, não sei se pensando ou instintivamente, tem trabalhado no sentido de ser um veículo de formação e não apenas de informação, um veículo de formação de leitores e não apenas de recepção de leitores.

Então, quero que fique aqui, nesses 80 anos, mais do que a minha gratidão, mais do que o meu elogio. Eu quero que fique aqui o meu reconhecimento, como brasileiro, pelo trabalho que vocês vêm fazendo e, obviamente, como nordestino, fica um pouquinho mais ainda de satisfação por dizer que, no Ceará, existe um jornal que faz aquilo que todos os outros deveriam fazer e que, se o fizessem, o Brasil seria outro.

Muito obrigado a todos vocês que fazem o jornal **O Povo** e à Senadora Patrícia, por ter permitido, com a sua iniciativa, que tivéssemos essa tarde sendo levada para o Brasil inteiro, para que o Brasil inteiro saiba que, em Fortaleza, há um jornal que é feito como deveriam ser feitos todos os outros. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE.) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, pelas suas palavras gentis e, também, pelo **O Povo** do Ceará e pelo jornal **O Povo**.

Muito obrigada, Senador Cristovam.

Passo, agora, a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

Antes, Senador Arthur Virgílio, eu gostaria apenas de registrar a presença, mais uma vez, de alguns convidados, como o jornalista Fábio Campos, o jornalista Plínio Bortolotti, o Professor Tales e a Jornalista Vânia Dummar.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Patrícia Saboya, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, jornalista Demócrito Dummar, eu gostaria de registrar que aqui estavam o Ministro Cesar Asfor, que é uma das figuras mais dignas da elevada Magistratura brasileira, e, no mesmo tom e na mesma dose de respeitabilidade, o Ministro do Tribunal de Contas da União, meu prezado amigo e ex-colega de Câmara, Ubiratan Aguiar, dois cearenses ilustres.

Senhoras e senhores, eu dizia, ainda há pouco, ao Senador Tasso Jereissati que para um representante do Amazonas falar do Ceará é algo de comoção e, ao mesmo tempo, fácil. Do ponto de vista prático é fácil, porque nós, até o advento da Zona Franca de Manaus, quando começou a haver uma miscigenação muito forte com o elemento do centro-sul, e, também, quando o sul do Amazonas passou a ser colonizado por muita gente vinda do Sul, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina – a região de Humaitá, do Rio Madeira, de Apuí, no Rio Madeira –, era muito difícil encontrarmos, Dr. Demócrito, alguém que, sendo amazonense, não tivesse – e vou demonstrar isso ao longo deste discurso – uma clara ascendência cearense.

Ou nós teríamos que esquecer a epopéia da conquista do Acre e a brilhante ação diplomática do Barão de Rio Branco, o Tratado de Petrópolis, de 1903, que garantiu a posse do Acre, com todas as suas riquezas e, hoje, com a generosidade do seu povo, para a bandeira brasileira. Foi basicamente o homem cearense a conseguir aquela conquista tão significativa.

Então, é muito difícil nós misturarmos as coisas. Temos, por exemplo, uma família chamada Holanda no Amazonas. É uma família tão grande que há Holanda que não conhece Holanda no Amazonas, mas os dois Holandas sabem que todos os Holandas são parentes dos Holandas do Ceará. Esse é um fato.

Então, é um dever como Líder do PSDB, mas é um dever como amazonense eu aqui vir render homenagens aos meus antepassados, no fundo.

Estou com um discurso que lerei, um discurso muito bem feito pela assessoria, mas é aquela coisa que, no fundo, é tipo padrão, enfim. A minha assessoria é muito competente e muito atenta, mas eu tenho o que dizer sobre o Ceará. Eu poderia falar do Ceará da literatura e da política; eu poderia falar do Ceará de Raquel de Queiroz; eu poderia falar do Ceará de José de Alencar. Em José de Alencar, Senador Flexa, eu misturo a política com a literatura. Ele, de baixa estatura. Enorme, tanto no seu peso político quanto na sua dimensão corporal, o seu adversário Conselheiro Saraiva. E é famosa a discussão entre os dois em que Saraiva, em um momento infeliz, faz menção à baixa estatura física de José de Alencar. Ele disse: “Mas isso é uma vantagem, Conselheiro. Sendo assim, eu não preciso vergar a coluna vertebral”.

Eu gostaria de fazer aqui, neste momento, uma revisão histórica.

Como estudante, eu enfrentei, eu fui às ruas para enfrentar o golpe militar. E o primeiro Presidente, no período do golpe militar, chamava-se Humberto de Alencar Castello Branco. Para o meu Estado, ele foi absolutamente um profeta. Foi ele quem viabilizou, junto com a lucidez do Ministro, Senador, Deputado e Embaixador Roberto Campos, a pujança do pólo industrial de Manaus hoje. E mais: na hora, eu tinha e fiz o cumprimento do dever de enfrentar Castello Branco. Mas olhando de longe, com aquela distância que a boa análise histórica nos impõe, Deputado Salviano, vejo que a História absolverá Castello Branco, sim. Primeiro, porque ele não pretendia um regime de força longo. Ele pretendia um pequeno período. Segundo, porque ele fez tudo para impedir aquela agressão à inteligência política que era a ascensão de Costa e Silva à Presidência da República. Terceiro, porque ele pôde lutar, teve meios para lutar pela prorrogação do seu próprio mandato. Ele tinha noção de que devia ter um mandato, então, ele aceitou um mandato de dois anos e meio. Nesses dois anos e meio, promoveu reformas profundas, modernizadoras nas estruturas econômicas deste País.

Não consigo hoje condenar Castello Branco, seja pela minha gratidão de amazonense, seja por reconhecer que ele não tinha compromisso com uma ditadura. Ele tinha compromisso com o que ele imaginava que fosse – e aí, para mim, ele estava errado historicamente – uma limpeza política do País, por um certo tempo, para depois devolver o País mais saudável às urnas.

Eu não me arrependo um segundo de nenhuma das borrachadas que tomei nas ruas, protestando contra sua ascensão ao poder, e meu pai foi um dos dois únicos Senadores que teve aqui a coragem moral de votar contra Castello Branco na eleição indireta pelo Colégio Eleitoral. Meu pai e Josaphat Marinho, num momento de absoluta vergonha, quando, em massa, os adeptos de João Goulart acorriam, feito borboletas em torno da luz, feito mariposas em torno da luz, feito abelhas em torno do mel, adesão ao regime de força que se implantava. Meu pai não se curvou, tanto quanto José de Alencar, que também não se curvou diante da insólita agressão verbal que sofrera do Conselheiro Saraiva.

Vejo e recolho das palavras da Senadora Patrícia Saboya a homenagem ao jornalista Demócrito Dummar, figura respeitada e querida por todos nós. A importância da iniciativa da Senadora está no número de oradores que aqui se revezaram e estão se revezando na tribuna, ou seja, o peso do Ceará para todos nós – para nós amazonense é algo extraordinariamente forte – e o respeito que temos às iniciativas todas propostas pela Senadora Patrícia Saboya.

Mas estava vendo o discurso, que virou uma separata da Senadora, saudando **O Povo** do Ceará. Eu anotava algumas coisas, que me trouxeram algumas memórias do passado. Por exemplo, o jornalista Demócrito Rocha trabalhou num jornal – essa é uma outra curiosidade amazonense também – chamado *O Ceará*, de um cidadão chamado J. Ibiapina. Pois saiba que há uma família no Amazonas chamada Ibiapina. Então, todo Ibiapina do Amazonas é parente dos Ibiapina do Ceará. Os Ibiapina do Amazonas descendem dos Ibiapina do Ceará. Não importa se se conheçam ou não, mas são. Esse é um fato. Logo, temos uma relação de fraternidade que é histórica, que é avoenga, que é atávica.

Eu fui certa vez – e o Governador do Ceará era o meu prezado amigo Senador Tasso Jereissati – a Granja; e fui a Granja num comício – eu era Secretário Geral do PSDB – a favor do nosso candidato do Partido. Lá, eu percebi que quase todo mundo tinha o sobrenome de Frota; muita gente tinha o sobrenome Frota. Na minha terra, há uma família Frota enorme. O Vice-Prefeito de Manaus, Mário Frota – Deputado Federal por três vezes, Deputado Estadual por duas vezes, Vereador na cidade de Manaus –, é Frota nascido em Granja, e seu pai é Frota nascido em Granja. É muita ligação.

Mas eu diria mais: meu pai teve como adversário – ele que enfrentou o regime que ele considerava autoritário e que eu reputava autoritário e que a história reafirma como autoritário –, meu pai mantinha relações,

ainda assim, cordiais com o Deputado Paulo Sarasate, e sabia do valor do Paulo Sarasate, meu prezado Tasso, de sua esposa D. Albaniza, que chegou a dirigir, por cerca de oito ou dez anos, o jornal, imprimindo o mesmo ritmo de excelência empresarial que fez de **O Povo** esse veículo importante, referência para o País e referência para o Ceará.

Pois bem, Paulo Sarasate, adversário e amigo de meu pai, não teve filhos – D. Albaniza e ele não tiveram filhos, essas coisas da vida – e terminou toda essa herança histórica, toda essa herança política, toda essa herança empresarial indo às mãos competentes do jornalista Demócrito Dummar. E o Senador Tasso Jereissati, ainda há pouco, fez uma referência a sua filha, Luciana Dummar, que, hoje, toma conta do jornal, e que o jornal se encheu de muito mais beleza – e eu lhe digo, com toda a admiração, que nem precisava muito, porque, afinal de contas, não se trata, na admiração que tenho por V. S^a, de, aqui, lhe ficarmos inventando, assim, dotes de Brad Pitt, não caberia. Mas é bom saber que o que foi idealizado por esse lutador, que era Demócrito Rocha, e que passou por esse lutador, que foi Deputado Federal, Deputado Estadual, Governador do Ceará, Paulo Sarasate, passa por Demócrito Dummar e já tem em quem desaguar – em boas mãos para desaguar –, sob a forma da competência, da seriedade, do espírito público, da vontade de informar, do compromisso com a notícia, porque essa é a norma essencial do bom jornalismo: o compromisso com a notícia.

Eu tenho um fato, relatado pela Senadora Patrícia Saboya. É que, apesar da orientação, que eu chamaria, à época – e não sei se continuo não chamando hoje – de conservadora do jornal, diante do movimento militar, mas os fatos que antecederam o Ato Institucional nº 5 (AI-5) – lembrou muito bem a Senadora Patrícia Saboya – foram cobertos pelo **O Povo**. **O Povo** não deixou de registrar a presença de estudantes nas ruas, e não tinha, portanto, que ser a favor nem contra isso ou aquilo; tinha o dever – e cumpriu esse dever – de informar que estudantes foram às ruas, que trabalhadores foram às ruas para protestar contra aquele que seria o momento mais obscuro da ditadura militar, que por 21 anos, afligiu a vida institucional deste País.

Eu gostaria ainda de dizer que nós, aqui, temos cinco Senadores – Senador Geraldo Mesquita, eu soube hoje que V. Ex^a é cearense; eu o julgava acreano de nascimento, enfim, mas veja como há uma ligação entre Acre, Amazonas e Ceará – nascidos no Ceará: o Senador Inácio Arruda, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador Tasso Jereissati, o Senador José Nery, que representa o Estado do Pará, e o Senador Geraldo Mesquita, que é um brilhante representante do Estado

do Acre. Cinco! Eu diria que tem mais, porque todos nós, no meu Estado, temos uma ligação tão forte com o Ceará que eu não sei se não merecemos fazer parte, de maneira informal, dessa Bancada tão valorosa.

E aqui eu queria abrir um parêntese para dizer que o Ceará é muito afortunado, porque, em determinado momento de sua vida, ele pôde receber a injeção de sangue novo, de eficácia administrativa que veio impressa, imprimida, pela atuação do Senador Tasso Jereissati como Governador do Ceará. Quando não se falava em Lei de Responsabilidade Fiscal, S. Ex^a já demonstrava apego a esse princípio; quando não se falava em combater privilégios, S. Ex^a combatia privilégios para resguardar os direitos das minorias. Eu conheci o Senador Tasso Jereissati – talvez S. Ex^a não se recorde – em um restaurante de peixes chamado Trapiche, aonde eu fui juntamente com um querido amigo meu. Esse restaurante é muito conhecido, tem até uma filial em Brasília. Eu tinha vindo de um comício na Serra do Baturité e comi o melhor baião-de-dois da minha vida, acompanhado do meu querido amigo, e amigo de meu pai, Deputado Paes de Andrade. E foi o Paes quem me apresentou ao Tarso. Disse que o Tarso era um amigo da causa democrática e que, como empresário, nunca se recusava a ajudar o MDB e o PMDB, que eram, um depois o outro, os pilares da resistência à ditadura no País, e disse que havia um grande apreço pela figura daquele jovem empresário, que despontava como empresário, e no qual o Paes via perspectivas a perder de vista na vida pública, e o Tarso se recusava repetir a carreira brilhante de seu pai. Saí daquela viagem, e disse isso ao Paes de Andrade: Paes, eu não tenho um décimo da sua experiência, mas **feeling** não tem nada a ver com a idade; **feeling é feeling**: é nariz, é sensibilidade, é pele, é perceber que temos um fato que não está tão claro, mas que vai virar um fato claro se lutarmos para que ele vire um fato claro. Eu disse: Paes, o seu Partido aqui, a sua seccional aqui, se escolher um nome certo e for para a rua com garra, derrota o governo, do que chamavam, de coronéis, que estariam cansados. Percebi isso nas ruas, nos táxis; percebi no hotel, percebi isso nas falas públicas que fiz, jovem Deputado que era. Devo dizer que não estou aqui para denegrir qualquer dos governantes outros. Era governador à época o meu amigo Gonzaga Mota, meu companheiro de Partido. Poucas pessoas eu conheci, Senador Jereissati, mais cultas, mais aplicadas, mais competentes como Parlamentares, meu Colega de Congresso que foi, do que o Senador Virgílio Távora. Poucas pessoas mais aplicadas, mais competentes, mais cheias de boa vontade, alguém que curou a gagueira, alguém que aprendia tudo que queria à base de muito esforço quando não era do seu ramo

de atividade preferencial. Tenho relação muito boa com Adauto e tive uma convivência privilegiada com César Cals Neto, ele Deputado Federal tão jovem e eu ainda um jovem Deputado Federal.

Então, não estou aqui para simplesmente me intrometer e ficar dizendo que o que se fez para trás no Ceará não foi uma coisa boa, mas eu vejo que esse projeto comandado pelo Senador Tasso Jereissati, que redundou em três mandatos dele, um mandato do Ministro Ciro Gomes, e que continua, teve um mandato do Governador Lúcio Alcântara, depois o mandato do atual Governador Cid Gomes, eu percebo que, no conjunto... Eu não sei até que ponto que um dia ele não cansa, porque Tasso já me disse isto: tudo na vida cansa. É muito poder durante muito tempo, enfim, mas eu percebo que fez bem ao Ceará. O Ceará se modernizou nas suas relações econômicas, o Ceará melhorou todos os seus indicadores, o Ceará cresceu perante os investidores, que passaram a acreditar na sua economia, o Ceará cresceu conceitualmente perante o País, o Ceará passou a ser respeitado, e esse é um preito de homenagem que faço a esse movimento mudancista tão expressivo, que foi comandado pelo meu prezado amigo, Senador Tasso Jereissati.

Mas, então, meu prezado Demócrito, leio agora três paginazinhas daquelas que vieram da assessoria, porque, na verdade, tem dados que eu julgo importantes sobre o seu jornal.

Eu parabeno o jornal **O Povo** pelos seus 80 anos de fundação, comemorados no último dia 7 de janeiro. Por inspiração do jornalista Demócrito Rocha, um cearense autêntico. Aliás, eu não conheço nenhum cearense que não seja autêntico. Conheci cearense fazendo **sushi** no Japão; eu conheço cearense dando **show** na alta costura, por qualquer lugar.

Uma vez, Tasso, eu estava em uma praia na Grécia, e eu disse: “Aqui, a gente não encontra brasileiro”. De repente, eu ouço aquela história: “Sai dessa água gelada, esse menino!”. Eu digo: “Não é possível”. Fui lá e perguntei, e era cearense a família. Ou seja, um povo capaz de desbravar, capaz da coragem de desbravar, capaz da coragem de avançar, de conquistar mercados. Enfim, é difícil não encontrar um cearense vitorioso, vindo de baixo, em qualquer lugar do mundo onde se dirija um brasileiro.

Mas, muito bem, um cearense autêntico, nascido fora do Estado, na Bahia, cearense baiano. **O Povo** surgiu em 1928 para combater os desregramentos políticos da época. “Contrariamente ao pensamento de muitos, nunca será demais um novo jornal”, assim iniciava-se a apresentação do mais novo jornal cearense, que se propunha a descortinar o mundo e ser um grito a lutar por ideais de justiça e liberdade.

No seu início, o jornal era eminentemente político. Em relação a cada assunto abordado, ele se posicionava claramente, propondo-se a fazer de suas páginas uma arena para embates francos e leais. O primeiro tema a ser abordado com frequência pelo jornal foi o do banditismo de Virgulino Ferreira, conhecido como Lampião. E com ele surgiu a primeira bandeira ideológica do jornal contra a ação truculenta da polícia. E veja que lucidez. Porque, na verdade, em sã consciência, ninguém poderia permitir a desordem, mas as condições de injustiça social eram tão profundas no Ceará que essas mesmas condições sociopolítico e econômicas propiciavam o nascimento daquela verdadeira guerrilha liderada por aquele verdadeiro estrategista militar que era Virgulino, o Lampião.

Era preciso reforma, era preciso mudança, era preciso modernização, tudo o que Ceará veio lograr depois, a partir do primeiro mandato do Governador Tasso Jereissati.

Outro tema recorrente no começo do jornal foi Luís Carlos Prestes e sua Coluna, que havia começado a percorrer o País ainda em 1924.

Em sua primeira edição especial, em 1929, a também primeira arte do jornal: a foto emoldurada do Presidente eleito do Ceará, José Carlos de Mattos Peixoto, levando na parte de cima o brasão do Estado. Ao fundo, o sol, as jangadas e os morros. Entre vários anúncios de página inteira, o primeiro de cinema, com foto: **Os Últimos Dias de Pompéia**, que seria exibido no dia do aniversário do Cine Majestic, em 14 de julho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para não me alongar, resalto que nesses oitenta anos o jornal **O Povo** tem sido um dos principais canais de informação do Estado do Ceará, primando pela ética e pelo comprometimento com a verdade dos fatos.

Cumprimento toda a equipe do jornal, desejando que **O Povo** continue sua caminhada, trilhada no jornalismo sério e independente e de notícias, formando criticamente o pensamento da população cearense. Homenageio, por essa via, os demais órgãos da mídia impressa, da mídia radiofônica e televisiva do Estado do Ceará.

Parabéns ao jornal mais antigo do Ceará pela contribuição dada, nessas oito décadas, ao padrão de jornalismo no Estado.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Patrícia Saboya, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Sr. Demócrito Rocha Dummar, Presidente do jornal **O Povo**.

O SR. DEMÓCRITO ROCHA DUMMAR – Exm^o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Casa; Exm^a Senadora Patrícia Saboya, autora da referida sessão solene de homenagem aos 80 anos de **O Povo**, ladeada pelos Senadores Tasso Jereissati, Geraldo Mesquita e Ignácio Arruda; Excelentíssimos Srs. Ministros aqui presentes, Francisco César Asfor Rocha e Ubiratan Aguiar, respectivamente do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União; membros da Associação Nacional de Jornais; prezados colegas jornalistas – e dirijo-me especialmente à jornalista Wânia Dummar e aos jornalistas Fábio Campos e Plínio Bortolotti, que aqui representam a direção e a liderança editorial de **O Povo** –; Srs. Senadores; Srs. Deputados Federais cearenses aqui presentes; queridos cearenses presentes a esta sessão solene, que vieram do Ceará para participar deste momento, bem como cearenses aqui radicados; prezados Senadores Mão Santa, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Arthur Virgílio, Heráclito Fortes, José Sarney, Marco Maciel, que se alternaram em pronunciamentos e apartes generosos pelos 80 anos de fundação do jornal **O Povo**.

Sinto-me muito honrado e – por que não dizer? – muito à vontade por estar nesta Casa para expressar os agradecimentos do jornal **O Povo** por esta homenagem em reconhecimento aos seus 80 de diuturna batalha em favor das causas mais nobres do povo do Ceará e do Brasil. E o sentir-me à vontade tem relação direta com a percepção de que esses mesmos objetivos são, igualmente, compartilhados por esta Casa, o que reitera a visão clássica do Parlamento e da imprensa como instituições indissociáveis na tarefa de viabilizar o Estado democrático de direito.

A nota particular dessa percepção é o fato de aqui comparecermos com a identidade própria de um órgão de comunicação social que, ao largo de sua história, expressa a maneira de ser do povo cearense, a sua rica diversidade cultural, sua sabedoria de vida e, sobretudo, coragem e determinação. É isso que dá a esse povo, como ao jornal, a força para enfrentar e superar adversidades aparentemente intransponíveis. O símbolo dessa tenacidade é muito bem expresso na figura do nosso vaqueiro, que enfrenta com determinação as adversidades da seca. E recebe com intensa alegria a abundância do inverno.

Como jornal, senhores, somos assim: resistentes. Não desistimos nunca, em que pese as dificuldades que têm sacudido nossas conjunturas econômicas e políticas.

Para não sermos levados pelos ventos, tomamos uma decisão bem clara desde o início da nossa trajetória: a de nunca sermos neutros diante das questões fundamentais que interpelam o direito, a razão e a verdade, sobretudo os direitos fundamentais, que dão substância às instituições políticas e cidadãs da democracia.

Compartilhamos da opinião de que é preciso ter uma clara hierarquia de valores, de modo a sempre dar proeminência ao interesse público. A esse propósito, o jornalista Gerald Levin acentua que “a imprensa influencia hoje mais do que outrora o fizeram as igrejas e as universidades na configuração em marcha das sociedades modernas”.

Isso, evidentemente, abre o flanco para algumas tentações em um contexto em que o poder e o prestígio podem ser fatores altamente corrosivos. Para isso, nessa área, é sempre preciso ter um norte bem definido. O que distingue uma empresa jornalística de outra qualquer é que ela produz um valor imaterial. Portanto, tem de estar ancorada, firmemente, em valores éticos, que se traduzem no objetivo de fornecer informação veraz e de conectar o cidadão com os problemas da atualidade, dando-lhe meios auxiliares para uma tomada de posição. Sobretudo cabe à imprensa animar o debate das idéias, ajudando o preparo da argamassa que dará textura e consistência ao edifício social.

Numa correlação mundial de forças em que os Estados nacionais e os cidadãos, em particular, são colocados em uma situação de poder decisório praticamente virtual, a sociedade tem necessidade de encontrar meios de articulação, para fazer frente a esse tipo de **capitis diminutio**. Nesse contexto, o papel da imprensa é insubstituível como veículo de conexão e expressão das forças dispersas da sociedade. Nesse afã, cabe ao jornalismo construir uma aliança mais consistente com as universidades e com os núcleos produtores do saber, para neles se apoiar e assim poder realizar, com o máximo rigor científico e moral, a sua missão.

Nós próprios, como instituição jornalista, Presidente Garibaldi, organizamo-nos, de modo a construir uma relação institucionalizada com a sociedade, fundada em procedimentos transparentes e interativos.

Do ponto de vista normativo, dispomos de uma série de documentos essenciais, para orientar esses procedimentos:

- Carta de Princípios do jornal, subscrita por figuras de notável saber, como o constitucionalista Paulo Bonavides e a inesquecível Rachel de Queiroz, ambos oriundos da nossa redação;

- Código de ética da empresa jornalística mantenedora do jornal;

- Regimento do Cargo de **Ombudsman**;

- Código de Ética da Associação Nacional de Jornais (ANJ), documento orientador de uma centena dos renomados jornais brasileiros;

- Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de autoria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), um documento de notável precisão ética;

- Declaração de Chapultepec, que reafirma a liberdade de informação como direito dos povos;

- e, coroando todos esses princípios, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento indispensável para nortear a vida social.

Criamos, igualmente, uma estrutura de participação da sociedade, em diversos níveis, na orientação e monitoramento do jornal. Ela é composta por diversas instâncias: o Conselho Editorial, o Conselho de Leitores, e o **Ombudsman**, que vem atuando com crescente êxito, há mais de uma década, fazendo a crítica diária do jornal em nome do leitor.

Dessa forma nós estamos contribuindo de maneira criativa, para tornar o jornalismo uma instituição cada vez mais digna de crédito e a serviço da sociedade brasileira.

Cada jornal opera junto a um tipo específico de demandas sociais, refletindo suas particularidades e identidade. Não é diferente com **O Povo**, que tem sido, desde o seu nascedouro, um veículo comprometido com as expectativas da sociedade cearense.

Priorizamos, desde o início, em 1928, a questão da segurança hídrica, por ser um condicionante basal a travar o desenvolvimento do Ceará.

Embora vivamos a plenitude da Era do Conhecimento, com imensas possibilidades na linha do horizonte, enquanto persistir a falta de segurança hídrica, a economia nunca alcançará a dimensão mínima capaz de possibilitar um ciclo equânime do desenvolvimento que deveria chegar a todos. A resolução dessa questão é objeto de permanente inquietação, há quase dois séculos.

Alcançar essa solução faz parte da exigência de um desenvolvimento nacional harmônico, e isso é perfeitamente possível, não só tecnicamente, como também em termos de viabilidade econômica.

Para abordar outra de nossas inúmeras causas, não nos falta também espírito atilado, para continuar a perceber que as políticas públicas ainda estão por

demais voltadas para regiões já suficientemente estruturadas.

Não havendo um basta às disparidades socioeconômicas, nunca teremos um todo harmônico. Somos inconformados com esse estado de coisas e, como tal, temos coragem de lançar luzes e esperanças. Acreditamo-nos capazes de formular uma contribuição criativa à construção de uma Nação mais justa e igualitária.

Por questão de justiça, registre-se que esta Casa, o Senado brasileiro, sempre esteve atento ao debate, propondo políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades regionais.

Por fim, temos de dizer que confiamos plenamente no Brasil, na capacidade de nosso povo em descobrir respostas criativas para antigos e novos problemas, nos nossos representantes públicos, nas nossas instituições e, sobretudo, no cidadão brasileiro. Todos estão imbuídos da convicção de que a cultura do interesse público está lançando raízes cada vez mais alongadas no solo brasileiro.

Certamente ainda esta geração colherá os frutos desse novo patamar político civilizatório.

Constata-se que algo mais transcendente começa a se firmar no horizonte crítico brasileiro, dando lugar à universalização crescente de uma consciência cidadã. E, para isso, **O Povo** se orgulha de ter contribuído nos seus 80 anos de existência.

Para finalizar, agradecemos a esta Casa, na pessoa da Senadora Patrícia Saboya, autora do requerimento desta sessão solene, e fazemos chegar às suas mãos a nossa edição comemorativa de 80 anos de **O Povo**, com a assinatura de centenas de nossos jornalistas e colaboradores.

O mesmo agradecimento ao Senador cearense pelo Acre, Geraldo Mesquita Júnior, bem como aos Senadores Inácio Arruda e Tasso Jereissati, admiradores de **O Povo** e subscritores desta sessão.

Referimo-nos, mais uma vez, igualmente, ao Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta sessão solene e desta Casa, que gentilmente nos concedeu a palavra. Aos demais Parlamentares, aos cearenses que aqui compareceram, também o nosso muito obrigado.

Em nome da memória do nosso fundador, Demócrito Rocha, do seu sucessor, Paulo Sarasate, de Albanisa e Creusa Rocha, que, durante anos seguidos, lideraram, com prudência e pertinência, a direção da nossa empresa jornalística, reafirmo a continuidade do nosso compromisso de continuarmos firmes na luta por uma imprensa cada vez mais livre, mais atuante.

Na oportunidade, dirijo-me também à Jornalista Wânia Dummar, minha mulher, diretora de **O Povo**, aqui presente, e não poderia esquecer D. Lúcia Dummar, filha de Demócrito Rocha. Do alto dos seus 91 anos, é arquiteta de uma ponte que nos liga do passado ao presente e do presente ao futuro. Em nome deles, reafirmo essas mesmas propostas.

Para finalizar, dirijo-me aos sucessores, à quarta geração, nas pessoas de Luciana Dummar Azevedo, presidente executiva do jornal, João Dummar Neto e Demócrito Filho, diretores da casa em plena atividade na liderança do jornal e que manterão incólumes a confiança de que a chama inaugural será certamente levada à frente e de que voltaremos aqui daqui a alguns anos, se Deus quiser, para comemorar a evolução do Ceará, a evolução do nosso País.

Quero ainda consignar que é possível, apesar de todas as dificuldades manifestas pelo Senador Inácio Arruda e pelo Senador Tasso Jereissati, manter-se uma imprensa íntegra, sadia, comprometida com o crescimento e com o desenvolvimento do País.

Farei chegar em seguida as assinaturas dos nossos funcionários, dos nossos redatores e dos nossos diretores às mãos da Senadora Patrícia Saboya em agradecimento à sua iniciativa, que nos comove e que também nos inspira a continuar a luta, a continuar fazendo um bom jornalismo em favor dos cearenses, em favor dos nordestinos e dos nortistas que aqui se manifestaram de forma tão efetiva, em favor de uma sociedade mais justa, mais equânime, em favor de uma imprensa livre e soberana, fortalecendo cada dia mais a democracia brasileira.

Senadora, em nome de todos os que fazem **O Povo**, faço chegar às suas mãos esta lembrança. Esta homenagem ficará em nossa memória, não a esqueceremos e tudo faremos para honrá-la a cada dia, a cada edição.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar à homenagem que acabou de ser prestada aos oitenta anos do jornal **O Povo** por solicitação da Senadora Patrícia Saboya, contando com a solidariedade dos Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda. Quero dizer da minha satisfação em cumprimentar o Dr. Demócrito Rocha Dummar, que, nesta oportunidade, representa esse jornal, que é orgulho não apenas para os cearenses, mas também para todos nós, nordestinos. Esse jornal é uma trincheira democrática na luta pelos melhores valores da nossa sociedade. O jornal **O Povo** merece, portanto, nossos parabéns. Agradeço ao seu Presidente, Dr. Demócrito Rocha Dummar, a presença honrosa. Muito obrigado por sua presença.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de estar inscrito, não tive oportunidade de manifestar minha palavra de cumprimentos àqueles que fazem o jornal **O Povo**, do vizinho Estado do Ceará, que exerce grande influência sobre a cidade onde nasci, Mossoró. Durante muito tempo, o jornal **O Povo** foi para nós, potiguaras, uma referência. Para Mossoró, talvez tenha sido, ao lado do jornal **O Mossoroense**, o balizamento da tribuna livre, da imprensa corajosa, da ação de Paulo Sarasate, amigo de meu pai, que conheci. É padrão de jornalismo e, durante muitos e muitos anos, significou um bastião de resistência democrática e elemento vanguardista na difusão de idéias.

Desse modo, com essas palavras, na pessoa do jornalista Demócrito, quero também cumprimentar aqueles que fazem o jornal **O Povo** e dizer que a iniciativa da Senadora Patrícia, do Senador Tasso e do Senador Inácio Arruda é meritória e merecedora do aplauso do meu Partido.

Mas pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para denunciar ao País um fato que me está constringendo muito.

V. Ex^a, Presidente Garibaldi, conhece a esposa do Senador Antonio Carlos Magalhães, D. Arlete Magalhães, mãe do nosso companheiro Antonio Carlos Magalhães Júnior. V. Ex^a sabe, como sei, quem é D. Arlete, uma figura doce e frágil, mas V. Ex^a, talvez, não saiba o que aconteceu em Salvador de ontem para hoje.

Não quero entrar em questões de família, em disputa de espólio, mas não posso deixar de manifestar meu repúdio pessoal à truculência com que o apartamento, a residência, o lar onde mora D. Arlete foi invadido mediante ordem judicial concedida por uma juíza de Salvador, por acaso esposa do Deputado Nelson Pelegrino do PT da Bahia. Não vai aqui nenhuma ilação, mas a juíza que ordenou a entrada de oficiais de justiça no apartamento onde mora D. Arlete é esposa do Deputado Nelson Pelegrino. D. Arlete, se fosse contactada, tranqüilamente, teria aberto a porta do apartamento, para que as pessoas não precisassem usar de tal truculência: com chave-mestra, abriram a porta do apartamento, para fazer inventário de obra de arte.

Faço essa denúncia com muito constrangimento, mas com muita revolta, por se tratar da invasão do

lar do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, onde mora a doce D. Arlete, viúva de Antonio Carlos, mãe de ACM Júnior. Ela, no meu entendimento, foi ultrajada por um gesto de violência que merece a atenção do País e nosso repúdio.

Quero deixar esse fato registrado, para que os Senadores saibam do que está acontecendo neste momento no Estado da Bahia, produto de truculência inaceitável que denuncio a esta Casa e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria aqui de me associar às palavras do Senador José Agripino. Mais do que isso, quero juntar minha revolta e indignação à revolta e à indignação do Senador José Agripino e, mais do que tudo, à indignação da família do falecido, querido e saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães.

Julgará inadmissível esse ato quem quer que tenha tido o privilégio de conhecer D. Arlete Magalhães – figura que hoje aqui também foi homenageada, já que se comemorou no Senado Federal o Dia Internacional da Mulher –, uma das mulheres mais dignas, verdadeira doçura e meiguice em pessoa, incapaz de qualquer ato de agressividade contra outra pessoa. É inaceitável que D. Arlete tenha sido vítima dessa violência inexplicável em sua residência.

Soubemos, inclusive, que D. Arlete não teve sequer a oportunidade de dar àqueles que invadiram sua casa, seu lar, uma autorização para que fizessem o que quisessem em sua casa a mando de uma juíza que, segundo o Senador José Agripino, é mulher de um ex-Líder do PT na Câmara Federal. O Senador José Agripino não quer fazer a ilação, mas eu a faço, porque não acredito que ninguém de bom senso neste País, conhecendo D. Arlete, pudesse promover invasão policial armada ao seu apartamento, ao seu lar. Isso é inadmissível! Só alguém que tivesse algum tipo de preconceito, de prejulgamento ou de rancor injustificável guardado em seu coração faria isso.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Marco Maciel, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a traz ao conhecimento da Casa – como já o fez anteriormente o nobre Líder Senador José Agripino – um fato de extrema gravidade. Está, portanto, a reclamar

a atenção do Senado Federal: para o ocorrido na residência de D. Arlete, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães, como aqui ressaltado, uma senhora de grande expressão na sociedade do seu Estado, muito simples, educada, um modelo de mãe e de esposa. Pois bem. O fato é muito grave e precedente que não pode ser repetido. Portanto, receba V. Ex^a o nosso apoio e a certeza de que devemos apurar devidamente esse fato.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que, inclusive, seria perfeitamente cabível que esta Casa tomasse uma providência e pedisse averiguação, já que se trata de uma viúva de um Senador ilustríssimo, o que, com certeza, como disse o Senador Marco Maciel, pode abrir um precedente muito perigoso para quem faz política de maneira livre e democrática neste País, ficando indefesas as pessoas, os familiares, enfim, todos aqueles que, por algum motivo, discordam ou fazem política diferentemente dos outros, têm opinião diferente dos outros. Uma atitude como essa não pode ser natural neste País.

É extremamente grave o que aconteceu. Tenho a certeza de que não vamos deixar passar isso em branco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Faço um apelo para que as manifestações legítimas, às quais desde logo me associo, possam ser feitas num tempo breve, tendo em vista que devemos entrar na Ordem do Dia agora.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a me conceda um tempo, é claro, o mais breve possível dentro do necessário, porque podemos estar diante de pessoas capazes de tudo. Acabo de receber agora mesmo uma pressão democrática – e peço a atenção de V. Ex^a – e legítima de queridos amigos, a começar pelo Ziraldo, no sentido de que facilitasse aqui a votação da TV Pública.

Pergunto: a TV é pública mesmo? Na cabeça do Ziraldo, ela o é. Na cabeça dessa gente que invade a casa da D. Arlete, é TV pública? Ou é TV Chávez? É TV pública na cabeça dessa gente que acha que uma juíza casada com um Deputado Federal do PT não se deveria considerar impedida para julgar qualquer feito ligado a um adversário político tão arraigado como era Antonio Carlos Magalhães para essas pessoas?! Não se considera impedida, e é tudo normal, tudo natural, vale bomba atômica, vale bomba de hidrogênio, vale qualquer coisa, não

há respeito à família, e há briga medíocre, mesquinha, por causa de quadro, por causa de partilha antecipada e extralegal de bens.

Não sei se podemos falar tão pouco sobre isso, até porque minha Bancada quer falar sobre isso. Claramente, minha Bancada, muito mais do que manifestar sua solidariedade ao Senador Antonio Carlos Júnior, quer, em homenagem também à memória ao Senador Antonio Carlos Magalhães, dizer que não compactua com quem quer que não respeite o Estado de direito neste País.

Falo da minha proposta, Sr. Presidente. Vejo aqui no **broadcast**: “Lula diz que Oposição pensa em 2010, enquanto ele pensa no agora”. Sua Excelência produz uma torrente de tolices todos os dias. Acabamos de fazer uma aproximação de acordo muito importante no seu gabinete, e o que a Oposição queria era apenas o gesto moralizador de retirar o tal anexo. Quando o Governo percebeu que, com o anexo irregular, não aprovaria o Orçamento, chega à nossa posição, tira o anexo, que não é regular, e aí a Oposição diz que está disposta a reunir sua Bancada para criar condições para se votar o Orçamento.

Sr. Presidente, veja a situação: primeiro, a covardia. Se Antonio Carlos Magalhães fosse vivo, isso não aconteceria. Vamos inverter a situação: se, Deus o livre, tivesse morrido D. Arlete, o mesmo genro não obteria da mesma juíza o mesmo beneplácito para invadir a casa de Antonio Carlos Magalhães. Conhecendo Antonio Carlos, como conhecíamos, sabemos que isso não ia acontecer. Agora, com a D. Arlete ficou mais fácil.

Disse-me, ainda há pouco, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto: “Arthur, minha avó, na idade dela, está proibida de entrar na casa dela; na idade dela, está proibida de entrar na casa dela!”. E pergunto se há alguma coisa mais importante do que isso, se vamos discutir agora uma medida provisória que, para mim, esconde a perspectiva de negociata grossa na Eletrobrás. E vou denunciar isso daquela tribuna daqui a pouco. Vou dizer por que desconfio da lisura dessa medida provisória, que, a meu ver, não visa aos interesses mais legítimos da economia brasileira.

Não temos, Sr. Presidente, como silenciar diante disso. É invadida a casa de uma senhora. E é uma senhora de uma família forte e poderosa na Bahia. Imaginem o que não fariam com uma pessoa humilde, o que já não fizeram com o Francenildo da vida! Imaginem o que não fariam com uma pessoa humilde!

O Presidente ameaça o tempo inteiro. O tempo inteiro, seu discurso é no sentido de jogar a opinião pública contra o Congresso, contra a Oposição. Aí pe-

dem a TV Pública, que poderia vir por projeto de lei, para chegarmos a algo parecido com uma TV pública francesa e muito diferente de uma TV estatal à moda de Chávez, aquela coisa atrasada, bolorenta, em que fica um pobre coitado como aquele dizendo tolices quatro, cinco, seis horas sem parar, aborrecendo as pessoas e afrontando a democracia venezuelana.

Vejo agora esse outro fato, Sr. Presidente. Quero trazer um ângulo novo, outro fato. Exijo, Sr. Presidente – e sei que não precisaria exigir –, uma posição muito enérgica, muito mais do que uma coisa burocrática de dizer que “daqui a pouco, vamos votar”. Quero energia. Quero saber o que o Senado Federal vai fazer contra esse gesto que aqui denuncio: uma juíza que é parenta próxima, que é casada com um Deputado do PT não se considera impedida para julgar qualquer feito envolvendo o nome de Antonio Carlos Magalhães. Seria o mínimo da ética, o mínimo da justiça, o mínimo do senso de responsabilidade dizer: “Olha, em relação a esse homem, que tanto odeio, de quem não gosto, não vou julgar”. Pronto! Aí eu diria: tenho o maior respeito por quem está agindo assim. Mas alguém que aproveita o múnus da magistratura para fazer algo que significa tomar partido de um dos herdeiros – um suposto herdeiro –, um cidadão que, para mim, deve ter um caráter muito ruim e que não quero conhecer. O Sr. César não sei das quantas, não quero conhecer. Alguém que faz isso, não quero conhecer. Alguém que coloca o dinheiro nessa monta, alguém que dá ao dinheiro esse peso, alguém que dá ao dinheiro esse relevo, não faço a menor questão de conhecer. Já devo ter cruzado com ele em aeroporto, em avião ou em restaurante. Não faço a menor questão de conhecê-lo. Aliás, ele me faz um favor se me permitir não o conhecer ao longo da minha vida, que espero que seja longa – e espero que a dele seja longa também. Mas, na minha vida, não persigo viúva, não! Não brigo por dinheiro espúrio, não brigo por privilégio para esmagar direito de pessoas, não tripudio sobre família de adversário meu. Minha vida se pauta pela lealdade. Eu gostaria muito que todos agissem assim.

Então, não estou aqui fazendo algo protocolar. Estou aqui dizendo, em nome do PSDB, Partido que tenho a honra de liderar nesta Casa, que não aceitamos, que repudiamos esse gesto como um gesto que agride o respeito mais comezinho, que é o direito da pessoa humana.

Esse é meu repúdio, esperando e cobrando que o Senado Federal seja enérgico e que manifeste todo o apreço que, em vida, Antonio Carlos Magalhães sabia cobrar. Se há um homem de quem eu discordava um milhão de vezes a cada mês, esse homem era alguém

que não permitia que o desrespeitassem em nenhum milímetro das suas prerrogativas e da sua vida. Às vezes, até exagerava.

Com Antonio Carlos vivo, seria bem diferente; com Antonio Carlos morto, acham que podem pisar na vida e na saúde psicológica de sua esposa, D. Arlete.

Sr. Presidente, com muita revolta, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo.

Acho que todos somos solidários a esse fato, que tramitou na Justiça e deve ser denunciado à sociedade e averiguado. Mas são 17 horas e 30 minutos, passado uma hora do horário da Ordem do Dia. Há matérias importantes, e a pauta está trancada. Pediria que fosse cumprido o Regimento, que entrássemos imediatamente na Ordem do Dia e que os inscritos falassem sobre esse tema posteriormente às votações. Temos de votar matérias importantes, sendo que algumas estão para perder o prazo de validade e precisam ser votadas hoje.

Portanto, faço esse apelo em homenagem a todas as Senadoras e os Senadores que querem votar, em especial ao Senador Cafeteira, que se deslocou do hospital, sem receber alta, para votar hoje essas matérias no plenário do Senado.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Romero Jucá está fazendo um apelo, que eu aceito, mas não vou deixar de consignar em ata a minha solidariedade total e absoluta à viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi um absurdo, um escândalo, que não se entende; porque, se há uma pessoa digna, correta e que tem a simpatia do Brasil inteiro, é aquela senhora. Uma senhora que suportou lutas, dificuldades, problemas e tem dignidade, correção, seus filhos, seus netos.

Aproveitaram um dia em que ela não estava em casa para, em 24 horas, invadi-la. É um absurdo! É algo que revolta toda a sociedade brasileira. Os amigos, os que não eram amigos, os companheiros, os adversários têm de protestar, porque é algo que revolta a sociedade brasileira.

À querida viúva, ao seu filho que se encontra ao nosso lado aqui, nosso abraço e nossa solidariedade, o nosso protesto e a nossa revolta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos iniciar a Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou há meia hora olhando V. Ex^a e pedindo para falar. Quero ter o direito de falar, Sr. Presidente. Não abro mão de minha fala, do meu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, estamos...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, estou há meia hora tentando falar, quero falar sobre o assunto. Não abro mão do meu direito de falar. Outros Senadores falaram antes de mim e eu respeitei, esperei. Agora, quero ter o direito de falar. Regimentalmente tenho o direito de falar e quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a como...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas quero falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... como último orador inscrito.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por que o último orador?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós precisamos votar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Essa Ordem do Dia irá longe. Havendo disposição, ela irá longe. As pessoas não vão fazer isso às 4 da manhã, querem fazer agora. É um fato, Sr. Presidente. Não podemos ignorar essa violência por causa de Medida Provisória nº 327 ou nº 473. Não podemos. Antonio Carlos Magalhães haveria de dar enorme espaço para todos falarem, se presidisse esta sessão e se isso tivesse acontecido com V. Ex^a ou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Inscreva-me, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Antonio Car-

los Magalhães tem de ter o respeito de todos nós nesta Casa, de todos nós. Quando se fala o nome de ACM pode-se falar à tarde inteirinha, mesmo com interesses em pauta. Todos devemos respeitar o homem que presidiu esta Casa, que se sentou nessa mesma cadeira que V. Ex^a está sentado e que o deixaram ir para, então, perseguir sua família. Nenhum de nós, Senadores e Senadoras, deveremos calar diante disso.

Sr. Presidente Garibaldi, há uma intenção nesse fato. Ele foi intencional e já está provado. Esta Casa tem a obrigação de falar, de se referir, de dar sua opinião sobre o caso.

Desde agora, conclamo todos os Líderes, Senador Arthur Virgílio, a se reunirem, se possível, ainda hoje, para que este Senado, mediante decisão dos seus Líderes e do Presidente, tome uma posição em relação ao caso.

Dona Arlete precisa do respeito da Nação brasileira, porque é uma mulher digna e seu marido foi um dos homens mais importantes desta Nação e representou **O Povo** baiano nesta Casa, com muita dignidade.

Por isso, acho que o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, todos os líderes deveriam, ainda hoje, reunir-se com V. Ex^a para tomar uma providência. O fato está claro: foi intencional, teve o objetivo político de, simplesmente, perseguir uma senhora que merece o respeito de toda a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, porque não será dessa forma que vamos prestar a solidariedade que merece a Sr^a Arlete, genitora do Senador Antonio Carlos Júnior.

Depois de feitas as ponderações, designo uma comissão composta do Senador José Agripino, Líder do DEM, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, a Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, com, naturalmente, a solidariedade dos outros Líderes, para encaminharem a esta Presidência as sugestões a respeito de providências que o Senado deve tomar em solidariedade à família deste que foi um dos grandes Presidentes desta Casa, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Está designada essa comissão.

Vamos iniciar a Ordem do Dia.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Não posso abrir mão de usar da palavra, por favor, em nome das mulheres. Hoje, aqui, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Premiamos várias mulheres deste Brasil afora. Fizemos uma solenidade, presidida por V. Ex^a, da maior grandeza e beleza. E não é dessa forma, no final do dia, que poderemos nos calar diante de tudo o que fizemos aqui hoje em favor da mulher, pelo prestígio da mulher.

Em nome das Senadoras desta Casa e das mulheres de todo o Brasil, queremos protestar com o que ocorreu com Dona Arlete, uma mulher de 78 anos de idade. Estão lá na sua casa, neste momento, vasculhando suas gavetas, vasculhando seus armários, vasculhando sua vida íntima.

Isso não é justo, Sr. Presidente. Precisamos, sim, que o Senado Federal, com seu apoio de sempre, por tudo o que V. Ex^a fez hoje, no Dia Internacional da Mulher, numa das solenidades mais bonitas que esta Casa já viu em favor da mulher brasileira, tome uma atitude enérgica contra essa situação.

Quisera nós que a Justiça fosse tão dura, como está sendo com Dona Arlete, com os 40 quadrilheiros, com os donos dos cheques corporativos, gastando dinheiro público todos os dias, que fosse tão dura com a casa de Waldomiro Diniz – é assim que eu queria que a Justiça fosse – e não com uma senhora de bem, como Dona Arlete, mãe de um Senador da República e esposa do grande Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ordem do Dia, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Mão Santa. Peço a V. Ex^a que seja breve.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, antigamente para ser Senador era obrigatório jurar sobre a Bíblia. Aboliu-se isso, mas não abolimos Cristo, que está ali.

Então, está aqui no Livro de Deus, II Coríntios, Deuteronômio, leis de caráter humanitário: ai daqueles que humilharem, que perseguirem as viúvinhas. Acima da Constituição, está o Livro de Deus. Isso é uma aberração contra os princípios cristãos de nós

Senadores contra a viúva, modelo de mãe, modelo de mulher, modelo de brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Vou passar à Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007.

Discussão em turno único do Projeto de Lei de Conversão.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, há oradores querendo se manifestar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não vejo por que esse inconveniente de entrarmos pela madrugada a dentro, Sr. Presidente. Não vejo por quê. Diz o Senador Raupp: “Já fizeram.” Não fizeram; não dá para se fazer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, V. Ex^a já iniciou a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ficaria uma sessão de homenagem às mulheres e, ao mesmo tempo, poder-se-ia coonestar a invasão da casa de uma senhora de idade. Há Senadores querendo falar sobre isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia já foi iniciada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E há mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...Já designei uma comissão para tratar da solidariedade à Sr^a Arlete.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, agradeço, isso é muito importante, mas não satisfaz aos Senadores, que querem manifestar pessoalmente sua solidariedade.

Vejo aqui o Senador Marconi Perillo, vejo o Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, já estamos na Ordem do Dia!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, por outro lado, Sr. Presidente, vamos partir para a obstrução. Vamos partir para isso, o Senador Romero concorda...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^as já estão em obstrução!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! E mais, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não estou aqui para, realmente, tolerar, meu caro Senador Arthur Virgílio, uma tentativa não de obstrução ao Governo, mas de obstrução à minha direção à frente dos trabalhos desta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não, não! V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Preciso iniciar a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantos apelos eu não recebo aqui, dos Senadores, para que a Ordem do Dia seja iniciada às 16 horas, todos os dias!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, mas não é usual se invadir a casa de uma viúva todos os dias. Isso nem na ditadura acontecia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas designei uma comissão, Senador Arthur Virgílio!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! Agora, Presidente, por favor, V. Ex^a sabe a estima que lhe dedico. Não confunda, ou seja, uma obstrução a determinada medida é um direito da Minoria. E não é disso que se está tratando neste momento. Vamos fazê-lo daqui a pouco. Não se confunda com isso, porque, senão, V. Ex^a traz o problema para o campo pessoal, e não há necessidade de fazê-lo. Nada temos contra sua Presidência. Ao contrário, estávamos no gabinete de V. Ex^a, ainda há pouco, procurando soluções para o Orçamento; estávamos lá procurando ajudar a limpar a área do ponto de vista ético, para produzirmos um Orçamento digno do País. Nesse momento, V. Ex^a disse: “Estão obstruindo a mim.” De jeito algum. Não obstruí V. Ex^a coisa alguma! Obstruímos, legitimamente, medidas do Governo, quando quisermos, quando acharmos que é nosso direito, nosso dever, mas, neste momento, trata-se de dar vazão a pessoas que estão revoltadas. Pode ser que alguém, inclusive mulheres, não estejam aqui revoltadas com o que houve com D. Arlete. Eu estou. E outras pessoas estão. Essas pessoas querem se manifestar fora de comissão, fora da burocracia; querem manifestar seu sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, peço a colaboração de todos os Senadores no sentido de que possamos ter aqui uma sessão absolutamente tranqüila. Vários Srs. Senadores já se manifestaram.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Ordem do Dia já iniciou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Minha questão de ordem é sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Inclusive o Senador Arthur Virgílio fala pela sua Bancada. Então, Sr^s e Srs. Senadores...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...Eu faria um apelo, para que pudéssemos começar a Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, ela já foi iniciada. V. Ex^a já leu o Item 1. Falta designar o Relator para proferir parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu faria um apelo para iniciarmos a Ordem do Dia ...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre a ordem dos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...fazendo um apelo ao Senador Eptácio Cafeteira, para que S. Ex^a possa deixar sua manifestação para depois da Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre procedimentos em relação aos trabalhos do Senado Federal. Eu gostaria que V. Ex^a me concedesse.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Isso não está em discussão agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o artigo do Regimento, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O artigo que V. Ex^a quiser.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Qualquer um, qualquer um!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero, Sr. Presidente...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para questão de ordem, tem que se de explicitar o artigo, Sr. Presidente!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a escolha o artigo e me conceda a palavra, por favor. Já que V. Ex^a concedeu para tantos sobre o mesmo assunto, eu gostaria...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não é pela ordem. Para questão de ordem, tem que se de citar o artigo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... de usar da palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia já foi iniciada. V. Ex^a já leu o Item 1. Falta designar o Relator para proferir parecer sobre a constitucionalidade da medida provisória.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É sobre os trabalhos do Senado Federal, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não acredito que V. Ex^a vá negar a palavra ao Senador Eptácio Cafeteira, que está fazendo um enorme sacrifício físico para estar em pé naquela tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Eptácio Cafeteira será o último orador antes da Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o Governo não pode ganhar no grito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eptácio Cafeteira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu me inscrevo para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 395**, de 27 de setembro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito mil reais), para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de março do corrente ano.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para os fins do dis-

posto no art. 11 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica que designou os Deputados Manato (PDT – ES) e Silvio Costa (PMN – PE), como titulares e os Deputados Severiano Alves (PDT – BA) e Perpétua Almeida (PCdoB – AC), como suplentes, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos, de conformidade com o Ofício/B/031/08, do Líder do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN e PRB, desta data.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 52, de 2008** (nº 90/2008, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a Mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 52, DE 2008

(Nº 90/2008, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossa Excelência o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Brasília, 5 de março de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 008 /2008-BCB

Brasília, 27 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

2. Na forma do que estabelece a mencionada lei, o demonstrativo das emissões do Real deve ser enviado aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional.

Respeitosamente,



HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente

Anexo à EM nº 008/2008-BCB, de 27.02.2008

Demonstrativo das emissões do real – Mês de janeiro de 2008.

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

Em janeiro, a média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$141,9 bilhões, apresentando queda de 1,2% no mês e aumento de 21,9% no período de doze meses. O saldo do papel-moeda emitido reduziu-se em 3,5%, enquanto as reservas bancárias cresceram 3,7%, ainda refletindo a intensidade dos depósitos à vista em dezembro.

Demonstrativo de emissões do real	
Janeiro - 2008	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2008 ^{1/} (Voto CMN nº 123/2007)	153,80
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	141,86
b.1 - Usos - saldos ^{2/}	141,86
b.1.1 Papel-moeda emitido	95,18
b.1.2 Reservas bancárias	46,68
b.2 - Fontes	141,86
b.2.1 Saldos em 31.12.2007	146,62
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	102,89
b.2.1.2 Reservas bancárias	43,73
b.2.2 Fluxos em Janeiro /2008 ^{3/}	-4,76
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	8,10
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-14,56
b.2.2.3 Operações com o setor externo	2,68
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-0,97
C - Saldo de emissão (A - B)	11,94
D - Reservas Internacionais disponíveis	330,07
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	153,80
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	176,27

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Com relação às fontes de emissão monetária, tendo como referência os fluxos mensais, as operações do setor externo foram expansionistas em R\$4,4 bilhões em janeiro, como resultado das compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio. No mesmo sentido, o movimento na conta única do Tesouro Nacional atingiu R\$5,5 bilhões.

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2006 Jan	65 938	-4,6	12,4	30 716	5,3	12,5	96 655	-1,7	12,4
Fev	63 931	-3,0	13,1	28 527	-7,1	8,0	92 458	-4,3	11,5
Mar	61 998	-3,0	12,5	28 486	-0,1	8,2	90 484	-2,1	11,1
Abr	62 542	0,9	14,7	28 384	-0,4	9,5	90 926	0,5	13,0
Mai	62 516	-0,0	15,1	28 241	-0,5	8,3	90 757	-0,2	12,9
Jun	63 958	2,3	16,3	29 831	5,6	18,1	93 790	3,3	16,9
Jul	66 013	3,2	17,4	29 515	-1,1	12,2	95 528	1,9	15,8
Ago	67 093	1,6	19,2	28 916	-2,0	12,1	96 009	0,5	17,0
Set	70 881	5,6	24,2	29 593	2,3	15,4	100 474	4,7	21,5
Out	72 040	1,6	23,6	29 863	0,9	16,7	101 903	1,4	21,5
Nov	72 986	1,3	24,7	31 896	6,8	19,9	104 882	2,9	23,2
Dez	82 881	13,6	19,9	35 423	11,1	21,5	118 304	12,8	20,3
2007 Jan	80 499	-2,9	22,1	35 829	1,1	16,6	116 328	-1,7	20,4
Fev	78 486	-2,5	22,8	33 465	-6,6	17,3	111 951	-3,8	21,1
Mar	75 677	-3,6	22,1	33 346	-0,4	17,1	109 023	-2,6	20,5
Abr	75 912	0,3	21,4	34 782	4,3	22,5	110 694	1,5	21,7
Mai	76 067	0,2	21,7	35 235	1,3	24,8	111 301	0,5	22,6
Jun	77 561	2,0	21,3	35 634	1,1	19,5	113 195	1,7	20,7
Jul	79 218	2,1	20,0	37 240	4,5	26,2	116 458	2,9	21,9
Ago	79 704	0,6	18,8	37 722	1,3	30,5	117 425	0,8	22,3
Set	83 917	5,3	18,4	39 264	4,1	32,7	123 181	4,9	22,6
Out	84 694	0,9	17,6	39 651	1,0	32,8	124 345	0,9	22,0
Nov	86 141	1,7	18,0	41 252	4,0	29,3	127 393	2,5	21,5
Dez	98 620	14,5	19,0	45 022	9,1	27,1	143 642	12,8	21,4
2008 Jan	95 182	-3,5	18,2	46 676	3,7	30,3	141 858	-1,2	21,9

As operações com títulos públicos federais no mês, incluindo a atuação do Banco Central com o objetivo de ajustar a liquidez do mercado monetário, proporcionaram contração de R\$26 bilhões. No

mercado secundário, as vendas líquidas somaram R\$60,7 bilhões, enquanto no mercado primário ocorreram resgates líquidos de títulos do Tesouro Nacional no montante de R\$34,7 bilhões.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ milhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos e ajustes	Variação da base monetária
2006 Jan	9 888	- 26 578	5 541	991	1 773	- 8 404
Fev	8 267	3 478	5 156	69	1 349	1 784
Mar	- 9 465	- 3 157	6 567	778	- 615	- 5 892
Abr	- 7 839	1 412	4 714	69	1 959	177
Mai	- 10 245	528	9 054	1 465	- 3 555	- 2 754
Jun	- 6 246	13 247	- 5	- 1 373	2 853	8 476
Jul	- 29	- 10 716	9 628	697	379	- 43
Ago	- 12 426	6 235	9 904	567	989	5 289
Set	1 812	- 3 326	3 227	804	- 398	511
Out	- 7 680	- 3 316	9 338	669	480	- 510
Nov	6 834	8 197	5 677	1 291	- 276	5 473
Dez	- 2 159	13 309	5 569	1 451	499	15 767
2007 Jan	- 1 924	- 20 246	10 320	38	406	11 406
Fev	- 4 108	- 19 659	18 487	419	302	- 4 559
Mar	- 350	- 16 004	17 330	99	1 024	2 098
Abr	- 8 741	- 6 738	22 328	66	257	7 171
Mai	- 5 560	- 31 496	29 170	- 358	2 038	- 6 158
Jun	- 143	- 10 757	16 209	631	875	7 353
Jul	1 284	- 12 008	13 106	749	1 144	208
Ago	- 7 570	3 257	5 794	- 914	- 1 892	- 1 324
Set	- 3 654	8 917	- 3	- 2 270	2 851	5 852
Out	- 6 244	930	6 430	478	1 938	2 627
Nov	- 11 197	10 601	10 010	- 1 006	- 527	7 881
Dez	- 4 826	19 229	4 210	- 3 329	485	15 769
2008 Jan	5 479	- 26 009	4 408	489	- 377	- 16 029

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$1.649 bilhões, apresentando crescimentos de 2% no mês e de 21,2% nos últimos doze meses. Dentre seus componentes, o estoque de títulos públicos em mercado atingiu R\$1.416 bilhões, elevação de 3,5% no mês. Esse comportamento deveu-se, basicamente, à atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada													
Saldos em final de período													
R\$ milhões													
Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais						Total	Variação percentual		
				Títulos do BCB			Títulos do Tesouro Nacional				Total	Mês	12 meses
				Remunera- dos ^{2/}	Não remune- rados ^{3/}	Posição de car- teira	Financia- mento ^{4/}	Total	Posição de car- teira				
2006 Jan	82 843	72 665	725	6 506	- 63	6 443	954 206	57 319	1011 525	1017 968	1184 202	2,6	18,4
Fev	94 627	73 185	754	6 329	- 108	6 221	981 704	39 229	1020 933	1027 154	1195 730	1,9	18,0
Mar	88 735	73 277	807	6 513	- 110	6 403	992 480	46 106	1038 586	1044 989	1207 808	1,0	17,0
Abr	88 913	73 869	850	6 207	- 136	6 071	976 002	71 828	1047 830	1053 901	1217 533	0,8	17,9
Mai	88 159	73 243	827	6 827	- 32	6 595	966 335	94 927	1061 262	1067 857	1228 085	0,9	18,1
Jun	94 635	75 275	1 037	6 294	0	6 294	990 045	70 082	1060 107	1066 401	1237 348	0,8	17,5
Jul	94 592	75 686	836	6 389	- 7	6 382	988 090	95 780	1081 870	1088 252	1259 366	1,8	17,9
Ago	99 831	76 033	887	6 340	0	6 340	1011 136	78 456	1089 592	1095 932	1272 713	1,1	17,4
Set	100 372	77 483	979	6 505	0	6 505	1033 567	71 899	1105 466	1111 971	1290 805	1,4	17,9
Out	99 862	77 656	1 000	2 773	0	2 773	1034 584	91 232	1125 796	1128 569	1307 087	1,3	17,3
Nov	105 335	79 620	1 088	0	0	0	1060 349	72 813	1132 962	1132 962	1319 005	0,9	16,9
Dez	121 102	82 024	1 123	0	0	0	1072 568	60 030	1132 596	1132 596	1336 845	1,4	15,8
2007 Jan	109 696	82 846	1 058	0	0	0	1067 217	99 825	1167 042	1167 042	1360 642	1,8	14,9
Fev	105 137	83 444	1 124	0	0	0	1099 314	98 347	1197 661	1197 661	1387 366	2,0	16,0
Mar	107 236	84 147	1 148	0	0	0	1121 298	105 937	1227 235	1227 235	1419 766	2,3	17,5
Abr	114 406	84 985	1 150	0	0	0	1130 519	115 898	1246 217	1246 217	1446 759	1,9	18,8
Mai	108 251	86 037	1 207	0	0	0	1153 027	137 832	1290 859	1290 859	1486 354	2,7	21,0
Jun	115 604	87 416	1 252	0	0	0	1176 431	136 677	1313 108	1313 108	1517 380	2,1	22,6
Jul	115 812	89 091	1 186	0	0	0	1147 823	191 538	1339 361	1339 361	1545 450	1,8	22,7
Ago	114 488	90 749	1 242	0	0	0	1167 472	184 568	1352 040	1352 040	1558 519	0,8	22,9
Set	120 340	93 660	1 344	0	0	0	1180 030	176 086	1356 116	1356 116	1571 480	0,8	21,7
Out	122 967	94 903	1 368	0	0	0	1174 765	190 835	1365 600	1365 600	1584 838	0,9	21,2
Nov	130 847	96 610	1 383	0	0	0	1202 175	173 008	1375 183	1375 183	1604 003	1,2	21,6
Dez	146 617	100 777	1 446	0	0	0	1201 965	165 813	1367 778	1367 778	1616 618	0,8	20,9
2008 Jan	130 588	101 172	1 454	0	0	0	1187 444	228 346	1415 790	1415 790	1649 004	2,0	21,2

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Exigibilidade adicional sobre depósitos à vista e de poupança: SELIC.
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia, do DEMAB (-) oversold (+) undersold e posições da Res. 2308, de 28.8.96.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento (M1), considerada a média dos saldos diários, alcançaram R\$199,5 bilhões em janeiro, com redução de 5,2% no mês e crescimento de 21,6% em doze meses. Os saldos médios do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista registraram quedas de 3,3% e 6,4% no

mês. Considerado o período dos últimos doze meses, tais componentes elevaram-se em 17,7% e 24,1%, respectivamente.

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2008 Jan	54 537	-4,4	11,2	83 364	-2,4	10,7	137 900	-3,2	10,9
Fev	52 046	-4,6	11,2	79 688	-4,4	7,9	131 734	-4,5	9,2
Mar	50 624	-2,7	11,1	81 369	2,1	9,7	131 993	0,2	10,2
Abr	50 739	0,2	13,0	80 315	-1,3	10,4	131 054	-0,7	11,4
Mai	51 210	0,9	14,1	80 789	0,6	13,1	131 999	0,7	13,5
Jun	52 410	2,3	15,0	81 388	0,7	12,1	133 797	1,4	13,2
Jul	53 888	2,8	15,7	83 244	2,3	12,6	137 132	2,5	13,8
Ago	54 603	1,3	17,4	83 325	0,1	13,1	137 928	0,6	14,8
Set	57 506	5,3	22,8	85 992	3,2	17,6	143 498	4,0	19,8
Out	58 015	0,9	22,5	88 215	2,6	17,9	146 230	1,9	19,7
Nov	58 680	1,1	22,3	91 448	3,7	19,5	150 128	2,7	20,6
Dez	67 072	14,3	17,6	100 118	9,5	17,2	167 190	11,4	17,4
2007 Jan	65 157	-2,9	19,5	98 960	-1,2	18,7	164 117	-1,8	19,0
Fev	62 801	-3,6	20,7	94 814	-4,2	19,0	157 615	-4,0	19,6
Mar	61 526	-2,0	21,5	95 600	0,8	17,5	157 126	-0,3	19,0
Abr	61 402	-0,2	21,0	97 434	1,9	21,3	158 836	1,1	21,2
Mai	61 885	0,8	20,8	96 679	-0,8	19,7	158 564	-0,2	20,1
Jun	62 958	1,7	20,1	99 652	3,1	22,4	162 610	2,6	21,5
Jul	64 453	2,4	19,6	103 226	3,6	24,0	167 678	3,1	22,3
Ago	65 257	1,2	19,5	105 440	2,1	26,5	170 698	1,8	23,8
Set	68 174	4,5	18,6	107 615	2,1	25,1	175 789	3,0	22,5
Out	68 510	0,5	18,1	110 768	2,9	25,6	179 278	2,0	22,6
Nov	69 380	1,3	18,2	114 345	3,2	25,0	183 725	2,5	22,4
Dez*	79 263	14,2	18,2	131 276	14,8	31,1	210 540	14,6	25,9
2008 Jan*	76 686	-3,3	17,7	122 825	-6,4	24,1	199 510	-5,2	21,6

* Dados preliminares.

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, atingiu 1,41 ante 1,47 em dezembro.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/} Média dos saldos nos dias úteis					
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$\frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	
					$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2006 Jan	0,40	0,60	0,14	0,37	1,43
Fev	0,40	0,60	0,15	0,36	1,42
Mar	0,38	0,62	0,14	0,35	1,46
Abr	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44
Mai	0,39	0,61	0,14	0,35	1,45
Jun	0,39	0,61	0,14	0,37	1,43
Jul	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44
Ago	0,40	0,60	0,15	0,35	1,44
Set	0,40	0,60	0,18	0,34	1,43
Out	0,40	0,60	0,18	0,34	1,43
Nov	0,39	0,61	0,16	0,35	1,43
Dez	0,40	0,60	0,16	0,35	1,41
2007 Jan	0,40	0,60	0,16	0,38	1,41
Fev	0,40	0,60	0,17	0,35	1,41
Mar	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44
Abr	0,39	0,61	0,15	0,36	1,43
Mai	0,39	0,61	0,15	0,36	1,42
Jun	0,39	0,61	0,15	0,36	1,44
Jul	0,38	0,62	0,14	0,36	1,44
Ago	0,38	0,62	0,14	0,36	1,45
Set	0,39	0,61	0,15	0,36	1,43
Out	0,38	0,62	0,15	0,36	1,44
Nov	0,38	0,62	0,15	0,36	1,44
Dez	0,38	0,62	0,15	0,34	1,47
2008 Jan	0,38	0,62	0,15	0,38	1,41

1/ Onde :

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
PMPP - Papel-moeda em poder do público	CX - Encaixe de moeda corrente
M1 - Meios de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RB - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

A redução do M1 refletiu-se em queda de 3,4% no estoque do M2, que recuou para R\$755,7 bilhões. Não obstante, os saldos dos depósitos de poupança e de títulos privados elevaram-se 1,2% e 4%, alcançando R\$237,6 bilhões e R\$323,6 bilhões, respectivamente. Esse aumento deveu-se, em grande medida, às captações líquidas de R\$1,2 bilhão nas cadernetas de poupança e de R\$10,4 bilhões nos depósitos a prazo.

Em seu conceito M3, que agrega ao M2 as quotas de fundos de investimentos e os títulos públicos federais que dão lastro à posição líquida de financiamento em operações compromissadas, observou-se relativa estabilidade, com a manutenção do saldo de R\$1,62 trilhão. As quotas de fundo de investimento e o estoque de operações compromissadas elevaram-se 3% e 2%, respectivamente. O conceito M4, que agrega ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, expandiu-se 0,4%, totalizando R\$1,89 trilhão.

Meios de pagamento ampliados													
Saldo em final de período													
R\$ milhões													
Período	M1	Depósitos		Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações comprometidas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	Títulos estaduais e municipais	M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança									No. mês	Em 12 meses
2006 Jan	129 951	1 109	168 740	267 453	567 253	588 534	25 676	1 179 483	146 722	997	327 182	1,1	19,0
Fev	131 136	1 181	169 964	272 574	574 855	600 493	26 828	1 202 178	146 651	1 009	349 735	1,7	19,2
Mar	128 748	1 135	167 242	281 669	578 795	611 674	27 357	1 217 826	152 956	21	370 802	1,9	18,9
Abr	127 513	1 232	166 661	284 251	579 657	617 968	27 901	1 225 525	153 791	21	379 338	0,6	18,7
Mai	130 857	1 276	166 049	295 798	593 981	620 958	30 941	1 245 880	155 167	21	401 068	1,6	18,7
Jun	132 055	1 138	167 620	299 629	500 442	622 123	29 976	1 252 541	156 717	21	409 279	0,6	19,0
Jul	133 558	1 212	170 110	299 933	604 813	635 993	30 804	1 271 609	163 119	21	434 749	1,8	19,1
Ago	136 342	1 154	171 003	298 533	607 033	648 529	28 169	1 283 731	166 567	21	450 319	1,1	18,5
Set	143 061	1 339	174 233	293 241	611 875	663 273	26 714	1 301 881	169 455	22	471 337	1,4	18,5
Out	145 009	3 698	176 209	297 493	622 409	666 931	30 825	1 320 165	173 576	22	493 763	1,5	18,8
Nov	151 875	3 320	180 119	302 411	637 724	677 167	33 233	1 348 123	179 252	22	527 397	2,3	19,3
Dez	174 345	3 731	187 864	295 559	661 500	684 082	32 123	1 377 704	180 681	22	558 607	2,0	18,8
2007 Jan	155 630	3 082	189 735	297 305	645 752	710 837	34 939	1 391 528	190 475	22	582 024	1,5	19,2
Fev	153 682	2 749	192 045	298 490	646 966	722 353	37 179	1 406 498	197 717	23	604 238	1,4	18,9
Mar	155 577	2 798	194 376	297 484	650 734	728 128	34 955	1 413 816	213 306	23	627 145	1,4	18,7
Abr	156 468	3 155	197 640	299 867	657 130	748 789	37 109	1 441 028	223 504	23	664 555	2,3	20,7
Mai	157 893	2 783	200 246	302 977	663 900	753 843	41 287	1 459 030	238 625	23	697 677	2,0	21,2
Jun	164 171	3 052	203 955	308 042	677 220	759 169	42 363	1 478 753	249 063	23	727 839	1,8	22,4
Jul	168 891	3 113	208 214	304 406	682 624	774 627	41 879	1 499 130	253 145	23	752 298	1,4	22,1
Ago	170 027	3 236	212 971	311 853	698 087	771 293	40 017	1 509 397	252 693	23	762 113	0,6	21,5
Set	174 810	3 358	218 432	315 106	711 706	793 190	40 149	1 545 045	263 755	23	808 823	2,7	22,9
Out	178 096	3 541	221 169	319 547	722 353	806 478	40 750	1 569 580	266 846	23	836 449	1,5	22,9
Nov	187 793	3 831	225 355	318 210	735 189	807 044	43 345	1 585 577	271 311	24	856 912	1,1	21,6
Dez*	232 023	4 249	234 672	311 084	782 028	794 163	42 529	1 618 721	267 828	24	886 672	1,6	21,0
2008 Jan*	190 747	3 742	237 597	323 622	755 709	817 703	43 382	1 616 794	277 011	24	893 829	0,4	19,7

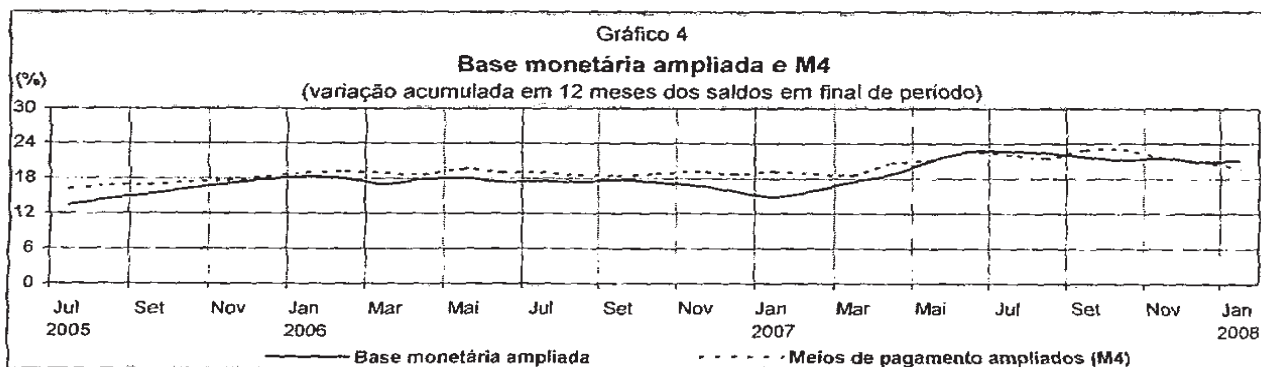
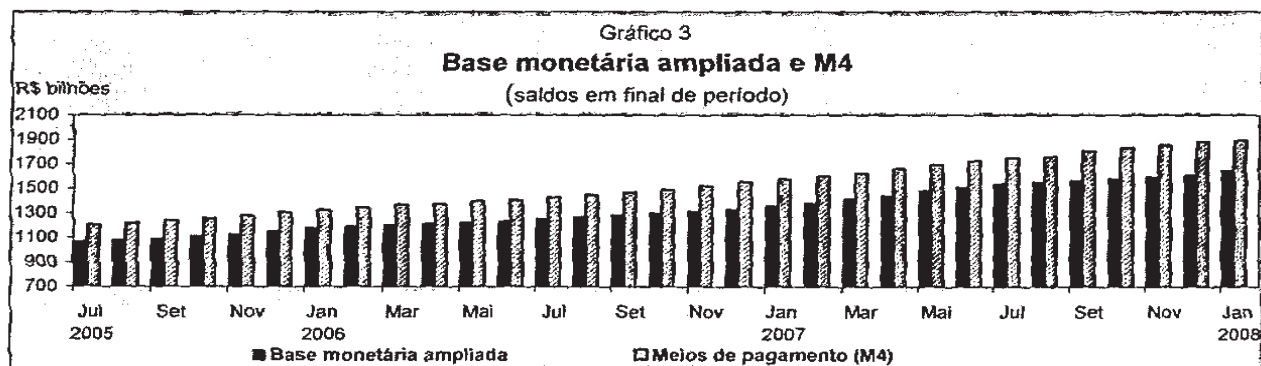
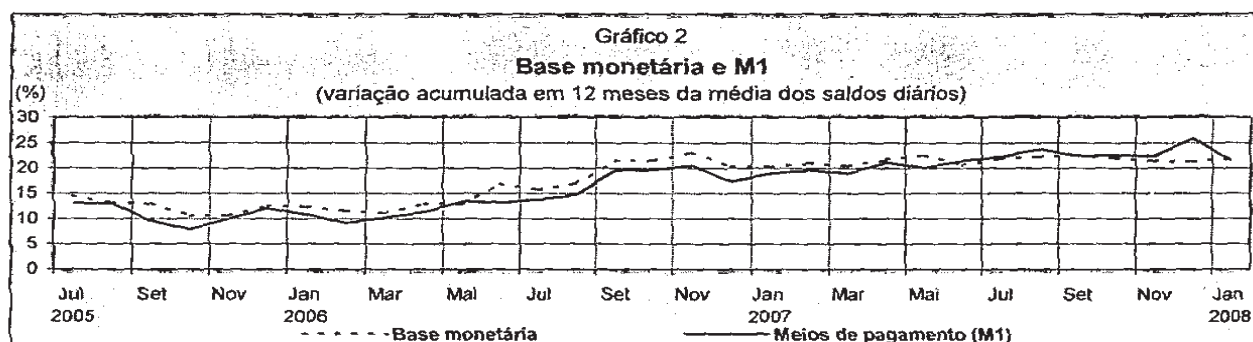
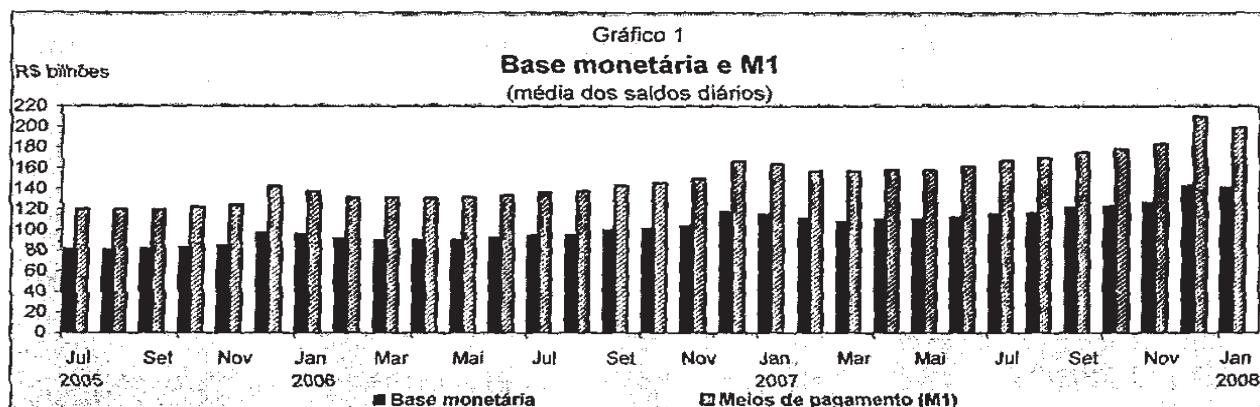
1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.

2/ - Excluso lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* - Dados preliminares

V – Anexos



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.
6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.
7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.
8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.
9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:
- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
 - encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
 - encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
 - encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
 - assistência financeira de liquidez;
 - operações com derivativos;
 - recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
 - outras contas.
10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

Aviso nº 117 – C. Civil.

Brasília, 5 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Morais

Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: **Demonstrativo das emissões do Real.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

ofício nº 5/5, de 2008

– **Projeto de Resolução nº 1, de 2004**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dá nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal*; e

– **Projeto de Resolução nº 20, de 2007**, de autoria do Senador Tião Viana, que denomina “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Presidência recebeu o **Ofício nº S/5, de 2008** (nº 274/2008, na origem), do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2007, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o Ofício recebido:

GAPRE.2008/ **0 2 7 4**

Fortaleza, **04 /03 /08**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência as *Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE*, referentes ao ano de 2007, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27.09.89.

Respeitosamente,


ROBERTO SMITH
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2007

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Paranjana, 5700 Fortaleza CE - Sociedade de Capital Aberto - Carta Patente nº 3465 - C.N.P.J nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2007

No exercício de 2007, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) manteve o seu compromisso de fomentar o desenvolvimento da região Nordeste por meio do apoio financeiro aos diversos públicos que compõem o cenário de desenvolvimento da Região: empresas de grande e médio portes, micro e pequenas empresas, empreendedores informais, agricultores familiares e outras pessoas físicas, além de Governos.

As contratações globais de operações de empréstimos e financiamentos durante o ano somaram R\$ 7,5 bilhões, tendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) como a principal fonte de recursos. Com o valor de R\$ 4,2 bilhões em financiamentos com o FNE, 2007 foi o terceiro ano consecutivo de contratações acima de R\$ 4 bilhões com essa fonte de recursos, demonstrando a importância do FNE para o cumprimento da missão do BNB. A Agricultura Familiar foi beneficiada com créditos no valor total de R\$ 1,2 bilhão e os empreendedores informais com R\$ 794,3 milhões por meio do programa de microcrédito Crediamigo.

Como parte da estratégia de diversificação de fontes para financiar suas operações, o Banco realizou em 2007 as primeiras contratações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), além da estruturação de uma operação com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

A criação do Ambiente de Responsabilidade Socioambiental e da Ouvidoria do BNB, a inauguração de mais um Centro Cultural e a implementação de uma linha de financiamento voltada exclusivamente para o setor da cultura – o Programa de Apoio à Cultura (PROCULTURA) – marcam a relevância que tem sido dada pelo Banco à sustentabilidade de suas ações e a importância que tem sido reservada à cultura.

Com todas essas ações, o Banco intensifica cada vez mais a sua atuação na região Nordeste e parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, participando ativamente da promoção do desenvolvimento de forma sustentável.

DESEMPENHO OPERACIONAL**Contratações Globais**

No exercício de 2007, o BNB contratou financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo voltados para o desenvolvimento da região Nordeste no valor total de R\$ 7,5 bilhões.

CONTRATAÇÕES GLOBAIS		R\$ milhões	
	2006	2007	Variação
Operações de Longo Prazo ⁽¹⁾	5.223,4	4.989,4	-4,5%
Operações de Curto Prazo ⁽²⁾	2.065,0	2.489,6	20,6%
Total	7.288,4	7.479,0	2,6%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infra-estrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida.

Os setores rural e comercial foram os que mais receberam recursos no período, com R\$ 2,7 bilhões e R\$ 2,5 bilhões respectivamente. O setor de serviços foi o que mais cresceu em termos percentuais, com 43,6% a mais em comparação ao período anterior.

CONTRATAÇÕES GLOBAIS POR SETOR ECONÔMICO		R\$ milhões	
Setor	2006	2007	Variação
Rural	2.709,8	2.710,1	0,0%
Industrial	1.482,4	1.165,0	-21,4%
Infra-estrutura	741,7	502,6	-32,2%
Comércio ⁽¹⁾	1.940,4	2.506,8	29,2%
Serviços	414,1	594,5	43,6%
Total	7.288,4	7.479,0	2,6%

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

Dentre as contratações de operações de longo prazo, o FNE mantém-se como a principal fonte de recursos, com 85,1% do total. Com a estratégia de diversificação de fontes para financiar suas operações, o Banco realizou importantes contratações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), além da estruturação de uma operação com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO CONTRATADOS R\$ milhões

Fonte	2006	2007	Variação
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	4.588,2	4.246,5	-7,5%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	316,7	-	-100,0%
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	100,7	250,2	148,5%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	-	65,2	-
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	-	55,3	-
Demais fontes ⁽¹⁾	217,8	372,2	70,9%
Total	5.223,4	4.989,4	-4,5%

(1) Recursos Internos, Poupança e Fundo de Terras.

Os empréstimos de curto prazo apresentaram um crescimento de 20,6%, destacando-se a contribuição dos produtos de crédito comercial para esse resultado. Os valores contratados de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro apresentaram um crescimento de 42,1% se comparados com o ano anterior.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS R\$ milhões

Produto	2006	2007	Variação
Crédito Comercial	1.060,2	1.300,1	22,6%
Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro	449,8	639,1	42,1%
Desconto	217,7	287,6	32,1%
Contas Garantidas	392,7	373,4	-4,9%
Câmbio ⁽¹⁾	365,2	395,2	8,2%
Crediamigo	639,6	794,3	24,2%
Total	2.065,0	2.489,6	20,6%

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo BNB e principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para financiar suas operações de desenvolvimento da Região, foi responsável por R\$ 4.246,5 milhões em financiamentos no ano. Mesmo com pequena redução do valor em relação ao ano anterior, o ano de 2007 é o terceiro período seguido de contratações acima de R\$ 4 bilhões. O setor rural contou com a maior participação nos financiamentos do FNE, com operações que totalizaram R\$ 2.192,2 milhões, seguido do setor Comércio/Serviços com R\$ 895,3 milhões e o Industrial com R\$ 721,5 milhões.

FNE - CONTRATAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO R\$ milhões

Setor	2006	2007	Variação
Rural	2.444,5	2.192,2	-10,3%
Industrial	1.032,7	721,5	-30,1%
Infra-estrutura	425,0	437,5	2,9%
Comércio/Serviços	686,0	895,3	30,5%
Total	4.588,2	4.246,5	-7,5%

Microcrédito

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. O volume de empréstimos realizados no ano de 2007, por meio do Crediamigo, foi de R\$ 794,3 milhões, representando um crescimento de 24,2% em relação ao ano de 2006, quando foram emprestados R\$ 639,6 milhões. A quantidade de empréstimos desembolsados obteve, também, significativo crescimento de 19,5%. Em 2007, foram realizadas 824,8 mil operações e, em 2006, foram contratadas 690,4 mil. Ao final de 2007 o Crediamigo alcançou o número de 299.975 clientes ativos, o que representa um crescimento de 27,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o Programa contava com 235.729 clientes. A Carteira Ativa cresceu 37,5%, passando de R\$ 170,6 milhões para R\$ 234,7 milhões.

PROGRAMA CREDIAMIGO EM 2007

	Valor
Quantidade de operações – ANO	824.782
Valor contratado (R\$ mil) – ANO	794.257,1
Valor médio contratado (R\$ 1.00) – ANO	962,99
Clientes Atendidos – ANO	766.582
Clientes Atendidos com operações por DIA	3.312

Clientes Ativos – 31.12.2007	299.975
Carteira Ativa (R\$ mil) – 31.12.2007	234.656,5
Valor Médio Ativo (R\$ 1,00) – 31.12.2007	782,25

Em 2007 foi concluída a expansão do Crediamigo Comunidade para todos os Estados do Nordeste e Minas Gerais, com 113 Unidades treinadas e formando bancos comunitários – conjuntos de 15 a 30 pessoas que desejam iniciar ou ampliar uma atividade produtiva, com planejamento, crédito, poupança, pagamento de parcelas do crédito, capacitação e melhorias para os negócios, a família e a comunidade, por meio de princípios da auto-gestão. Até o final do ano encontravam-se formados mais de 1.000 bancos, atendendo a quase 17 mil clientes. O produto possui um grande potencial para inclusão da população com atividades econômicas incipientes ou mesmo sem atividade, contribuindo fortemente para sua inclusão social.

Agricultura Familiar

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: O BNB tem se firmado como principal agente financeiro do PRONAF para o Nordeste, com uma carteira ativa da ordem de R\$ 4,4 bilhões, envolvendo 1,5 milhão de operações. Os 505,9 mil financiamentos contratados no âmbito do PRONAF em 2007 totalizaram R\$ 1.183,5 milhões. O BNB firmou convênio com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, objetivando o acesso das mulheres à documentação, alcançando a emissão de mais de 91 mil documentos de mulheres em 124 municípios. Essa ação contribuiu para o acesso das mulheres ao crédito, obtendo-se em 2007 a marca de 43% das operações para esse público.

PRONAF – CONTRATAÇÕES POR GÊNERO R\$ milhões

Gênero	Quantidade de Operações	Valor Contratado	% Quant.	% Valor
Feminino	216.468	407,8	42,8%	34,5%
Masculino	289.471	775,7	57,2%	65,5%
TOTAL	505.939	1.183,5	100,0%	100,0%

Agroamigo: Programa que utiliza metodologia de microcrédito produtivo orientado na concessão de empréstimos destinados a agricultores familiares do Grupo B do Pronaf, o BNB contratou, com o Agroamigo, 192,7 mil operações totalizando R\$ 259,5 milhões. O Programa está implantado em 164 agências do Banco assistindo a 876 municípios por meio de 401 assessores de microcrédito rural. A utilização dessa metodologia visa agilizar o processo de concessão de crédito e expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares.

Crédito Fundiário: Durante do ano de 2007, o Banco contratou, por meio dos Programas de Crédito Fundiário, nas linhas Combate à Pobreza Rural – com seus dois subprojetos de Aquisição de Terra e Investimentos Complementares – e Consolidação da Agricultura Familiar, 713 operações no valor total de R\$ 124,0 milhões.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE)

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) foi concebido para atender parte das demandas da cadeia do turismo, investindo em ações de natureza pública no suprimento de algumas carências na Região, notadamente de infra-estrutura e desenvolvimento institucional. A segunda fase do Programa – o Prodetur/NE II –, em execução, beneficia os mesmos pólos dos Estados nordestinos que receberam investimentos da primeira fase, além do pólo do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Essa fase teve seu escopo de ações expandido, contemplando, além de infra-estrutura, ações voltadas para o fortalecimento da gestão do turismo e de planejamento e capacitação profissional e empresarial. O Prodetur/NE II envolve recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões oriundos do Contrato de Empréstimo firmado entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 160 milhões de contrapartida da União Federal, dos Estados, dos Municípios e, eventualmente, da iniciativa privada. O comprometimento total dos recursos do Programa se concretizou no ano de 2006.

Operações Estruturadas

Operações Estruturadas são aquelas resultantes de propostas de crédito que requerem atendimento específico e soluções diferenciadas, dadas as suas especificidades e evidente importância para a promoção do desenvolvimento do Nordeste. Durante o ano de 2007 o Banco analisou 50 Cartas-Consulta de propostas de Operações Estruturadas e contratou 17 financiamentos no valor de R\$ 1,1 bilhão, viabilizando empreendimentos de forte impacto econômico para a região Nordeste. Com isso, chega a 68 a quantidade de projetos contratados classificados como operações estruturadas envolvendo financiamentos totais no valor de R\$ 4.745,3 milhões.

OPERAÇÕES ESTRUTURADAS CONTRATADAS

POR SETOR DE ATIVIDADE

R\$ milhões

Setor	Quant. Projetos	Valor Financiamentos	%
Produção e Distribuição de Energia	23	1.465,7	30,9
Comunicação	7	998,4	21,0
Petroquímica	6	691,0	14,6
Indústria	4	332,0	7,0
Agroindústria	6	308,3	6,5
Siderurgia	2	230,4	4,9
Papel e Celulose	1	195,7	4,1
Comércio	5	145,2	3,1
Indústria de Calçados	1	112,0	2,7
Serviço de Transporte	2	95,2	2,0
Indústria de Produtos Alimentícios	1	51,3	1,1
Hotelaria	2	40,4	0,9
Plástico	2	32,8	0,7
Serviço de Tratamento de Resíduos	2	19,1	0,4
Indústria Gráfica	1	14,0	0,3
Serviço – Hospital	2	9,7	0,2
Serviços	1	4,0	0,1
Total	68	4.745,3	100,0

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPE)

O BNB colocou à disposição das linhas de crédito para apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) o valor de R\$ 600,0 milhões, adotado como meta para o ano de 2007. No mesmo período, o Banco contratou mais de 55 mil operações com mais de 15 mil empresas no valor total de R\$ 753,1 milhões. O montante representa 125,5% dos recursos destinados a esse público para o ano. Dentre as ações que contribuíram para esse resultado, destacam-se: a simplificação do processo de crédito, envolvendo regras para vistorias e fiscalizações e questões relacionadas a registros cartorários; adoção de estratégias de negócios com clientes preferenciais para a realização de negócios junto às redes de franquias e de fornecedores e cadeias produtivas de grandes empresas; a participação no Fórum da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte promovido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); e a celebração de parceria de estratégia empresarial com o Sebrae, priorizando o apoio financeiro às MPEs que venham recebendo assistência técnica daquele Serviço.

Carteira Comercial

Em 2007, foram contratados R\$ 1.300,1 milhões em operações de crédito comercial, representando um crescimento de 22,6% diante do volume de contratações do ano anterior. Os produtos de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro apresentaram um crescimento de 42,1%, chegando ao volume de R\$ 639,1 milhões em operações contratadas.

Resultado do compartilhamento de redes de atendimento bancário com outras instituições, com o objetivo de ampliar os canais de atendimento, os clientes do Banco tiveram acesso às suas contas por meio de 7 mil pontos de auto-atendimento da rede do Banco do Brasil e em mais de 32 mil pontos da Rede Verde-Amarela (RVA). O Banco também liberou para os clientes o acesso de informações via celular das suas contas-correntes, poupanças e aplicações financeiras. Ao final de 2007, a quantidade de correntistas do Banco aumentou significativamente, em especial as contas simplificadas, como parte do processo de “bancarização”, que passaram de 235 mil, ao final de 2006, para 288 mil.

Recuperação de Crédito

No ano de 2007 foram regularizadas 254.163 operações que se encontravam em atraso ou prejuízo atingindo a cifra de R\$ 1.032,9 milhões. O valor representa 129% da meta estabelecida para o ano, de R\$ 800 milhões. Do valor envolvido, R\$ 162,5 milhões, ou 16%, correspondem ao recebimento em espécie. Em operações do FNE foram R\$ 622 milhões ou 60% do valor total.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**Ativos Totais**

Ao término de 2007, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 13,3% em relação ao final de 2006. Esse crescimento foi proporcionado, além da apropriação de receitas geradas pelos ativos, pelo ingresso de recursos oriundos de novas captações de poupança e depósitos a prazo, bem como de recursos do FNE. A carteira de crédito própria, cujos saldos antes de retificados por provisões para devedores duvidosos cresceram 8,5%, embora tenha havido declínio nos saldos de aplicações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (-3,9%) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (-8,4%). Os saldos de operações de crédito da carteira do BNB destinadas à indústria, comércio e serviços apresentaram crescimento de 18,7%, enquanto os financiamentos rurais e agroindustriais evoluíram 7,1%. Por sua vez, os saldos de provisões para créditos de liquidação duvidosa caíram 2,8%. Os saldos totais de ativos do FNE cresceram 14,8% ao longo de 2007 por conta, principalmente, da expansão dos saldos de operações de crédito líquidos de provisões e do aumento de ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Em 2007, ingressaram no patrimônio do FNE recursos provenientes do Tesouro num montante de R\$ 3.216 milhões, contra R\$ 2.776 milhões em 2006. Quando são comparadas as posições de 31.12.2007 e 31.12.2006, percebe-se um acréscimo de 16,9% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (antes de retificados por provisões) e de 185,3% nos saldos de provisões para créditos de liquidação duvidosa. O acréscimo nas provisões foi consequência, principalmente, da necessidade de aprovisionar valores de operações renegociadas pela Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, conforme determina a Portaria Interministerial Nº 46, de 07.03.2007, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. Destaca-se, também, a recuperação no ano de 2007, para o ativo do FNE, do volume de R\$ 436 milhões relativos a créditos anteriormente baixados como "Prejuízos". Desse valor, R\$ 336 milhões recuperados por meio de renegociações no âmbito da Lei Nº 11.322. Em 2006, o volume total recuperado foi de R\$ 76 milhões.

Discriminação	BNB		FNE	
	R\$ milhões		R\$ milhões	
	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007
ATIVOS GLOBAIS				
Disponibilidades, ⁽¹⁾ Aplicações				
Interfinanceiras e TVM	7.678,6	8.810,6	3.678,2	4.452,6
Operações de Crédito -				
Saldo Líquido de Provisões	3.578,0	3.916,2	15.555,3	17.642,0
Operações de Crédito	3.882,3	4.212,0	15.875,4	18.555,2
- Indústria, Comércio				
e Serviços	1.042,8	1.237,6	3.745,8	4.638,1
- Rurais e Agroindustriais	1.689,7	1.808,9	10.895,7	12.201,6
- Infra-estrutura e Desenvolvimento	622,3	599,1	1.233,8	1.715,6
- Refinanciamentos	502,8	525,3	-	-
- Outras	24,8	40,6	-	-
Provisões para Créditos				
de Liquidação Duvidosa	(304,3)	(295,8)	(320,1)	(913,2)
Relações Interfinanceiras,				
Outros Créditos e Outros				
Valores e Bens	1.037,1	1.222,4	177,0	198,1
Permanente	183,7	193,8	-	-
Total	12.477,4	14.143,1	19.410,5	22.292,7

⁽¹⁾ Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis do FNE.

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2007, correspondia a R\$ 5.129 milhões. Ao final de 2006, a carteira totalizava R\$ 6.653 milhões. Essa redução de 22,9% ocorreu, basicamente, pelo vencimento dos títulos cujos recursos resgatados foram direcionados para aplicações interfinanceiras de liquidez, que apresentaram um saldo,

em 31.12.2007, no valor de R\$ 3.623 milhões, contra R\$ 977 milhões, em 31.12.2006.

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS R\$ milhões

	31.12.2006	31.12.2007
Títulos para Negociação	1	1
Títulos Disponíveis para Venda	6.570	5.100
Títulos Mantidos até o Vencimento	82	28
Carteira Total	6.653	5.129

Atendendo à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o BNB elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, o qual aponta disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens, totalizavam, em 31.12.2007, sem a dedução de provisões, R\$ 22.999 milhões, o que representa um crescimento, no exercício, da ordem de 15,2%.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA¹ R\$ milhões

Fonte	31.12.2006	31.12.2007
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	15.875	18.555
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	1.341	1.442
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	741	712
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	620	568
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	386	389
Fundo de Terras/Reforma Agrária	295	371
Poupança BNB	142	265
Captações Externas (Câmbio)	228	255
Crediamigo (utiliza recursos do BIRD, FAT, DIM e Recursos Internos)	178	245
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	79	79
INCRA - Conta Fundiária	61	63
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	-	36
FRT (Fundo Rotativo de Terras)	9	10
BNDES-Finsocial, CEF, Fungetur, Sudene e Outras	12	10
TOTAL	19.967	22.999

¹ Inclui operações de crédito e outras rubricas com características de crédito, tais como adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens.

Recursos Totais

De 31.12.2006 a 31.12.2007, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 14,3%, conforme a tabela seguinte.

RECURSOS TOTAIS R\$ milhões

	31.12.2006	31.12.2007
Depósitos à vista	132	143
Depósitos de poupança	546	728
Depósitos a prazo	1.761	2.073
- FAT	673	550
- Finor - Disponib.e Reinvestimentos Lei nº 8.167	156	396
- Outros	933	1.127
Depósitos Interfinanceiros e Outros	208	173
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.678	4.454
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.228	1.188
- BNDES e FINAME	802	660
- Outras Instituições	426	528
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	740	653
Obrigações por Empréstimos	325	322
Captações no Mercado Aberto	224	201
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	521	560
Passivos Contingentes	660	837
- FNE	513	648

. Causas Cíveis, Fiscais e Outras	53	72
. Causas Trabalhistas	94	117
Provisões Sociais e Estatutárias	95	85
Pagamentos a Efetuar	781	1.025
. Deliberação CVM 371 (Benefícios pós-emprego)	712	810
. Outros	69	215
Outras Obrigações	74	99
Total das obrigações para com terceiros	10.975	12.541
Patrimônio Líquido	1.502	1.602
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	12.477	14.143
Recursos FNE (exceto Disponibilidades)	15.732	17.840
Total	28.210	31.983

Patrimônio Líquido

O BNB apresentou, em 31.12.2007, um Patrimônio Líquido de R\$ 1.602,5 milhões (R\$ 1.502,3 milhões, em 31.12.2006). O Capital Social Realizado de R\$ 1.299 milhões, em 31.12.2007, manteve-se igual ao valor em 31.12.2006. O Capital Social do BNB está representado por 870.019.022.574 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido do BNB no exercício de 2007 importou em R\$ 219,7 milhões, montante 8,4% superior ao apresentado em 2006 (R\$ 202,7 milhões). O lucro líquido por lote de mil ações que, em 31.12.2006, era de R\$ 0,23, passou, em 31.12.2007, a R\$ 0,25. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2007 foi de 13,71% a.a. Esse índice foi de 13,49% a.a. em 31.12.2006. Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 2007, a rentabilidade do ano foi de 14,14% a.a., enquanto em 2006 foi de 13,82% a.a.

Índice de Adequação Patrimonial

Em 31.12.2007, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do BNB alcançou 16,28% (18,97%, em 31.12.2006), com o Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 1.602 milhões (R\$ 1.502 milhões, em 31.12.2006). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam, para 31.12.2007, um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 1.083 milhões.

Fundos de Investimento

No exercício de 2007, o BNB manteve sob sua administração 15 fundos de investimento, sendo nove destinados aos clientes de varejo, dois exclusivamente para o setor público e quatro para investidores exclusivos. Dentre quatro fundos de varejo administrados pelo Banco e avaliados pela revista Guia Exame – Investimentos Pessoais 2007, três se destacaram obtendo a classificação máxima de 5 estrelas. Para essa avaliação, a metodologia utilizada pelo Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas considera a relação rentabilidade e risco. Um fundo que obtém 5 estrelas está entre os 10% melhores nessa relação. O patrimônio líquido dos fundos atingiu, ao final de 2007, R\$ 2.060,8 milhões, o que representou um crescimento de 15,12% em relação à última posição de 2006.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO

Programas e Fontes de Financiamento

Em consonância com a estratégia para a diversificação de fontes, o Banco efetivou importantes investimentos utilizando novas fontes de recursos: o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT Infra-estrutura) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM). O FDNE proveu recursos para a contratação de um financiamento no valor de R\$ 47 milhões. Já com o FAT foram contratadas três operações no valor total de R\$ 65 milhões para projetos destinados à distribuição de energia. Em relação ao FMM, o BNB atuou como agente financeiro apoiando o fomento da indústria naval brasileira, tendo contratado projeto no valor de R\$ 55 milhões para construção de embarcações para travessias marítimas. Em 2007 o BNB implementou nova linha de financiamento voltada exclusivamente para o setor da

cultura – o Programa de Apoio à Cultura (PROCULTURA) –, dentro de uma parceria celebrada com o Ministério da Cultura.

Apoio às Políticas Públicas

Durante o ano de 2007, o BNB realizou importantes ações de apoio às políticas públicas, articulando parcerias com diversas entidades, reforçando sua missão desenvolvimentista na Região. Dentre as ações destacam-se: o desenvolvimento do Programa PROLAGOSTA – em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR; o Programa de Indenização dos Proprietários de Redes Caçoeiras e Compressores – em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR; o apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, em parceria com os Governos Estaduais, Petrobrás e movimentos sociais; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR – com vários parceiros, dentre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e o Programa Luz Para Todos – com a formação de 180 multiplicadores do Programa, em parceria com o Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) do BNB concluiu e publicou diversos estudos setoriais, pesquisas e livros em 2007. Na área rural, concluiu e publicou os seguintes estudos: Floricultura: perfil da atividade no Nordeste brasileiro; Floricultura: caracterização e mercado; Setor sucroalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas; Fruticultura nordestina: desempenho recente e possibilidades de políticas; Vitivinicultura Nordestina: Características e Perspectivas. Nas áreas industrial e de serviços, os trabalhos concluídos foram: Infra-estrutura (energia eólica); Cenários; Estimativas de variáveis econômicas e financeiras para FEBRABAN; Levantamento de usinas eólicas em operação no Brasil; Mercado de energia elétrica no Nordeste até 2015; Síntese do Setor Rochas Ornamentais no Espírito Santo; Informações de empregos diretos e indiretos de setores da matriz econômica de insumo-produtos e seus multiplicadores; Conjuntura sobre Setor Têxtil; Rochas Ornamentais; Informações sobre Mica; Consórcio Público; Texto para discussão sobre integração do Nordeste; Texto para o relatório de progresso do PRODETUR - setor de turismo; e Informes sobre Conjuntura do Nordeste para o Congresso Nacional. Na área de Indústria e Serviços foram publicados os seguintes Informes: Setor de Siderurgia e Setor de Petroquímica.

Fundos de Apoio Científico e Tecnológico

Ciente da importância do apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento regional e para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, o Banco administra três fundos de apoio a pesquisas: o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste (FASE) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Em 2007, o Banco contratou 199 projetos do FUNDECI totalizando R\$ 11,3 milhões em recursos não-reembolsáveis, contemplando as mais diversas atividades. Com o objetivo de financiar projetos e pesquisas socioeconômicas de interesse do Nordeste, o FASE apoiou 54 projetos no total de R\$ 2,3 milhões. Com o FDR foram apoiados 43 projetos no valor de R\$ 2,0 milhões.

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Gestão de Pessoas

O Banco findou o ano com 5.726 funcionários, quase 11% acima do quantitativo existente ao final do exercício anterior. O Programa de Bolsistas possibilitou, em 2007, o ingresso de 416 novos estagiários, sendo 220 de nível médio e 196 de nível superior. Foi iniciado em janeiro de 2007 o Projeto Gestão de Desempenho e Potencial que tem como objetivo principal desenvolver Modelo de Gestão de Desempenho e Potencial por Competências, que permita vincular a valorização do Capital Humano ao seu nível de contribuição para os resultados organizacionais. Durante o ano de 2007, participaram de treinamento

5.269 funcionários, representando 92% do total de colaboradores. Foram mais de 26 mil oportunidades de treinamento nas duas linhas de atuação: educação formal e educação profissional.

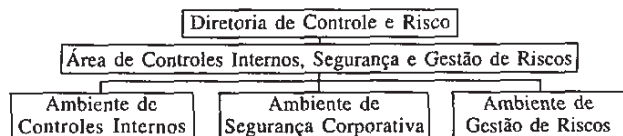
GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura organizacional do Banco está desenhada com base em princípios de Governança Corporativa que visam a prover solidez à empresa por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos. Dentre as ações de fortalecimento da prática da Governança Corporativa, desenvolvidas ao longo de 2007, destacam-se: criação do Ambiente de Gestão de Riscos com a responsabilidade pelo gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado e operacional; criação e instalação da Ouvidoria Institucional; aperfeiçoamento do Regimento Interno e do Manual de Procedimentos do Comitê de Auditoria; alteração na estrutura organizacional do Ambiente de Controles Internos compreendendo a criação da Gerência de Controle de Ilícitos Financeiros e de Processos Centralizados, alteração das funções e denominação da Célula de Estruturação de Controles Internos e Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e criação dos Agentes de Compliance; e implantação do Sistema de Rastreamento da Reciclagem de Capitais de Origem Ilícita – SIRCOI, relacionado ao combate à lavagem de dinheiro.

Estrutura de Gerenciamento dos Riscos Operacional, de Crédito e de Mercado

O BNB conta com uma Diretoria específica para tratar de Controle e Risco, atendendo às Resoluções 3.380 e 3.464 do Banco Central que determinam às Instituições Financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional e de risco de mercado. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos. O Ambiente de Gestão de Riscos foi criado em 2007 e, com relação ao risco operacional, dará continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Basiléia II. A gestão estratégica dos riscos é realizada pelo Comitê Corporativo de Gestão dos Riscos composto por representantes de diversas áreas de negócios do Banco.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO



A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional; definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar as ações de segurança corporativa; e implementar controles internos de forma segregada das demais áreas. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos; acompanhar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição; verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como função definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança de pessoas. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito e de mercado do BNB constará de seu Relatório Anual 2007, a ser editado ao longo do ano de 2008. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal www.bnb.gov.br e distribuído a público de relacionamento do Banco.

Comitê de Auditoria

O BNB conta com o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, que tem o papel de exercer acompanhamento da eficiência e da eficácia dos controles internos, da auditoria interna, da auditoria independente e da contabilidade. Dentro de seu papel institucional, o Comitê participa das reuniões do Conselho de Administração e mantém contatos constantes com a Diretoria e áreas do Banco de forma a aferir a qualidade das informações contábeis e financeiras da Instituição, o aperfeiçoamento dos controles internos e o cumprimento das normas legais e regulamentares internas, além de referendar, ao final de cada semestre, o Relatório da Ouvidoria.

Ouvidoria Institucional

Em setembro de 2007, o BNB criou e instalou a sua Ouvidoria Institucional conforme a Resolução 3.477 do Banco Central que determina instituir componente organizacional de ouvidoria compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas de cada instituição financeira. A atividade de Ouvidoria promove a transparência das ações da empresa; cria canais de comunicação próprios entre a administração e o cidadão; e melhora a prestação de serviços. Com o objetivo de aprimorar o relacionamento do Banco com seus públicos e atenta à defesa dos direitos do consumidor, a Ouvidoria do BNB atua como canal de comunicação entre os cidadãos e a instituição – em particular clientes e usuários de seus produtos e serviços – e no tratamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios que não sejam solucionadas pelos canais habituais de atendimento do Banco. Atua, também, como parceira no aperfeiçoamento e qualificação dos processos internos, produtos e serviços, acompanhando as sugestões e implementação de melhorias. Nos quatro meses de funcionamento em 2007, a Ouvidoria recebeu 126 manifestações, as quais geraram 8 sugestões de melhoria, envolvendo diversas áreas do Banco.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)

Responsabilidade Socioambiental: o BNB criou o Ambiente de Responsabilidade Socioambiental com o objetivo de sistematizar e realizar gerenciamento das políticas e ações do Banco com o tema e para uma maior efetivação de investimentos em arte, cultura, meio ambiente, educação, formação profissional e apoio às políticas de proteção à criança e ao adolescente. Dentre as ações realizadas no ano destacam-se a aplicação de incentivos fiscais em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas e unidades do Banco em Fortaleza, em cumprimento do Decreto Federal nº 5.940/2006, que dispõe sobre a separação de resíduos recicláveis pelos órgãos da administração pública e a distribuição com associações organizadas de catadores de lixo.

Apoio à Cultura: Foi inaugurado em 2007 o Centro Cultural Banco do Nordeste de Sousa, na Paraíba, expandindo a cultura para o interior dos Estados. Os três centros culturais do BNB – Fortaleza, Cariri e Sousa – receberam no ano 790 mil visitantes. Em 2007, o BNB voltou a investir recursos financeiros em projetos culturais, por meio da renúncia fiscal oferecida pela Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), beneficiando 21 projetos culturais, totalizando um investimento de R\$ 1,3 milhão.

INSTRUÇÃO CVM

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste do Brasil informa que, em 17 de abril de 2007, firmou contrato de auditoria externa com a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, vencedora de licitação pública, para prestação exclusiva de serviços de auditoria externa, a partir da data de referência de 31 de março de 2007. Objetivando evitar eventual conflito de interesses, o Banco rescindiu o contrato de consultoria tributária que mantinha com a Deloitte, imediatamente após a contratação da Empresa como Auditoria Independente.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2008

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.2007	31.12.2006		31.12.2007	31.12.2006
CIRCULANTE	6.639.439	4.876.844	CIRCULANTE	4.875.429	4.047.293
DISPONIBILIDADES	59.369	48.147	DEPÓSITOS (Nota 9)	1.735.189	1.376.212
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4) ..	3.622.628	977.037	Depósitos à Vista	96.725	68.091
Aplicações no Mercado Aberto	3.289.202	859.166	Depósitos de Poupança	728.395	545.906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	333.426	117.871	Depósitos Interfinanceiros	162.096	199.639
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC.			Depósitos a Prazo	737.156	553.843
DERIVATIVOS (Nota 5)	635.137	1.918.753	Outros Depósitos	10.817	8.713
Carteira Própria	614.770	1.901.469	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	200.966	224.005
Vinculados à Prestação de Garantias	20.367	17.284	Carteira de Terceiros	200.966	224.005
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	224.023	167.664	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	0	11
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.050	579	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	0	11
Créditos Vinculados:			RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.690	3.030
Depósitos no Banco Central	215.791	159.090	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.687	2.993
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	3.967	5.475	Transferências Internas de Recursos	3	37
Repasse Interfinanceiros	870	518	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	250.918	247.701
Correspondentes	2.345	2.002	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	11.866	10.691
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	1.177.306	1.154.980	Empréstimos no Exterior	239.052	237.010
Setor Público	44.629	15.647	OBRIG. POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES		
Setor Privado	1.270.205	1.267.610	OFICIAIS (Nota 12)	321.441	521.507
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) ..	(137.528)	(128.277)	Tesouro Nacional	175	200
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	902.727	599.438	Banco do Brasil	0	3
Créditos por Avals e Fianças Honorários	11	7	BNDES	220.845	242.722
Carteira de Câmbio	220.152	209.506	CEF	205	289
Rendas a Receber	25.222	20.822	FINAME	19.371	24.337
Créditos Específicos	291	291	Outras Instituições	80.845	253.956
Diversos	675.604	375.091	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	23.045	0
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18.553)	(6.279)	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.045	0
OUTROS VALORES E BENS	18.249	10.825	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13) ..	53.844	57.228
Outros Valores e Bens	13.042	12.199	Repasse do Exterior	53.844	57.228
(Provisões para Desvalorizações)	(5.696)	(5.430)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	2.284.336	1.617.599
Despesas Antecipadas	10.903	4.056	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.618	5.317
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.309.864	7.416.836	Carteira de Câmbio	68	2.513
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC.			Sociais e Estatutárias	84.914	95.184
DERIVATIVOS (Nota 5)	4.493.484	4.734.673	Fiscais e Previdenciárias	560.246	127.276
Carteira Própria	4.426.943	4.675.552	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	581.795	1.137.344
Vinculados à Prestação de Garantias	66.160	59.121	Diversas	1.052.695	249.965
Instrumentos Financeiros Derivativos	381	0	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.665.059	6.927.706
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39.771	28.903	DEPÓSITOS (Nota 9)	1.381.950	1.271.862
Créditos Vinculados:			Depósitos à Vista	46.378	64.366
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	3.898	565	Depósitos a Prazo	1.335.572	1.207.496
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.479	17.833	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	71.570	71.287
Repasse Interfinanceiros	7.394	10.505	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	71.570	77.287
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	2.738.934	2.423.017	OBRIG. POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES		
Setor Público	1.048.613	1.107.938	OFICIAIS (Nota 12)	866.449	706.955
Setor Privado	1.829.798	1.483.401	Tesouro Nacional	1.212	1.309
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) ..	(139.477)	(168.322)	BNDES	376.178	475.149
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	37.675	230.243	CEF	96	297
Créditos por Avals e Fianças Honorários	17	15	FINAME	43.124	59.786
Diversos	66.861	257.259	Outras Instituições	445.839	170.414
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(29.203)	(27.031)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	0	4.206
PERMANENTE (Nota 8)	193.762	183.744	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	4.206
INVESTIMENTOS	943	605	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13) ..	599.036	683.211
Outros Investimentos	5.782	8.744	Repasse do Exterior	599.036	683.211
(Provisão para Perdas)	(4.839)	(8.139)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	4.746.054	4.184.185
IMOBILIZADO DE USO	187.452	177.376	Fiscais e Previdenciárias	0	393.417
Imóveis de Uso	115.454	106.852	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.936.488	2.566.129
Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.629	Diversas	809.566	1.224.639
Outras Imobilizações de Uso	114.670	97.770	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	78	77
(Depreciações Acumuladas)	(154.300)	(138.875)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	78	77
DIFERIDO	5.367	5.763	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	1.602.499	1.502.348
Gastos de Organização e Expansão	10.829	10.259	CAPITAL	1.299.000	1.299.000
(Amortização Acumulada)	(5.462)	(4.496)	De Domiciliados no País	1.298.984	1.298.947
			De Domiciliados no Exterior	16	53
			RESERVAS DE CAPITAL	291	0
			RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	37.819	40.499
			RESERVAS DE LUCROS	200.934	94.278
			AJUSTE AO VALOR DE MERCADO-TVM E DERIVATIVOS ..	64.455	68.571
TOTAL DO ATIVO	14.143.065	12.477.424	TOTAL DO PASSIVO	14.143.065	12.477.424

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2007	Exercício/2007	Exercício/2006
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 16)	827.756	1.543.178	1.655.717
Operações de Crédito	379.090	648.444	571.991
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	441.947	887.715	1.065.939
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.963)	(40.651)	(5.305)
Resultado de Operações de Câmbio	13.267	21.499	18.367
Resultado das Aplicações Compulsórias	9.415	26.171	4.725
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 17)	(485.302)	(948.054)	(1.066.821)
Operações de Captação no Mercado	(125.663)	(247.397)	(269.692)
Operações de Empréstimos e Repasses	(287.265)	(565.310)	(690.704)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(72.374)	(135.347)	(106.425)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	342.454	595.124	588.896
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 18)	(215.594)	(335.306)	(259.815)
Receitas de Prestação de Serviços	417.435	752.126	722.911
Despesas de Pessoal	(319.589)	(608.605)	(602.055)
Outras Despesas Administrativas	(240.135)	(452.248)	(394.262)
Despesas Tributárias	(53.492)	(96.007)	(88.787)
Outras Receitas Operacionais	294.672	573.814	472.350
Outras Despesas Operacionais	(314.485)	(504.386)	(369.972)
RESULTADO OPERACIONAL	126.860	259.818	329.081
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	961	1.239	4.008
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	127.821	261.057	333.089
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	24.634	(21.536)	(112.119)
Provisão para Imposto de Renda	(38.941)	(61.999)	(48.424)
Provisão para Contribuição Social	(14.723)	(23.152)	(18.067)
Ativo Fiscal Diferido	78.298	63.615	(45.628)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(9.187)	(19.777)	(18.236)
LUCRO LÍQUIDO	143.268	219.744	202.734
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 15.d)	(51.639)	(94.000)	(80.346)
Nº de Ações (em milhões)	870.019	870.019	870.019
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)	0,16	0,25	0,23

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVME DERIVATIVOS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31.12.2005	1.277.000	0	0	43.282	8.090	22.053	30.371	0	1.380.796
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES								(24.799)	(24.799)
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS ...							38.200		38.200
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reserva:									
- Transferência p/Aumento de Capital		22.000				(22.000)			0
- Incorporação ao Capital	22.000	(22.000)							0
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
Valor Bruto				(4.199)				4.064	(135)
Encargos Tributários				1.416				(1.342)	74
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								202.734	202.734
- Destinações(Nota 15.c e d):									
- Reservas					10.137	75.999		(86.136)	0
- Dividendos								(14.175)	(14.175)
- Juros sobre o capital próprio								(80.346)	(80.346)
SALDOS EM 31.12.2006	1.299.000	0	0	40.499	18.227	76.052	68.571	0	1.502.349
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	22.000	0	0	(2.783)	10.137	53.999	38.200	0	121.553
SALDOS EM 31.12.2006	1.299.000	0	0	40.499	18.227	76.052	68.571	0	1.502.349
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS ...							(4.116)		(4.116)
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reserva:									
OUTROS EVENTOS:									
- Atualização de Títulos Patrimoniais			291						291
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
Valor Bruto				(4.060)				4.060	0
Encargos Tributários				1.380				(1.380)	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								219.744	219.744
- Destinações (Nota 15.c e d):									
- Reservas					10.987	95.668		(106.655)	0
- Dividendos								(21.769)	(21.769)
- Juros sobre o capital próprio								(94.000)	(94.000)
SALDOS EM 31.12.2007	1.299.000	0	291	37.819	29.214	171.720	64.455	0	1.602.499
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	0	0	291	(2.680)	10.987	95.668	(4.116)	0	100.150
SALDOS EM 30.06.2007	1.299.000	0	291	39.159	22.051	76.052	94.881	31.631	1.563.065
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS ...							(30.426)		(30.426)
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
Valor Bruto				(2.030)				2.030	0
Encargos Tributários				690				(690)	0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE								143.268	143.268
- Destinações (Nota 15.c e d)									
- Reservas					7.163	95.668		(102.831)	0
- Dividendos								(21.769)	(21.769)
- Juros sobre o capital próprio								(51.639)	(51.639)
SALDOS EM 31.12.2007	1.299.000	0	291	37.819	29.214	171.720	64.455	0	1.602.499
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	0	0	0	(1.340)	7.163	95.668	(30.426)	(31.631)	39.434

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2007	Exercício/2007	Exercício/2006
ORIGEM DOS RECURSOS	2.381.501	3.483.734	1.116.126
LUCRO LÍQUIDO	143.268	219.744	202.734
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO:	11.553	22.802	19.664
Depreciações e Amortizações	11.279	21.852	19.426
Provisão para Perdas em Investimentos	135	135	0
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	139	815	238
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0	1	(1.818)
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO-TVM E DERIVATIVOS	(30.426)	(4.116)	38.200
AJUSTE DE PERÍODOS ANTERIORES	0	0	(24.799)
ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	0	291	0
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	0	0	(61)
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:			
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	1.251.526	1.719.159	154.421
Depósitos	259.236	469.065	134.823
Relações Interfinanceiras e Interdependências	0	2.649	0
Obrigações por Empréstimos e Repasses	108.630	0	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.723	18.839	4.206
Outras Obrigações	880.937	1.228.606	15.392
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	1.004.808	1.524.805	726.403
Títulos e Valores Mobiliários	1.002.916	1.524.805	726.403
Outros Valores e Bens	1.892	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS:	772	1.048	1.382
Bens Não de Uso Próprio	676	928	1.017
Imobilizado de Uso	99	130	363
Investimentos	(3)	(10)	2
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	2.376.181	3.472.512	1.105.502
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	21.769	21.769	14.175
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS	51.639	94.000	80.346
INVERSÕES EM:	12.638	32.647	34.447
Bens Não de Uso Próprio	601	2.258	2.886
Imobilizado de Uso	11.913	29.927	31.507
Investimentos	124	462	54
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	673	1.734	1.924
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	2.262.825	3.168.692	586.796
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.639.800	2.645.591	317.864
Relações Interfinanceiras e Interdependências	42.221	67.227	55.115
Operações de Crédito	393.086	338.243	109.926
Outros Créditos	187.718	110.721	100.108
Outros Valores e Bens	0	6.910	3.783
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	26.637	153.670	387.814
Captações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	14.923	23.039	142.498
Relações Interfinanceiras e Interdependências	11.714	0	6.529
Obrigações por Empréstimos e Repasses	0	130.631	238.787
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	5.320	11.222	10.624
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA: Aumento das Disponibilidades	5.320	11.222	10.624
Início do Período	54.049	48.147	37.523
Fim do Período	59.369	59.369	48.147

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características
Nota 2- Apresentação das Demonstrações Contábeis
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 5- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Nota 6- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas
Nota 7- Outros Créditos
Nota 8- Permanente
Nota 9- Depósitos
Nota 10- Obrigações de Longo Prazo
Nota 11- Obrigações por Empréstimos
Nota 12- Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais
Nota 13- Obrigações por Repasses do Exterior
Nota 14- Outras Obrigações
Nota 15- Patrimônio Líquido
Nota 16- Receitas de Intermediação Financeira
Nota 17- Despesas de Intermediação Financeira
Nota 18- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 19- Impostos e Contribuições
Nota 20- Provisões e Contingências Passivas
Nota 21- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 22- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 23- Benefícios a Empregados
Nota 24- Saldos Patrimoniais Vinculados a Moedas Estrangeiras
Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
Nota 26- Limites Operacionais - Acordo de Basiléia
Nota 27- Fluxo de Caixa
Nota 28- Demonstração do Valor Adicionado
Nota 29- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa – e a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira, bem como de acordo com as instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1) Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- a.2) As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido;
- a.3) São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário, cabendo salientar que:

- b.1) As operações de crédito estão pactuadas às taxas normais de mercado;
- b.2) A provisão para operações de crédito está constituída de acordo com a Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional;
- b.3) Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:
 - Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
 - Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício;
 - A classificação em Circulante e Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez. Os Títulos para negociação são apresentados no Circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição, observado o seguinte:

- c.1) Os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- c.2) Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- c.3) O Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: edificações - 4%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%;
- c.4) O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

d) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

- d.1) As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

d.2) As provisões referentes à concessão de benefícios pós-emprego são reconhecidas em conformidade com as orientações da Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

e) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

Os aprovisionamentos são constituídos às alíquotas abaixo demonstradas e consideram para cada tributo a base de cálculo prevista na legislação vigente:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PASEP	0,65%
COFINS	4,00%

NOTA 4 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.289.202	859.166
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	3.088.236	635.172
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	200.966	223.994
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	333.426	117.871
TOTAL	3.622.628	977.037
SALDO DE CURTO PRAZO	3.622.628	977.037
SALDO DE LONGO PRAZO	-	-

O incremento de 271% no saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez decorre de resgate de títulos públicos federais vencidos no decorrer do exercício e ingressos de recursos dos programas governamentais administrados pelo Banco, disponíveis para contratação de operações de crédito.

NOTA 5 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2007 estão assim distribuídos:

a.1) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO em R\$ Mil

31.12.2007			
TIPO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	718	717	
Letras Financeiras do Tesouro	718	717	2008
TOTAL DA CATEGORIA	718	717	

31.12.2006			
TIPO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	641	640	
Letras Financeiras do Tesouro	641	640	2008
TOTAL DA CATEGORIA	641	640	

No exercício de 2007, para os títulos classificados na categoria acima, foi registrado um ajuste positivo no valor de R\$ 0,8 mil (R\$ 4 mil de ajuste negativo em 2006).

a.2) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA em R\$ Mil

31.12.2007				
TIPO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	4.769.809	4.753.294	(16.515)	
Letras Financeiras do Tesouro	4.749.136	4.752.028	2.892	2008 a 2011
Títulos Públicos Federais - FCVS	1.731	1.204	(527)	2027
Títulos Públicos Federais - Outros	18.862	-	(18.862)	1993
Títulos da Dívida Agrária	80	62	(18)	2008 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.084	-	(1.084)	
Fundos de Desenvolvimento Social-FDS	1.084	-	(1.084)	Sem Vencimento

TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	259.718	115.559	
Ações de Companhias Abertas	139.948	259.259	119.311	Sem Vencimento
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	459	(3.752)	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	86.827	86.526	(301)	
Letras Financeiras do Tesouro	86.350	86.526	176	2008 a 2009
Títulos Públicos Federais - Outros	477	-	(477)	1993
TOTAL DA CATEGORIA	5.001.879	5.099.538	97.659	
Crédito Tributário	-	-	209.281	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	(242.485)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	64.455	

31.12.2006				
TIPO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	6.244.732	6.231.904	(12.828)	
Letras Financeiras do Tesouro	6.225.228	6.230.724	5.496	2007 a 2011
Títulos de Renda Fixa - Outros	1.707	1.052	(655)	2027
Títulos Públicos Federais - Outros	17.694	-	(17.694)	1993
Títulos da Dívida Agrária	103	128	25	2007 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.003	-	(1.003)	
Fundos de Desenvolvimento Social-FDS	1.003	-	(1.003)	
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	262.170	(3.721)	
Ações de Companhias Abertas	4.211	490	(3.721)	Sem Vencimento
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	139.948	261.680	121.732	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	76.691	76.406	(285)	
Letras Financeiras do Tesouro	76.243	76.406	163	2007 a 2009
Títulos Públicos Federais - Outros	448	-	(448)	1993
TOTAL DA CATEGORIA	6.466.585	6.570.480	103.895	
Crédito Tributário	-	-	180.736	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	(216.060)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	68.571	

A rubrica Títulos Públicos Federais - Outros registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado.

a.3) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO em R\$ Mil

31.12.2007			
TIPO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	27.984	27.981	
Letras Financeiras do Tesouro	19.373	19.370	2008
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	8.269	8.269	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	342	342	2012 a 2014
TOTAL DA CATEGORIA	27.984	27.981	

31.12.2006			
TIPO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	82.306	82.275	
Letras Financeiras do Tesouro	76.184	76.153	2007 a 2008
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	5.804	5.804	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	318	318	2012 a 2014
TOTAL DA CATEGORIA	82.306	82.275	

a.4) Durante o exercício de 2007 não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA;
- Títulos da Dívida Agrária - TDA e Títulos de Renda Fixa/Outros: deságio médio observado na última negociação registrada na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Na posição de 31.12.2007, o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor global) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

Posição Ativa	Valor Global	Diferencial a Receber
Moeda Estrangeira (Dólar)	150.000	381
Posição Passiva	Valor Global	Diferencial a Pagar
Mercado Interfinanceiro (CDI)	150.000	23.045
Valores em Risco de Operações de Swap		Valor
Valor de Mercado Positivo de Swap		2.748
Valor de Mercado Negativo de Swap		-
Risco de Crédito de Swap		8.842
HEDGE DE RISCO DE MERCADO - ATIVO		140.350
ITENS OBJETO DE HEDGE - PASSIVO		119.906
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:		Diferencial a Receber Diferencial a Pagar
3 a 12 meses		- 23.045
1 a 3 anos		381 -
TOTAL		381 23.045

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA. Na determinação do Risco de Crédito são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 6 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Adiantamentos a Depositantes	717	549
Empréstimos	641.583	493.115
Títulos Descontados	58.790	48.117
Financiamentos	536.330	500.805
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	22.410	17.099
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal	525.293	502.821
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.808.863	1.689.651
Financiamentos Imobiliários (*)	195	175
Financiamentos de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	599.064	622.264
Subtotal de Operações de Crédito	4.193.245	3.874.596
Avais e Fianças Honorários	28	22
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	4.022	4.902
Devedores por Compra de Valores e Bens	4.968	3.154
Títulos e Créditos a Receber	13.221	2.552

Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (*)	228.221	206.295
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	250.460	216.925
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	4.443.705	4.091.521

(*) Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

(*) Contas classificadas como OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal (1)

Tipo Cliente/ Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Rural	80.615	86.032	108.117	1.418.834	1.693.598	1.612.856
Indústria	216.322	54.139	46.160	140.594	457.215	452.698
Governo	16.265	7.315	468	1.069.193	1.093.241	1.123.539
Outros Serviços	78.144	37.283	82.309	138.970	336.706	305.049
Comércio	273.221	150.990	106.618	36.932	567.761	369.850
Intermediários Financeiros	11	3	5	18	37	43
Habitação	31	17	42	105	195	175
Pessoas Físicas	14.364	7.814	6.979	13.076	42.233	43.472
TOTAL	678.973	343.593	350.698	2.817.722	4.190.986	3.907.682

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas						
Tipo Cliente/ Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Rural	206	438	92	43.541	44.277	14.172
Indústria	1.463	531	617	5.954	8.565	7.689
Outros Serviços	5.078	2.085	2.716	11.242	21.121	3.627
Comércio	6.875	2.581	3.056	2.764	15.276	4.193
Intermediários Financeiros	4	2	6	10	22	3
Pessoas Físicas	953	391	353	638	2.335	951
TOTAL	14.579	6.028	6.840	64.149	91.596	30.635
Parcelas Vencidas						
Tipo Cliente/ Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Rural	2.494	4.368	3.455	67.569	77.886	70.868
Indústria	7.063	3.137	4.580	287	15.067	38.455
Outros Serviços	20.147	2.487	13.892	625	37.151	18.145
Comércio	11.168	7.099	7.937	667	26.871	20.963
Intermediários Financeiros	40	-	-	-	40	16
Pessoas Físicas	1.509	886	1.513	200	4.108	4.757
TOTAL	42.421	17.977	31.377	69.348	161.123	153.204

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

30.12.2007				
Nível de Risco	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
A A	2.549.031	-	2.549.031	-
A	850.138	-	850.138	4.251
B	439.712	9.293	449.005	4.490
C	73.202	15.206	88.408	2.652
D	122.601	40.527	163.128	16.313
E	40.480	36.175	76.655	22.997
F	13.229	20.094	33.323	16.661
G	4.729	13.876	18.605	13.023
H	97.864	117.548	215.412	215.412
TOTAL	4.190.986	252.719	4.443.705	295.799
30.12.2006				
Nível de Risco	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
A A	2.518.243	-	2.518.243	-
A	650.580	-	650.580	3.253
B	350.976	8.111	359.087	3.591
C	77.314	11.539	88.853	2.665
D	133.558	13.040	146.598	14.660

E	30.492	14.698	45.190	13.557
F	9.745	8.223	17.968	8.984
G	11.493	13.080	24.573	17.201
H	125.281	115.148	240.429	240.429
TOTAL	3.907.682	183.839	4.091.521	304.340

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Saldo Inicial	304.340	344.397
(+) Constituição de provisão líquida no período	131.955	98.581
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(140.496)	(138.638)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	295.799	304.340
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	28.962	25.569
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	324.761	329.909

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	117.614	93.342
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	15.757	5.989
(-) Reversões de provisões operacionais	(1.416)	(750)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	131.955	98.581
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	5.206	10.282
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	(1.814)	(2.438)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	135.347	106.425

f) No Exercício foram recuperados Créditos Baixados como Prejuízo no montante de R\$ 255.889 mil (R\$ 119.102 mil em 31.12.2006) e as renegociações de operações importaram em R\$ 284.859 mil (R\$ 264.260 mil em 31.12.2006).

g) Em decorrência da aplicação da Lei n° 11.322, de 13.07.2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco um efeito positivo no valor de R\$ 264.673 mil, a seguir demonstrado, em R\$ Mil. Conforme autorização da própria Lei, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Efetivação de receitas	26.270
Recuperação de operações baixadas do ativo	194.742
Despesas de deságios	(69.787)
Efeito líquido de provisões	113.448
TOTAL	264.673

NOTA 7 - Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Créditos por Avals e Fianças Honrados	28	22
b) Carteira de Câmbio	220.152	209.506
Câmbio Comprado a Liquidar	216.130	203.714
Direitos sobre Vendas de Câmbio	20	1.613
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(20)	(723)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	4.022	4.902
c) Rendas a Receber	25.222	20.822
d) Negociação e Intermediação de Valores	-	-
e) Créditos Específicos/Tesouro Nacional - Alongamento de Crédito Rural/ Resolução N° 2238	291	291

f) Diversos	742.465	632.350
Créditos Tributários - Diferenças Temporais	118.678	55.063
Créditos Tributários - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.a.2)	209.281	180.736
Devedores por Depósitos em Garantia	197.332	218.415
Impostos e Contribuições a Compensar	74.166	67.296
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do FAT	56.702	41.324
Outros Valores	59.558	42.768
g) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.756)	(33.310)
Com Característica de Concessão de Crédito	(18.794)	(7.741)
Sem Característica de Concessão de Crédito	(28.962)	(25.569)
TOTAL	940.402	829.681
SALDO DE CURTO PRAZO	902.727	599.438
SALDO DE LONGO PRAZO	37.675	230.243

NOTA 8 - Permanente em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Investimentos	943	605
a.1) Outros Investimentos	5.782	8.744
Investimentos por Incentivos Fiscais	4.547	4.411
Ações e Cotas	443	3.878
Bens Artísticos e Valiosos	792	455
a.2) Provisões para Perdas	(4.839)	(8.139)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(4.546)	(4.411)
Ações e Cotas	(293)	(3.728)
b) Imobilizado	187.452	177.376
b.1) Imóveis de Uso	115.454	106.852
Terrenos	6.051	5.996
Edificações	109.403	100.856
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.629
Terrenos - Reavaliações	10.930	10.931
Edificações - Reavaliações	100.698	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	114.670	97.770
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	52.005	45.449
Sistema de Processamento de Dados	46.229	39.129
Sistema de Segurança	9.894	8.327
Outros	6.542	4.865
b.4) Depreciações Acumuladas	(154.300)	(138.875)
Imóveis de Uso	(119.716)	(109.087)
Outras Imobilizações de Uso	(34.584)	(29.788)
c) Diferido	5.367	5.763
c.1) Gastos de Organização e Expansão	10.829	10.259
Gastos em Imóveis de Terceiros	10.325	9.773
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	504	486
c.2) Amortização Acumulada	(5.462)	(4.496)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(5.089)	(4.221)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(373)	(275)
TOTAL	193.762	183.744

NOTA 9 - Depósitos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Depósitos à Vista	143.103	132.457
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	54.573	73.996
Depósitos de Governos	24.468	19.688
Depósitos Vinculados	13.903	13.317
Pessoas Jurídicas	43.525	18.038
Pessoas Físicas	5.033	6.144
Outros Valores	1.601	1.274
b) Depósitos de Poupança	728.395	545.906
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	447.722	379.986
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	280.242	165.823
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	431	97
c) Depósitos Interfinanceiros	162.096	199.659
d) Depósitos a Prazo	2.072.728	1.761.339
Depósitos a Prazo	1.090.251	908.773
Depósitos Judiciais com Remuneração	36.508	23.823

Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 10.c)	51.069	108.141
Proger Urbano	598	1.768
Proger Rural	1.963	315
Pronaf	737	355
Protrabalho	8.557	7.243
Infra - Estrutura	39.120	97.095
Estiagem	94	1.365
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 10.c)	499.148	564.409
Proger Urbano	73.449	100.146
Proger Rural	13.296	4.777
Pronaf	28.360	34.499
Protrabalho	332.248	401.533
Infra - Estrutura	31.195	-
Estiagem	20.600	23.454
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	395.608	156.193
Outros Valores	144	-
e) Outros Depósitos - Depósitos para Investimentos	10.817	8.713
TOTAL	3.117.139	2.648.074
SALDO DE CURTO PRAZO	1.735.189	1.376.212
SALDO DE LONGO PRAZO	1.381.950	1.271.862

NOTA 10 - Obrigações de Longo Prazo

- a) Em relação às obrigações por empréstimos e repasses contratados no País, as taxas de juros variam de 0 a 10,5% a.a., com prazos que variam de 4 a 20 anos e prazo médio de 7 anos. A atualização monetária, quando aplicável segundo as disposições legais e contratuais, é calculada com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil.
- b) As obrigações contraídas junto ao sistema BNDES, da ordem de R\$ 659.518 mil (R\$ 801.994 mil em 31.12.2006), têm encargos com base na TJLP, acrescida de "spread" médio de 1,0% a.a. e prazo médio de 4 anos.
- c) As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 550.217 mil (R\$ 672.550 mil em 31.12.2006), têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicadas em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 51.069 mil (R\$ 108.142 mil em 31.12.2006). A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02/06/2005 estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadram nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:
- A partir de 2 meses, com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
 - A partir de 3 meses, relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.
- d) Quanto às obrigações externas, as taxas de juros variam de 4,25% a 6,0% a.a., o prazo médio é de 10 anos e o vencimento final junto ao BID ocorrerá em 2027. A correção cambial, quando aplicável segundo as disposições contratuais, é calculada com base em taxas oficiais divulgadas pelo Banco Central do Brasil.
- e) Os repasses ativos são feitos, no mínimo, nas mesmas condições dos passivos, quanto a encargos e prazos, e são amparados por garantias reais, avais e fianças ou outras garantias colaterais.
- f) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos
Empréstimos no País	-	11.866	19.731	19.732
Empréstimos no Exterior	81.393	157.659	-	-
Repasses do País	150.890	170.551	198.889	215.533
Repasses do Exterior	4.029	49.815	102.323	102.323
TOTAL	236.312	389.891	320.943	337.588

Especificação	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Empréstimos no País	32.107	-	83.436	87.978
Empréstimos no Exterior	-	-	239.052	237.010
Repasses do País	256.847	195.180	1.187.890	1.228.462
Repasses do Exterior	372.313	22.077	652.880	740.439
TOTAL	661.267	217.257	2.163.258	2.293.889

NOTA 11 - Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Empréstimos no País - Instituições Oficiais/Refinanciamentos	83.436	87.978
b) Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	239.052	237.010
TOTAL	322.488	324.988
SALDO DE CURTO PRAZO	250.918	247.701
SALDO DE LONGO PRAZO	71.570	77.287

NOTA 12 - Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Tesouro Nacional	1.387	1.509
b) Banco do Brasil	-	3
c) BNDES (Nota 10.b)	597.023	717.871
Programa de Operações Conjunto POC	269.991	378.594
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	327.032	339.277
d) CEF	301	586
e) FINAME (Nota 10.b)	62.495	84.123
Programa Automático	49.219	70.821
Programa Agrícola	13.199	13.053
Importação	77	249
f) Outras Instituições	526.684	424.370
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	74.304	69.857
MEPF - Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	139.939	169.229
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	310.912	182.147
Outros Programas	1.529	3.137
TOTAL	1.187.890	1.228.462
SALDO DE CURTO PRAZO	321.441	521.507
SALDO DE LONGO PRAZO	866.449	706.955

NOTA 13 - Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) BID-Produtor (Nota 10.d)	638.163	721.593
b) Outros Programas	14.717	18.846
TOTAL	652.880	740.439
SALDO DE CURTO PRAZO	53.844	57.228
SALDO DE LONGO PRAZO	599.036	683.211

NOTA 14 - Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.618	5.317
Recursos do Proagro	4.018	4.131
IOF a recolher	273	1.083
Outros Tributos e Assemelhados	327	103
b) Carteira de Câmbio	68	2.513
Obrigações por Compras de Câmbio	228.221	207.139
Câmbio Vendido a Liquidar	20	1.611
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(228.221)	(206.295)
Outros Valores	48	58
c) Sociais e Estatutárias	84.914	95.184
Dividendos e Bonificações a Pagar	72.020	80.329
Participações nos Lucros	12.894	14.855
d) Fiscais e Previdenciárias	560.246	520.693
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20)	184.463	199.707
Impostos e Contribuições	182.826	171.888
Causas Fiscais	1.637	27.819
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	256.337	231.292
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.a.2)	242.485	216.060
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	13.852	15.232
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	86.532	60.878

Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	32.914	28.816
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.518.283	3.703.473
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.453.618	3.678.912
Outros Valores	64.665	24.561
f) Diversas	1.862.261	1.474.604
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 20)	837.421	660.370
Causas Trabalhistas	117.273	94.348
Causas Cíveis	71.742	53.103
Outras Causas	447	47
FNE (Nota 25.c.2)	647.959	512.872
Provisão para Pagamentos a Efetuar	952.127	780.683
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 371 (Nota 23.e)	809.566	711.768
Plano de Aposentadoria e Pensão	646.142	584.835
Plano de Assistência Médica	163.424	126.933
Despesa de Pessoal	37.719	30.504
Outros Valores	104.842	38.411
Outros Valores	72.713	33.551
TOTAL	7.030.390	5.801.784
SALDO DE CURTO PRAZO	2.284.336	1.617.599
SALDO DE LONGO PRAZO	4.746.054	4.184.185

NOTA 15 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O valor do Capital Social é de R\$ 1.299.000 mil (R\$ 1.299.000 mil em 31.12.2006), representado por 870.019.022.574 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	465.952.800.540	353.731.907.693	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	14.737.043.790	23.732.649.036	3,04	4,42
BNDESPAR	258.853.432	4.397.554.822	0,05	0,54
Outros (35.248 acionistas)	3.899.057.582	3.309.155.679	0,81	0,83
TOTAL	484.847.755.344	385.171.267.230	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

Refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. A realização ocorrida neste exercício, no valor de R\$ 2.680 mil (R\$ 2.722 mil em 31.12.2006), foi transferida para “Lucros ou Prejuízos Acumulados-LPA”.

c) Lucro Líquido – Destinações em R\$ Mil

1. Lucro Líquido	219.744
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.680
3. Lucro Líquido Ajustado	222.424
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	10.987
Dividendos (Nota 15.d)	21.769
Juros sobre o Capital Próprio -JCP (Nota 15.d)	94.000
Reserva Estatutária(item 3 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	95.668

d) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o resultado do lucro líquido, apurado em cada exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembléia Geral, o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio imputados ao valor do dividendo, de 50,0039% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Segue-se a demonstração dos cálculos dos dividendos/ juros sobre capital próprio do exercício de 2007 em R\$ Mil:

1. Lucro Líquido do Exercício	219.744
2. Reserva Legal Constituída	(10.987)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.680
4. Participações nos Lucros e Resultados	19.777
5. Base de Cálculo do Dividendo/Juros sobre o Capital Próprio	231.214
6. Juros sobre o Capital Próprio	94.000
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	153
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 - item 7)	93.847
9. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	43.776

10. JCP complementar (item 6 - item 9)	50.224
11. Dividendos propostos	21.769
12. Dividendos e JCP Complementares (item 10 + item 11)	71.993
- JCP de R\$ 0,07924033985 por lote de 1.000 ações ordinárias	38.420
- JCP de R\$ 0,08716437389 por lote de 1.000 ações preferenciais	33.573
13. Total destinado aos acionistas (item 6 + item 11)	115.769

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos/juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei Nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303/01 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os dividendos e juros sobre capital próprio serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista, de acordo com o Decreto Nº 2.673, de 16.07.1998, com a nova redação dada pelo Decreto Nº 3.381, de 13.03.2000.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos/juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10/1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores em R\$ Mil

Os ajustes de Lucros ou Prejuízos Acumulados referem-se à retificação de erros de exercícios anteriores. Os efeitos tributários foram devidamente apurados na forma das disposições do artigo Nº 273 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto Nº 3.000/99).

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Ajuste decorrente de erro no cadastramento da operação de crédito e no pedido de cobertura do PROAGRO gerando receita indevida desde 2002	-	(5.496)
Diferença no valor da taxa de administração e “Del credere” sobre operações do FNE pelo não reconhecimento da provisão de risco de crédito no FNE em 2005	-	(26.256)
Efeito tributário de IR e CSLL sobre os ajustes de exercícios anteriores	-	6.953
TOTAL	-	(24.799)

NOTA 16 - Receitas da Intermediação Financeira em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2007	31.12.2007	31.12.2006
a) Operações de Crédito	379.090	648.444	571.991
Juros e Comissões	145.801	310.613	373.004
Correção Monetária	49.940	66.520	45.970
Variação Cambial	15.247	15.422	33.915
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	168.102	255.889	119.102
b) Resultado de Operações com Títulos e Valores			
Mobiliários	441.947	887.715	1.065.939
Títulos de Renda Fixa	285.618	665.231	947.578
Outras Aplicações	153.945	219.849	138.846
Lucro, Prejuízo e Ajuste	2.384	2.635	(20.485)
c) Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	(15.963)	(40.651)	(5.305)
d) Resultado de Operações de Câmbio	13.267	21.499	18.367
Operações de Câmbio	6.977	13.776	12.529
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	51	85	325
Variações e Diferenças de Taxas	6.239	7.638	5.513
e) Resultado das Aplicações Compulsórias	9.415	26.171	4.725
Juros e Comissões	9.071	25.547	4.061
Correção Monetária	344	624	664
TOTAL	827.756	1.543.178	1.655.717

NOTA 17 - Despesas da Intermediação Financeira em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2007	31.12.2007	31.12.2006
a) Operações de Captação no Mercado	(125.663)	(247.397)	(269.692)
Juros e Comissões	(67.123)	(132.130)	(152.456)
Correção Monetária	(57.719)	(114.446)	(114.555)
Variação Cambial	(821)	(821)	(2.681)

b) Operações de Empréstimos e Repasses	(287.265)	(565.310)	(690.704)
Juros e Comissões	(42.587)	(85.700)	(100.728)
Correção Monetária	(10.915)	(16.155)	(21.133)
Correção Monetária do Disponível do FNE	(213.348)	(443.033)	(527.221)
Variação Cambial	(20.415)	(20.422)	(41.622)
c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6.e)	(72.374)	(135.347)	(106.425)
Operações de Crédito	(68.196)	(131.955)	(98.581)
Operações sem Característica de Concessão de Crédito	(4.178)	(3.392)	(7.844)
TOTAL	(485.302)	(948.054)	(1.066.821)

NOTA 18 - Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2007	31.12.2007	31.12.2006
a) Receitas de Prestação de Serviços	417.435	752.126	722.911
Administração de Fundos de Investimentos	3.444	6.578	5.482
Administração de Fundos e Programas	345.036	611.624	590.956
Prestação de Serviços	68.955	133.924	126.473
b) Despesas de Pessoal	(319.589)	(608.605)	(602.055)
Proventos	(173.354)	(324.382)	(279.956)
Encargos Sociais	(65.533)	(120.425)	(108.984)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 371 (Nota 23.g)	(27.416)	(61.308)	(117.129)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 371 (Nota 23.g)	(18.355)	(36.491)	(44.305)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(34.931)	(65.999)	(51.681)
c) Outras Despesas Administrativas	(240.135)	(452.248)	(394.262)
Processamento de Dados	(37.512)	(71.541)	(74.223)
Propaganda e Publicidade	(13.232)	(22.949)	(20.587)
Serviços de Terceiros	(40.449)	(70.801)	(48.944)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(18.310)	(36.602)	(35.821)
Viagens	(8.187)	(14.941)	(14.245)
Comunicações	(12.982)	(26.034)	(22.895)
Depreciação e Amortização	(11.278)	(21.851)	(19.426)
Manutenção e Conservação de Bens	(9.057)	(18.308)	(17.178)
Vigilância, Segurança e Transporte	(9.487)	(18.354)	(17.516)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(6.674)	(12.873)	(11.068)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.318)	(11.755)	(10.578)
Serviços Técnicos Especializados	(8.037)	(13.677)	(12.633)
Cota Patronal da Capped e Camed - Aposentados	(36.379)	(67.803)	(57.855)
Outros Valores	(22.233)	(44.759)	(31.293)
d) Despesas Tributárias	(53.492)	(96.007)	(88.787)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(47.933)	(85.106)	(76.944)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(2.750)	(6.149)	(7.202)
Outros Valores	(2.809)	(4.752)	(4.641)
e) Outras Receitas Operacionais	294.672	573.814	472.350
"Del credere" de Fundos Administrados	174.907	299.546	251.655
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	69.770	177.922	138.364
Recuperação de Encargos e Despesas	3.778	8.667	7.014
Reversão de Provisões Operacionais	17.242	28.943	44.208
Juros e Comissões	3.184	8.759	14.106
FNE - Recuperação de Valores Honorários pelo Banco	21.923	40.459	8.749
Outros Valores	3.868	9.518	8.254
f) Outras Despesas Operacionais	(314.485)	(504.386)	(369.972)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(391)	(391)	-
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(51.940)	(129.217)	(108.312)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(23)	(23)	(24)
Descontos Concedidos em Renegociação	(300)	(300)	(702)
Encargos de Operações de Crédito	(441)	(441)	(1.373)
Riscos Fiscais	(4.297)	(14.729)	(30.818)
Riscos com Operações do FNE	(147.845)	(214.873)	(169.865)
Causas Trabalhistas	(33.511)	(41.287)	(11.961)
Causas Cíveis	(13.807)	(26.450)	(21.591)
Outras Causas	(249)	(403)	(19)
Demais Provisões Operacionais	(58.671)	(58.671)	-
Outros Valores	(3.010)	(17.601)	(25.307)
TOTAL	(215.594)	(335.306)	(259.815)

NOTA 19 - Impostos e Contribuições**a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no exercício de 2007 foi de R\$ 61.999 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 23.152 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Resultado Antes da Tributação	147.281	234.505	147.281	234.505
Adições/Exclusões Permanentes	16.887	(15.394)	16.911	(15.370)
Adições/Exclusões Temporais	209.100	44.051	209.100	44.051
Resultado Tributável antes das Compensações	373.268	263.162	373.292	263.186
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(111.980)	(78.949)	(111.987)	(78.956)
Resultado Tributável após Compensações	261.288	184.213	261.305	184.230
Tributos Devidos	(64.283)	(50.156)	(23.152)	(18.067)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.284	1.732	-	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(61.999)	(48.424)	(23.152)	(18.067)
Ativo Fiscal Diferido	46.776	(33.550)	16.839	(12.078)

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporais

A Lei Nº 9.430, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, as quais diferem das disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 2.682, de 21.12.1999. A parcela de provisão constituída pelas regras do Conselho Monetário Nacional que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada temporariamente na base de cálculo dos tributos citados. O provisionamento temporariamente indedutível reduzirá os resultados tributários de períodos seguintes, quando o mesmo passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Diante da temporariedade da adição das provisões para devedores duvidosos e conforme disposição da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002, Deliberação CVM Nº 273, de 20.08.1998 e artigo 8º da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24.08.2001, o Banco vem registrando, desde 1996, crédito tributário correspondente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre referidas diferenças temporais.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos disponíveis para venda. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Diferenças temporais	TVM	Diferenças temporais	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2006	40.481	132.894	14.582	47.842
(+) Constituição de Créditos	67.929	24.844	24.454	8.944
(-) Realização de Créditos	(21.153)	(3.855)	(7.615)	(1.388)
(=) Saldo Final em 31.12.2007	87.257	153.883	31.421	55.398

O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
1. Total das Diferenças Temporais	2.260.426	2.051.325	2.260.426	2.051.325
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	649.326	759.401	651.011	761.094
3. Base de cálculo total "1" + "2"	2.909.752	2.810.726	2.911.437	2.812.419
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporais+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	727.438	702.682	262.029	253.118
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	153.883	132.894	55.398	47.842
6. Total dos Créditos Tributários	881.321	835.576	317.427	300.960
7. Créditos Tributários Ativos (Nota 7.f)	241.140	173.375	86.819	62.424
8. Créditos Tributários Não Ativos "6" - "7"	640.181	662.201	230.608	238.536

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporais sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a conseqüente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei Nº 9.249/95.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2007 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2008	22.751	22.026	8.193	7.932	30.944	29.958
2009	6.937	6.226	2.499	2.243	9.436	8.469
TOTAL	29.688	28.252	10.692	10.175	40.380	38.427

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068/01, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2008	150.354	150.354	54.127	54.127	204.481	204.481
2009	2.195	2.195	790	790	2.985	2.985
2010	24	24	9	9	33	33
2011	13	13	5	5	18	18
2012	1	1	-	-	1	1
2013 a 2015	3	3	1	1	4	4
2025 a 2027	1.293	1.293	466	466	1.759	1.759
TOTAL	153.883	153.883	55.398	55.398	209.281	209.281

NOTA 20 - Provisões e Contingências Passivas

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial.
- b) A avaliação da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Essa classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros), Ações Fiscais e Previdenciárias (representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões e Delegacias Regionais do Trabalho).
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, não cabendo provisão

para as enquadradas como possível e remota, conforme demonstração a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	Valor da Base	Provisão
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 14.d)		
Impostos e Contribuições	182.826	182.826
Provável	7.422	7.422
Remota	175.404	175.404
Causas Fiscais	342.985	1.637
Provável	1.637	1.637
Possível	82.691	-
Remota	258.657	-
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 14.f)		
Causas Trabalhistas	167.040	117.273
Provável	117.273	117.273
Possível	28.076	-
Remota	21.691	-
Causas Cíveis	512.812	71.742
Provável	71.742	71.742
Possível	126.961	-
Remota	314.109	-
Outras Causas	3.022	447
Provável	447	447
Possível	1.340	-
Remota	1.235	-

e) A Provisão para Riscos Fiscais de Impostos e Contribuições, classificada como remota, corresponde ao total dos valores compensados do Imposto de Renda e Contribuição Social, pagos em decorrência do expurgo inflacionário (Plano Verão) relativamente ao ano - calendário 1989.

f) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2007
a) Impostos e Contribuições (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	171.888
Constituição	14.211
Reversão/Utilização/Baixa	(3.273)
Saldo Final	182.826
b) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	27.819
Constituição	810
Reversão/Utilização/Baixa	(26.992)
Saldo Final	1.637
c) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	94.348
Constituição	25.108
Reversão/Utilização/Baixa	(2.183)
Saldo Final	117.273
d) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	53.103
Constituição	20.875
Reversão/Utilização/Baixa	(2.236)
Saldo Final	71.742
e) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	47
Constituição	403
Reversão/Utilização/Baixa	(3)
Saldo Final	447
f) Férias	
Saldo Inicial	21.212
Constituição	32.107
Reversão/Utilização/Baixa	(26.987)
Saldo Final	26.332
g) FNE	
Saldo Inicial	512.872
Constituição	214.873
Reversão/Utilização/Baixa	(79.786)
Saldo Final	647.959

g) O Banco tem causas patrocinadas por advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja provisão é realizada na forma da Resolução Nº 2.682/99. A partir do momento em que essas demandas venham a gerar a

possibilidade de contingências para o Banco, a sua avaliação será realizada, pela Área Jurídica, na forma da alínea "b", retromencionada.

- h) Os depósitos judiciais são mantidos em contas do ativo sem ser compensados com as provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.
- i) O risco assumido pelo Banco nas operações do FNE, contratadas a partir de 01.12.1998, é calculado de forma análoga ao previsto na Resolução Nº 2.682/99 (Nota 25.c).

NOTA 21 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Funcionários (1)	Administradores (2)
Máxima	14.802,97	21.200,00
Mínima	627,13	19.382,86
Média	3.629,62	

(1) Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Valores aprovados pela 80ª reunião da Assembléia Geral de Acionistas do Banco, realizada em 22/08/2007.

Em 31.12.2007, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 5.726 (5.161 em 31.12.2006), registrando-se, no período, um acréscimo de 10,95% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 22 - Participação nos Lucros e Resultados

No exercício de 2007 foi provisionado o valor de R\$ 19.777 mil, referente a participação dos empregados e administradores no lucro, equivalente a 17,07% dos dividendos e 9% do lucro líquido do exercício, conforme Resolução Nº 10/1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

NOTA 23 - Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste, no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política Contábil Adotada pelo Banco no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o disposto nos itens 52 a 55 do anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, é reconhecida a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Características do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que suplementa a aposentadoria de funcionários associados e a pensão de seus dependentes. São apresentadas, a seguir, as informações relevantes atinentes ao funcionamento da CAPEF:

c.1) Regime Atuarial

A CAPEF adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas relativas aos Institutos Previdenciários, Benefícios de Suplementação de Aposentadoria, Suplementação de Pensão e Pecúlio.

c.2) Plano de Benefícios

O tipo de plano adotado é o de benefício definido, assegurando Institutos de Proteção Previdenciária, Suplementação de Aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez aos participantes, assim como Suplementação de Pensão e Pecúlio aos dependentes dos participantes.

c.3) Obrigações Vencidas

Não existem.

c.4) Dívida de Contribuições

Não Existem.

c.5) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial da CAPEF, na posição de dezembro/2007, apresenta-se superavitário, no valor de R\$ 348.033 mil (superávit de R\$ 184.453 mil em 31.12.2006), conforme Avaliação Atuarial da PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

c.6) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20/98, registrando, em 31.12.2007, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2006 1:1).

d) Características do Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é contribuinte do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

d.1) Obrigações Vencidas

Não existem.

d.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

e) Conciliação de Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

A conciliação dos ativos e passivos é demonstrada a seguir, em R\$ Mil, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto no item 49 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Valor Presente das Obrigações Atuariais		
Total ou Parcialmente Cobertas	2.495.576	351.221
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	1.878.756	16.677
3. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto (item 1 menos item 2)	616.820	334.544
a. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto Reconhecidas	646.142	163.424
i. Despesas Correntes	248.128	85.604
ii. Valor Líquido das Perdas Atuariais	11.579	46.439
iii. Custo do Serviço Passado	152.803	-
iv. Parcela do Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001	233.632	31.381
b. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto não Reconhecidas	(29.322)	171.120
i. Valor Líquido das Perdas/Ganhos Atuariais	(108.809)	171.120
ii. Custo do Serviço Passado	79.487	-
iii. Parcela do Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001	-	-

f) A Movimentação do Passivo Atuarial Líquido no Período é demonstrada a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Passivo Atuarial Líquido, no final do exercício anterior	737.056	309.244
2. Resultado da Movimentação no Passivo Atuarial a Descoberto no Exercício Corrente	(120.236)	25.300
a. Despesas Correntes	34.812	27.318
b. Valor Líquido das Perdas (Ganhos) Atuariais	(155.048)	(2.018)
c. Custo do Serviço Passado	-	-
3. Passivo Atuarial Líquido, no final do período	616.820	334.544

g) A Despesa Reconhecida na Demonstração de Resultado é demonstrada a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Despesas Correntes	97.884	48.404
a. Custo do Serviço Corrente, Deduzido das Contribuições de Empregados	19.476	12.276
b. Custo dos Juros	267.154	37.451
c. Rendimento esperado sobre os Ativos do Plano	(188.746)	(1.323)
2. Perdas e Ganhos Atuariais Reconhecidos no Exercício	-	9.173
3. Custo do Serviço Passado	26.496	-
4. Passivo Atuarial apurado em 31/12/2001 reconhecido no exercício	-	-
5. Despesa reconhecida na Demonstração do Resultado	124.380	57.577
a. Despesa de Provisão	61.308	36.491
b. Despesa de Contribuição	63.072	21.086

h) Comentários adicionais

- h.1) Despesas Correntes** – obrigações apuradas no exercício, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;
- h.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas** – obrigações apuradas no exercício, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – item b desta nota;
- h.3) Custo do Serviço Passado** – obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 38, 56 e 57 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371;
- h.4) Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001** – valor presente das obrigações atuariais a descoberto, apuradas em 31.12.2001, conforme o disposto no item 49 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371.

i) Premissas utilizadas

- i.1) Premissas Biométricas:** Tábua de Mortalidade Geral de Válidos – AT2000 Homens; Tábua de Mortalidade de Inválidos – Experiência do IAPC - Fraca; Tábua de Entrada em Invalidez – Experiência da CAPEF e Tábua de Rotatividade – Nenhuma.
- i.2) Premissas Econômicas:** Taxa Real de Rendimento Esperada dos Ativos do Plano – 6% a.a.; Taxa de Inflação Futura – 5% a.a.; Índice de Aumento Salarial Real Estimado – 1% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios – 0% a.a.; Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial – 6% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do INSS – 0% a.a. e Taxa de Crescimento Real dos Gastos Assistenciais – 4% a.a..
- i.3) A taxa de inflação futura** é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

NOTA 24 - Saldos Patrimoniais Vinculados a Moedas Estrangeiras

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 31.12.2007, saldo líquido de exposição cambial comprada no importe de R\$ 17.693 mil (R\$ 8.828 mil em 31.12.2006), na forma demonstrada a seguir em R\$ Mil:

	31.12.2007	31.12.2006
Disponibilidades	1.381	1.457
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.435	16.863
Operações de Crédito	609.747	662.333
Outros Créditos	220.152	209.506

Total de Ativos em Moedas Estrangeiras	834.715	890.159
Operações de Swap	137.601	179.794
Total de Exposição Ativas em Moedas	972.316	1.069.953

	31.12.2007	31.12.2006
Depósitos	54.573	73.996
Relações Interdependências	5.687	2.994
Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	2.363	4.174
Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	891.932	977.449
Outras Obrigações	68	2.513
Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	954.623	1.061.126

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central. O descasamento apresentado neste exercício representa 1,82% do valor das operações indexadas a moedas estrangeiras, o que reafirma a política conservadora do Banco a esse tipo de risco.

O saldo líquido da exposição cambial é apurado diariamente. Com vistas a reduzir os descasamentos, o Banco opta entre realizar operações no mercado financeiro de compra e venda de títulos federais indexados à variação cambial e operações de swap cambial. Neste exercício o Banco resolveu adotar como política de hedge realizar operações com swap cambial.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE** no montante de R\$ 22.292.718 mil (R\$ 19.410.490 mil em 31.12.2006) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).
- b) O disponível do Fundo** no valor de R\$ 4.452.552 mil (R\$ 3.678.226 mil em 31.12.2006), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extra-mercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 443.033 mil (R\$ 527.221 mil em 31.12.2006).
- c) A provisão para fazer face ao risco de crédito nas operações contratadas ao amparo do FNE** é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998**, o Banco é isento de risco operacional;
- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998**, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido), o risco de crédito do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução Nº 2.682/99. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos (A)	% de Risco (B)	Valor do Risco C = (A x B)	Provisão em 31.12.2007 D = (C x 50%)	Provisão em 31.12.2006
AA	2.619.070	0%	-	-	-
A	3.050.386	0,50%	15.252	7.626	5.713
B	3.873.514	1,00%	38.735	19.368	15.200
C	394.646	3,00%	11.839	5.920	7.418
D	827.715	10,00%	82.772	41.386	46.904
E	341.848	30,00%	102.554	51.277	20.562
F	164.704	50,00%	82.352	41.176	17.430
G	135.863	70,00%	95.104	47.552	33.573
H	867.309	100,00%	867.309	433.654	366.072
TOTAL	12.275.055		1.295.917	647.959	512.872

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998**, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco de crédito for de 50% e de 6% quando contratadas em nome do próprio Banco. A receita de “del credere” foi de R\$ 299.546 mil (R\$ 250.203 mil em 31.12.2006).

- e) A taxa de administração de 3% a.a.** é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF

(Grupos B, A/C, Floresta e Semi-árido), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 541.869 mil (R\$ 520.465 mil em 31.12.2006).

NOTA 26 - Limites Operacionais - Acordo de Basileia

Em 31.12.2007, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Nordeste era de 16,28% (em 31.12.2006, 18,97%), enquanto o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 1.602.266 mil (R\$ 1.501.615 mil, em 31.12.2006). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam, para 31.12.2007, um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 1.082.706 mil (R\$ 870.554 mil, em 31.12.2006).

Especificação	31.12.2007		31.12.2006	
	Valor dos Ativos	Ativos Ponderados pelo Risco	Valor dos Ativos	Ativos Ponderados pelo Risco
Ativos sujeitos a risco nulo	9.023.602	-	8.021.068	-
Ativos sujeitos a risco 20%	52.769	10.554	62.871	12.574
Ativos sujeitos a risco 50%	905.027	452.514	644.876	322.438
Ativos sujeitos a risco 100%	8.370.315	8.370.315	6.842.354	6.842.354
Ativos sujeitos a risco 300%	327.726	983.177	235.065	705.196
TOTAL	18.679.439	9.816.560	15.806.234	7.882.562

Apresenta-se, a seguir, o cálculo do patrimônio líquido exigido e do coeficiente de adequação de capital (R\$ Mil):

Fator de Ponderação do Risco	31.12.2007	31.12.2006
(A) Ativos sujeitos à ponderação de risco	18.679.439	15.806.234
(B) Ativos ponderados pelo risco (APR)	9.816.560	7.882.562
(C) Risco de crédito de Swap	8.842	14.090
(D) Exigência de patrimônio líquido sobre APR (11% de "B")	1.079.822	867.082
(E) Exigência de patrimônio líquido sobre SWAP (20% de "C")	1.768	2.818
(F) Exigência de patrimônio líquido sobre exposição de taxa de juros	1.116	654
(G) Patrimônio Líquido Exigido (PLE): "D" + "E" + "F"	1.082.706	870.554
(H) Patrimônio de referência (PR):	1.602.266	1.501.615
Nível I	1.560.716	1.461.116
Nível II (Reservas de Reavaliação)	41.550	40.499
(I) Razão entre patrimônio de referência e patrimônio líquido exigido: ("G/H")	0,68	0,58
(J) Excesso/(insuficiência) de patrimônio líquido: PR - PLE ("H" - "G")	519.560	631.061
(L) Excesso/(insuficiência) de alavancagem: ("J" x 100)/11	4.723.269	5.736.918
(M) Coeficiente de Adequação do Patrimônio Líquido	16,28 %	18,97 %

$$\text{ÍNDICE DE BASILÉIA} = \frac{H}{B + 9,09 \times (E + F)}$$

NOTA 27 - Fluxo de Caixa

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações		
Lucro Líquido do Exercício	219.744	202.734
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:		
- Despesas de Depreciação e Amortização	21.852	19.426
- Provisão para Perdas em Investimentos	135	-
- Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	815	238
- Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.594)	(32.806)
- Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	14.446	593
Lucro Líquido Ajustado	237.398	190.185
Títulos e Valores Mobiliários	1.524.805	726.403
Outros Valores e Bens	(6.910)	(3.783)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.645.591)	(317.864)
Relações Interfinanceiras	2.649	(6.529)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(67.226)	(55.115)
Operações de Crédito	(318.649)	(77.120)
Outros Créditos	(125.167)	(100.701)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	1	(1.818)
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(24.799)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	(4.116)	38.200
Reserva de Reavaliação	-	(61)
Atualização de Títulos Patrimoniais	291	-
Caixa Gerado/(Utilizado) pelas Operações	(1.402.515)	366.998

Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento

Depósitos	469.065	134.823
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(130.630)	(238.787)
Capições no Mercado Aberto	(23.039)	(142.498)
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.839	4.206
Outras Obrigações	1.228.605	15.392
Dividendos e bonificações propostos	(21.769)	(14.175)
Juros sobre o Capital Próprio	(94.000)	(80.346)
Total de Ingressos/(Saídas) de Recursos	1.447.071	(321.385)
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Investimento		
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(2.258)	(2.886)
Inversões em Imobilizado de Uso	(29.927)	(31.507)
Inversões em Investimentos	(462)	(54)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	928	1.017
Alienação de Imobilizado de Uso	130	363
Alienação de Investimentos	(10)	2
Aplicações no Diferido	(1.734)	(1.924)
Total dos Recursos Captados	(33.333)	(34.989)
Variação Líquida de Caixa	11.222	10.624

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA:

No início do período	48.147	37.523
No fim do período	59.369	48.147
Aumento das Disponibilidades	11.222	10.624

NOTA 28 - Demonstração de Valor Adicionado

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
RECEITAS	2.813.309	2.636.442
Intermediação Financeira	2.195.291	2.128.067
Prestações de Serviços	752.126	722.911
Provisão para Devedores Duvidosos	(135.347)	(106.425)
Não-operacionais	1.239	(108.111)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(812.707)	(960.396)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(937.983)	(734.544)
Materiais, energia e outros	(432.353)	(379.220)
Serviços de terceiros	(178.186)	(147.716)
Perda/Recuperação de valores ativos	(327.444)	(207.608)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.062.619	941.502
RETENÇÕES	(21.852)	(19.426)
Depreciação e amortização	(21.852)	(19.426)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	1.040.767	922.076
PELA ENTIDADE	1.040.767	922.076
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	562.538	562.767
- Proventos, encargos e benefícios	444.962	383.097
- Provisões - benefícios pós-emprego (Deliberação CVM 371)	97.799	161.434
- Participações no lucro	19.777	18.236
Impostos, taxas e contribuições	247.002	146.311
Aluguéis	11.483	10.264
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	115.769	80.346
- União	108.954	75.617
- Outros	6.815	4.729
Lucros retidos	103.975	122.388

NOTA 29 - Outras Informações

a) Gestão de Riscos

Os instrumentos de governança corporativa do Banco do Nordeste incluem estrutura de controles internos revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos operacionais no Banco observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, priorizando a identificação das fragilidades existentes nos diversos processos da Instituição, a implementação e acompanhamento de indicadores-chave e de mecanismos de mitigação dos riscos identificados. As eventuais perdas decorrentes de risco operacional ficam armazenadas na base de dados do sistema de recuperação de informações contábeis do Banco, com as qualificações necessárias para o acompanhamento efetivo das ocorrências verificadas, permitindo o desenvolvimento e utilização de instrumentos de controle. O risco de crédito é gerenciado por meio do acompanhamento de cadastro de clientes, revisão e desenvolvimento de modelos de avaliação de risco e concessão de limites adaptados à classificação de risco dos clientes e de suas operações, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução Nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional. O acompanhamento dos riscos de mercado e de

liquidez é realizado pela unidade de gestão de riscos da Instituição, que mensura e gerencia impactos de oscilações em taxas de juros, moedas e índices de ações e de preços nas carteiras de crédito e de investimentos do Banco. O Banco utiliza sistema próprio de gerenciamento de risco de tesouraria, contemplando mecanismos como: VaR (Value at Risk); Duration global (ativos e passivos) por carteira, título e indexador; fluxos de caixa previstos, com a identificação de eventuais descasamentos entre ativos e passivos com relação a prazos; e saldos globais de ativos e passivos, por carteira e por título, apontando eventuais descasamentos por moedas.

b) Transações com partes relacionadas

b.1 O Banco do Nordeste não realizou transações com empresas coligadas e controladas.

b.2 As principais operações com empresas, programas e fundos sob o controle e a gestão do Governo Federal – acionista majoritário do Banco – estão discriminadas nas notas explicativas 9.d (FAT), 12 (Obrigações com o Tesouro Nacional, Banco do Brasil, sistema BNDES, CEF, Outras Instituições Oficiais) e 25 (FNE).

b.3 O Banco é patrocinador da CAPEF e CAMED e em função disso ocorreram as transações descritas nas notas explicativas 14.f e 23.

c) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Créditos Abertos para Importação	8.579	7.199
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	3.285	3.236
- FNE	6.128.022	4.885.534
- Outras Entidades	-	3.563
Coobrigações em Cessões de Crédito	402.494	329.498

d) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 354.295 mil (R\$ 325.403 mil em 31.12.2006) assim distribuídos:

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Bens Móveis	112.310	95.874
Bens Imóveis	238.571	226.839
Bens Imóveis de Terceiros	2.224	1.500
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.190	1.190
TOTAL	354.295	325.403

e) Eventos Subseqüentes

e.1) Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei Nº 11.638/07 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil. Em razão do curto período de tempo entre a promulgação da Lei Nº 11.638/07, o Comunicado ao Mercado da CVM e a aprovação e publicação do balanço do Banco do Nordeste, ainda não foi possível estimar os efeitos no seu patrimônio e resultado. Entretanto, mencionamos abaixo as principais alterações contábeis da Lei Nº 11.638/07 que poderão afetar as Demonstrações Contábeis do Banco do Nordeste em 2008:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, a qual é atualmente apresentada apenas em nota explicativa.
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, a qual é atualmente apresentada apenas em nota explicativa.
- Estrutura das Demonstrações Contábeis: a) o ativo permanente passa a ser dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido; b) o patrimônio líquido passa a ser dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- Nos Ajustes de Avaliação Patrimonial serão classificadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a

elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado.

- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social de 2008.
- Ajustes a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

e.2) Em 3 de janeiro de 2008, foi editada a Medida Provisória Nº 413, que dentre outras medidas tributárias eleva a alíquota da contribuição social exigida das instituições financeiras, de 9% para 15%, com vigência a partir de maio de 2008. A aplicação dessa nova alíquota sobre as diferenças temporais existentes em 31 de dezembro de 2007, elevaria o crédito tributário diferido de contribuição social em R\$ 20.947 mil, em contrapartida ao resultado.

e.3) Em 14 de janeiro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria Interministerial Nº 334/2007, que cria grupo de trabalho interministerial para analisar as negociações extrajudiciais com redução de encargos realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, na qualidade de agente operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e, caso necessário, propor regulamentação relativa à recuperação de créditos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos operadores. O grupo será formado por um titular e um suplente dos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Fazenda, a quem caberá a coordenação; Ministério da Integração Nacional; Advocacia-Geral da União; Controladoria-Geral da União e Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2008.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB ("Banco"), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício e semestre findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 13 de julho de 2006, o Governo Federal promulgou a Lei nº 11.322, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações

de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. Referida Lei autorizava a repactuação de dívidas de operações contratadas, até 15 de janeiro de 2001, por agricultores familiares; mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais; suas cooperativas e associações, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; do FNE combinado com outras fontes ou de outras fontes cujas operações tenham sido contratadas perante os bancos oficiais federais, de valor originalmente contratado de até R\$ 100 mil, seguindo as condições regidas na Lei. O processo de repactuação proporcionava benefícios de natureza relacionada com rebates no saldo devedor; bônus de adimplência de até 25% do valor da parcela; prorrogação dos prazos para amortização das dívidas, incluindo ainda carências e taxas de juros menores. Em 31 de dezembro de 2007, existiam aproximadamente 8.000 propostas de renegociação de dívidas devidamente deferidas até 28 de dezembro de 2007, as quais se encontravam em fase de conclusão do processo. Com isso, os efeitos totais possíveis que resultarão nas demonstrações contábeis do Banco, só serão conhecidos quando da finalização desse processo de contratação.

5. Adicionalmente, examinamos as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas respectivamente como nota explicativa nº 27 e 28 às demonstrações contábeis, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não requeridas pela legislação societária brasileira, foram elaboradas para propiciar informação adicional. Em nossa opinião, essas demonstrações representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o fluxo de caixa e o valor adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A. correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer, datado 12 de fevereiro de 2007, com parágrafo de ênfase relacionado aos eventuais efeitos que poderiam advir da conclusão do processo de repactuação de dívidas oriundas de operações de créditos rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, previstas na Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC-SP Nº 97.866 - TPE S/CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e com base no Parecer dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu, de 30 de janeiro de 2008, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial, no exercício de 2007, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. É de opinião, também, que, conforme o § 4º do Parecer dos Auditores Independentes e Nota Explicativa 6.g, os efeitos totais possíveis da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, só serão conhecidos e registrados nas demonstrações contábeis do Banco quando da finalização desse processo de contratação.

Fortaleza (CE), 31 de janeiro de 2008.

O Conselho Fiscal

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º. Semestre de 2007

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), instituído pela Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, é um órgão de assessoramento ao seu Conselho de Administração, com atribuições e demais requisitos exigidos para seu funcionamento, inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê

A atuação do Comitê de Auditoria no semestre findo em 31/12/2007 foi focada em atividades que lhe permitisse avaliar a efetividade dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos e Riscos, bem como, a revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, no corrente exercício, por força da Resolução CMN 3.477/2007, o Comitê de Auditoria teve, também, que desenvolver ações no sentido de examinar o resultado das atividades da Ouvidoria do Banco.

Em adição, e por delegação do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, vem realizando o acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo, inclusive daquelas originadas do próprio Conselho.

Além desses assuntos, o Comitê de Auditoria elaborou e submeteu ao Conselho de Administração proposta de revisão do seu Regimento Interno e Manual de Procedimentos, que após aprovados por aquele Colegiado, foram inseridos na página do Banco da Internet e agregados ao seu conjunto de normas.

Para o desenvolvimento do seu mister, no segundo semestre de 2007, o Comitê de Auditoria realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e 4 (quatro) extraordinárias tendo como pauta assuntos relacionados com as áreas acima citadas. Para subsidiar seus exames, os integrantes do Comitê mantiveram contatos e reuniões de trabalho com os componentes da Diretoria do BNB, com as áreas responsáveis pelos dados financeiros e contábeis, controles internos, gestão de riscos e analisou relatórios de desempenho da instituição, tendo, ainda, participado de todas as Reuniões do Conselho de Administração.

Relativamente ao conjunto das demonstrações contábeis, na posição de 31.12.2007, o Comitê de Auditoria promoveu reuniões com os responsáveis pela sua preparação e com a Auditoria Independente e, juntamente com os membros do Conselho Fiscal, participou da reunião do Conselho de Administração que aprovou as referidas demonstrações.

Controles Internos

Visando aperfeiçoar a política corporativa de riscos, o Banco modificou sua estrutura organizacional mediante a criação do Ambiente de Gestão de Riscos, vinculado à Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, para gerenciar de forma agregada em uma única área, os riscos de crédito, de mercado e operacionais.

Tal medida resulta em melhoria na mitigação dos riscos inerentes aos processos, eficiência das operações, dos negócios, dos sistemas geradores de relatórios financeiros e gerenciais, identificando, avaliando seus pontos de controles para assegurar níveis de risco compatíveis com as estratégias e estrutura de capital da Instituição.

No que diz respeito à adequação do Banco aos requisitos do Novo Acordo de Capital – Basileia II, o BNB procedeu a implantação da Estrutura de Gerenciamento dos Riscos Operacionais, desenvolve melhorias nos modelos de avaliação de risco de crédito e vem ajustando seus procedimentos para avaliar risco de mercado ao que estabelece a Resolução CMN 3464/2007.

Auditoria Interna

Os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna foram orientados para o cumprimento do seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo

Conselho de Administração, para o exercício de 2007. Houve mudanças internas ao longo do semestre, com alterações de escopo, no sentido de adotar como foco de atuação a avaliação dos riscos, objetivando dar maior eficácia aos trabalhos por ela desenvolvidos, procedimento que se constituiu na base do Planejamento para 2008.

Pela análise dos resultados apresentados e exames nos documentos e relatórios por ela produzidos tem-se que a Auditoria Interna do Banco manteve boa atuação no que diz respeito ao cumprimento do seu Plano Anual de Trabalho, carecendo, porém de melhorias no fluxo de informações para com este Comitê.

Auditoria Independente

Do exame dos trabalhos apresentados para o semestre, e análise dos pareceres e relatórios por ela emitidos, nada foi evidenciado que possa comprometer a independência, o resultado e a qualidade dos trabalhos realizados pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES nesse período.

Demonstrações Contábeis

O exame do conjunto das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data base de 31.12.2007, por parte dos integrantes do Comitê de Auditoria, foi complementado com informações e esclarecimentos adicionais obtidos em reunião conjunta com as áreas envolvidas, oportunidade em que, também foram discutidos com o Auditor Independente os Pareceres por ele emitidos sobre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Examinados os documentos acima, e discutidas as práticas contábeis utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis na posição de 31.12.2007, tem-se que guardam estas conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, com a legislação societária aplicável, com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (Ce), 30 de janeiro de 2008.

O Comitê de Auditoria

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
 (Valores em R\$ Mil)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.2007	31.12.2006		31.12.2007	31.12.2006
CIRCULANTE	7.691.978	6.902.525	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 6.c)	22.292.718	19.410.490
DISPONIBILIDADES (Nota 6.b.1)	4.452.552	3.678.226	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:		
Recursos a Alocar	2.367.399	1.789.447	No Exercício	3.215.577	2.775.685
Recursos Alocados	2.085.153	1.888.779	Em Exercícios Anteriores	17.918.747	15.143.062
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	52.779	75.801	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.466.268	1.458.184
Crédito Rural - Proagro a Receber	3.947	4.626	RESULTADO DO EXERCÍCIO	(307.874)	33.559
Devedores por Repasses	48.832	71.175			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6.b.2 e Nota 7)	3.184.053	3.147.812			
Financiamentos	892.225	682.364			
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	145.565	33.724			
Financiamentos Agroindustriais	99.201	72.346			
Financiamentos Rurais	2.960.292	2.679.447			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(913.230)	(320.069)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6.b.3)	1.066	686			
Direitos s/bens Recebidos em Operações de Crédito	1.066	686			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 6.b.4)	1.528	0			
Títulos da Dívida Agrária	2.312	0			
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(784)	0			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.600.740	12.507.965			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	142.715	98.830			
Crédito Rural - Proagro a Receber	7.269	3.453			
Devedores por Repasses	135.446	95.377			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6.b.2 e Nota 7)	14.457.967	12.407.495			
Financiamentos	3.745.883	3.063.441			
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.570.016	1.200.117			
Financiamentos Agroindustriais	433.193	310.260			
Financiamentos Rurais	8.708.875	7.833.677			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 6.b.4)	58	1.640			
Títulos da Dívida Agrária	79	2.547			
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(21)	(907)			
TOTAL DO ATIVO	22.292.718	19.410.490	TOTAL DO PASSIVO	22.292.718	19.410.490

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
 (Valores em R\$ Mil)

	Exercício/2007	Exercício/2006
RECEITAS		
De Operações de Crédito (Nota 6.a.6)	936.071	816.430
De Remuneração das Disponibilidades (Nota 6.b.1)	443.034	527.221
DESPESAS (Nota 6.a.7)		
De Administração	(541.869)	(520.465)
PRONAF-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance	(65.774)	(55.143)
De Provisões Operacionais	(1.079.285)	(734.468)
De Auditoria	(51)	(16)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(307.874)	33.559

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2005	15.143.062	1.449.444	16.592.506
Transferências da União no Exercício	2.775.685	0	2.775.685
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	8.740	8.740
Lucro Líquido do Exercício	0	33.559	33.559
SALDOS EM 31.12.2006	17.918.747	1.491.743	19.410.490
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.775.685	42.299	2.817.984
SALDOS EM 31.12.2006	17.918.747	1.491.743	19.410.490
Transferências da União no Exercício	3.215.577	0	3.215.577
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(25.475)	(25.475)
Lucro/Prejuízo do Exercício	0	(307.874)	(307.874)
SALDOS EM 31.12.2007	21.134.324	1.158.394	22.292.718
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.215.577	(333.349)	2.882.228

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Valores em R\$ Mil)

	Exercício/2007	Exercício/2006
ORIGEM DOS RECURSOS	3.215.631	2.817.984
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Transferências da União no Exercício:		
Recursos Livres	3.215.577	2.775.685
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	8.740
Lucro Líquido do Exercício	0	33.559
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Outros Valores e Bens	54	0
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	2.441.305	2.957.308
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Relações Interfinanceiras	20.863	25.805
Operações de Crédito	2.086.713	2.930.817
Outros Créditos	380	686
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	25.475	0
Prejuízo do Exercício	307.874	0
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	774.326	(139.324)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA	774.326	(139.324)
Início do Exercício	3.678.226	3.817.550
Fim do Exercício	4.452.552	3.678.226

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - Histórico
Nota 2 - Administração
Nota 3 - Fiscalização
Nota 4 - Auditoria Externa
Nota 5 - Isenção Tributária
Nota 6 - Diretrizes Contábeis
Nota 7 - Risco de Crédito e Provisão para Perdas
Nota 8 - Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do BNB
Nota 9 - Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 10 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI
Nota 11- Evento Subseqüente

NOTA 1 - Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar Nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis Nº 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 - Administração

Ao Banco do Nordeste cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

NOTA 3 - Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 4 - Auditoria Externa

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre suas demonstrações contábeis, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

NOTA 5 - Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame.

NOTA 6 - Diretrizes Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco do Nordeste para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São os seguintes os principais destaques dos procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5 a 11,5% a.a. (6% a 14% a.a., em 31.12.2006), de acordo com a área de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do BNB. Na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários prevêm que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

a.3) A Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco do Nordeste, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
- Para as operações contratadas com risco de crédito de 50% para o Banco do Nordeste, o *del credere* do BNB será de 3% a.a.;
- Nas operações resultantes de repasses de recursos ao BNB, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.

a.4) A Portaria Nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o BNB faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

a.5) Nos financiamentos enquadrados no PRONAF, Grupos A, B, A/C, Semi-árido e Floresta, não há incidência de *del credere* em favor do Banco do Nordeste, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

a.6) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição, em R\$ Mil:

Discriminação	31.12.2007	31.12.2006
Rendas de Operações de Crédito	1.695.902	1.405.273
Despesa de <i>del credere</i> do Banco do Nordeste	(299.546)	(250.203)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.285)	(3.083)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(5.115)	(15.023)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações-Lei 10.696/11.322	(34.256)	(5.258)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência- Ops. Contratadas pelo BNB	(371.048)	(313.424)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência- Repasses a Outras Instituições	(118)	(560)
Despesas de Rebate Principal-Ops. c/Rec. FAT-BNDES-Lei 10.193/2001	(576)	(1.216)
Despesas c/Ops.-Outras Fontes-Aquisições Lei 11.322/06	(45.887)	(76)
TOTAL	936.071	816.430

a.7) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do BNB sobre os financiamentos no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco do Nordeste pelo FNE, é apropriada mensalmente, sendo calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF, Grupos B, A/C, Floresta e Semi-árido, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

Por meio do Decreto Nº 5.641, de 26.12.2005, foi regulamentada a sistemática de cálculo da taxa de administração, a partir do exercício de 2005, que passou a ser apurada à base de 0,25% do patrimônio líquido do Fundo em cada mês, observadas as deduções previstas na legislação e o limite de 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional em cada exercício.

A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do PRONAF Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, segue os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Disponível é formado pelos Recursos a Alocar, que representam as disponibilidades livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Alocados, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7). A Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações. As renegociações formalizadas no exercício de 2007 diminuíram o resultado do Fundo em R\$ 255.863 mil, a seguir demonstrado. Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes, adquiridas pelo Fundo, conforme autorização da própria Lei:

Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	335.524
Despesas de Bônus e Dispensas	(136.119)
Efeito Líquido em Provisões	(455.268)
TOTAL	(255.863)

b.3) São registrados na rubrica "Outros Créditos" os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo BNB para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial Nº 11.

b.4) Os títulos registrados na rubrica "Outros Valores" estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.

NOTA 7 - Risco de Crédito e Provisão para Perdas

a) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA/Programa da Terra:

a.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

a.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do PROCERA;
- Nas operações no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, o risco de crédito é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo BNB;
- Nas operações de repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratadas até 30.11.1998, o risco de crédito é de 100% para a instituição operadora;
- Nas operações de repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratadas a partir da vigência da Portaria Nº 616, de 26.05.2003, o BNB detém 100% do risco;
- Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco do Nordeste.

b) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco. A movimentação do saldo da provisão no período é demonstrada no quadro a seguir, em R\$ Mil:

Discriminação	31.12.2007	31.12.2006
Saldo Inicial	320.069	5.638.794
• Risco Integral do FNE	276.355	5.491.075
• Risco Compartilhado	43.714	147.719
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	1.168.842	734.602
• Risco Integral do FNE	992.721	651.035
• Risco Compartilhado	176.121	83.567

Banco do Nordeste

O nosso negócio é o desenvolvimento

Ministério da Fazenda

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Paranjana, 5700 Fortaleza CE - Sociedade de Capital Aberto - Carta Patente nº 3465 - C.N.P.J nº 07.237.373/0001-20

(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	575.681	6.053.327
. Risco Integral do FNE	495.894	5.865.755
. Risco Compartilhado	79.787	187.572
(=) Saldo da Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	913.230	320.069
. Risco Integral do FNE	773.182	276.355
. Risco Compartilhado	140.048	43.714

c) Considerando que é de responsabilidade do PROCERA o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.

d) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial N° 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei N° 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:

- d.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo;
- d.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo;
- d.3) para as operações adquiridas pelo Fundo foi registrada uma provisão, em contrapartida a operações de crédito, no valor de R\$ 84.761 mil. Para as operações do FNE renegociadas foi provisionado, em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais, o montante de R\$ 459.963 mil, sendo R\$ 390.288 mil, referentes às operações com risco integral para o Fundo, e R\$ 69.675 mil às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no item "Constituição de Provisão Líquida no Período" do quadro apresentado na alínea b acima.

NOTA 8 - Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do BNB

- a) Observando a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial N° 11, o reconhecimento de perdas, na contabilidade do FNE, segue o critério estabelecido no inciso II, do Art. 3º, da referida Portaria, qual seja, por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo.
- b) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do BNB é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do Art. 5º da Portaria Interministerial N° 11.
- c) No período, o BNB devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 79.786 mil, relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores baixados para prejuízo.

NOTA 9 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo de R\$ 25.475 mil, em 31.12.2007, refere-se a recalculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 10 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial N° 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no SIAFI, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 11 - Evento Subseqüente

Em 14 de janeiro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria Interministerial N° 334/2007, que cria grupo de trabalho interministerial para analisar as negociações extrajudiciais com redução de encargos realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, na qualidade de agente operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e, caso necessário, propor regulamentação relativa à recuperação de créditos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos operadores. O grupo será formado por um titular e um suplente dos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Fazenda, a quem caberá a coordenação; Ministério da Integração Nacional; Advocacia-Geral da União; Controladoria-Geral da União e Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2008

A Diretoria

OBS.:As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)
Fortaleza - CE

1. Examinamos o balanço patrimonial do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 13 de julho de 2006, o Governo Federal promulgou a Lei nº 11.322, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. Referida Lei autorizava a repactuação de dívidas de operações contratadas, até 15 de janeiro de 2001, por agricultores familiares; mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais; suas cooperativas e associações, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; do FNE combinado com outras fontes ou de outras fontes cujas operações tenham sido contratadas perante os bancos oficiais federais, de valor originalmente contratado de até R\$ 100 mil, seguindo as condições regidas na Lei. O processo de repactuação proporcionava benefícios de natureza relacionada com rebates no saldo devedor; bônus de adimplência de até 25% do valor da parcela; prorrogação dos prazos para amortização das dívidas, incluindo ainda carências e taxas de juros menores. Em 31 de dezembro de 2007, existiam aproximadamente 29.000 propostas de renegociação de dívidas devidamente deferidas até 28 de dezembro de 2007, as quais se encontravam em fase de conclusão do processo. Com isso, os efeitos totais possíveis que resultarão nas demonstrações contábeis do Fundo, só serão conhecidos quando da finalização desse processo de contratação.
5. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer, datado de 12 de fevereiro de 2007, com parágrafos de ênfase relacionados à diferença no cálculo do valor da baixa de operações de créditos para prejuízos, com efeito, na apresentação a maior dos saldos das rubricas de operações de créditos e provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 82.991 mil e aos eventuais efeitos que poderiam advir da conclusão do processo de repactuação de dívidas oriundas de operações de créditos rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, previstas na Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC-SP Nº 97.866 - TPE S/CE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Waldir Quintiliano da Silva (Presidente) – Roberto Smith (Vice-Presidente) – Álvaro Larrabure Costa Corrêa - Nilde Pereira Sabbat – Vera Maria Rodrigues Ponte

DIRETORIA: Roberto Smith (Presidente) – Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco) - Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva (Diretor Financeiro e Câmbio) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Pedro Rafael Lapa (Diretor de Gestão do Desenvolvimento e Administrativo)

CONSELHO FISCAL: Glauben Teixeira de Carvalho (Presidenta) – João José Ramos da Silva - Ricardo Massao Matsushima – Roberta Carvalho de Alencar – Sérgio Rosa Ferrão

COMITÊ DE AUDITORIA: José Wilkie Almeida Vieira (Presidente) – José Lucinério Pimentel – Francisco Leão de Freitas

SUPERINTENDENTES: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro) – Henrique Silveira Araújo (Jurídico)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

**Banco do
Nordeste**

ÁREA DE LOGÍSTICA

Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística

Célula de Produção Gráfica

OS 2008-2/2.659 - Tiragem: 500

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

~~Art. 20. Cada instituição financeira federal de caráter regional apresentará, semestralmente, ao Conselho Deliberativo da superintendência de desenvolvimento de sua respectiva região, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.~~

~~Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001)~~

Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

§ 1º O exercício financeiro de cada Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2º Deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

§ 3º Os bancos administradores deverão colocar à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posições de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados dos Fundos respectivos.

§ 4º O balanço, devidamente auditado, será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

~~§ 5º O Ministério da Integração Nacional encaminhará ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste os relatórios de~~

~~que trata o caput. (Incluído pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001)~~

§ 5º O relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007).

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os Avisos:

- **Nº 11, de 2008** (nº 191/2008, na origem), de 5 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5); e
- **Nº 12, de 2008** (nº 153/2008, na origem), de 5 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 353, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, sobre levantamento realizado em diversos contratos da Administração Pública Federal, na terceirização do setor de tecnologia da informação (TC 031.531/2007-7).

Os expedientes vão à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 64/2008

Brasília, 10 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador, Almeida Lima – PMDB – SE, como membro suplente, na Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência designa o Senador Almeida Lima para integrar, como suplente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do expediente lido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 64, DE 2008**

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41.
§ 1º

IX – pagamento de compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela preservação de área coberta por floresta acima do exigido como área de preservação permanente e de reserva legal pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

§ 7º Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos, salvo o estabelecido no inciso IX do § 1º deste artigo.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

As florestas são elementos fundamentais para a manutenção de vida de todos os seres vivos. Elas equilibram o clima, melhoram a qualidade do ar, filtram a água, conservam os habitats para a fauna e a flora que nela residem, mantêm a temperatura agradável e ainda for-

necem os recursos necessários para o desenvolvimento econômico. Da interação das florestas com o ar resulta a despoluição do ambiente, visto que retiram grande quantidade de dióxido de carbono da atmosfera.

Entretanto, as florestas foram, ao longo do tempo, a vegetação mais utilizada no processo de desenvolvimento econômico dos países. No Brasil, a sua degradação começou no período imperial, com a exploração do pau-brasil. Atualmente, o desmatamento da Amazônia preocupa não apenas a sociedade brasileira, como também gera críticas da comunidade internacional. É evidente que os mecanismos legais existentes hoje não coíbem a destruição da floresta amazônica. É necessário, portanto, implementar modelos mais eficazes para a preservação da região. Entre eles, o uso de mecanismos de incentivos fiscais para a conservação da mata nativa.

Pelas razões expostas consideramos de elevada importância a participação dos nobres Parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

.....
Art. 41. Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, de natureza contábil, gerido pelo órgão gestor federal, destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas:

I – pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;

II – assistência técnica e extensão florestal;

III – recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;

IV – aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;

V – controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;

VI – capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;

VII – educação ambiental;

VIII – proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

§ 2º O FNDF contará com um conselho consultivo, com participação dos entes federativos e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação.

§ 3º Aplicam-se aos membros do conselho de que trata o § 2º deste artigo as restrições previstas no art. 59 desta Lei.

§ 4º Adicionalmente aos recursos previstos na alínea **c**, do inciso II do **caput** e na alínea **d**, do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 desta Lei, constituem recursos do FNDF a reversão dos saldos anuais não aplicados, doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinadas, inclusive orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

§ 5º É vedada ao FNDF a prestação de garantias.

§ 6º Será elaborado plano anual de aplicação regionalizada dos recursos do FNDF, devendo o relatório de sua execução integrar o relatório anual de que trata o § 2º do art. 53 desta Lei, no âmbito da União.

§ 7º Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 8º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será feita prioritariamente em entidades públicas de pesquisa.

§ 9º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o § 1º deste artigo poderá abranger comunidades indígenas, sem prejuízo do atendimento de comunidades locais e outros beneficiários e observado o disposto no § 7º deste artigo.

.....
LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Institui o novo Código Florestal.

.....

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2008

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º

.....
§ 7º Sobre os encargos de que trata o Inciso I deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de trinta e cinco por cento para os mutuários que desenvolvem suas atividades na região da Amazônia Legal, nos termos do inciso VI do § 2º do art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, caso mantenham a área de Reserva Legal igual ou maior que os limites estabelecidos no Código Florestal e paguem cada parcela da dívida até a data do respectivo vencimento. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na área da Amazônia Legal, os produtores rurais são, atualmente, penalizados pelo ônus de manter intocados 80% de seus recursos florestais, caso o imóvel esteja localizado em região de floresta, ou 35%, caso a localização seja em área de cerrado. Essa norma dificulta o aproveitamento dos recursos de solo e água disponíveis em cada imóvel rural e representa uma perda de flexibilidade para o produtor rural na gestão dos recursos naturais de sua propriedade ou imóvel rural.

Cabe reconhecer o elevado custo econômico do não-uso das terras mantidas sob a forma de Reserva Legal, custo esse que recai exclusivamente sobre os produtores rurais, as empresas rurais, os governos estaduais e municipais, e as demais entidades e empresas localizadas nas cidades do interior.

Afinal, todos se submetem à exigência de manutenção de extensas áreas agricultáveis como Reserva Legal que lhes é imposta com a justificação de ser uma necessidade o atendimento a algumas importantes funções ecológicas, como evitar o efeito do desmatamento sobre a proteção das bacias hidrográficas; proteger complexos ciclos de nutrientes, importantes para o solo, a água e a atmosfera; preservar a biodiversidade da floresta amazônica para as gerações futuras; e se precaver em relação ao efeito estufa e o eventual aquecimento do Planeta.

São argumentos sérios e incontestáveis. No entanto, o ônus pelo não-uso destes recursos naturais recai sobre comunidades rurais, governos, entidades

e pessoas que deveriam ser recompensadas, de uma forma ou de outra, por estarem sendo privadas das oportunidades de renda, emprego, bem-estar e perspectivas mais favoráveis que lhes seriam propiciadas pelo aproveitamento dos recursos naturais mantidos intocados como Reserva Legal.

Como são objetivos de natureza plural, em atenção a interesses comuns, que justificam a exigência de manutenção da Reserva Legal, deveria haver mecanismos compensatórios em benefício dos que arcam com os custos de sua promoção.

Afinal, pessoas e entidades, públicas e privadas, abrem mão de seus planos, objetivos, desejos e necessidades, sem que haja compensação por parte daqueles que lhes impõem restrições ao desenvolvimento de suas atividades produtivas para o alcance de objetivos que extrapolam as fronteiras da Amazônia Legal e suas comunidades rurais, famílias e governos estaduais e municipais.

Assim, proponho a concessão de Bônus de Adimplência de 35% aos produtores rurais mutuários dos fundos constitucionais de financiamento caso mantenham a área de Reserva Legal igual ou maior que os limites estabelecidos nos incisos I e II, do art. 16, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e paguem cada parcela da dívida até a data do respectivo vencimento. Trata-se de uma pequena compensação, talvez mais simbólica que efetiva, para sinalizar o elevado valor social da manutenção de áreas agricultáveis como Reserva Legal.

Portanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares e esperamos o aperfeiçoamento desta proposição, no curso da tramitação pelas comissões técnicas desta Casa.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Expedito Júnior**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Art. 1º A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, serão os seguintes:

I – operações rurais:

a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

– PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

b) mini produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;

c) pequenos e médios produtores, suas cooperativas e associações: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

d) grandes produtores, suas cooperativas e associações: dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II – operações industriais, agroindustriais e de turismo:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

III – operações comerciais e de serviços:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O *del credere* do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 3º Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderá realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período.

§ 5º Sobre os encargos de que tratam as alíneas **b**, **c** e **d** do Inciso I e as alíneas dos Incisos II e III deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do Semi-Árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais

regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 2º Para os efeitos deste Código, entende-se por:

VI – Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão.

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

I – oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;

II – trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo;

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996,

que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer, entre as atribuições do conselho de gestão fiscal, as de acompanhar a evolução da carga tributária e de propor medidas para sua redução.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 67

§ 3º O conselho a que se refere o **caput** deverá acompanhar a evolução da carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e elaborar estudos e diagnósticos com sugestões de medidas para sua redução, encaminhando suas conclusões para o Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmaras municipais. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei de Responsabilidade Fiscal representou marco importante no processo de amadurecimento de nossas instituições. Regras de gestão fiscal são essenciais para que o desenvolvimento econômico do nosso País seja estável e duradouro.

Naquela Lei, foi prevista a criação de um conselho de gestão fiscal, com participação de representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, com o objetivo de propor medidas de racionalização das receitas e despesas públicas. A pluralidade de entidades participantes já demonstra a capacidade do conselho de oferecer análises, estudos e diagnósticos sobre os diversos aspectos da gestão fiscal.

Parece-nos, portanto, ser esse o foro adequado para enfrentar uma questão central para o nosso

País: a constante elevação da carga tributária. Não é possível pensar em gestão fiscal eficiente quando se arrecada quase 35% do Produto Interno Bruto. É questão preliminar a qualquer Reforma Tributária, portanto, a eleição de um órgão técnico e representativo apto a realizar o acompanhamento da evolução da carga tributária e elaborar sugestões para sua redução. O resultado dessa avaliação, por sua vez, será encaminhado aos Poderes Legislativos de cada ente estatal para auxiliar em suas deliberações.

Com essa medida, acreditamos, fortalecemos a participação da sociedade civil na gestão fiscal, ao mesmo tempo em que reforçamos o papel do Poder Legislativo na condução da política tributária.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Adelmir Santana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....
Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I – harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II – disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

III – adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV – divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o **caput** instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios

em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação na delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que visitará Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã, no período de 16 a 21 de março de 2007.

Informo, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 14 a 23 de março do corrente, para participar da missão supracitada.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2008

Com base nos arts. 154, III e § 5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de sessão especial em comemoração ao centenário de fundação do Jornal **O Norte**, que se dará em 7 de maio de 2008.

Justificação

O Norte nasceu em 7 de maio de 1908, através do empreendedorismo dos irmãos Oscar e Orris Soares, filhos de comerciantes portugueses na capital paraibana, à época chamada Parahyba do Norte. Do nome da cidade, naqueles tempos, provavelmente teria surgido a marca “O Norte” que atravessou gerações levando informação com seriedade e responsabilidade.

Democracia e liberdade de imprensa são, como sabemos, conceitos indissociáveis, que inexistem se-

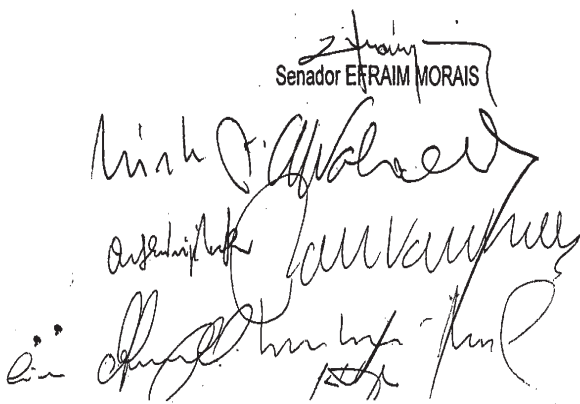
paradamente. Por isso, é sempre motivo de celebração, entre os que prezam as conquistas do Estado democrático de Direito, o registro de aniversário de um respeitável órgão de imprensa.

Foi o primeiro jornal paraibano a lançar o seu portal na internet. A primeira edição de **O Norte on line** foi ao ar em 2002, passando a fornecer aos internautas, desde então, notícias em tempo real.

E é nessa condição, de órgão pioneiro e sempre em sintonia com a modernidade, sem prejuízo da fidelidade aos valores de sua origem, que **O Norte** chega ao seu centenário.

Diante disso, solicito a realização de Sessão Especial para homenagear os 100 anos de fundação do Jornal **O Norte**.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2008.
– Senador **Efraim Moraes**.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 233, DE 2008

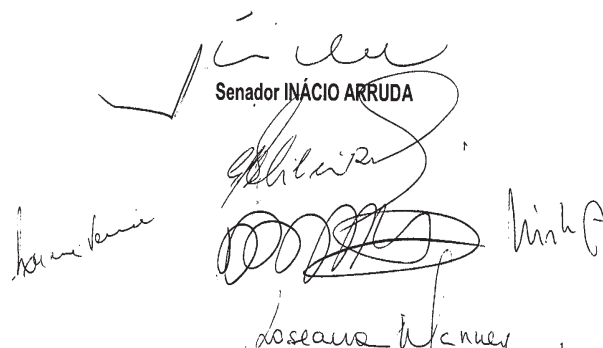
Requeiro, nos termos do art. 199, § 1º do Regimento Interno, na forma de aditamento ao Requerimento nº 50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 10 de abril de 2008.

Justificação

Em razão da não proposição de data específica para realização da Sessão Especial para comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, proposta pelo RQS nº 50/2008 – SF, adita-

mos o presente requerimento para que a supracitada Sessão seja realizada em 10 de abril do corrente ano, tendo em vista que a ABI completará 100 anos no dia 7 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 11 de março 2008. –



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 234, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Presidente da Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO pelos nove anos de trabalho no Estado do Pará.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Ilustríssima Srª Ana Klautau Leite.

Justificação

A AVAO é uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Nasceu com o objetivo de prestar assistência aos pacientes acometidos de câncer em tratamento no Hospital Ofir Loyola – HOL, localizado em Belém – capital do Estado do Pará.

Pela seriedade do trabalho desenvolvido pela AVAO, ela é reconhecida por todos os paraenses e recebe apoio de toda a comunidade, empresas e instituições.

O meu pedido de Voto de Aplauso é um reconhecimento à luta da Srª Presidente Ana Klautau Leite e demais voluntários da ONG em acolher os pacientes de uma enfermidade, como câncer, que ainda atinge um número enorme de pessoas no mundo todo e cujo tratamento é oneroso e prolongado.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**

REQUERIMENTO Nº 235, DE 2008

Requer voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar pelo lançamento de seu novo livro Calhau, coletânea de poemas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar, pela publicação de seu livro **Calhau**, coletânea de poemas, gênero com o qual se tornou conhecido em Manaus e fora do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor seja levado ao conhecimento do autor.

Justificação

Luiz Bacellar completa em setembro próximo 80 anos de idade. Seu nome é muito conhecido e respeitado no Amazonas, que nele vê um de seus mais notáveis poetas. São de sua autoria, entre outras, as obras **Frauta de Barro, Sol de Feira, Quatro Movimentos, O Crisântemo de Cem Pétalas, Quarteto e Satori. Com Frauta de barro**, ele ganhou em 1959 o Prêmio Prefeitura do Rio de Janeiro. Natural de Manaus, Bacellar é profundo conhecedor de música e foi professor de Literatura e Língua Portuguesa no Colégio Estadual D. Pedro II.

Por mais essa iniciativa cultura, Luiz Bacellar é merecedor do Voto de Louvor que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 236, DE 200

Como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fui indicado para participar da delegação parlamentar que visitará Cingapura, Indonésia, Timor Leste e Vietnã, em atendimento a convites formulados pelo Legislativo dos referidos países.

Requeiro, assim, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida viagem.

Informo-lhe que estarei ausente do País no período de 14 a 24 de março para participar da referida missão.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB – AC)

REQUERIMENTO Nº 237, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do RISF, e do disposto no art. 55, inciso III, da CF, seja autorizado meu afastamento dos trabalhos desta Casa no período de 14 a 24 de março, para cumprir missão oficial em Cingapura, na Indonésia, no Vietnã e no Timor Leste. A missão, decorrente de convite daqueles Parlamentos, tem por objetivo fomentar maior intercâmbio entre o Brasil e aquela região asiática, bem como verificar a salvaguarda da comunidade brasileira estabelecida no Timor Leste, em face das mudanças do quadro político interno daquele país.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, inciso I e parágrafo único do inciso II, do RISF, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, – **Heráclito Fortes**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 26/2008-GLGOV

Brasília, 10 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, indico como Vice-Líder do Governo o Senador João Pedro, do PT/AM.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

Of. nº 27/2008-GLGOV

Brasília, 10 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, indico como Vice-Líder do Governo o Senador Gim Argello, do PTB/DF.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Os Ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 17/2008 – GLDBAG

Brasília, 11 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, em substituição ao Senador João Ribeiro, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, Ofício do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É lido o seguinte:

OF. Nº 43/08 – CDH

Brasília, 11 de março de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico a Vossa Excelência a instalação da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulheres no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em reunião ocorrida no dia 6 de março de 2008.

Na reunião supracitada, foram eleitas para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão as Excelentíssimas Senhoras Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, respectivamente.

Após as indicações das lideranças partidárias, a subcomissão passou a ter a seguinte composição:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)	
Ideli Salvatti (PT/SC)	Fátima Cleide (PT/RO)
Serys Slhessarenko (PT/MT)	Patrícia Saboya (PDT/CE) *
PMDB	
Roseana Sarney (PMDB/MA)	Vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	Romeu Tuma (PTB/SP)
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	

Informo, ainda, que a Excelentíssima Senhora Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão como Suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para professar minha estima e consideração. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi citado aqui que deixei o Hospital Sírio-Libanês não com alta médica; deixei o Hospital Sírio-Libanês com alta a pedido. E nesta alta tem anotado: “Curado? Não. Melhorado.”

Então, Sr. Presidente, se vim, é porque esta Casa tem matéria urgente para votar.

De repente, a primeira coisa que fiz foi reunir minha Bancada. Reuni a Bancada para saber qual era nossa posição.

Sr. Presidente, no dia 21 de fevereiro deste ano, o Banco Central divulgou documento que se revelou, para dizer, no mínimo, histórico. No boletim intitulado “Indicadores de Sustentabilidade Externa do Brasil – Evolução Recente”, o Banco Central comunica que, pela primeira vez na história brasileira, as reservas internacionais superaram o total da dívida externa.

Em outras palavras, Sr. Presidente – Mão Santa, Mão Santa, eu lhe escuto todo dia! –, Sr^{as} e Srs. Senadores, alcançamos a condição inédita de credores externos, em virtude do fato de que, no primeiro mês de 2008, nossa dívida externa – ou seja, a diferença entre a dívida externa bruta e as reservas internacionais – registrou valores diferentes.

Sr. Presidente, a notícia surpreendeu a maioria dos brasileiros – maioria na qual eu mesmo me incluo. Jamais imaginei que o Brasil tivesse condições de pagar o que devia. É claro que já sabíamos da força de nossa economia, da justeza da nossa política econômica, do crescimento constante de nossas reservas internacionais e da pujança das nossas exportações, apesar do quadro recente de valorização do real diante do dólar. Mas nada nos preparou para uma notícia tão alvissareira, sobretudo em um momento que mais uma crise internacional ronda as páginas dos jornais, desta vez detonada por problemas enfrentados pela economia norte-americana.

Enfim, Sr. Presidente, procurando ser rápido, tornamo-nos um País atraente aos olhos dos investidores externos, pois transmitimos uma imagem de austerida-

de, baseada em números, num ambiente econômico seguro e convidativo. Tornamo-nos, principalmente, um País menos vulnerável.

Sr. Presidente, há pouco tempo, víamos fazerem o levantamento da dívida, ou seja, o estoque da dívida. Mas o estoque da dívida não tinha sentido senão na hora em que tivéssemos uma economia pujante, onde pudéssemos selecionar a quem pagar.

Sr. Presidente, quero me solidarizar com a família do Senador da Bahia, meu amigo pessoal. Foi a meu pedido que ele trouxe a imagem de Rui Barbosa para aquele pedestal, e Rui Barbosa vivia, ali no fundo, escutando reclamação.

Eu quero dizer que o meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, que tem sete Senadores, vai dar seis votos “sim” ao Orçamento. Vai dar seis votos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Epitácio Cafeteira, faço um apelo a V. Ex^a para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pois não. Já vou encerrar, Sr. Presidente. Vamos colaborar com seis votos, entre sete Senadores, lutando por este País, que tem condições de pagar a sua dívida.

Aqui, posso nominar os votos de Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, João Claudino, o meu próprio voto e mais o voto de Romeu Tuma. Enfim, são os votos que queremos dar, votos de confiança num Governo que conseguiu, mercê de seu grande esforço, reunir condições de pagar a dívida do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que deixem a Presidência iniciar a Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem. Artigo 403, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós estamos aqui para votar!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, questão de ordem do Senador Alvaro Dias. Artigo 403.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Artigo 403, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Item 1. Não, vamos votar, vamos começar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Ex^a, embora V. Ex^a esteja, com justificada razão, com pressa para iniciar

a Ordem do Dia, já que não posso conseguir de uma juíza, esposa de parlamentar do PT, uma ordem judicial para invadir a Presidência da República e vasculhar os documentos que comprovam os gastos da Presidência da República com os cartões corporativos, eu gostaria que V. Ex^a designasse uma reunião da Mesa do Senado Federal para que pudéssemos deliberar sobre um requerimento, que já há algum tempo aguarda por deliberação. Esse requerimento, submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, deu origem a uma manifestação daquela Comissão favorável a procedimentos que deveriam ser adotados pela Mesa do Senado Federal, que dizem exatamente o seguinte: a Mesa do Senado Federal reencaminharia à Presidência da República requerimento de informações indagando sobre gastos com cartões corporativos, oferecendo um prazo de dez dias para as respostas. Não ocorrendo resposta, a Mesa do Senado Federal convocaria a Advocacia-Geral do Senado para as providências judiciais cabíveis.

As prerrogativas do Senado Federal estão sendo usurpadas ou a Constituição está sendo afrontada, na medida em que essas prerrogativas não valem para o atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador Alvaro Dias para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senado Federal, Sr. Presidente, tem de adotar as providências que se exigem para esse caso.

Evidentemente, eu não poderia deixar também, ao final, Sr. Presidente, de manifestar a minha solidariedade à família de Dona Arlete.

Eu imagino, Sr. Presidente, que todos os brasileiros gostariam que a Justiça fosse mais célere quando há uma solicitação, como houve da CPMI dos Correios, para a prisão do Sr. Marcos Valério. A Justiça não foi tão célere como nesse caso. Infelizmente, não conseguimos um juiz ligado a algum parlamentar do PT para proceder com tanta agilidade e com tanta eficiência.

Da mesma forma, Sr. Presidente, quando o sigilo bancário do caseiro foi quebrado por uma ação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, faço um apelo a V. Ex^a para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... de desrespeito à Constituição por parte da presidência da Caixa Econômica Federal, também não se verificou essa mesma eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, faço um apelo a V. Ex^a para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, esse gesto de truculência e de arbitrariedade só poderia ser condenado por todos nós.

Eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, escusas, mas eu não poderia deixar, também, de registrar o meu protesto e a minha solidariedade à família, sobretudo, do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

Eu gostaria que V. Ex^a respondesse a nossa questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, em discussão o Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A questão de ordem de V. Ex^a não foi uma questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não é questão de ordem. É questão de desordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi uma advertência à Mesa e a Mesa vai se reunir na próxima semana para, justamente, apreciar o que V. Ex^a acaba de colocar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Item 1, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Comece a Ordem do Dia, Sr. Presidente! Item 1.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem. Art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a é o Líder do Governo e eu sou o Presidente da Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Por isso mesmo, Sr. Presidente. Está havendo obstrução deliberada!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faltam três oradores. Faltam o Senador César Borges, o Senador Romeu Tuma e o Senador Marconi Perillo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o art. 403 do Regimento Interno diz o seguinte: “Art. 403. Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento”. Não é isso que estão fazendo! Não é dúvida sobre o Regimento. Estão usando o art. 403 para voltar a uma polêmica que V. Ex^a já encaminhou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O cabimento da questão de ordem do Senador Alvaro Dias é total, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Art. 403.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não vou dar mais a palavra a nenhum Senador!.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum Senador.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Art. 403, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou dar a palavra apenas depois da Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Art. 403.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente. É regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação da Medida Provisória nº 395, de 2007.

Transcorre hoje a oitava sessão da matéria constando da pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Darei já a palavra a V. Ex^a para discutir a matéria.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à medida provisória cinco emendas.;

– a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 17 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 12 de fevereiro;

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Eduardo Cunha (Bloco/PMDB-RJ);

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 70, de 2007, e se esgotará no dia 14 de março de 2008;

– a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 19 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Dornelles, Relator revisor da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Era isso que eu ia pedir a V. Ex^a.

PARECER Nº 171, DE 2008 – PLEN

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, antes de iniciar o meu relatório, quero apresentar a minha solidariedade integral ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, pela violência ocorrida em Salvador e narrada aqui no Senado. É lamentável essa invasão de residência sem que existissem pressupostos mínimos para tal coisa. O mais lamentável, Sr. Presidente, é que fatos como esse estão ocorrendo com frequência em todo o Brasil. Assistimos, hoje, e sem qualquer respaldo jurídico, à invasão de área de residências,

grampos telefônicos, prisão de pessoas, contrariando todos os princípios da ordem jurídica. É lamentável o clima de insegurança que foi hoje instituído no Brasil! O Senado tem de reagir contra essa brutalidade e violência que ocorreu em Salvador e está ocorrendo em todo o País.

Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 396, que chega ao Senado por meio de Projeto de Conversão nº 1, prorrogou até 31 de dezembro de 2007 a autorização que tinha a União para permutar até 31 de dezembro de 2003 os Certificados Financeiros do Tesouro, de forma a apoiar o financiamento aos Estados que promovessem a capitalização dos respectivos Fundos de Pensão ou Caixa de Previdência.

O objetivo da permuta era de trazer maior liquidez aos Estados na administração dos Fundos de Pensão ou Caixa de Previdência, na medida em que os Certificados Financeiros do Tesouro, de longo prazo, eram permutados por certificados de prazo mais reduzido.

A Câmara dos Deputados introduziu duas modificações no texto.

A primeira, de caráter formal, estabelece que, para recomposição do fluxo de caixa original dos Certificados Financeiros do Tesouro, seriam utilizados, preferencialmente, os recursos dos *royalties* e dos fundos de participação.

A segunda emenda, a mais polêmica, ampliou os poderes da Eletrobrás e de suas subsidiárias para a constituição de consórcios e participação em sociedade, no Brasil e no exterior. Esse artigo, Sr. Presidente, tem propiciado dois tipos de discussão.

Em primeiro lugar, dever-se-ia incluir, numa medida provisória que trata de fundos de pensão ou caixa de previdência, artigo relacionado com a Eletrobrás?

Entendo, Sr. Presidente, que estamos vivendo, no Brasil, uma ditadura legislativa do Poder Executivo. Por meio de medidas provisórias que trancam as pautas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, essas Casas se vêem quase impossibilitadas de participar do processo legislativo. Acontece que o Deputado ou o Senador que deseja apresentar uma sugestão faz uma emenda a uma medida provisória, porque esse é o único caminho que encontra hoje um parlamentar para participar do processo legislativo. Acho que – e o Presidente já abordou este assunto – temos de discutir com profundidade o problema das medidas provisórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Mas eu não vejo, embora não seja de boa técnica, nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade no fato de uma inclusão, numa medida provisória, de emenda que trata de assunto que não é objeto de seu *caput*.

Em segundo lugar, existe alguma discussão sobre a possibilidade, concedida pela medida provisória, de que a Eletrobrás se associe, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, para a constituição de consórcios empresariais.

Sr. Presidente, entendo que tudo que deve ser feito pelo setor privado não deve ser feito pelo setor público. O setor privado é mais competente que o setor público, principalmente no exercício de atividades empresariais. Mas, no momento em que a organização do Estado brasileiro aceita, ou permite, ou estabelece que num determinado setor vai existir a presença de empresas privadas e de empresas públicas, entendo que dois princípios devem regulamentar, devem ter por base a participação das empresas estatais nesses setores. Em primeiro lugar, uma empresa estatal não deve ter qualquer vantagem ou privilégio que não tenha uma empresa privada. Em segundo lugar, uma empresa estatal não deve ter qualquer restrição que não tenha também uma empresa privada. Igualdade de condições. É nesse ponto que digo: por que motivo a Eletrobrás não pode se associar tendo maioria do seu capital? Temos condições operacionais práticas. Estamos tomando conhecimento do interesse do Governo brasileiro para que a Eletrobrás faça associações, constitua empresas fora do Brasil para explorar, para entrar no setor energético. Por que motivo a Eletrobrás teria de fazer uma associação com a empresa da Argentina ou da Bolívia sendo minoritária? É falta da lógica. Ela tem de se associar sendo majoritária. E, muitas vezes, a subsidiária da Petrobras faz uma sociedade de propósitos específicos, em que tem maioria na sociedade, mas é minoritária no empreendimento. O que acontece? Por que motivo uma subsidiária da Eletrobrás ou a própria Eletrobrás não pode se associar tendo maioria?

Então, fala-se: "Estamos restabelecendo o processo de estatização." Por quê? Estamos estabelecendo na área de energia a mesma situação que existe na do petróleo. Existe uma empresa estatal sem monopólio, permitida a presença de outras empresas privadas. Estamos implantando no campo da energia a mesma situação. Uma empresa estatal, a Eletrobrás, e suas subsidiárias não devem e não podem ter qualquer privilégio em relação às empresas privadas. No entanto, também não devem sofrer as restrições que não existem para as empresas privadas.

Por esse motivo, Sr. Presidente, opino favoravelmente à aprovação do projeto de conversão da Câmara dentro dessa linha de que as empresas estatais não podem ter privilégios, mas também não podem sofrer restrições que não são impostas às empresas privadas.

Sr. Presidente, os pressupostos constitucionais foram atendidos. Assim sendo, opino pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

No mérito, sou pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 171, DE 2008

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

Relator Revisor: Senador **Francisco Dornelles**

I – Relatório

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, editou a Medida Provisória nº 396, de 4 de outubro de 2007, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro.

A rigor, com a redação adotada, ficou restabelecida a possibilidade de permuta dos referidos títulos, cujo prazo definido na Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, expirou em dezembro de 2003. A União poderá promover a permuta dos Certificados Financeiros do Tesouro até 31 de dezembro de 2007.

A Medida Provisória prevê, ademais, que a permuta se realizará, observada a equivalência econômica dos títulos a serem trocados, mediante a substituição dos Certificados Financeiros do Tesouro emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais, na modalidade de nominativos e inalienáveis, por outros Certificados Financeiros do Tesouro com as mesmas características. Para tanto, é previsto o aditamento do contrato firmado entre a União e os Estados, que originou a emissão dos Certificados Financeiros do Tesouro.

Pretende-se, em verdade, com o novo prazo para permuta dos mencionados títulos, apoiar financeiramente os Estados que promoveram a capitalização de seus respectivos fundos de pensão ou caixas de previdência por intermédio dos referidos certificados emitidos pela União.

Assim, nos termos da exposição de motivos submetida ao Presidente da República, o Ministro de Estado da Fazenda justifica a proposição:

1. No âmbito de operações de saneamento do setor público, amparadas por legislações específicas, a União emitiu Certificados Financeiros do Tesouro para capitalização de fundos ou caixas de previdência estaduais.

2. Para essas capitalizações foram utilizados Certificados Financeiros do Tesouro Nacional – CFTs na modalidade nominativos e inalienáveis, com prazos de resgate variáveis, que se estendem até 2024.

3. Em virtude de dificuldades financeiras, diversos Estados têm sistematicamente pleiteado à União a antecipação do resgate desses títulos públicos de modo a permitir que seus respectivos fundos previdenciários possam arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas estaduais, hoje sob o encargo do Estado.

4. O alívio financeiro para esses Estados se daria pela desoneração das despesas com aposentados e pensionistas, que passariam a ser realizadas mensalmente pelos seus fundos previdenciários, até o montante dos valores que vierem a ser antecipados.

O Deputado Eduardo Cunha, designado relator para proferir o parecer pela Comissão Mista do Congresso Nacional a esta Medida Provisória e às emendas a ela apresentadas, concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela sua adequação financeira e orçamentária. Quanto às emendas, concluiu o relator contrariamente a seu mérito (nºs 1, 2, 3 e 4).

Entendeu o relator, por outro lado, como convenientes e oportunas algumas alterações à Medida Provisória nº 396, de 2007, a saber:

1. alteração da redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 10.841, de 2004, prevista no art. 1º da MP nº 396, de 2007, para repor a sua redação original, mantendo, assim, a vinculação dos **royalties** e participações especiais como fonte de recursos para a recomposição do fluxo no CFT, vinculação essa não explicitada no texto da medida em exame. Ademais, para tanto, a redação proposta acrescenta a vinculação das parcelas do FPE para os Estados que porventura não tenham este tipo de receita e possam ter condições de realizar esta operação, como o caso do Estado de Santa Catarina.

2. introdução de novo art. 2º, que propõe nova redação ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25

de abril de 1961, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Com a redação proposta, visa-se dar agilidade à Eletrobrás e suas subsidiárias ou controladas para participarem de novos investimentos para novas gerações de energia elétrica, no momento em que o País atravessa o risco de uma nova crise nesse setor, que pode afetar o crescimento econômico.

Na Câmara dos Deputados, foi, assim, aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, na forma do parecer oferecido pelo relator Deputado Eduardo Cunha, ora submetido à apreciação do Senado Federal.

II – Análise

II.1 – Cumprimento da Exigência Constante do § 2º do Art. 1º da Resolução nº 1, de 2002–CN

Esta exigência diz respeito à publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, seu envio ao Congresso Nacional, acompanhada de Mensagem e de Exposição de Motivos do ato, tendo sido plenamente atendida, conforme o Termo de Autuação do respectivo processado.

II.2 – Constitucionalidade, Inclusive Atendimento aos Pressupostos de Relevância e Urgência

Cumpre-nos examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Inicialmente, cabe ressaltar que os pressupostos constitucionais para a edição da medida provisória encontram-se atendidos, tendo em vista que a iniciativa trata, certamente, de matéria relevante, qual seja antecipação do resgate de títulos públicos, de modo a permitir que seus titulares, fundos de pensão e caixas de previdência estaduais, possam arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas, hoje sob o encargo do Estado.

A urgência para a edição do ato está presente, uma vez que as alterações procedidas pela medida provisória se fazem imediatamente necessárias, em virtude das dificuldades financeiras ora experimentadas por diversos estados, publicamente manifestadas.

Em suma, o assunto tratado na medida provisória é urgente e relevante, atendendo os pressupostos do art. 62 da Constituição, uma vez que a iniciativa proposta auxiliará os estados no pagamento de aposentados e pensionistas e, por consequência, liberando recursos para que eles possam dar continuidade à prestação dos demais serviços públicos essenciais à população.

No que tange à constitucionalidade, não há reparos a fazer. O Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna,

ao editar a medida provisória em tela e submetê-la à deliberação do Congresso Nacional. O objeto da medida não infringe as limitações materiais constantes do § 1º desse dispositivo.

Ademais, por tratar-se de matéria financeira, deve ser disciplinada em lei ordinária. É, portanto, competência da União, sobre a qual cabe ao Congresso Nacional legislar, conforme prevê o art. 48 da Constituição Federal.

Assim, o diploma legal ora analisado insere-se no âmbito das competências do Presidente da República, tendo sido observadas, em especial, as normas referidas nos arts. 61, 62, 84, II e XXVI, e 167 da Constituição Federal, não tratando, ainda, o seu conteúdo, de matéria de competência privativa estabelecida em seus arts. 49, 51 e 52. Portanto, a medida não apresenta quaisquer óbices quanto a sua constitucionalidade.

II.3 – Adequação Financeira e Orçamentária

Em relação à adequação financeira e orçamentária da proposta, nos termos do parecer de plenário a ela oferecido na Câmara dos Deputados, fica evidenciado que o **caput** do art. 1º da medida provisória garante a equivalência econômica dos títulos envolvidos, assim como a manutenção das mesmas características. Os novos e antigos papéis possuem, portanto, o mesmo valor presente, não resultando em perdas para a União. Ademais cumpre salientar que não há adiamento, mas antecipação no resgate dos títulos.

A União emite e mantém em estoque um volume de títulos superior ao montante já colocado, além do que na realidade os certificados não são receita da União e sim dívida com compromisso de pagamento de juros.

Com relação a esse aspecto, cabe observar que o art. 5º, § 1º, Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

A presente medida, bem como o projeto de lei de conversão, não cria receita nem despesa pública para a União, limitando-se, tão-somente, a troca de títulos públicos, respeitada sua equivalência econômica. Dessa forma, a medida provisória e o projeto de lei de conversão sob análise apresentam-se ade-

quados no que diz respeito aos aspectos financeiros e orçamentários.

II.4 – Mérito

Como é do nosso conhecimento, os Certificados Financeiros do Tesouro Nacional (CFT) são títulos emitidos pela União com vistas à capitalização de fundos de pensão ou de caixas previdenciárias estaduais, no âmbito de operações financeiras celebradas entre os Estados e a União, amparadas por legislação específica, inclusive aquelas que envolvem as aquisições de créditos estaduais relativos à participação governamental obrigatória, nas modalidades de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras, e que objetivam o saneamento do setor público.

Para a capitalização dos referidos fundos ou caixas foram, e ainda o são, utilizados CFT, na modalidade nominativa e inalienável, resgatável em parcelas mensais, que se estendem até 2024.

São esses títulos públicos, e nesse contexto, de que trata a matéria contida na Medida Provisória nº 396, de 2007.

É conveniente lembrar que a Medida Provisória em exame não traz qualquer novidade relativamente à ação já adotada em 2003: a Lei nº 10.841, de 2004, conversão da Medida Provisória nº 137, de 2003, ensejou operações de permuta dos certificados detidos por fundos ou caixas previdenciários estaduais, e que visava, também, enfrentar dificuldades então experimentadas pelos Estados, notadamente o Estado do Rio de Janeiro.

À época, o Estado do Rio de Janeiro pleiteou junto à União, o resgate antecipado de parte do fluxo futuro dos CFT do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência), de forma que aquele Fundo pudesse arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas estaduais, desonerando assim o Tesouro Estadual da necessidade de fazer aportes adicionais para aquele fim, num cenário de restrição fiscal.

O alívio financeiro para o Estado do Rio de Janeiro, da mesma forma que agora se pretende com a Medida Provisória nº 396, de 2007, se deu por meio do mecanismo de desoneração das despesas com aposentados e pensionistas. Também a medida provisória em exame busca proporcionar aos Estados a possibilidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para o pagamento de aposentados e pensionistas, cujo custeio, hoje, encontra-se sob a responsabilidade dos próprios Estados.

Com a definição de novo prazo para que se proceda a permuta dos títulos públicos, 31 de dezembro de 2007, os Estados seriam desonerados daquelas

despesas, até o montante dos valores que vierem a ser antecipados.

Assim, a proposta amplia o montante de recursos financeiros disponíveis para serem aplicados no financiamento dos serviços públicos prestados pelos estados, num contexto onde são crescentes as demandas sociais e as dificuldades e as restrições financeiras que os afligem.

Conforme já ressaltado, em virtude de dificuldades financeiras, diversos Estados pleitearam à União a antecipação do resgate desses títulos públicos, de modo que seus respectivos fundos previdenciários arcassem com suas obrigações junto a aposentados e pensionistas estaduais, desonerando as contas estaduais.

De acordo com informações veiculadas, esta Medida propiciou à STN celebrar contratos com os Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. No primeiro caso, o Tesouro liberou CFT no valor de R\$650,25 milhões em nome do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), com resgate em 2018. Os títulos trocados tinham vencimento em 2024.

Já o Rioprevidência teria recebido R\$1,58 bilhão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com vencimento em 2010. Os CFT em poder do fundo tinham prazo de resgate em 2014.

O Governo informou que a troca dos títulos foi uma demanda dos estados, que reivindicaram o recebimento de recursos novos para “arcar com as obrigações junto a aposentados e pensionistas”, segundo consta na exposição de motivos da MP.

Do ponto de vista das finanças públicas, a operação representa, no curto prazo, uma antecipação de despesas para a União, que emitirá mais títulos públicos, e uma redução de despesas para os estados, pois os novos recursos significam menos aporte financeiro a seus fundos previdenciários.

No longo prazo, porém, a situação se inverte e torna-se desfavorável para os Estados, já que os novos papéis têm prazo menor. Ou seja, no futuro os entes federados não poderão contar com os rendimentos dos papéis antigos, que tinham vencimento longo.

Porém, como prévia condição, objetivando à preservação do capital dos referidos Fundos, seria exigida, pela União, a celebração de instrumento contratual entre os Estados beneficiários e os seus Fundos de Previdência, pelo qual os primeiros se obrigariam perante o segundo a recompor o fluxo de caixa original dos CFT.

Mais ainda, na redação proposta no Projeto de Lei de Conversão fica assegurada a recomposição dos Fundos de Previdência mediante a vinculação de recursos dos Estados não comprometidos com a União,

provenientes de participações governamentais obrigatórias, nas modalidades de **royalties**, participações especiais e compensações financeiras, ou do Fundo de Participação dos Estados.

Essa medida visa dar maior segurança de recomposição dos valores resgatados dos Certificados Financeiros do Tesouro, preservando a capacidade financeira dos Fundos de Previdência Estaduais. Em outras palavras, serão mantidos os mesmos rendimentos caso os títulos que estão sendo trocados permanecessem em poder das previdências estaduais.

Por seu turno, o novo art. 2º proposto no Projeto de Lei de Conversão objetiva em verdade evitar os obstáculos à concessão de financiamentos para novas gerações em energia elétrica, em função do impedimento de que uma sociedade estatal possa dar ações de sua propriedade em uma nova sociedade, ou como garantia, o que a obriga a obtenção de fianças de custos elevados, levando-a muitas vezes a desistir da atividade nova de geração que se pretendia fazer.

A nova redação conferida ao texto do § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, permitirá que as sociedades estatais constituam sociedades de propósitos específicos para participarem de outras sociedades concessionárias, inclusive sem aporte de recursos ou com participação majoritária, no Brasil ou no exterior.

Dessa forma, são ampliadas as possibilidades de associação da Eletrobrás e suas subsidiárias ou controladas, conferindo-lhes as mesmas oportunidades que hoje a Petrobras já detém, sendo que a mesma ainda tem a possibilidade de atuar através de empresas de sua propriedade no exterior.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Francisco Dornelles**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Francisco Dornelles, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, inscreva-me para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou inscrever V. Ex^a para discutir a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que, na discussão da matéria, V. Ex^a pudesse alternar um contra e um a favor da matéria, para que nós pudéssemos equilibrar o debate.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente que, não havendo a favor, falariam dois contra, um atrás do outro. Não é isso, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estou de acordo também.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, inscreva-me a favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, gostaria de transmitir que vamos pedir verificação de quórum já na admissibilidade. Quero deixar bem claro isso. Por uma questão bem disciplinada, eu queria alertar que pediremos verificação eu próprio, o Senador Heráclito Fortes, o Senador José Agripino e o Senador Mão Santa. Eu pediria aos demais Senadores todos que se retirassem do plenário nessa ocasião, para não darmos a presença, que justifique a habilidade do Senador Romero Jucá, que é inigualável, no terreno da luta regimental.

Então, eu vou repetir a todos: nós vamos pedir verificação de **quórum**, o Senador Mão Santa, o Senador José Agripino, eu próprio e o Senador Heráclito Fortes. Peço aos demais Senadores que não concordam com a aprovação dessa matéria que se retirem do plenário. Se vencidos formos – se o Governo colocar os 41 votos necessários, 37 com a nossa ajuda de 4 –, aí os Senadores retornarão para nós começarmos a discussão da matéria, antes do encaminhamento necessário para que haja uma elucidação efetiva.

Repetindo, Sr. Presidente, peço a todos os Senadores que não concordam com essa matéria que se retirem do plenário, à exceção dos Senadores José Agripino, eu próprio, Heráclito Fortes e Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação a V. Ex^a. Quando há obstrução, creio que não há necessidade de se retirar do plenário. Quando há obstrução. Neste caso, há obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esclareça, Sr. Presidente, porque, se for assim, melhor para nós.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi solicitado, segundo entendi, pelo Senador Arthur Virgílio, não a obstrução...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente. Vamos nos declarar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi a verificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, nós vamos nos declarar em obstrução. Pedirei verificação de quórum, com obstrução nossa. Então, significa dizer o quê? Para ficar bem claro, para não haver dúvidas: estou certo ao pedir que apenas os quatro que se responsabilizarão pelo pedido de verificação fiquem presentes e os demais se retirem, ou todos poderão estar presentes, sem que suas presenças sejam contadas para efeito de quórum?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é o § 2º do art. 12 que define essa matéria. Art. 13.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a quer a palavra para uma questão de ordem?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para definir regimentalmente o que expus aqui anteriormente. O art. 13, §2º, estabelece que, quando há obstrução, não há necessidade de se ausentar do plenário. Em caso de obstrução, não há razão para ausência do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, podemos fazer um entendimento e um acordo de lideranças para que a presença continue sem precisar contar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estamos aqui em uma decisão madura. Cada um tem a sua posição, entendemos as circunstâncias...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Todos nos enriquecemos com a presença uns dos outros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não precisamos forçar ninguém a se retirar efetivamente para marcar sua posição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Fico agradecido ao Senador Romero Jucá.

Será uma luta leal. Fico agradecido ao Senador Romero Jucá. E digo, então, que o Senador José Agripino, eu, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Mão Santa – Senador Mão Santa está aqui? – pediremos verificação de quórum. E só nós. Ninguém mais levantará a mão nesse momento. Só levantarão a mão o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Mão Santa, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB pede verificação de quórum, com a entrada em obstrução, levantando a mão o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Mão Santa apenas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aprovados os pressupostos de relevância e urgência, vamos fazer agora a verificação solicitada pelo Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB entra em obstrução, Sr. Presidente. Apenas eu darei presença e consignarei o meu voto, Sr. Presidente. Apenas eu. E, no PFL, acredito que a mesma coisa. O Senador Mão Santa também. Os demais votam, se quiserem, dos outros partidos, ou nos acompanham nesse pedido de obstrução.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, faço um apelo para que V. Ex^a toque a campanha, solicitando a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que venham para a votação nominal que ocorrerá agora no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente, a favor da constitucionalidade da matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Liderança do PT e do Bloco de apoio ao Governo encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – O Democratas está em obstrução. Somente eu e o Senador Heráclito votaremos. Peço aos demais companheiros que não registrem o voto.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – A Liderança do PTB recomenda o voto “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”. Faz um apelo à Base do Governo para comparecer ao plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução. Pede aos Srs. Senadores e Senadoras que não manifestem seus votos em plenário.

Registro, Sr. Presidente, enquanto se processa a corrida dos Senadores governistas à votação, registro o fato. Eu não o havia ouvido, mas o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior disse que oficiais de justiça foram transportados em viaturas – vou usar a expressão que é da polícia –, em automóveis da empreiteira OAS. Se é verdade, é um escândalo de proporções, Sr. Presidente, que quero trazer à preocupação de V. Ex^a, que sei que está sensibilizado com esse fato, sentando na cadeira que, honrosamente aliás, foi ocupada, em duas ocasiões, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pelo PDT, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a se lembra que, na última sessão, tivemos a interrupção, a suspensão da sessão, por meia hora, para que houvesse um acordo de liderança. Nesse acordo de liderança, o que foi proposto é que o projeto de lei que está na Câmara dos Deputados desde o ano de 2001 fosse pautado e votado. O Governo assumiu esse compromisso. O projeto de lei que trata do tempo de direção dos caminhoneiros e motoristas de ônibus, projeto de lei aprovado no Senado em 2001. Eu disse que, enquanto esse projeto não fosse votado ou pelo menos pautado na Câmara dos Deputados, eu votaria contra as medidas provisórias que chegassem a este plenário.

Por isso, estou encaminhando aqui, Sr. Presidente, como Líder. No meu partido, os Senadores que estiverem presentes – não estou vendo nenhum neste momento – podem votar como quiserem. Mas eu voto contra, porque, mais uma vez, o acordo não foi cumprido, a palavra não foi cumprida, o projeto não foi pautado na Câmara dos Deputados. E, enquanto não for, meu voto será sempre contra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por entender que este projeto é de alta relevância para o País, e foi relatado por um grande homem público, o Ministro Senador Dornelles, que proferiu, diga-se de passagem, um brilhante relatório, peço à bancada do PMDB, do meu partido, que vote “sim”, Sr. Presidente. Encaminho o voto “sim”.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Querida apenas uma informação de V. Ex^a. Eu e os Senadores Geraldo Mesquita, Mão Santa, Flexa Ribeiro e tantos outros Senadores aqui queremos saber qual foi a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos com referência ao projeto dos aposentados, o PL nº 58. Temos uma decisão a tomar com relação a esse assunto e gostaríamos de saber de V. Ex^a qual foi o procedimento da Comissão, se encaminhou à Mesa, se votou, se não votou. Parece-me que o projeto era terminativo, terminaria na Comissão, mas fui informado, hoje pela manhã, que teria sido encaminhado à Mesa Diretora. V. Ex^a poderia nos informar, no decorrer desta sessão, se realmente o Projeto nº 58 e um outro projeto que também se refere aos aposentados foram encaminhados à Mesa? Gostaria de saber – todos os Senadores estão interessados nesse assunto – ainda na tarde de hoje.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tomarei as providências, Senador Mário Couto, para atender a V. Ex^a. Até o final desta sessão, darei a informação solicitada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A informação e as providências.

Agradeço a V. Ex^a profundamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço também a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, são 18h20. Temos 35 Senadores com registro no painel. Consulto V. Ex^a sobre até que horas vai esperar para encerrar o painel e conferir a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, darei o prazo de mais 15 minutos para iniciar a verificação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – A verificação ou a abertura do painel?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A abertura do painel.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Às 18h35, portanto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC.) – Às 18h35, Sr. Presidente? Há três Senadores que estão a caminho. Acredito que, em cinco minutos, chegarão aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Já que V. Ex^a está dando um tempo para fazer a abertura do painel, vou aproveitar esta oportunidade para, como Senador representante do Estado da Bahia, o que muito me honra, dizer a V. Ex^a e aos Senadores desta Casa que a Bahia vive um momento triste na sua história. É um fato que entristece a Bahia...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... Perdão, perdão!

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Senador Arthur Virgílio.

Então, Sr. Presidente, dizia que o fato que está acontecendo, que ainda está transcorrendo na Bahia é de uma violência inominável, acobertado talvez por uma decisão da Justiça, de uma juíza que deveria se declarar impedida para esse tipo de ato, por seus laços de parentesco com pessoas que fizeram oposição forte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Essa seria

talvez a maneira mais correta de agir, e não perpetrar esse ato que, lamentavelmente, é a invasão de um lar, um lar respeitado, que tive a honra de frequentar e que frequento com muita alegria e muita honra. Dona Arlete, uma pessoa que tem todo o respeito da Bahia, pela sua maneira serena, tranqüila, cordial, educada, não poderia estar sofrendo uma violência como essa. Uma pessoa de 78 anos, viúva do nosso colega Antonio Carlos Magalhães – duas vezes Presidente desta Casa, três vezes Governador da Bahia, Prefeito da cidade de Salvador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Ministro de Estado, lembra aqui o Senador Heráclito Fortes –, neste momento sofre uma violência que é de uma brutalidade inaceitável pela sociedade baiana.

Estamos aqui trabalhando, todos nós, sob a égide de Rui Barbosa, e tenho certeza de que Rui Barbosa nunca concordaria que a Justiça fosse utilizada para um ato tão perverso, tão brutal. Sabe Deus o que há por trás desse ato!

Então, espero que o Senado Federal, em respeito a um Senador que esteve aqui, com mandato de 16 anos, duas vezes representando o Estado da Bahia, eleito democraticamente, possa, por meio da liderança de V. Ex^a, tomar providências mais enérgicas, mais rápidas, para que realmente se faça justiça verdadeira no Estado da Bahia. Que o Senado se pronuncie perante essa realidade triste que hoje vive o Estado da Bahia!

Queria, em meu nome pessoal, pela amizade que sempre nutri pelo nosso aqui colega Senador Antonio Carlos Magalhães, um grande líder político na Bahia, transmitir a minha solidariedade à família, ao nosso colega Senador Antonio Carlos Júnior, aos seus netos, a todos os seus familiares e amigos da Bahia, que estão chocados com a brutalidade, a violência desse ato.

Quero, neste momento, agradecer também a todos os Senadores que se manifestaram. Tenho certeza de que, se V. Ex^a fosse um pouco mais liberal, todos praticamente se manifestariam, porque não há o desejo de obstrução aqui. Estou usando a palavra sem qualquer tipo de obstrução. Se há desejo de votar, que se vote. É o papel nosso nesta Casa.

Entretanto, prestar solidariedade a um Senador que se foi, mas que deixou sua marca de serviços prestados a esta Casa, ao País e à Bahia em particular acho que qualquer um faz de bom grado e de coração aberto. É isso que faço neste momento, sensibilizado e triste, porque esse não é o exemplo que a Bahia tem dado ao País – o exemplo de direito, o exemplo de Rui Barbosa.

Então, lamento profundamente e espero que a justiça possa vir a se fazer muito rapidamente no meu querido Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, já podemos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que atingimos o quórum, gostaríamos de solicitar a abertura do painel, para continuarmos a discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Uma vez atingido o quórum, Sr. Presidente, peço aos Senadores do PSDB que acorram ao Plenário para o voto "não" a essa matéria, que será discutida amplamente e que vai ser desnudada no que possa conter de intenções negativas em relação à economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Às 18 horas e 35 minutos abriremos o painel.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ouço V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me somar a todos os Senadores que manifestaram a sua justa solidariedade à Sr^a Arlete Magalhães, viúva do nosso querido e saudoso Antonio Carlos Magalhães.

Não podemos, em hipótese alguma, concordar com esse ato de violência. Que as questões que eventualmente envolvam patrimônio sejam resolvidas na esfera legal apropriada, na família. Não dá para aceitarmos calados o fato de que um assunto como esse resvale para a seara política.

O fato de a juíza que concedeu a liminar autorizando a invasão à casa da Sr^a Arlete Magalhães ser esposa de um parlamentar, um parlamentar do PT, que ao longo de toda sua vida fez oposição à família nos deixa extremamente apreensivos em relação aos rumos que estão sendo tomados no Brasil em relação a esse tipo de atitude.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, *in memoriam*, D. Arlete e o nosso colega, Senador Antonio Carlos Júnior, merecem a nossa solidariedade e o nosso apoio irrestritos.

Era essa a razão de minha intervenção pela ordem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Quero também me solidarizar com a família do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior em razão da brutalidade com que a Sr^a Arlete Magalhães, esposa do nosso querido e falecido Senador Antonio Carlos Magalhães, teve sua casa invadida.

Sr. Presidente, ouvi atentamente a palavra de todos os Srs. Senadores – do Senador Tasso Jereissati, do Senador Arthur Virgílio, do Senador Mário Couto –, mas me chamou especialmente a atenção o que disse o Senador Francisco Dornelles, que tocou em um ponto crucial, ponto que merece a atenção de todos nós: estamos passando batidos, sonolentos diante das arbitrariedades que estão ocorrendo em nosso País. Essa grave arbitrariedade ocorrida no Estado da Bahia é só mais uma das diversas ocorridas no País, e nós temos de ficar atentos, porque sempre há uma ligação com o Partido dos Trabalhadores.

A senhora juíza, que, coincidência ou não, é esposa de um líder petista na Bahia, deveria ter se declarado suspeita para tomar essa decisão. Contudo, não o fez e tomou uma decisão de força – logicamente amparada por um ambiente propício, que é o ambiente político, ambiente que, acredito, é muito agradável ao PT.

Sr. Presidente, quero aqui dar outro exemplo que serve para nós discutirmos politicamente essa situação.

A Polícia Federal invadiu a Secretaria de Saúde do meu Estado e levou presa uma cidadã, uma senhora bioquímica, que tinha o mesmo nome da empregada de um dos envolvidos nas suspeitas da Polícia. Essa senhora foi algemada e jogada na cela de uma cadeia. Somente depois de muito tempo de exposição à opinião pública, de condenação pública, viu-se que havia um engano de nome.

Sr. Presidente, V. Ex^a já enumerou todas as providências que serão tomadas por esta Casa, mas quero aqui prestar a minha solidariedade ao Senador

Antonio Carlos Magalhães Júnior, ao Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães Neto, a toda a família e também ao Senador César Borges, representante da Bahia e grande amigo do falecido Senador Antonio Carlos Magalhães.

Registro a minha solidariedade e o meu protesto contra esse gesto grosseiro. No meu entender, além da grosseria da Justiça, houve a grosseira alimentada pelo rancor político do marido da senhora juíza que determinou essa arbitrariedade na residência da Sr^a Arlete Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me encontrava em outra dependência da Casa quando foi noticiado o ocorrido na residência de D. Arlete Magalhães. Quero me solidarizar com D. Arlete e com toda a sua família, com os que se sentiram atingidos por esse ato brutal da Justiça, desnecessário sob todos os aspectos. É inaceitável e inadmissível a invasão à casa de uma senhora com uma história de luta, com uma tradição de serviços prestados à Bahia.

Queremos registrar este protesto e queremos nos solidarizar com D. Arlete e com os atingidos nesse episódio. Tenho, Sr. Presidente, o dever de fazer esta manifestação não somente pelo apreço, pela amizade e pela convivência que tive com o Senador Antonio Carlos Magalhães, mas principalmente pela convivência que tive com seu filho, Luís Eduardo, que marcou história no Congresso Nacional.

Esse é um episódio que não engrandece, esse é um episódio que não acrescenta, e a infeliz coincidência das pessoas envolvidas no ato nos leva a crer que tenha sido um errado gesto de brutalidade política, inaceitável nos dias de hoje. Daí por que faço este registro, enviando minha solidariedade à D. Arlete e aos familiares atingidos por esse ato de violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São 18h35min. Vou abrir o painel neste momento.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, permita-me só anunciar o resultado da votação.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Sr. Presidente.

(Procede-se à apuração.)

(PRESSUPOSTOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA MP 396/2007) - PARECER 171/2008

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA, URGÊNCIA E ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 396, DE 2007 (Verificação)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 11/3/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 11/3/2008 18:15:07
Encerramento: 11/3/2008 18:35:33

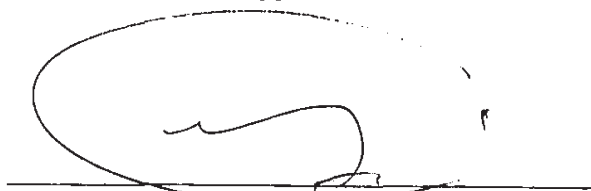
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
DEM	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM

PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHRESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 42
Votos NÃO : 17 Total : 59
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 17 Srs e Srs. Senadores.

Nenhuma absolvição. Perdão, não é absolvição, mas abstenção. Não houve abstenções.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, esperamos que, nesta Casa, todos sejam absolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Inclusive eu! Peço absolvição!

Total: 59 Senadores.

Foram aprovados os pressupostos de relevância, urgência e de adequação financeira e orçamentária.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveitando mais uma vez a comemoração do Dia Internacional da Mulher, uma bela comemoração presidida por V. Ex^a, e conforme conversamos na Presidência da Casa, gostaria de fazer aqui uma solicitação. Eu quero aqui trazer uma reivindicação de algumas jornalistas que foram abordadas na entrada do plenário do Senado porque não usavam saia ou calça comprida, mas bermuda na altura do joelho.

O nosso Regimento é muito antigo, Sr. Presidente.

Nós poderíamos reformulá-lo no que diz respeito ao vestuário permitido na Casa. Atualmente é permitido o uso de vestido, mas não se fala em comprimento. O que tem de valer é o bom senso.

A jornalista Adriana Vasconcelos, que me autorizou a dizer o seu nome, estava vestida com bermuda na altura do joelho, salto alto, blazer. É uma jornalista que tem todo o respeito da Casa e que anda com compostura.

Então, eu gostaria de pedir neste dia, em homenagem às mulheres, que possamos modernizar o nosso Regimento, que possamos acompanhar a modernidade e a moda, Sr. Presidente, fazendo com que prevaleça o bom senso de nossos seguranças, da Mesa Diretora da Casa. Que possamos permitir o uso cuidadoso de outro tipo de vestuário que não seja apenas o vestido e a calça comprida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, estamos comemorando o Dia Internacional da Mulher. V. Ex^a será atendida.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, mais uma comemoração para o Dia Internacional da Mulher.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não entendi se a Senadora Kátia Abreu é contra ou a favor da medida provisória. Gostaria de saber para poder contabilizar a posição dela.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falando pelo PSDB, eu hipoteco a mais irrestrita solidariedade à jornalista Adriana Vasconcelos. Entendo que, no terreno dos costumes, as mulheres conseguiram que se lhes reconhecessem direitos básicos, comezinhos e fundamentais, além das grandes conquistas civilizatórias, que são históricas, delas e dos homens que as compreendem.

Sr. Presidente, sinceramente, não vejo, no traje da jornalista Adriana Vasconcelos, nada que quebre o decoro desta Casa. Quebraram o decoro da Casa os mensaleiros que participavam do Congresso Nacional; quebraria o decoro um Senador que não se portasse com dignidade diante da coisa pública. Eu não vejo por que o Senado Federal não deva tomar agora, sob a orientação de V. Ex^a, uma atitude ousada: a de quebrar esse tabu e permitir que à mulher seja concedido o direito de se vestir como ela queira e com o decoro que cabe à uma jornalista séria, correta, como é a jornalista Adriana Vasconcelos.

Eu digo isso, Sr. Presidente, por entender que nós estamos comemorando muito mal o Dia Internacional da Mulher: invasão da casa da Sr^a Arlete Magalhães, proibição a uma jornalista de se vestir como ela deseja, algo que, sinceramente, empana a beleza da sessão que V. Ex^a presidiu com tanto brilho no dia de hoje em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para contestar, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já tivemos duas orientações contrárias à medida provisória. Eu gostaria agora que usassem da palavra o Senador

Marcelo Crivella e o Senador Delcídio Amaral falando favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido. Na verdade, conversando com a nossa querida Senadora, S. Ex^a me autorizou a dizer que, realmente, o nosso Regimento é tão antigo que não admitia sequer a existência desse traje que a jornalista estava usando, que, na verdade, não é uma bermuda, mas um traje que se assemelha a uma bermuda, um traje moderno que o nosso Regimento, que é muito antigo, sequer admitia a sua existência.

Portanto, esta é uma retificação que a Senadora Kátia Abreu me permitiu fazer aqui, a bem da verdade, para que as jornalistas, as Senadoras, enfim, as mulheres de uma maneira geral possam freqüentar o Senado Federal e usar os trajes modernos que hoje, na sociedade, são absolutamente admitidos.

Era essa a retificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro que estamos na discussão da matéria. Com a palavra, para discutir...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem.) – Queria registrar o meu voto “não” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 273 e art. 274.

Art. 273. Anunciada a matéria, será dada a palavra aos oradores para a discussão.

Art. 274. A discussão não será interrompida, salvo para:

I – formulação de questão de ordem [que ninguém fez, a não ser pela ordem];

II – adiamento para os fins previstos no art. 279;

III – tratar de proposição compreendida no art. 336, I;

IV – os casos previstos no art. 305;

V – comunicação importante ao Senado;

VI – recepção de visitante;

VII – votação do requerimento de prorrogação da sessão;

VIII – ser suspensão a sessão (art. 18, I, f).

Portanto, o comprimento da saia ou da bermuda não faz parte da discussão da medida provisória sobre a questão do sistema elétrico.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para contestar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, Sr. Presidente, faço uma questão de ordem. A discussão está iniciada.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Que possamos ter o debate da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para contestar, Sr. Presidente, a questão de ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, primeiro orador inscrito para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, quero contestar a questão de ordem, antes de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero contestar, quero oferecer as minhas razões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, óbvio que juízes – e parlamentares o são, em certa medida – devem usar da figura do bom senso. Então, qualquer fato que perturbe o andamento normal dos trabalhos – como, por exemplo, a invasão da residência da Sr^a Arlete Magalhães; como, por exemplo, o episódio de uma jornalista impedida de cumprir com o seu trabalho, simbolicamente no Dia Internacional da Mulher – deve ser levado em conta por uma Casa que, não sei por que, está com tanta pressa, por que está tão absurdamente com pressa em relação ao atropelamento da voz até dos que querem livremente, como

sempre foi praxe do Congresso – e não acredito que alguém intente mudar essa praxe.

Portanto, Sr. Presidente, não se tomou muito tempo. Foi a solidariedade do meu Partido e a solidariedade do DEM a uma jornalista impedida de cumprir com o seu trabalho. Não foi nada assim como se houvesse um tumulto aqui, algo que não acontece no Senado, porque é uma Casa de homens e mulheres educados. V. Ex^a não prosseguiria com a votação porque o tumulto se imporia.

Digo que há a letra fria da lei e há também a capacidade de tirar-se as inferências, de buscar-se o espírito da lei para que se dê liberdade ao julgador de agir com bom senso e com senso efetivo de justiça e de justeza. Eis aí, portanto, Sr. Presidente, antes de dirigir-me à tribuna, a forma que encontrei para contestar o que me pareceu um argumento frio, que não corresponde à consideração que temos pelos profissionais de imprensa, que devem trabalhar de qualquer jeito. Quero que ela trabalhe. Está muito bem vestida. Quero que trabalhe, quero que observe o encaminhamento da sessão e veja, Sr. Presidente, se as coisas estão se processando de acordo com o Regimento, de acordo com a praxe, ou se há alguma vontade de se impor algum resquício de comportamento ditatorial aos encaminhamentos que vamos dar nesta Casa. Eu estou muito tranqüilo e vejo a Casa muito nervosa não sei por quê.

Agora, a jornalista é um assunto importante, sim; a mulher é um assunto importante, sim. Não é apenas colocar a Bandeira brasileira na mesa e, uma vez por ano, a respeitarmos. Respeitar a mulher o tempo inteiro. Então, neste momento, simbolizando a jornalista Adriana, estou aqui dizendo que o meu Partido respeita as mulheres o ano inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, estamos em discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, tenha calma!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Calma, Senador Romero; calma!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero levar a minha solidariedade à família do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães pela invasão levada a efeito na residência de D. Arlete. Também quero dizer que a polícia do Governo do PT, na Bahia, invadiu a casa de uma senhora

de 78 anos de idade. E é lamentável que isso venha a ocorrer, desrespeitando a história de Antonio Carlos Magalhães, de Antonio Carlos Magalhães Júnior e a do Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, ACM Neto. Foi uma verdadeira ação política contra a família de Antonio Carlos Magalhães. É lamentável que a Dr^a Juíza, que é esposa de um Deputado Federal do PT, que pretende disputar a Prefeitura daquela capital, tenha exatamente utilizado, no Dia Internacional da Mulher, maneiras tão brutais contra essa senhora e essa família.

Mas ainda quero dizer que não estou entendendo a agressividade dos aliados do Governo contra V. Ex^a, querendo pautá-lo. V. Ex^a é o Presidente desta Casa. Sua decisão é incontestável. Daí por que eu não entender o motivo de tanto nervosismo e tanta violência contra V. Ex^a.

Peço, portanto, à Base do Governo que tenha respeito a V. Ex^a como Presidente desta Casa. Ninguém tem que pautar a sessão. V. Ex^a está acima de qualquer um dos nossos companheiros, porque preside esta Casa. Peço, pois, respeito para com V. Ex^a pelos companheiros e companheiras que se encontram nervosos neste momento.

É este o apelo. Vamos conduzir, mas não querendo pautar a sessão do microfone de apartes. V. Ex^a é quem comanda a sessão e a está comandando muito bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB, Sr. Presidente, solidariza-se com V. Ex^a do mesmo modo. O PSDB se solidariza com V. Ex^a de corpo e alma, por entender que V. Ex^a, de fato, está sendo muito maltratado pela Base governista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, queria anunciar que a jornalista Adriana Vasconcelos acabou de adentrar o recinto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme relatei a V. Ex^a ontem, comunico a esta Casa que recebi, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró. A visita aconteceu em meu gabinete, com a presença de 12 Senadores.

Quero dizer, Sr. Presidente, a bem da verdade, que o fato de o Embaixador Peidró concordar em vir ao Senado para manter essa conversa com os companheiros da Comissão de Relações Exteriores já foi altamente positivo.

Participaram da reunião também representantes da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, faço um apelo a V. Ex^a para concluir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Serei bem rápido, Sr. Presidente. Fique absolutamente tranquilo, porque acho até que é um fato importante.

Veja bem, V. Ex^a, o Embaixador Peidró nos expôs a dificuldade que está se vivendo com relação a esse fluxo migratório. Justificou, inclusive, a possibilidade desses fatos terem se acirrado tendo em vista a aproximação do pleito espanhol, que já ocorreu.

Os Senadores Fernando Collor, Pedro Simon, João Tenório, Eduardo Suplicy – quero registrar pelo menos esses Senadores –, todos os presentes usaram da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, vou encerrar.

Tivemos, portanto, informações, algumas consideradas sigilosas e outras não. Quero deixar bem claro que todos os Senadores mostraram e demonstraram a sua insatisfação com relação ao tratamento dado ao cidadão brasileiro em território espanhol.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Cumprimos com a nossa parte. O Senador Romeu Tuma participou de maneira muito efetiva.

Sr. Presidente, não podemos dizer que estamos numa crise entre o Brasil e a Espanha, seria exagero. Temos um mal-estar, que precisa ser solucionado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O Senador César Borges foi altamente feliz, quando disse que não podemos falar em retaliação, mas podemos falar em reciprocidade.

Queria prestar esse esclarecimento, Sr. Presidente, pelo momento que vivemos nessa relação que, para nós, é histórica, da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Daí por que faço esse registro na certeza de que esse encontro e abertura desse diálogo do Embaixador da Espanha com o Senado da República sirva para diminuir as tensões e que se possa construir um caminho que retome o diálogo que se sempre tivemos com o bravo povo espanhol e nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador Romeu Tuma, para ser breve.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Queria fazer uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, dei a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Um segundo só, porque não poderia deixar de hipotecar solidariedade ao Senador Antonio Carlos Júnior, porque o pai era muito amigo meu e a Dona Arlete era chamada de santa pelo próprio Senador.

A conduta correta seria o oficial de Justiça procurar cumprir a ordem judicial sem a força policial, até que houvesse uma negativa ou um enfrentamento.

A proposta de V. Ex^a de constituir uma comissão dá por satisfeito o Plenário, com a solidariedade ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Não poderia deixar de fazer isso, com todo o respeito e agradecimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos passar à discussão da matéria.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, contra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Gostaria que fosse marcado o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois o Senador Arthur Virgílio a favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vão falar a favor o Senador Marcelo Crivella, a Senadora Ideli e o Senador Delcídio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se o Senador Arthur Virgílio for falar a favor, Sr. Presidente, cedo a minha vez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Houve uma confusão que precisa ser esclarecida. Acertou-se que haveria alternância de Senador a favor e Senador contra. A impressão que tive é a de que eu tinha pedido a inscrição em primeiro lugar. De qualquer maneira, peço ao Senador Papaléo Paes que troque comigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a vai me permitir. V. Ex^a já falou tanto que precisa fazer uma pausa. En-

tão, peço a V. Ex^a que compreenda e dê oportunidade ao Senador Papaléo Paes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Senador. Permita-me, Sr. Presidente. Sei que V. Ex^a diz isso no bom sentido, porque a minha voz deve ser maviosa para os seus ouvidos. É que V. Ex^a precisa se munir de muita paciência para exercitar, como exercita tão bem, sob a nossa solidariedade, a Presidência da Casa.

Preciso falar, porque sou Líder da Bancada. Gostaria de, na minha fala, orientar os meus liderados. Por isso, em uma questão de economia interna, proponho ao Senador Papaléo Paes que façamos algo corriqueiro. Estamos fazendo abertamente, mas poderíamos fazer em *petit comité* ou até mesmo com um único gesto. Bastava um pequeno gesto, até jovial, para significar que estaríamos trocando de posição. Eu falaria em primeiro lugar para que fosse dada a orientação à Bancada; o Senador Papaléo falaria como próximo contra. Digo inclusive a V. Ex^a, Sr. Presidente, que peço a todos os Senadores do PSDB que se inscrevam para a discussão e, depois, para o encaminhamento. Todos os Senadores do PSDB estão dispostos a discutir e a encaminhar a matéria.

Portanto, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que meramente registre que, se o Senador Papaléo concordar, sou o primeiro a falar e que o Senador Papaléo falará na vez que couber ao segundo contestador dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre o meu voto “não” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V. Ex^a será consignado na Ata dos nossos trabalhos.

Vou dar a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, gostaria de registrar também o meu voto “não” na votação anterior.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de pedir que fosse utilizado o cronômetro para marcar o tempo de dez minutos, que é o horário regimental.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder cinco minutos para cada orador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, cedo, para discussão, a minha palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, já que o Senador Romero pede tanto que se mantenha o Regimento, o Regimento diz que são dez minutos para cada parlamentar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente, eu ia pedir a palavra, pela ordem, para esclarecer isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, no caso da matéria que está trancando a pauta e está em regime de urgência, o art. 347 diz que o tempo cai pela metade. Pelo Regimento, art. 347, são cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é praxe da Casa, em qualquer circunstância, desde que estou aqui. Aliás, sou até filho de Senador, e nunca a vi ser quebrada desse jeito. Um dia vem depois do outro, Sr. Presidente. Uma noite antecede ao sol. Esperamos não ter de tomar medidas extremas daqui para a frente na convivência com o Governo. Não temos uma força insuficiente a ponto de admitirmos que patrulagem seja praticada contra nós.

Portanto, reivindico que V. Ex^a arbitre dez minutos para cada orador, conforme a praxe da Casa, conforme o que sempre se viu aqui, ou os Senadores se sentirão castrados na sua capacidade de intervir sobre os debates. Isso não será bom, inclusive para os futuros passos que o Governo tenha de dar.

Haverá quintas-feiras aqui, Sr. Presidente, em que acordos não serão feitos, haverá...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está sendo descontado o tempo de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a agir assim, eu nem falo, Sr. Presidente. Significaria entrarmos quase em situação de ruptura, porque não comecei a falar. Estou questionando a atitude do Senador Romero Jucá que não me pareceu justa, porque quebra uma praxe do Senado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não comecei arrazoar sobre a matéria. Essa matéria encerra a possibilidade de negociata contra o dinheiro público, e não posso fazer isso em cinco minutos. Isso é que é essencial, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que, da mes-

ma forma que a Oposição está usando o Regimento para postergar as votações – e está indo inclusive além do Regimento –, estou me atendo ao Regimento, que define o tempo de cinco. E mais, o Regimento define que só tem o direito à palavra um Senador por partido. Já quero registrar que tem requerimento meu na Mesa, três encaminhamos contra, três a favor, votaremos o requerimento para encerrar a discussão e partir para a votação também usando o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Insisto que V. Ex^a faça cumprir a praxe. A praxe é dez minutos por orador e sem limites de oradores. A obrigação do Governo é manter a sua Base aqui. É manter sua Base aqui. Fora disso, recomendo uma lembrança do que aconteceu recentemente com a CPMF, é coisa recente, recomendo uma imersão na história antiga, a vitória do General Pirro, que foi tão sangrenta que não valeu a pena ter sido obtida. Não sei se não é imprudente o que está propondo neste momento o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a para colaborar com esta Presidência e passar a ocupar a tribuna na qualidade de primeiro orador inscrito para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por dez minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pelo prazo regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá cinco minutos e uma prorrogação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De cinco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... de três minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Fora do Regimento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a sabe que tenho um comportamento marcado pela ponderação e pela moderação. Acho que estamos caminhando para um estado de desinteressante excitação. Matéria como a que vai ser votada vai ser votada com debate minimizado. Dessa forma, não se vai qualificar o voto de forma conveniente. Tudo isso acontece em função de uma disputa de obstrução, que é regimental e legítima, contra a vontade desesperada do Governo de votar a toque de caixa para chegar à

tevé pública – na minha opinião, uma coisa desinteressante ao interesse nacional.

Eu gostaria de fazer uma ponderação a V. Ex^a, ao Líder do Governo, para que, em nome da preservação das relações futuras, caísse na real e estabelecesse um diálogo respeitoso, conveniente, permitindo debate racional, profundo, lógico, para que o voto pudesse ser dado com a devida coerência e com o devido conhecimento de causa. Do contrário, estaremos agindo emocional e irracionalmente e, desta forma, estaremos caminhando para um comportamento que não é o que condiz com o do Senado da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse ritmo e até as coisas se consertarem – eu discutiria com o Senador José Agripino – pergunto se não é mais correto retirarmos a Bancada oposicionista e os dissidentes dos outros partidos do plenário. Aí votam tudo, votam até transformar o País em monarquia para coroar o Presidente Lula rei. É uma hipótese. Agora, a partir de amanhã, não passa mais nenhuma matéria em comissão nenhuma. Todas terão pedido de vista. Todas, sem exceção, inclusive pedido de nomeação de embaixadores. Nunca mais haverá acordo, nunca mais se votará nada numa quinta-feira aqui, a não ser que haja **quórum** da Base, que hoje vejo excitada e que vejo tão murcha às quintas-feiras, quando a obrigação é trabalhar segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado e, se V. Ex^a quiser, domingo, e o tempo todo.

Portanto, Sr. Presidente, acho que deveríamos parar para pensar. Se é assim, não vou deixar de dizer o medo que tenho desse caso da Eletrobrás. Mas, se a ganância, se essa coisa de se criar a TV Chávez é tão grande e se se vai partir mesmo – e se a Mesa vai anuir com isso – para se quebrar uma praxe, negando a palavra aos Senadores de se explicitarem e de dizerem o que pensam o tempo todo, coisa que nunca vi nesses quase seis anos de Senado, posso perfeitamente retirar minha Bancada, sugerir ao Senador José Agripino para que faça a mesma coisa e aí aprovarão, em dez minutos, tudo o que quiserem aqui. Talvez valha a pena para o Governo. Pode ser que não valha, porque, a partir de amanhã, nosso comportamento já será outro, inclusive no Orçamento; já será outro no Orçamento e será outro nas comissões. E será assim daqui até o final do Governo do Presidente Lula.

Não reclamaremos mais de regras do jogo trocadas em cima do laço, mas pedimos que nunca mais

nos peçam para negociar o que quer que seja, porque estaremos estabelecendo não mais aquela relação fraterna em que se perde ou se ganha dentro da regra do jogo democrático, e, sim, algo que se separará entre adversários, entre praticamente inimigos numa guerra, inimigos numa guerra que não deveria haver.

Eu gostaria de ter essa definição. Se for assim, irei a essa tribuna, farei a leitura, mas, estou dizendo a V. Ex^a que acaba o compromisso com o Orçamento amanhã. E, a partir de amanhã, pediremos vista, sistematicamente, de todas as matérias nas comissões técnicas. De todas. A partir de amanhã, o Senado viverá um clima de confronto entre Governo e Oposição, que não é que desejo. Queremos simplesmente dizer que há matérias inconvenientes.

Essa matéria da TV Pública deveria ter vindo por projeto de lei. Poderia dar numa tevê francesa, mas querem uma tevê Chávez. Essa matéria e outra encerram negociata. E quero dizer por que, Sr. Presidente. E a outra matéria encerra leviandade, a do meio, porque tiraram essa matéria da Câmara dos Deputados, a tramitação na Câmara, para facilitar o caminho da CPMF, e, depois, com uma cara dura inigualável, fizeram a matéria voltar sob forma novamente de medida provisória. Não podemos compactuar com isso. Isso diminui a Presidência de V. Ex^a, isso diminui o peso da Casa perante a Nação, isso desmoraliza o Congresso Nacional.

Agora, se essa é a regra, podem determinar que eu fale dois minutos até. Podem até pedir que eu não fale. Agora, muda completamente nosso comportamento em relação ao Governo.

Eu gostaria de ouvi-lo e de ouvir o Líder do Governo sobre isso.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem com base no art. 347.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a, para uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, competente que é, acaba de informar à sua Bancada, à Bancada do Governo e à Casa, que, no caso de discussão em regime de urgência, o tempo para discussão da matéria ou para encaminhamento de voto cai pela metade. E eu gostaria de discordar disso, Sr. Presidente, com base no Regimento Interno. O art. 347 deixa claro que na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência, no caso do art. 336, inciso I, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em

tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de orador de cada partido.

Sr. Presidente, quero remeter-me ao art. 336, inciso I. Ele diz respeito ao seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marconi Perillo...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – “Art. 336 – Urgência poderá ser requerida, quando se trata de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender à calamidade pública.”

Não é o caso, Sr. Presidente. Portanto, esse argumento não pode ser utilizado, salvo melhor juízo e salvo, inclusive, a contestação do Líder do Governo, que é, certamente, um ás do Regimento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente. Sr. Presidente. Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra para...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...contestar, o Senador Romero Jucá. Em seguida, darei a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Aguardo resposta, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente!

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Aguardo resposta, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Quero dizer ao Senador Marconi Perillo que a urgência está emblemada em duas questões: primeiro, no momento em que trunca a pauta, passa a ter urgência de votação. Portanto, uma urgência regimental dentro da Casa. E mais do que isso, Senador Marconi Perillo: quem está dizendo que essa medida é urgente é a Constituição, no seu art. 62, que diz que “é utilizada a medida provisória para caso de urgência e relevância”. E nós já aprovamos a urgência e relevância agora. Portanto, essa matéria é urgente e relevante quer pela Constituição, quer pelo Regimento, que foi aprovado, porque está truncando a pauta.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente,...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Portanto, o prazo...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Para contestar, Sr. Presidente.

Trata-se de eufemismo grosseiro, Sr. Presidente, do Líder do Governo.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...o cumprimento do Regimento Interno, Sr. Presidente. Ele está claríssimo!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, não pode haver argüição de questão de ordem, ela ser contraditada e, depois, haver réplica.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro! A Mesa decide.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Quem preside a sessão é V. Ex^a, Sr. Presidente. Não é aqui debaixo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É por isso que apelamos a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – V. Ex^{as} estão nervosos!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero fazer um apelo a V. Ex^{as} no sentido de poderemos encaminhar esta votação com tranquilidade. Faço um apelo. Não vejo motivo para esse comportamento de verdadeiro desespero, como o de alguns Senadores aqui. Afinal de contas, estamos votando matéria de um projeto de conversão de uma medida provisória, coisa que já foi feita aqui centenas de vezes na maior tranquilidade.

Então, faço um apelo a todos. Não vamos criar um clima mais desagradável nesta Casa por conta de dois minutos.

Concedo a palavra, então, ao Senador Arthur Virgílio por dez minutos.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se são dois minutos apenas, tem a palavra V. Ex^a.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, para discutir a matéria...

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, temos de esclarecer, porque está em jogo o destino do Senado. Eu, desde que estou aqui, fui presidido pelo Presidente José Sarney, pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães e pelo Presidente Renan Calheiros. Nunca, em nenhum momento, vi essa limitação ao exercício da Oposição aqui na Casa. Nunca vi. Dez minutos a mim, porque talvez eu seja uma pessoa chata, não é o que eu quero. As pessoas agradáveis não levariam os dez minutos. Quero que se consagre a praxe da

Casa: de que é ilimitado o direito de se discutir. Cada Senador fala por dez minutos, depois por mais cinco minutos no encaminhamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com a palavra, Senador Romero. V. Ex^a poderá falar depois, à vontade.

Ao final, haverá uma sessão com quórum ou sem quórum. A obrigação da Base é a de estar aqui; a obrigação nossa é a de estar aqui fazendo o que se está fazendo. A quebra dessa praxe vai significar uma ruptura que, daqui a pouquinho, vai levar o Governo ao arrependimento, tudo isso para aprovar uma matéria menor, de uma televisão que representa o caráter ditatorial do Governo. É uma matéria menor, sem importância, que deveria vir por projeto de lei. Aqui estamos, neste momento, vendo toda essa pressa para aprovar um projeto que pode gerar negociatas que, depois, vão abalar a credibilidade deste Governo mais uma vez, como se já não bastasse o que já abalou a credibilidade deste Governo do ponto de vista ético. Não estou falando, aqui, de distribuição de bolsa para ter voto, não. Estou falando de ética.

Então, Sr. Presidente, está em jogo, para mim, isso. Volto a dizer, antes de subir à tribuna, agradecendo a V. Ex^a os tais dez minutos – finalmente, minha chatice serviu para alguma coisa...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero concluir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero saber mesmo se vai ser assim daqui para frente. Se for assim, vamos denunciar essa negociata; depois, estaremos fora das votações. E começaremos a agir no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, não estou aqui para receber ameaça.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não é a V. Ex^a, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não estou aqui para receber ameaça.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não é a V. Ex^a. Saiba que não há nenhuma ameaça. Estou dizendo a V. Ex^a o que vai acontecer. Não é ameaça, não. Eu não sou obrigado a votar, Sr. Presidente. Não é ameaça, não. É o exercício de um direito. Ou é ameaça eu dizer que vou me retirar e vou ficar ali, vendo a televisão, o Congresso para-

guaio funcionando, Sr. Presidente? Vou ficar vendo o Congresso paraguaio sem Oposição, um Congresso em que a Oposição tem a voz negada?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já dei a palavra a V. Ex^a por dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a para ocupar o tempo reservado a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, V. Ex^a não respondeu a questão de ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Estou pedindo a palavra a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pedi a V. Ex^a que respondesse a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Oportunamente, darei a palavra a V. Ex^as.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor. Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O que quero dizer tem a ver com a andamento dessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ler a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que diz o seguinte:

Art. 7º. O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: (...)

.....
II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão; (...)

É exatamente o caso dessa medida provisória, que trata, inicialmente, de recomposição do fluxo de caixa dos Certificados Financeiros do Tesouro e que pega carona em outro assunto completamente dife-

rente – o que, claramente, a lei complementar diz que não é legal –, que é o dispositivo que muda a norma regulatória do sistema energético brasileiro. Aqui, está claramente manifestada a irregularidade dessa medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente essa matéria foi vencida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Essa matéria foi vencida, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu gostaria de ouvir a palavra da assessoria de V. Ex^a, a palavra da Dr^a Cláudia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não há o que discutir mais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Darei a resposta a V. Ex^a oportunamente.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu solicitaria que fosse marcado o tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, não tome como ameaça a V. Ex^a, porque V. Ex^a está aqui como Presidente do Senado e como árbitro. E, como bom árbitro que é, merece todo o nosso respeito.

É uma decisão. Se se pretende tratar a Oposição brasileira como a oposição paraguaia, do tempo do Stroessner, vamos nos retirar do plenário, sim, e, daqui para a frente, começará uma guerra de guerrilha. Daqui para a frente, haverá dificuldade em todas as comissões técnicas. Daqui para a frente, e amanhã já será o primeiro dia, haverá dificuldades no Orçamento. Já está absolutamente destratado aquilo que foi contratado na reunião de hoje, no seu gabinete, se houver limitação à fala das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

É uma decisão, não é uma ameaça. Uma coisa é ameaça; outra é decisão. É a decisão que tomaremos, e não estaremos aqui para coonestar votação de televisão de Chávez, a menos que se discuta isso a partir da palavra de preferência de todos os Senadores que queiram se manifestar, sem cerceamento a quem quer que seja.

Sr. Presidente, essa Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro do corrente ano, Certificados Financeiros do Tesouro, os CFTs, emitidos para caixas ou fundos de previdências estaduais na modalidade nominativos e inalienáveis, por outros títulos com as mesmas características, mediante aditamento do contrato firmado entre a União e o Estado. Determina que os Estados recomponham, no mínimo, o fluxo de caixa original dos CFTs resgatados, incluindo-se os juros e

as atualizações monetárias, calculados nos mesmos critérios dos CFTs originais.

Nos termos da emenda que acompanha a medida provisória, em virtude de dificuldades financeiras, diversos Estados – e me refiro a essa exposição de motivos, Sr. Presidente – têm, sistematicamente, pleiteado à União a antecipação do resgate desses títulos, o que poderá ocorrer até 2024, de modo a permitir que seus fundos previdenciários possam arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas, hoje sob o encargo do Estado.

Essa medida praticamente reproduz a Medida Provisória nº 137, de 2002, convertida na Lei nº 10.841, de 2004, de forma a permitir que a permuta se estenda a todos os Estados. Originalmente, essa possibilidade se restringia, devo dizer, a operações com o Rio de Janeiro e com seu fundo de previdência, o Rio-Previdência, mas, na Câmara dos Deputados, foi incluída – atenção, Sr^{as} e Srs. Senadores! – emenda que constitui um retrocesso significativo para o setor elétrico brasileiro. Hoje, a geração e a transmissão de energia são limitadas pelo Sistema Eletrobrás e por suas subsidiárias ou controladas a 49% dos investimentos. A emenda acaba com essa limitação e constitui, na prática, a reestatização do setor elétrico, sob o manto de “se dar mais agilidade à Eletrobrás e às suas subsidiárias ou controladas para participarem de novos investimentos para geração de energia no momento em que o País atravessa o risco de uma nova crise desse setor, que pode afetar o crescimento econômico”.

O que é importante ressaltar, Sr. Presidente, é que o gargalo no setor em que nos encontramos hoje se dá exatamente em função da excessiva participação do setor público na atividade, durante décadas de má gestão, inclusive com a briga que se vê pela imprensa para indicar nomes para o setor. Aí, não teremos, evidentemente, bons resultados à vista.

O planejamento dos investimentos estatais no setor elétrico brasileiro não se tem materializado. Esse é um fato, Senador Delcídio Amaral; esse é um fato, Senador Jarbas Vasconcelos. Por outro lado, os empreendedores privados têm investido mais que as empresas estatais.

Percebam a freqüente frustração entre investimentos previstos e investimentos realizados da Eletrobrás. O mais relevante é lembrar que o Brasil precisa de cerca de R\$15 bilhões anuais em investimentos de geração, transmissão e distribuição de energia. Os números demonstram que é impossível que a Eletrobrás chame a si essa responsabilidade.

Especialmente num momento delicado como o atual, de déficit estrutural de energia, é importante sensibilizar o Governo e o Congresso para a neces-

sidade de convivência harmoniosa entre estatais e o setor privado.

O art. 2º da Medida Provisória nº 396, de 2007, foi incluído de forma intempestiva, sem nenhuma discussão com a sociedade. Aqui, hoje, se busca interditar ainda mais o diálogo do Parlamento com a sociedade e até do Parlamento com o próprio Parlamento, Sr. Presidente, o que leva a uma situação de agudização de convivência entre Governo e Oposição.

Essa alteração produz, Senador Francisco Dornelles, pelos menos dois efeitos negativos. Primeiro, elimina o eficiente mecanismo que impõe disciplina empresarial às estatais, que hoje participam de projetos limitados à participação de 49,9% e, portanto, se vêem condicionadas, necessariamente, à racionalidade econômica e aos padrões privados de governança corporativa. Perdem os contribuintes brasileiros, que verão suas estatais destruindo valor com maior freqüência, vide os balanços da Eletrobrás e de suas subsidiárias. Segundo, Senador Francisco Dornelles, afasta a participação privada dos projetos por distorcer o ambiente da competição. Ao verificarem a atuação estatal sem nenhuma referência formal sobre racionalidade econômica e empresarial, cai, dramaticamente, a atratividade dos projetos para os agentes privados. Perde toda a sociedade, que pode vir a ter de enfrentar novo racionamento de energia por falta de empreendedores privados para executarem os projetos, uma vez que, conforme o gráfico demonstra, a Eletrobrás não tem conseguido arcar com toda a necessidade de expansão.

O papel do Governo em relação aos investimentos em energia elétrica deve contemplar simultaneamente, a meu ver, dois princípios, Senador Francisco Dornelles: primeiro: que os investimentos sejam feitos com base na racionalidade econômica para contribuintes e consumidores; segundo: que a atuação direta do Governo nos investimentos, via estatais, não se configure em fator inibidor para a atuação privada.

O art. 2º da Medida Provisória nº 396, de 2007, incluído na Câmara dos Deputados, contraria frontalmente os dois princípios acima.

Sr. Presidente, na verdade, houve o loteamento do setor elétrico por partidos políticos. Já temos visto seguidos escândalos no interior do setor elétrico brasileiro neste Governo. Isso dá, a quem hoje dirige o setor elétrico, a possibilidade de fazer consórcios, que não sei se serão de fácil fiscalização ou, quem sabe, de funestas conseqüências, do ponto de vista do crédito do próprio sistema, e do crédito do País em relação aos investidores, e do crédito do País em relação à Justiça brasileira.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que assiste inteira razão ao Senador Tasso Jereissati quando S. Ex^a mostra que não é possível mais a Mesa do Senado continuar aturando contrabandos em medidas provisórias. Medida provisória fala em futebol, aí entra a medida do voleibol; fala em alguma coisa, entra uma outra coisa completamente diferente. Nós temos o direito, inclusive, de ir à Justiça; e iremos, se necessário for.

Volto a fazer um apelo ao bom senso. A idéia, por mais que o Presidente Lula esteja puxando a orelha da sua base, imaginando que se deva impor ritmo ditatorial ao trabalho de uma Casa democrática, como é o Senado da República, de se pensar que se pode patrolar uma oposição do calibre moral e do calibre numérico da nossa não é uma idéia fácil de ser executada. Nós, hoje, estamos vivendo um momento de luta. Essa matéria, para mim, é muito mais importante até do que essa TV que visa a fazer propaganda oficial. Essa matéria é importante porque vejo nela a perspectiva de nós atrasarmos, ainda mais, o sistema elétrico brasileiro na sua capacidade de atrair investimentos.

Mas eu digo a V. Ex^a, Sr. Presidente, não era ameaça alguma, eu registro aqui uma decepção inicial, que espero não se confirme. Entendo que todos os Senadores que quiserem falar vão falar; os que não quiserem falar não falarão. Não se vai inaugurar, justamente sob a sua Presidência – Presidência que mereceu de mim apoio no primeiro momento –, justamente na sua Presidência, depois de eu ter sido presidido por José Sarney, por Antonio Carlos Magalhães, por Renan Calheiros, de repente, é aqui que se vai dizer que não se pode ter o debate amplo, que faz parte da tradição da Casa de Rui Barbosa.

Aguardarei isso impávido. Aguardarei isso na minha posição. Aguardarei isso para que possamos, a partir daí, tomar as providências concretas. E devo dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente – quando lhe peço um minuto para concluir –, que sou uma figura afeita à luta, afeita ao combate, afeita ao confronto. Claro que me entristeço com os rumos propostos pelo Líder do Governo. Se for assim, vai ser assim. Quem sabe leve essa vitória de Pirro! Começaremos a mostrar, a partir de amanhã, que é vitória de Pirro mesmo.

Senador Eduardo Suplicy, devo dizer que, pegando V. Ex^a como símbolo, se tem algo que me causa decepção é V. Ex^a não lutar, como sempre foi a tônica da sua vida, para que se respeite o direito da minoria, para que se respeite o direito ao livre debate. Eu não estou me referindo a mais ninguém. Estou-me referindo a V. Ex^a, pelo respeito que V. Ex^a sempre mereceu de mim. V. Ex^a não poderia, a esta altura, falar em celular; não poderia, a esta altura, estar olhando para o outro lado; teria de, a esta altura, estar dizendo que não se

pode quebrar essa praxe sob pena de se quebrar a harmonia com que funciona o Senado da República. Sr. Presidente, não me decepçiono com mais ninguém. Estou dizendo ao Senador Suplicy, o que é uma prova de apreço por S. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. V. Ex^a, se quiser, fale em seguida, até pelo art. 14, se desejar. Sr. Presidente, eu já o citei. Apenas digo que peguei um símbolo, um símbolo de honradez, de ética, cantado em verso e prosa pelo País inteiro, lutador pela democracia; não houve um dia, dos 21 anos da ditadura, em que o Senador Eduardo Suplicy não tenha feito alguma coisa para derrubá-la. De repente, como é que pode, pelo silêncio, compactuar com o que está sendo proposto nesta Casa, e que traz às raíais da indignação qualquer um de nós e todos nós em conjunto! Tenho a impressão de que isso que foi proposto aqui estarrece a Casa, porque, de repente, três pessoas apenas falarem numa matéria tão grave, que pode redundar em prejuízos morais para o País, redundar em prejuízos morais para o setor elétrico, uma matéria tão grave! Três pessoas de um lado, três pessoas de outro. Se eu puder até adivinhar, os do lado de lá vão falar por um minuto, tentando ganhar tempo para provar e apresentar ao Presidente Lula, de maneira subserviente, serviçal, o resultado: “Olha, Presidente, hoje vencemos a oposição. Hoje, está aqui o resultado do nosso trabalho. Hoje, nós produzimos”. Não se constrói, Sr. Presidente, a dignidade de um Parlamento desse jeito! Não se constrói a independência de um Poder dessa maneira! Não se constrói a interdependência dos Poderes dessa forma!

Por isso, Sr. Presidente, ao encerrar, volto a dizer da minha decepção com o Senador Eduardo Suplicy, que, para mim, é um símbolo. Volto a dizer. E tenho a impressão de que não adianta lhe fazerem acenos para não falar, porque eu me decepçionaria de novo. V. Ex^a nunca foi de ficar calado. Não vai ficar calado agora, porque, se ficar calado, V. Ex^a perderá, pode não ser muito para V. Ex^a, no meu conceito, de quem o admira e o estima de maneira fraterna, como alguém que nunca vai perder, qualquer que seja a idade que venha a obter na sua vida, o caráter de rebeldia que o faz o consagrado Senador eleito três vezes pelo Estado de São Paulo, Sr. Presidente.

Por ora, Sr. Presidente, vai prevalecer...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...o bom senso, acreditando que vai prevalecer o sentimento de respeito ao direito da minoria, à praxe da Casa.

Imaginando eu que vamos ter, em algum momento, o voto “sim”, mas vamos ter depois de uma discussão ampla. Porque este aqui – repito – não é o congresso paraguaio de Alfredo Stroessner. Vamos provar isso na prática, no momento em que for possível e necessário fazê-lo.

Digo a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me reservo o direito de usar da palavra, enquanto acreditar que a praxe vai ser mantida e que não vão desmoralizar o Congresso e a democracia sob a sua gestão. Eu conheço V. Ex^a, não vão! V. Ex^a não vai agir pior do que agiu Renan, não vai agir pior do que agiu Sarney, não vai agir pior do que agiu Antonio Carlos! Não vai ser no seu governo sobre a Casa que vão minimizar o debate. Não vai ser! Posso dizer que aqui está empenhada toda a tradição de luta e todo vigor ético e cívico que fez com que o meu partido, da primeira hora, declarasse apoio a V. Ex^a, até quando V. Ex^a não sabia ainda se ia ser candidato. Eu disse: “O melhor, do lado do Governo, para ser o candidato neste momento de crise do Senado chama-se Garibaldi Alves”. E não vai ser aí que eu teria de ter uma segunda decepção: de repente, o debate acaba; de repente, isto aqui vira uma Casa de coonestação; de repente, vira uma Casa em que almoxarifes levam para o Presidente o inventário do que fizeram: “Aprovamos não sei quantas matérias; sufocamos a oposição”. No dia seguinte vão ver como não andam as Comissões; amanhã, vamos ver se anda o Orçamento, Sr. Presidente.

Por ora, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço-lhe permissão. Pedi uma resposta à Mesa sobre a Lei Complementar nº 95. Gostaria que fosse respondida pela Mesa, em voz alta, por favor. Se é ilegal ou não....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati, vou encaminhar a questão de ordem de V. Ex^a à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que tenhamos o esclarecimento da matéria. É regimental, como sabe V. Ex^a, esse expediente de se enviar a questão de ordem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, hoje, este Parlamento vive um dia memorável. Depois de quatro meses em que não votamos nada, volta-se a ferver aqui o debate, a verve da Oposição e da Situ-

ação em torno de um assunto importante para o Brasil: o relatório do Senador Francisco Dornelles. E talvez não haja aqui autoridade maior que possa se referir à matéria, porque se trata de um Senador com extrema experiência nesse campo, porque já exerceu cargos ilustres, não neste Governo, mas nos anteriores, e que com muita sabedoria, eu diria, com muita competência e percuciência emitiu um relatório irretocável.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar aqui de um dizer do Presidente Auro de Moura Andrade. S. Ex^a dizia o seguinte: “A maioria, como maioria, pode tudo, menos massacrar e passar por cima dos direitos da minoria. A minoria, como minoria, tudo pode, menos se negar a votar, que é a expressão da democracia”. O voto é a essência do mandato. Para isso, recebemos a ordenança do povo. “Sim” ou “Não”, mas votamos.

A Medida Provisória nº 396 autoriza a União... Não é uma autorização nova; é uma concessão de prazo. Aumenta-se o prazo para que possamos, até 31 de dezembro de 2007, fazer com que os Certificados Financeiros do Tesouro, que haviam expirado em dezembro de 2003, tenham validade.

A medida provisória prevê que a permuta se realizará, observada a equivalência econômica dos títulos a serem trocados, mediante a substituição dos Certificados Financeiros do Tesouro emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais, na modalidade nominativos e inalienáveis.

Pretende-se, com o novo prazo para a permuta dos mencionados títulos, apoiar financeiramente os Estados que promoverem a capitalização de seus respectivos fundos de pensão ou caixas de previdência por intermédio dos referidos certificados emitidos pela União.

Sr. Presidente, nada mais democrático, nada mais dentro das regras de mercado, nada mais justo, diria eu, no regime que hoje vivemos, de capitalismo aberto: permitir que esses fundos de pensão se recorram do mercado e possam, dentro das regras clássicas, capitalizar, e não deixar, no mundo financeirizado, que haja qualquer risco para as pensões e aposentadorias dos nossos servidores.

Mas não é apenas esse artigo que vamos aprovar. Há também o art. 2º, que dá maior agilidade à Eletrobrás, que já tem autorização expressa da lei para fazer associações e parcerias. Hoje, o que se permite é que essas parcerias tenham a mesma dimensão daquelas realizadas com sucesso pela Petrobras no mundo inteiro.

Ora, sabemos que as fronteiras brasileiras são verdadeiros desertos demográficos. E, a partir do momento em que obras de infra-estrutura são realizadas com os parceiros, com os países vizinhos, coloca-se

em realce enormes disparidades e conflitos potenciais. Alguém neste plenário poderia supor que, amanhã, a Eletrobrás faria parceria com algum vizinho nosso minoritariamente? Seria de bom alvitre, seria aconselhável, Sr. Presidente? Com toda a instabilidade política que vivem as repúblicas da América Latina?

Hoje, o que estamos fazendo aqui é permitir que uma empresa brasileira tenha soberania em acordos que faça para a produção e a geração de energia.

É isso, Sr. Presidente, que a Oposição tenta obstaculizar, tenta polemizar, mas que, tenho certeza absoluta, é de interesse do Brasil, de interesse dos brasileiros, e é, seguramente, para o bem da nossa infra-estrutura e do progresso do Brasil.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita humildade devo afirmar que esta Casa há pouco cometeu uma imprudência da maior gravidade ao aprovar a admissibilidade, considerando esta medida provisória jurídica e constitucionalmente perfeita.

O que estamos votando, na verdade, é um monstro jurídico. Num linguajar bem popular, eu diria que esta medida provisória é uma espécie, no reino dos animais, de cruzamento de rinoceronte com javali. Eu não tenho a intenção de ofender os músicos dizendo que é o samba do crioulo doido, até porque sei que a Senadora Ideli Salvatti não gostaria. Não, não é o samba do crioulo doido. Isto é muito pior que qualquer confusão que a música possa retratar.

O Senador Tasso Jereissati já suscitou a necessidade de uma verificação da legalidade dessa proposta. Não temos dúvidas quanto à sua ilegalidade, porque, juridicamente, não se sustenta a junção de temas diametralmente opostos, totalmente diferentes, como ocorre nesta medida provisória.

O Senador Arthur Virgílio já se reportou a esse fato. Questões atinentes ao setor energético misturadas a questões que dizem respeito a emissão de títulos públicos para atender institutos de previdência. Com o maior respeito a quem possa deliberar favoravelmente a esta matéria, com ela não posso concordar.

Sr. Presidente, veja o que estamos votando. Estamos aprovando a emissão de títulos públicos por parte do Tesouro Nacional numa antecipação de despesa da parte da União para o atendimento de necessidades dos Fundos de Previdência dos Estado do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

O Relator destaca que para o Rio Previdência serão liberados R\$1.580.000.000,00, com vencimentos em 2010. E esses títulos do Tesouro atenderão à necessidade do Estado para cobrir o déficit previdenciário. Da mesma forma, com Santa Catarina. Seriam liberados R\$650.000.000,00 em nome do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, com resgate em 2008.

A emissão de títulos públicos implica endividamento. Eu me lembro, quando era governador do Paraná, Tasso Jereissati era governador no Ceará, e o Presidente da República era José Sarney, que houve uma proibição: não se emitia títulos públicos àquela época em nome da contenção do endividamento público, que se tornava cada vez maior.

Uma medida que tinha por objetivo sanear as finanças. Estamos na contra-mão dessa medida. A emissão de títulos públicos impulsiona a dívida pública. Em um primeiro momento, trata-se de uma antecipação de despesa para a União e, posteriormente, os Estados terão de arcar com os débitos advindos da utilização desses títulos públicos, obviamente com juros e correção monetária.

Poderia questionar também o fato de não se respeitar o princípio da isonomia. A Previdência dos Estados, de modo geral, está falida; as dificuldades existem em todos os Estados: no Paraná, certamente no Rio Grande do Norte do Presidente Garibaldi, obviamente no Estado de Alagoas, que, governado por Teotônio Vilela, enfrenta as maiores dificuldades financeiras. E estamos verificando que há aqui um benefício explícito, atendendo a dois Estados da Federação: R\$650 milhões para o Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPESC) e R\$1,58 bilhão, com vencimentos já em 2010, para o Estado do Rio de Janeiro.

Senador Mão Santa, é evidente que isso alivia as atuais gestões desses dois Estados. Agora, imagine V. Ex^a as consequências para as futuras gestões. Os Governos é que terão de arcar com esse débito contraído neste momento, com a utilização desses títulos do Tesouro Nacional.

O Governador Sérgio Cabral, Senador Arthur Virgílio, bate palmas ao Presidente Lula. E bate palmas ao Senado Federal, que aprova esta Medida Provisória. Ele será extraordinariamente beneficiado e já foi anteriormente com uma medida dessa natureza.

Sr. Presidente, assim fica fácil governar. Governar dessa forma é viver no paraíso. Os buracos abertos hoje ou ontem, não importa quando, nem mesmo por que, se pela incompetência de gerenciamento ou se pela corrupção, mas buracos que foram abertos podem ser tapados graças à generosidade do Governo, que, emitindo uma medida provisória, autoriza a emissão de

títulos públicos, que aumenta a dívida pública interna do País, para atender às necessidades conjunturais de alguns Estados privilegiados, administrados por parceiros do Presidente da República.

Não se respeita o princípio da isonomia. Eu indagaria aqui: R\$1,58 bilhão para o Rio de Janeiro, e quanto para o Paraná? Lá também é o Estado do Senador Flávio Arns, que é do PT, governado pelo Governador Roberto Requião, que é aliado do Presidente da República. Há o Paraná Previdência, que vive dificuldades.

Portanto, Sr. Presidente, não creio ser esse o modelo de gestão que se almeja para o Brasil. Aumenta-se a dívida pública interna, que já é impagável, e depois, é claro, o Governo acaba esticando o braço longo, com a mão grande no bolso do contribuinte, aumentando alíquotas de impostos, como ocorreu em janeiro, exatamente no dia 2, com o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras. E o Presidente da República certamente gostaria que a Oposição o aplaudisse neste momento. O Presidente Lula, numa reunião do Conselho Político, no dia 11 de março, afirmou: “A Oposição está falando mais do que o Governo. Chegou a hora de virar o jogo. Não dá para ficar refém da Minoria. Quem está no Governo tem que ser Governo”.

Ora, o Presidente da República não quer que a Oposição fale.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Entende que a Oposição fala mais do que o Governo. Mas cabe a quem falar? Ao Governo cabe agir.

Senador Arthur Virgílio, a quem vou conceder o aparte, quando deixei o Governo do Paraná afirmei, Senador José Agripino, que não me arrependia de nada que havia feito, mas sim de algumas coisas que havia dito, porque quem governa deve falar menos e fazer mais. O Presidente Lula acha que tem de falar mais que a Oposição.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, será de maneira muito breve. O Presidente tem todo o direito de cobrar fidelidade da sua base, e, de preferência, não a peso de cargos que resvalam por essa iniciativa deste Deputado, que para mim tem um comportamento estranho: o Deputado Eduardo Cunha. Mas o Presidente não pode é cobrar que se coloque de joelhos o Senado Federal, que se coloque de joelhos o Congresso Nacional, que se coloque genuflexa a Câmara dos Deputados – o que querem e não conseguirão. Perceberão, ao longo dos próximos

momentos, dos próximos dias após essa tentativa de atropelamento das Oposições hoje, que é vitória de Pirro. Quem avisa, bom adversário é. É vitória de Pirro, se tiverem a vitória no dia de hoje, porque terá sido algo escatológico mesmo, algo típico da excrescência interditar-se o debate – pela primeira vez, na história do Senado; acho que nem no período ditatorial isso aconteceu –, limitando-se um número “x” de um lado ou de outro. V. Ex^a faz um discurso muito feliz, e eu o parabeno por isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Acrescento que esta medida provisória é um desestímulo à austeridade na gestão pública, é a facilitação dos maus costumes na gestão do dinheiro público. Provocar endividamento, para superar dificuldades emergenciais é confortável para quem governa. É desconfortável para quem assume depois a herança maldita que dessa postura advém.

Não gostaria, Sr. Presidente, de ser pitonisa de mau agouro, mas é evidente que não é solução para as dificuldades previdenciárias enfrentadas pelos Estados brasileiros o que o Governo propõe por meio de medida provisória e que o Senado Federal aprova nesta noite. É, sem dúvida alguma, uma solução passageira, eventual, que beneficia os governantes de agora, mas, a médio e longo prazo é um desastre para a administração pública do País.

Entre tantas razões que nos levam a votar contra esta medida provisória, essa talvez passasse despercebida...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... mas, Sr. Presidente, é uma das razões mais relevantes, para que todos nós reflitamos sobre a necessidade de adotarmos uma nova postura em relação às finanças públicas do País.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que gostaria que a Oposição passasse a obstruir sempre a votação de todas as medidas provisórias inconstitucionais nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para informar a V. Ex^a que a Oposição apresentou uma

emenda, propondo a retirada do texto do art. 2º, procedente da Câmara.

Nós consideramos uma excrescência o que foi aprovado na Câmara e temos absoluta convicção de que, levando-se em consideração o interesse público, esta sessão haverá de fazer a derrubada do art. 2º, conforme emenda proposta pelo ilustre Senador Arthur Virgílio, Líder da nossa Bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª será atendido na hora oportuna. O destaque será votado.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ser muito breve, até porque este País não pode esperar. Este País não pode estar submetido a esta situação de paralisia quando estão em jogo matérias tão relevantes, tão importantes para a sustentabilidade do nosso crescimento.

Amanhã, o IBGE deverá divulgar o número referente ao crescimento do PIB no ano de 2007. Tudo leva a crer que teremos um crescimento do PIB da ordem de 5,2% ou talvez até 5,3%. Tudo se desenha para que, este ano, tenhamos algo em torno de 6% de crescimento do PIB. Portanto, este País precisa de energia suficiente para dar sustentabilidade e segurança a seu crescimento, garantindo aos investidores que o crescimento poderá se manter nesse ritmo e com essa pujança tão importantes e tão fundamentais para o nosso País.

Portanto, nada mais correto do que o que faz essa medida provisória, que dá condições à Eletrobrás de adotar procedimentos semelhantes aos da Petrobras, podendo participar, em condições de igualdade, conforme a iniciativa privada, dos investimentos em energia elétrica dos consórcios no Brasil e no exterior.

São inúmeras as possibilidades de obras que nós temos, inclusive em conjunto com os países do Mercosul, aqui na América Latina, e é muito importante que a Eletrobrás tenha condições, principalmente diante dos investimentos internacionais, de não ser minoritária nesses investimentos.

O crescimento deste País, que felizmente vem sendo acompanhado por distribuição de renda e crescimento do emprego e da inclusão social, precisa ter na geração de energia seu principal elemento de sustentabilidade. A medida provisória que apreciamos dá essa sustentabilidade, essa garantia ao nosso crescimento, permite que a Eletrobrás sinalize nesse sentido por meio dos investimentos que poderá fazer e dos consórcios dos quais passará a ter condições de participar.

Portanto, sem mais delonga: quem não quer que não atrapalhe o crescimento do País. Para nós, é muito importante que este País continue crescendo, gerando empregos e distribuindo renda. Quem for contra isso que se manifeste de forma clara, mas não impeça que o País cresça e que o povo brasileiro tenha melhores condições de vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente, conforme o art. 403 do Regimento Interno da Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Arthur Virgílio. Depois darei a palavra a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pretendo chamar a Casa à razão.

O art. 15 da matéria em tela diz que:

(...)

§ 1º A Eletrobrás, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, poderá associar-se, com ou sem aporte de recursos, para a constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem, direta ou indiretamente, à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização.

Muito bem, Sr. Presidente.

Vou, agora, ao art. 246 da Carta Magna do País, que diz o seguinte:

Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive. ([EC nº 6/95, EC nº 7/95 e EC nº 32/2001])

Sr. Presidente, aí vamos para o que chamarei aqui de o verdadeiro pulo do gato, ou seja, a solução estaria aqui, no art. 241 da mesma Constituição Federal, Sr. Presidente:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei [e não de medida provisória] os consórcios

cios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (EC nº 19/98)

Ou seja, Sr. Presidente, a medida provisória em apreço agride frontalmente a Constituição vigente no País. V. Ex^a, outro dia, mostrava justa revolta – e eu me solidarizava com sua revolta – contra as medidas provisórias de crédito orçamentário. Derrubamos uma, felizmente, e estamos com três ADINs, entre DEM e PSDB, contra todas as medidas provisórias de créditos extraordinários.

Agora, estamos diante de uma outra medida provisória que não deveria sequer ser apreciada nesta Casa, porque o art. 241 da Constituição diz expressamente que o que se quer fazer deve ser feito por projeto de lei e não por medida provisória.

Repito, para que fique bem claro para a Casa, o art. 241. Faça-o com a voz mais tranqüila, mais zenbudista que alguém possa usar, e gostaria de obter resposta para isso.

Vamos ao art. 241 da Constituição Federal:

Art. 241. A União, os Estados...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem. Estou...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Senador Arthur Virgílio já discutiu a matéria e está voltando a discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a terá a palavra para contestar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, estou levantando algo fundamental. Quem achava que a Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a terá a palavra para contestar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem achava que a Constituição não era importante era o General Walter Pires. Pelo amor de Deus! A Constituição é importante, é fundamental. Não vamos agora trabalhar medida provisória acima do que prega e do que reza a Carta Magna do País.

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei [e não de medida provisória] os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos,

serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (EC nº 19/98)

Trata-se, Sr. Presidente, da Emenda Constitucional nº 19 de 1998. Estamos, portanto, votando aqui uma ilegalidade, perpetrando uma agressão à Carta Constitucional, o que nos dá subsídios para, na hipótese de aprovação desse mostrengo, irmos à Justiça deste País para repor a verdade jurídica dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para contraditar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a tinha me dado a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, é apenas para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, em seguida concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero que a palavra seja concedida ao Senador Mário Couto, que está na tribuna. Essa matéria já teve sua constitucionalidade discutida e aprovada. O Senador Arthur Virgílio já teve doze minutos para discutir a matéria. Essa é uma questão de mérito. Vamos discutir e votar, Sr. Presidente. Não há o que contraditar, porque o Senador Arthur Virgílio levantou uma questão preclusa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá quer ocupar a sua cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra, mas por dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero aqui dar testemunho da forma como V. Ex^a dirige o Senado Federal: de forma independente e democrática. Não fica ouvindo a base do Governo, que quer comandar a sessão, assumir a Presidência, que é, de direito, de V. Ex^a.

Então, quero pedir a V. Ex^a a minha inscrição para discutir a matéria.

V. Ex^a já me disse que o Senador Romero Jucá deu entrada na Mesa a requerimento para limitar a discussão a três Senadores. S. Ex^a está assumindo o espírito de Hugo Chávez! É impossível!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, faço um apelo para que V. Ex^a encerre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu atendo a todos os apelos de V. Ex^a, desde que V. Ex^a me permita discutir a matéria. Nós não podemos retroceder no processo de desenvolvimento do País. Além de praticar

uma inconstitucionalidade, como já colocou aqui o Líder Senador Arthur Virgílio, querem ainda que andemos feito caranguejo, querem fazer com que o Brasil ande para trás. Nós já lutamos muito para chegar à condição em que a Senador Ideli Salvatti vem à tribuna anunciar crescimento de 5%, 6% – nós queríamos que fosse de 8% ou 9% e não de 5% ou 6%. Quer dizer, o Brasil está crescendo apesar do Presidente Lula, apesar do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda não conclui, Sr. Presidente.

Concluo, pedindo a V. Ex^a minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido oportunamente.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá tem de ficar um pouco mais calmo. S. Ex^a está muito nervoso. V. Ex^a está calmo, todos estão calmos, e o Senador Romero está muito nervoso. O Senador Romero não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se nós...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio! Peço silêncio!

Tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se nós votarmos essa matéria hoje, ratificaremos aquilo que, quase todos os dias, digo nesta tribuna: minha preocupação, que, tenho certeza, é a de muitos políticos brasileiros. Estamos vendo claramente que a matéria que se discute hoje, aqui, é inconstitucional, o que está provado na Constituição, o que está provado por todos aqueles que podem ler a Constituição brasileira. Assim, se votarmos essa matéria hoje – mais uma vez, afirmo –, caminharemos para uma ditadura política.

O Presidente da República, este Governo faz o que quer. Falam sobre as medidas provisórias. “Ah, em outros Governos, também havia medidas provisórias!”. Havia medidas provisórias, sim, mas este Governo bate todos os recordes, todos os recordes na história da República Federativa deste País. Nunca se emitiram, Senador Arthur Virgílio, tantas medidas provisórias!

E há algo mais constrangedor, Senador. Quando cheguei aqui, Papaléo Paes, quis me inteirar com o

Senador Flexa Ribeiro, que é do meu Estado, o Pará, do porquê de tantas medidas provisórias. E S. Ex^a disse o seguinte: “O pior, Senador, é que, quando todas essas medidas provisórias vêm ao Senado Federal, o dinheiro já foi gasto”. A população brasileira tem de saber disso. Olha a ditadura política implantada neste País! O Governo manda os Senadores discutirem uma matéria, Sr. Presidente, cujo dinheiro já foi gasto, cujo orçamento já está sendo aplicado, sem que a matéria passe nas Comissões, sem que se discuta a matéria, Presidente Collor, que é de suma importância para este País. Não adianta mais: aprovemos ou não, o plano já está em execução, Senador. Estamos aqui fazendo papel de tolos, de bobos. Estamos discutindo o quê? Uma medida provisória inconstitucional. E o Governo já está executando o que está sendo pedido, Senador Papaléo.

Dizem: “Ah, é de extrema emergência”. Não o é, não, Senador. Cito um exemplo, Senador. A TV do Governo é de extrema urgência, Presidente Collor? É de extrema urgência? Com certeza, não o é. De extrema urgência, Senador Arthur Virgílio, é a situação dos aposentados deste País. Isso é que é de extrema urgência, porque eles estão na miséria, sofrendo, mendigando com o pires na mão. E o Governo bloqueia os projetos neste Senado.

É triste a situação deste País, porque se esqueceram dos aposentados. E o Presidente da República não tem a dignidade de mandar uma medida provisória para os aposentados, como manda todos os dias a respeito de coisas que não têm emergência e sobre as quais o Senado teria, obrigatoriamente, de discutir. Por que não manda, Senador Papaléo, uma medida provisória em respeito aos aposentados? Essa, sim, Senador Cícero Lucena, seria uma medida provisória de urgência, de dignidade. Seria uma medida de dignidade em respeito àqueles que sofrem, que não têm plano de saúde, que trabalharam tanto por este País! Eles devem estar vendo esta discussão na TV Senado e dizendo assim: “Isso é emergência? E por que no nosso caso não é?”.

Câncer, hipertensão, diabetes, doenças de todos os tipos acometem aqueles que têm mais de 60 anos. Eles sofrem com essas doenças. E V. Ex^a, que é médico, sabe quantas são. Quantas são, Senadores? Esses homens e mulheres que trabalharam com tanta dignidade neste País não têm o privilégio de contar com uma medida provisória para resolver seus problemas, Senador? Não contam com isso, estão abandonados. E quantas promessas fizeram a eles? E quantas promessas tem o Governo Lula em relação a eles? Mas absolutamente nada se resolve.

Amanhã, Senador, quero poder dar a notícia de uma decisão que foi tomada hoje na Comissão a respeito de todos os aposentados e pensionistas deste País, que têm, aqui nesta Casa, um representante chamado Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, eu gostaria de votar uma medida provisória do seu Governo. V. Ex^a é o grande comandante dos aposentados e dos pensionistas nesta Casa. Gostaria, Senador Paulo Paim, de votar uma medida provisória neste Senado, para resolver a situação daqueles miseráveis que estão com o pires na mão, que estão nas ruas: os aposentados e os pensionistas deste País, que tanto V. Ex^a defende, com toda a sensibilidade e com todo o coração.

O que V. Ex^a acha, Senador Paulo Paim? A matéria de hoje é mais importante do que a situação dos aposentados? A TV Brasil, ou TV pública, é mais importante do que a situação dos aposentados? Será que a situação dos aposentados não é uma emergência muito maior do que essas medidas que estão mandando para cá, todas inconstitucionais?

Se pode fazer, se pode mandar, se o Governo tem força para passar por cima da nossa Constituição... E está claro, está visível, está no nosso nariz – está no nosso nariz, Senador! – que o Governo faz o rolo compressor e diz que nossa Constituição não precisa ser respeitada neste Senado. Como não vai ser respeitada? O que pensam os brasileiros de nós e deste Senado quando o Líder Arthur Virgílio prova que a matéria é inconstitucional, lendo a Constituição, provando que a Constituição está sendo rasgada no dia de hoje neste plenário?

Ninguém liga para isso, ninguém quer saber disso! Querem saber de agradar o Presidente, aprovando matéria sem caráter de emergência, sem que seja constitucional. As matérias de extrema necessidade e de emergência estão aí, como a que diz respeito à situação dos aposentados e dos pensionistas, e ninguém liga.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador. É com muita honra que o escuto.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Mário Couto, V. Ex^a chama a atenção neste debate para dois aspectos muito importantes. Primeiro, há a questão dos aposentados, da insensibilidade, do descompromisso do Governo de resolver um problema que se agrava a cada reajuste do salário mínimo, fazendo com que todos sejam iguais, mas por baixo, sem assistência de saúde, sem melhores condições de vida.

Daqui a pouco os aposentados estarão, se brincar, com salário igual ao do bolsa-família. Aqueles que

despenderam suas vida no trabalho, luta, dedicação e deixaram, muitas vezes, de dar melhor condição para a sua família para contribuírem com a Previdência, ao chegarem ao momento de maior necessidade, a aposentadoria, não podem ter tranquilidade, pelo menos no lado financeiro, para enfrentar os problemas que se agravam com o avançar da idade. E a demonstração que V. Ex^a faz é exatamente da insensibilidade do Governo nesse sentido, porque usa a urgência urgentíssima da medida provisória, atropelando a nossa Carta Magna, fazendo com que esta Casa se curve, como está parecendo hoje, a uma cobrança. Como diz na minha terra, na Paraíba, trata-se de um “puxavanco” de orelha do Presidente da República com a sua base aliada, no sentido de atropelar a Constituição para aprovar aquilo que o Governo acha conveniente neste momento, sem o olhar do futuro. Por isso, V. Ex^a está de parabéns. Devemos debater e discutir a urgência urgentíssima dos verdadeiros temas e assuntos que merecem colaborar para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, primeiro, solicitando a V. Ex^a que faça uma avaliação do pedido do Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, se aprovarmos a matéria hoje, tenha certeza de que o Senador Mário Couto, mais uma vez, vai sair deste sessão decepcionado, porque a matéria é visivelmente, Sr. Presidente, visivelmente, inconstitucional.

Desço da tribuna também pedindo que V. Ex^a ainda hoje, sem o estar pressionando, com todo o respeito, responda-me como vão ficar os dois projetos dos aposentados que vieram para a Mesa no dia de hoje. Até que enfim, Sr. Presidente, até que enfim, graças a Nossa Senhora de Nazaré, meu eterno Governador Tasso Jereissati, graças a minha Santa Filomena, desengavetaram, Senador, desengavetaram hoje o projeto, até que enfim, graças ao nosso Presidente, desengavetaram os projetos dos aposentados e pensionistas. Estão na mão do Presidente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não tenho dúvida nenhuma.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou. Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – AM) – Senador Papaléo, peço que V. Ex^a colabore,

porque o tempo do Senador Mário Couto está esgotado.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Serei breve.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu lhe dou aparte e depois eu concluo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. Quero parabenizar V. Ex^a que realmente expõe à sociedade brasileira a usurpação que o Executivo faz no Legislativo, tirando nosso dever, nossa obrigação de votar. O Governo está legislando pelo Congresso Nacional, usando a ditadura do poder em cima do Congresso Nacional. Parablenizo V. Ex^a. Acerca das medidas provisórias, temos um grande exemplo que cabe muito bem com respeito aos aposentados. O Governo está tirando dinheiro dos aposentados para jogar nessa tal TV Pública, onde já conseguiu uma série de cabides de emprego. A tevê já está funcionando, o dinheiro público já está sendo gasto, e agora vamos ter de aprovar, de qualquer maneira, para não desmontarem essa criação do Governo? Eu não entendo por que ela foi criada. Será que não é um preparo para a continuar a imitação do presidente deles, o Hugo Chávez? Então temos de tomar muito cuidado com isso. Temos pelo menos de fazer a nossa parte como Oposição. Se o PT hoje, com a base aliada, quer atropelar a Constituição, atropele-a, esqueça seu passado, mas temos de viver o nosso presente, denunciando o fato à sociedade brasileira.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, peço a V. Ex^a que não conceda mais apartes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de ter a oportunidade de conceder um último aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. Faça um apelo ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – São apenas 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a terá oportunidade de falar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Só para parabenizar o Presidente. V. Ex^a me permite?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É um Senador do meu Estado, e eu não posso dizer não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço, Sr. Presidente. V. Ex^a cada vez mais dá provas da sua

independência e da forma correta como comanda os trabalhos, não se deixando levar pelos gritos da base do governo que quer ganhar a votação no grito. Aqui, no grito, não vai ganhar, não, porque o Senador Mário Couto grita mais que qualquer um, pelo conjunto de toda a Oposição. Ele vai para a tribuna e, se for para gritar, vamos gritar juntos. Senador Mário Couto, V. Ex^a falou da indignação de todos nós. O Presidente não vai deixar rasgar, mais uma vez, a Constituição brasileira, a nossa Carta Magna. A Constituição de 1988, que está fazendo vinte anos, tem de ser respeitada, e o Presidente é constitucionalista. Então, ele vai acompanhar exatamente o que diz a Carta Magna. V. Ex^a, Senador Mário Couto, trouxe aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, faço um apelo a V. Ex^a para encerrar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente. Não posso deixar de atender a um apelo de V. Ex^a, mas já concluo. Quero dizer ao Senador Mário Couto que V. Ex^a, da forma como dirige esta Casa, vai trazer para o plenário a PEC nº 58, dos aposentados, remetida pelo Senador Aloizio Mercadante, da CAE, sem o parecer do Líder Romero Jucá, que não disse se era contra ou a favor e encaminhou-a para o plenário. Então, queremos pedir a V. Ex^a que pautar a PEC nº 58, porque precisamos atender aos nossos aposentados. E V. Ex^a sabe que lá no Rio Grande do Norte há uma porção muito grande de seus eleitores que são aposentados ou recebem benefícios da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente. E estão necessitando que se discuta essa questão no plenário do Senado Federal. Parabéns pela forma como V. Ex^a conduz os trabalhos. V. Ex^a tem de nós todo o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Votarei em V. Ex^a novamente para Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero que V. Ex^a olhe para mim um instantinho só.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tenho total admiração por V. Ex^a e tenho absoluta certeza de que V. Ex^a vai continuar dirigindo este Senado como está dirigindo. Por favor, Sr. Presidente, não deixe este Senado se desmoralizar na tarde de hoje. A matéria é

inconstitucional. Responda a questão que o Senador Líder do meu Partido fez, responda que V. Ex^a vai ver que a matéria é inconstitucional.

Não deixe, Sr. Presidente, este Senado se desmoralizar na tarde de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou aguardar para falar depois do Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bastante objetivo na minha fala, primeiro para dizer que a juridicidade e a admissibilidade da medida provisória já foram votadas. Acho que não está mais em questionamento esse assunto, mas gostaria de esclarecer que o art. 241 da Constituição Federal fala de consórcio entre entes públicos, União, Estados, Municípios e Distrito Federal. E o PLV nº 1, de 2008, fala em consórcios empresariais. É muito diferente o conceito. Portanto, não se aplica o art. 241 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, falo com absoluta tranquilidade, todo mundo conhece as minhas posições.

Acompanhei um processo parecido na Petrobras, que é o objetivo desta medida provisória: o fortalecimento da Eletrobrás. A Eletrobrás patina há muito tempo, porque ela tem sido preterida nos investimentos na área de energia elétrica. Foi uma decisão de Governo até então seguida, ainda porque existia uma legislação que impedia a Eletrobrás de participar de projetos, especialmente na expansão do setor elétrico brasileiro. A única possibilidade era atuando como minoritária. E, muitas vezes, ela era impedida até por decisões de Governo.

A primeira questão que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, é o medo de essa medida provisória viabilizar a participação da Eletrobrás na privatização da Cesp. Isso não existe! Até há uma decisão: entre as empresas que se inscreveram para o leilão da Cesp, que será realizado no dia 26 de março, não consta nenhuma empresa estatal. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, a impressão que passa é que a Eletrobrás vai tomar conta de tudo. A Eletrobrás tem, naturalmente, um planejamento estratégico; a Eletrobrás vai investir naquilo que o portfólio indica como importante, que consolida a posição da empresa e que, mais do que nunca, traz retorno para seus acionistas. A Ele-

trobrás é uma empresa que tem acionistas privados; a Eletrobrás está na iminência de lançar ADRs nível 2 na Bolsa de Nova York.

Então, esse projeto vem a calhar; esse projeto é importante, porque ele valoriza a Eletrobrás, que tem um grande portfólio, grandes ativos na Eletrosul, na Chesf, na Eletronorte e em Furnas. As centrais nucleares também estão sob o comando da Eletrobrás, além de Itaipu e das termoeletricas a carvão, no Rio Grande do Sul.

Portanto, empresarialmente, essa é uma decisão correta.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A Eletrobrás terá, mais que nunca, um papel fundamental nas bolsas de valores, e vamos ter ações da Eletrobrás que correspondem ao valor intrínseco da companhia, que foi bastante desvalorizado, subestimado e depreciado, em função da inatividade da Eletrobrás.

Este projeto, mais do que nunca, vai fortalecer as ações da Eletrobrás, sem deixar de dar o espaço necessário aos investidores privados. A Eletrobrás não tem recursos para investir em todos os projetos de geração e de transmissão. A Eletrobrás vai colocar seus recursos nos projetos em que seus acionistas, seu Conselho e sua Diretoria entenderem como os mais razoáveis, ou naqueles que atendam aos objetivos empresariais da Eletrobrás.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Flexa Ribeiro, prefiro fazer toda a defesa dessa proposta. V. Ex^a sabe da admiração e do carinho que tenho por V. Ex^a, mas, infelizmente, não vou conceder apartes. Embora seja um debatedor, Sr. Presidente, democraticamente, não concederei apartes durante esta minha exposição.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a por não me conceder apartes, mas eu queria aprender com V. Ex^a, fazendo algumas perguntas importantes.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, Sr. Presidente, continuando a exposição, quero salientar uma questão de absoluta relevância, sobre a qual não ouvi menção, que é a integração energética. Como é que começou a Comunidade Econômica Européia? Pela integração energética, geração de energia na França, gás natural siberiano. A Comunidade Econômica Européia nasceu com a energia. Não vai ser diferente com o Mercosul na América do Sul. Há integração por meio das linhas de transmissão, por meio da geração de energia, do gás natural. Assim,

vamos consolidar um grande mercado e um grande bloco comercial com a participação dos principais países da América do Sul, especialmente os do Cone Sul. Como é que vamos fazer essa integração energética? Claramente: vamos fazer essa integração energética discutindo com os países vizinhos.

Portanto, a participação da Eletrobrás, principalmente em projetos fora do País, tem uma importância muito grande para o Brasil. Vamos ter condição de trocar energia entre sistemas, aproveitando a sazonalidade dos países vizinhos com as condições intrínsecas do setor energético brasileiro.

Portanto, acho que essa medida vem no momento correto. É uma medida importante. Como foi dito aqui, o desafio da energia é fundamental para o País crescer.

Enfrentei vários racionamentos, Sr. Presidente: na Região Nordeste, na Amazônia; enfrentei racionamentos que afetaram o Brasil inteiro. E o Governo, o País, todos nós temos de, mais do que nunca, não só incentivar os investimentos privados, mas ter participação efetiva, principalmente por meio da Eletrobrás – como a Petrobras também o faz –, em um setor que é crucial e estratégico para nosso crescimento, que é o setor de energia elétrica.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar muito clara minha posição, minha convicção: haverá espaço para a Eletrobrás voltar a ter um papel fundamental, um espaço para que ela se valorize, mas também um espaço para a iniciativa privada. Isso é incontestável, porque a Eletrobrás sozinha não vai ter os recursos necessários para fazer todos os investimentos e não vai se envolver em todos os investimentos.

Por último, a integração energética, que é absolutamente fundamental para o nosso País...

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – (...) para garantir a otimização dos sistemas interligados futuros.

Sr. Presidente, era isso o que eu gostaria de falar. Quero agradecer a oportunidade e...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permitiria um aparte, Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – (...) tenho absoluta convicção de que o Senado Federal está tomando uma medida...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me um aparte, nobre Senador Delcídio?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Senador...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – (...) está votando um projeto absolutamente coerente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Permite-me um aparte, Senador Delcídio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral, que usou apenas sete minutos dos dez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Uma questão de ordem, Presidente, com base no art. 180.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Temos três minutos. Gostaríamos de apartear-lo nesses três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com base no art. 180 do Regimento da Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele já desceu da tribuna, Senador!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ele volta; são três minutos!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, com base no art. 180 do Regimento Interno da Casa, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, para mais uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida. V. Ex^a mostra como gosta de mim, porque o povo do Amazonas sabe que não durmo. Estou presente, seja a defendê-lo, seja a cuidar dos interesses do meu Partido, Sr. Presidente, e do País, pelo meu ângulo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, art. 180. Posso estar enganado, mas consultei várias pessoas, e elas não ouviram V. Ex^a prorrogar a sessão.

Eu gostaria de resgatar as notas taquigráficas, porque o art. 180, do Regimento Interno, diz o seguinte: “Seção V – Da Prorrogação da Sessão...”

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente, mas tem consequência isso.

Art. 180. A prorrogação da sessão poderá ser concedida pelo Plenário, em votação simbólica, antes do término do tempo regimental:

I – por proposta do Presidente;

II – a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º A prorrogação será sempre por prazo fixo, que não poder ser restringido, salvo por falta de matéria a tratar ou de número para o prosseguimento da sessão.

§ 2º Se houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para consulta ao Plenário sobre a prorrogação.

§ 3º Não será permitido encaminhamento da votação do requerimento.

§ 4º Antes de terminada uma prorrogação, poderá ser requerida outra.

Sr. Presidente, isso vem complementar o espírito do art. 189.

Em outras palavras, no meu entendimento, Sr. Presidente, caiu a sessão. Vamos ser justos! Não foi feito o requerimento. Temos de cumprir com a formalidade neste momento, Sr. Presidente.

Esta é a questão de ordem que, imagino, será respondida positivamente por V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O processo está em votação!

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Caiu a sessão, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, mas, antes de concedê-la...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, atente para art. 178, porque só leram metade do Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Depois, vou para o art. 177, Sr. Presidente, para completar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, calma!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos ouvir o Presidente com o respeito que ele merece, Sr^{as} e Srs. Senadores. Esta é a mais alta Casa Legislativa do País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode considerar a palavra do Senador Arthur Virgílio, que pediu que a sessão, hoje, fosse até a madrugada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não deu a resposta que lhe pedi, no plano ético, com relação a seu comportamento. Fiquei decepcionado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou atendendo à exigência de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a silenciou e está-se portando como mais um governista qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a V. Ex^{as}...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou atendendo à exigência de V. Ex^a, respondendo o ponto certo que V. Ex^a pediu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não respondeu a interpelação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu tive de desligar os microfones. Não é possível!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A primeira vez...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é possível!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso é muito ruim.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço serenidade. Peço serenidade aos Senadores para que eu possa ler o art. 353, parágrafo único:

Art. 353.

Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

E o art. 179:

Estando em apreciação matéria constante do art. 336, I e II, a sessão só poderá ser encerrada quando ultimada a deliberação.

Portanto, a sessão não será encerrada, respondendo a questão de ordem do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Outra questão de ordem. Artigo nº 177, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Outra questão de ordem?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Outra questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Seção IV, do Término do Tempo da Sessão:

Art. 177. Esgotado o tempo da sessão ou ultimados a Ordem do Dia e os discursos posteriores a esta, o Presidente a encerrará.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Tem de acabar a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não vejo assim, Sr. Presidente, não vejo assim.

Sr. Presidente, eu só falo na minha vez. V. Ex^a me conhece pela disciplina. Só falo na minha vez. Estão tentando falar pela minha vez. Só falo na minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabênz V. Ex^a pela forma enérgica e justa com que conduz a sessão.

Sr. Presidente, tem gente catimbando. Está parecendo jogo do Uruguai, aqui.

Sr. Presidente, não havendo a prorrogação, considere-se – na verdade, este é o espírito da lei, este é espírito do Regimento – encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, a Presidência já decidiu e pede a V. Ex^a que receba com espírito democrático a decisão da Presidência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro. Então, Sr. Presidente, aceito, com o espírito que não pode me faltar, porque sempre defendi democracia neste País. Aceito por entender que de V. Ex^a não partiria nada que não se casasse com o bom senso e com o apego ao direito. Eventualmente, pode até cometer um erro, mas V. Ex^a não erraria por má-fé. E, por isso, aceito e me resguardo para os novos momentos de luta que estão a vir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino. V. Ex^a terá dez minutos, improrrogáveis, agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja V. Ex^a como é importante o debate, como é importante que se dê oportunidade às pessoas que se debruçam sobre os assuntos que estão em apreciação para que possam emitir opinião e para que, com a opinião ouvida, o voto possa ser de convicção.

Ouvi, com muita atenção, a palavra do Senador Delcídio Amaral, Senadora Kátia Abreu, que é um *expert*. Ele já foi Ministro das Minas e Energia, já foi diretor da Petrobras, e teceu comentários airosos com relação ao fortalecimento da Eletrobrás. É onde temos a nossa grande divergência e onde podemos cometer o grande equívoco desta noite.

Senador Geraldo Mesquita, só não houve apagão porque choveu. Não houve apagão por quê? Porque

não houve investimento do setor privado, principalmente na geração de energia elétrica. Por quê? Porque se privilegiaram, neste País, os investimentos públicos e desestimulou-se o investimento privado. O processo de privatização, neste País, está satanizado. O que aconteceu com o processo de privatização das concessionárias de distribuição de energia elétrica deste País?

Senadora Lúcia Vânia, fui Governador por duas vezes. Havia uma empresa, no meu Estado, chamada Cosern – havia e há. No meu tempo, ela era estatal, deficitária. Para fazer os ramais de eletrificação rural ou urbana, não tinha um real, um centavo para investir, de capital próprio. Era uma empresa estatal, como eram as distribuidoras de energia elétrica de Pernambuco, de Alagoas, da Bahia, do Maranhão, do Piauí. Todas elas deficitárias, quase todas elas deficitárias.

Houve o processo de privatização. Quando eu fazia investimentos, o fazia com o dinheiro do Estado, doado por convênio à Cosern. Fiz muita coisa investindo dinheiro do Estado na companhia elétrica. Depois que a companhia elétrica foi privatizada e foi vendida pelo então Governador Garibaldi Alves Filho – que fez um belo negócio e vendeu-a por US\$700 milhões, na época –, a empresa progressivamente se capitalizou e, hoje, é, senão a maior, uma das três maiores recolhedoras de impostos do Estado do Rio Grande do Norte. No meu tempo, não recolhia nada. E investe tudo que precisa investir. É uma empresa saudável, produto de quê? Da privatização.

Muito bem. Privatizou-se o setor de distribuição de energia elétrica. Agora, e a geração de energia elétrica, Senador Casagrande? Teve a mesma sorte? Não. A geração de energia elétrica, no Brasil, continua, em enorme medida, completamente estatizada. E o que é que se pretendeu fazer há três, quatro anos? A modernização do setor, abrindo a perspectiva para investimentos privados na geração de energia elétrica, com o elemento chamado marco regulatório. O que houve com o marco regulatório? Eu debati demais. Lembro-me demais da Ministra Dilma Rousseff, no gabinete do Senador Aloizio Mercadante, então Líder do Governo, numa reunião de Líderes – o Senador Arthur Virgílio estava lá e o Senador Sérgio Guerra creio que estivesse lá também –, quando debatemos e eu praticamente ameacei a Ministra de que levaria o meu pessoal todo a votar contra, a obstruir, a lutar para derrubar aquele marco regulatório, porque o que se propunha era o imenso prestígio do capital velho, da energia velha, em detrimento da energia nova. O que é energia velha? É a energia gerada pelas estatais: Furnas, Três Marias, Itaipu, Chesf. Em detrimento de quê? Da energia nova. Qual é a energia nova? É a energia, que está por vir, da iniciativa privada.

Privilegiaram-se as estatais Furnas e Itaipu. Com que objetivo? O de estatizar o setor ainda mais, possibilitando a empresas que tinham capital já amortizado, com uma tarifa boa, capitalizar, ganhar dinheiro e crescer. Em detrimento de quê? Da energia nova, à qual se deu uma tarifa pequena, pouco atrativa, que não gerou os investimentos que tinham de ser gerados, levando-me a dizer, no começo das minhas palavras: só não houve apagão porque choveu! Não houve apagão porque choveu!

Em jogo está um conceito. O que se está querendo votar? Entre outras coisas, a possibilidade de a Eletrobrás se associar em capital, majoritariamente, com outras empresas para, possivelmente, operar geração de energia elétrica. Competindo com quem? Com as afiliadas dela: com Furnas, Três Marias, Itaipu. É pôr a mãe competindo com o filho, e com o filho que não deu certo. E desestimulando quem? O filho que pode dar certo, que é o capital privado. Quanto mais exclusividade se der ao setor público, menos estímulo se dará à iniciativa privada.

O que se quer aqui, Senador Sérgio Guerra, é possibilitar o gigantismo do Estado, o gigantismo da Eletrobrás, com um detalhe: competindo com aqueles a quem já se deu a oportunidade privilegiada da tarifa da energia velha que não fez com que Furnas e Três Marias crescessem ao ponto de fazer o que eles queriam, ou seja, associar-se, em capital majoritário, com outros empreendimentos. Por que eles não deram certo? Agora, querem que a Eletrobrás, numa volta ao passado, dê certo. É por que querem o quê? Querem que o Brasil dê errado?

Em nome de um Brasil certo, voto “não” a essa Medida Provisória.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedem-me um aparte, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Ouço, com prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, V. Ex^a faz um discurso magnífico, abordando, com muita segurança, os defeitos técnicos da Medida Provisória. Isso vem somar-se à deformação da própria Medida Provisória, que admitiu – o que é tradicional, infelizmente – contrabandos para resolver questões outras que não aquelas do escopo essencial da própria Medida Provisória. V. Ex^a vem complementar o questionamento feito pelo Senador Tasso Jereissati, que será secundado pelo Senador Mão Santa, na sua intervenção nesta Casa, porque não acredito que alguém pense em interditar o debate na Casa – sinceramente, não penso assim, não acredito que alguém possa pensar isso. E chegará a vez de o Senador Mão Santa falar. V. Ex^a ouviu o questionamento do Senador Jereissati, o que já nos dá um pé para irmos à Justiça. E há mais: V. Ex^a ouviu, certamente, meu

modesto questionamento, em que argumentei, com base em dois artigos da Constituição, quanto à impossibilidade de se criarem os tais consórcios sem ser por projeto de lei. Ou seja, o desrespeito é total. O desrespeito do Governo ao Congresso é absurdo, é absoluto. Estou vendo, aqui, a notícia da Radiobrás. E a Radiobrás não tem pejo em publicar isto: “Café com o Presidente (10/03)”. Então, vem aquela conversa em que o apresentador faz aquelas bazófias todas, e o Presidente diz: “Luciano, quero crer que os Senadores e os Deputados têm responsabilidade com o Brasil tanto quanto eu. E não posso crer que apenas eu queira trabalhar e eles não”. O Presidente não despacha com seus Ministros, não tem o hábito de despachar com seus Ministros; não se interessa por questões técnicas; trabalha essencialmente o desgaste do Congresso Nacional, numa atitude pouco democrática; não busca parceria. Se, em relação a essa TV Pública, tivesse vontade de fazê-la como a TV francesa, teria usado a forma democrática do projeto de lei, mas não perde uma oportunidade sequer de dizer, primeiro, essa balela de que ele próprio é dedicado ao trabalho e de, segundo, o insulto de que o Congresso não o seria. Meus parabéns a V. Ex^a pelo belíssimo pronunciamento que faz, complementando todas as questões aqui levantadas, que mostram por que essa Medida Provisória não deve nem ser apreciada, quanto mais ser aprovada.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, nobre Senador?

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Peço-lhe um aparte, nobre Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, ouço o Senador Marconi Perillo, o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Flexa Ribeiro, se der tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Marconi Perillo, peço-lhe um minuto só.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Agripino, tenho absoluta convicção de que nosso Presidente, democrático como é, do Estado de V. Ex^a, permitirá que o debate flua. V. Ex^a deveria responder ao Senador Arthur Virgílio. Depois, eu gostaria de apartear-lo; em seguida, o Senador Tasso Jereissati o faria, bem como o Senador Flexa Ribeiro. Conhecendo o espírito democrático do Senador Garibaldi, estou convencido de que S. Ex^a permitirá, Senador José Agripino, nosso Líder...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Meu espírito é democrático, mas o espírito do Regimento não o é nesse aspecto. O Regimento não o permite.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Mas V. Ex^a pode fazer como fazia o Senador Renan, então Presidente; o Senador José Sarney; o Senador Antonio Carlos. Um tema tão importante como esse precisa ser debatido à exaustão, Sr. Presidente. Não se nega a palavra a um Senador da República, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço ao Senador José Agripino que conclua o pronunciamento.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – São apartes necessários, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Lamento muito não poder ouvi-los. Tenho a certeza absoluta de que as idéias que o Senador Marconi Perillo, o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Flexa Ribeiro iriam aduzir ao meu modesto pronunciamento enriqueceriam muito o debate. Lamento não ter essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também lamento, mas o Regimento não permite isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, não vou dialogar com a Mesa, até porque minhas relações políticas e pessoais com V. Ex^a são muito estreitas. Então, acolhendo a recomendação do Regimento e de V. Ex^a, vou concluir, dizendo que cada Senador, na hora em que for votar, Senador Marconi Perillo, tem de avaliar se está votando contra o futuro do Brasil ou se está votando a favor do futuro do Brasil.

Aqui, podemos cometer o segundo erro. Quando votamos um marco regulatório defeituoso lá atrás, pretendemos fortalecer as estatais, não conseguimos e desestimulamos as empresas privadas a virem a investir, produzindo a iminência de um novo apagão se hoje não chovesse.

Se votarmos “não” a essa Medida Provisória, estaremos dizendo “não” ao gigantismo do Estado, que deu errado. Na prática, deu errado. Dá errado aqui, dá errado no mundo inteiro. Estaremos abrindo, como demos no caso da CPMF, um aviso ao Brasil e ao mundo de que aqui se quer prestigiar a iniciativa privada e a competência, mas se dando a oportunidade real, não estimulando a exclusividade do setor público, fortalecendo a Eletrobrás, para que esta estabeleça uma competição com seus afiliados que não deram certo.

É erro em cima de erro. E, para não errar duas vezes, vou votar contra essa Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está sobre a

mesa um requerimento que invoca o art. 275 do Regimento Interno, que pede a suspensão, o encerramento da discussão quando já tiverem falado três oradores a favor e três contra. Assim sendo, já houve mais de três oradores contra e três a favor. Portanto, solicito a V. Ex^a que possamos votar meu requerimento, para irmos diretamente à votação da matéria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, estou inscrito há bastante tempo. Aqui, em meu lugar, discretamente, estou esperando a chance de falar. Entendo que a tentativa de cercear nossa palavra pelo Líder Romero Jucá não faz jus à sua tradicional vida democrática.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – À vida de S. Ex^a, não é?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – À vida de S. Ex^a, é claro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para ser bem prático, a depender do resultado que, suponho, no levantar de braço, seja favorável à proposta do Líder Romero Jucá, o Senador José Agripino, eu próprio, o Senador Cícero Lucena, o Senador Marconi Perillo, somente nós levantaremos a mão na hora em que pedirmos a verificação de quórum, para conferirmos se há sustentação da Casa para o requerimento.

Eu não faria isso sem antes avisar, Sr. Presidente, com muita serenidade, que estamos trocando de patamar no relacionamento político desta Casa. Vai acontecer o que nunca aconteceu nesta Casa, já amanhã. Amanhã, o PSDB pedirá vista de matéria que trata de embaixadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; o PSDB pedirá vista da tramitação de autoridades na Comissão de Infra-Estrutura; o PSDB pedirá vista de todas as matérias, quaisquer que sejam elas, em todas as Comissões técnicas. Já estou pedindo à minha assessoria que se organize para fazer esse papel, porque não compactuaremos com o fato de, em plena democracia, fazer-se uma violência desse porte aqui. É uma coisa impressionante! Rui Barbosa está olhando, ali atrás. Está atrás de V. Ex^a. Se V. Ex^a olhar para trás, verá que ele está ali atrás. Rui Barbosa está olhando. É algo grave, tratando-se do Senado. É algo que tem de ter conseqüências, que terá conseqüências.

Portanto, V. Ex^a, ainda há pouco, interpretou mal, e eu lhe expliquei muito bem: não há nada de ameaça a quem quer que seja; é um direito. Não é um direito pedir vista de um processo? É. É vexatório? É. É vexatório o

embaixador fulano de tal ter sua indicação retardada. O que o país lá pensará? Vai pensar mal, com certeza. Temos a dizer que, depois do acordo que fizemos, por parte do Senado, sem poder falar pela Câmara, evidentemente, não temos mais compromisso com a votação do Orçamento amanhã. Iremos enfrentar as forças do Governo no Orçamento, cumprindo a parte que nos cabe, de acordo com o que a nossa consciência aponte.

Se é essa a decisão, nós, simplesmente, vamos tentar mostrar para o Governo, na prática do dia seguinte, que o Governo terá obtido, quem sabe – hoje, não sei; a noite é uma criança para mim –, ao fim da jornada, uma Vitória de Pirro. A Vitória de Pirro é aquela em que o rei, de repente, percebe que a vitória lhe custa tanto – tanto sangue, tanto prejuízo, tantos homens, tantas riquezas –, que não vale a pena aquela vitória ser obtida.

Nós estamos aqui, portanto, muito claros, em posições que são, neste momento, muito claramente antagônicas, muito claras para todos nós. E vamos, então, para a regra do jogo, tal como o Governo a propõe, sabendo que não vai adiantar tentar mudar o jogo depois. Está previsto que todos nós aqui teremos vida muito longa. Todos nós temos, uns um mandato longuíssimo, e outros um mandato ainda bastante longo pela frente. Aqueles que, como eu, como o Senador Aloizio e tantos outros nos elegemos em 2002 temos muita convivência pela frente. Tenho certeza, tanto quanto estou vivo neste momento, de que este fato é premido pelos puxões de orelha do Presidente Lula, que de parlamento entende muito pouco, até porque não foi um Deputado operoso como constituinte. O Presidente Lula depois vai perceber que não andou bem, não andou bem a ordem que deu, e não terá sido boa a vitória colhida, se é que vai colher alguma vitória.

Lembro que temos o Presidente falando em corte de gastos e temos aí uma TV estatal, não é TV pública coisa nenhuma, que vai consumir mais de R\$1 bilhão por ano. A gente percebe qual o padrão do Governo quando se fala de austeridade em gastos. Sei quanto custa cada TV Cultura dessas, e sei quanto será isso aí multiplicado por 27 Estados, enfim. Mas, de qualquer maneira, é uma opção que se fez. Só espero que aceitem a opção que nós próprios estamos fazendo em relação ao Orçamento, em relação ao funcionamento da Casa, seja no plenário, seja nas comissões. A partir de amanhã, nossa presença já será sentida, e eu lamento, até porque meu desejo era ver V. Ex^a ter a mais fluida das administrações. V. Ex^a merece isso. Mas, infelizmente, a democracia merece atitudes e rasgos acima de V. Ex^a e de mim, para que não permitamos que o Senado vire uma Casa de “senta, levanta”, para que não permitamos que o Senado vire uma Casa do “sim, senhor”, para que não permitamos que o Senado

vire uma Casa agachada, para que não permitamos que o Senado vire uma Casa homologatória do que quer que venha do Palácio do Planalto.

Vamos procurar, com todas as nossas forças psicológicas, políticas, morais, evidenciar qual é o ponto de vista correto. E o futuro dirá. Já dizia um colega nosso, Senador por Alagoas – e tenho que repetir essa filosofia –, que o tempo é senhor da razão. Vamos ver a quem ele conferirá razão, ao fim e ao cabo. Estamos prontos para a luta, e vamos com ela até o final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito, é sobre a matéria?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre a palavra de V. Ex^a, sobre o que V. Ex^a afirmou, e que para mim é da maior importância.

V. Ex^a, há poucos minutos, numa tentativa de negar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, alegou o Regimento. E é baseado no que V. Ex^a disse, Sr. Presidente, que quero fazer um apelo a V. Ex^a perante todo este plenário. É chegada a hora de uma revisão urgente no Regimento desta Casa. Estamos vivendo num mundo globalizado, estamos vivendo uma outra época, e este Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a já foi atendido...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu queria apenas justificar o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque existe uma comissão, já designada pela Mesa, para fazer uma revisão no Regimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Há quanto tempo, Sr. Presidente? A minha questão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há pouquíssimos dias, mas já foi publicado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, a questão é que estamos com um Regimento que veio do Rio de Janeiro, com a mudança para Brasília. Nós não podemos... E hoje aqui está um exemplo. V. Ex^a, democrata como é, sei o quanto lhe é constrangedor muitas vezes se ver obrigado a impedir que se debata, de maneira livre, temas importantes para o País como este, exatamente por estar preso a questões regimentais.

Sr. Presidente, o apelo que faço a V. Ex^a é no sentido de que sua passagem pela Presidência desta Casa seja marcada por transformações e por mudan-

ças, que têm que começar exatamente pela mudança do Regimento. V. Ex^a criou a comissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas essa comissão, Sr. Presidente, tem que ter rapidez, tem que ter urgência. Estamos aqui, muitas vezes, sendo vítimas de filigranas regimentais para não poder exercer o papel de opositor, para não poder exercer nem expressar nossas convicções.

O poder é transitório, Sr. Presidente. Hoje, está na mão do Partido dos Trabalhadores; amanhã, poderá estar na mão de outro partido. Temos que ter um Regimento que não sirva a esses caprichos que possibilitam esses empenhamentos por firulas regimentais. Temos que fazer um Regimento para o Senado, temos que fazer um Regimento para o Brasil. E tenho certeza de que a administração de V. Ex^a marcará essa mudança nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 275 do Regimento Interno, o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1/2008.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, estou inscrito há mais de cinco horas, e não vai ser o Senador Romero Jucá, por mais inteligente que seja, que vai nos fazer calar.

Ele já foi da oposição, já foi do Governo, e sabe que o melhor é respeitar a democracia. Não é uma boa atitude essa de querer calar os companheiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, V. Ex^a não irá concordar com isso. Estou inscrito e há mais de duas horas aguardando para falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadores...

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria que os Senadores de oposição me escutassem com muita atenção. Neste Senado, já fui líder do governo Fernando Henrique, sou Líder do Governo do Presidente Lula. Tenho agido aqui com toda responsabilidade, toda distinção, toda compreensão, e não há neste plenário – pode haver igual – ninguém que tenha procurado mais o entendimento e a construção coletiva do que eu. Posso falar isso com muita tranquilidade. Muitas vezes, aqui, nós deixamos de votar matérias em entendimento com a oposição, mesmo o Governo sendo maioria, para construir o clima de construção futura, entendendo a circunstância do papel da oposição. Muitas vezes. Em algumas delas, ouvindo desaforo, mas relegando, em nome do entendimento e do papel da construção política.

Pois bem, quantas vezes nós fizemos acordo aqui neste plenário? Agora, sempre preservando a responsabilidade e o papel de cada lado.

O que está ocorrendo hoje aqui? Está ocorrendo uma inversão de papéis. Desculpem-me. Se alguém está radicalizando, se alguém está fazendo chicana, se alguém está catimbando, não é a base do Governo. A base do Governo quer votar.

Aqui, nós já discutimos o modelo de saia de uma jornalista, da semana passada, já discutimos a invasão de um apartamento por decisão judicial, já discutimos de tudo, e não nos centramos no tema definitivo, que não é essa matéria. Vamos ser sinceros. O Governo quer votar a TV Pública e a oposição quer atrapalhar e não votar a TV Pública. Esse é o cerne da questão.

E eu quero dizer, com muita tranquilidade: da mesma forma, da mesma forma...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É a prática da lei. É o não atropelamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Da mesma forma que agi, continuarei agindo, dentro do Regimento. Se a oposição está utilizando o Regimento para obstaculizar a votação, eu tenho a responsabilidade de usar o mesmo Regimento para trazer a votação da matéria, porque eu não teria responsabilidade se deixasse cair essa matéria da TV Pública por decurso de prazo. Não deixarei isso acontecer, pelo menos no que estiver no meu alcance. Não vão ganhar, para mim, no grito. Desculpem-me, não vão, não vão.

Nós queremos votar. Na quinta-feira, nós fizemos um entendimento. Nós deixamos cair a medida provisória de suplementação, dentro de um entendimento para votarmos hoje as duas medidas provisórias antes da TV

Pública, e isso não ocorreu. Isso não ocorreu. Estamos aqui, ainda, a uma hora desta, com os Senadores se sacrificando, como o Senador Eptácio Cafeteira, que veio do hospital na responsabilidade de votar essa matéria, e, em vez de discutir e ir para o voto, ficam fazendo manobra para atrapalhar a votação. É legítimo? É legítimo. Está no Regimento? Está no Regimento. Agora, desculpem-me, se usam o Regimento para postergar a votação, eu usarei o Regimento para buscar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu estou inscrito, há duas horas. Agora, há mais de duas horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A palavra está comigo, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Agora, eu preciso falar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Este é o papel que tenho de fazer. A Oposição não dobrará a base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a companhia.*) – Srs. Senadores, deixem o orador concluir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RN) – A base do Governo, que é Maioria, quer votar. Se a Oposição disser, aqui e agora, que faz um entendimento para votar esta matéria, antes de ela cair por decurso de prazo, fazemos um entendimento. Está posta a mão, aqui estendida. Se quiserem fazer, construímos um entendimento. Agora, não vamos nos curvar e deixar a matéria cair. Não vamos fazer isso, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com todo o respeito que a Oposição merece, não é nossa intenção passar por cima de ninguém. Agora, não é nossa intenção também baixar a cabeça e deixar que a minoria diga o que se vota e o que não se vota aqui neste Senado. Isto aqui é o Senado da República! Não é a favela “Portelinha”, em que o Juvenal Antena manda e desmanda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É o que parece. Às vezes, parece.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Que ótima analogia!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Às vezes parece.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Aqui não há Juvenal Antena. Aqui tem Senadores iguais, que vão votar pelo Regimento – a Maioria – na forma como a Maioria quiser votar.

Essa é a minha posição, e eu a defendo agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu estou inscrito há mais de duas horas, Sr. Presidente, e não consigo falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, com a palavra o Senador Tasso Jereissati. Advirto que, no encaminhamento da votação do requerimento, só falará um Senador por bloco partidário. Parágrafo único do art. 308: um representante de cada partido ou de bloco partidário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. O Senador Romero Jucá fez uma série de ponderações...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... nas quais prejudica companheiros. Ele não tem a menor autoridade, para dizer que ninguém vai catimbar coisa alguma, até porque não sabe que alguns não iam falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Qual é a autoridade que o Senador Romero tem para dizer que vou catimbar ou qualquer outro Senador? Que conversa é essa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para o bom andamento dos trabalhos desta Casa. Pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadores...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Nós não temos essa prática.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não me negue o direito de contraditar o Senador Romero Jucá.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não quero catimbar: quero criticar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele vai encaminhar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, dois minutos para que eu diga algumas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a falará oportunamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não posso aceitar o apelo. Pela ordem, tenho que colocar...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Exerça a sua autoridade, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... para que reponhamos em ordem o andamento da Casa, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Após a palavra do Senador Tasso Jereissati...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu peço antes do Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... que vai encaminhar pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, peço antes do Senador Tasso Jereissati, porque vou falar de uma questão política muito clara.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O Senador Arthur Virgílio quer conduzir os trabalhos do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é possível, Senador...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V. Ex^a: não negue a palavra ao Líder de um Partido, com assento nesta Casa.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O Senador Arthur Virgílio quer conduzir os trabalhos desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Arthur Virgílio, peço a V. Ex^a que colabore.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não negue a palavra ao Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há um orador do PSDB na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele concede que eu fale antes dele, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peça um aparte a ele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a ditadura se recusava a caçar Líderes. A exceção foi Alencar Furtado. A ditadura se recusava a caçar Líderes. Eu peço a palavra como Líder do PSDB, Sr. Presidente, por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu peço ao Senador Tasso Jereissati que, dentro do seu tempo, conceda um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já começo apartando o Senador Tasso Jereissati.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu faço o maior empenho que o Senador Arthur Virgílio fale, mas por que vai falar o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou abrir uma exceção, porque, inclusive, não cabe aparte em encaminhamento. Mas eu estou profundamente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já pedi o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... decepcionado e constrangido...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... com o comportamento de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu também, Sr. Presidente.

Senador Tasso Jereissati, peço a V. Ex^a aparte e, já que está tudo errado, vou falar em pé – eu deveria falar sentado.

Sr. Presidente, não foi feliz o Senador Romero Jucá. Não dá para considerar de somenos importância a invasão da residência de uma senhora por força policial de um partido adversário do marido dela, falecido. Não dá para se considerar de somenos importância.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ordem judicial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ordem judicial, conferida por uma senhora casada com um Deputado do partido do Governador.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O PT não tem polícia, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Senador Tasso Jereissati, não dá para considerar de somenos importância o direito de uma jornalista exercer o seu trabalho. E não quero aqui trazer a conversa para esse nível de Juvenal não sei de quê. Eu não quero isso. Quero dizer apenas que é profundamente grave o que se está perpetrando neste momento; é profundamente grave. O Senado está indo para um outro patamar. Isso não será bom para os trabalhos da Casa; isso não será bom, Sr. Presidente, para a Presidência de V. Ex^a; isso não será bom para o aproveitamento das bancadas.

A nossa decisão já foi tomada.

Nós temos absoluta convicção de que tudo que estão querendo – disse o Líder que tudo que quereríamos seria não aprovar a TV Pública, que não é pública, é estatal. E eu diria: tudo que querem é aprovar esse sorvedouro de dinheiro novo, que cria um imposto, inclusive, achando que isso é tão importante, a ponto de passarem por cima do que aqui falamos a respeito da Sr^a Arlete, do direito da jornalista. Em outras palavras, vou ouvir seu discurso, Senador Tasso Jereissati – muito bem representado está o nosso Partido –, sabendo que V. Ex^a saberá fazer o protesto indignado de quem não vai permitir – como não vamos permitir – que força nenhuma externa venha colocar de joelhos o Senado da República, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Eu vou ficar sem falar? Não vou, não. Não vou, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de dizer que o discurso do Senador Romero Jucá foi um dos mais lamentáveis que já ouvi aqui nesta Casa, a começar pelo momento em que acusou de catimbar esta sessão aqueles Senadores que fizeram um protesto pelo que aconteceu com a viúva do nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães.

É lastimável essa declaração do Líder do Governo, o eterno Líder do Governo, Romero Jucá, que, em nome da Maioria, também qualificou qualquer tentativa de que fizéssemos valer a verdade e a legalidade das propostas aqui apresentadas como uma indevida atitude de catimba por parte da Minoria.

E não vou aqui hoje dizer, Senador Romero Jucá, como essa Maioria é construída. Não vou dizer como essa Maioria é construída, porque, infelizmente, o Brasil todo sabe – está nos jornais todos os dias – como essa Maioria é construída.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa MP explica como essa Maioria é construída.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Essa MP explica como essa Maioria é construída. Há muita coisa que explica como essa Maioria é construída. O Orçamento explica como essa Maioria é construída; o empenho do Governo em votar o tal do Anexo I – ilegal, ilegal e corrupto – explica como essa Maioria é construída.

Vamos entrar num debate fundo sobre este assunto, de agora em diante: como essa Maioria é construída, comandada aqui por essas Lideranças que são eternamente do Governo!

Segundo ponto: é triste, Senador Delcídio Amaral, que eu tenha vindo fazer aqui um discurso – e agora o próprio Senador Romero Jucá –, para discutir nesta Casa, Presidente Garibaldi, um modelo energético brasileiro. Aqui foi dito por eles, não por mim. O Senador Delcídio Amaral disse aqui, com todas as letras, como um profundo e maior conhecedor de energia desse Partido: “Estamos discutindo aqui o modelo energético brasileiro. Não estamos discutindo apenas uma pequena questão ou outra: estamos discutindo a integração da América Latina via integração de energia.

E isso tudo, Senador Delcídio – que tristeza! –, por medida provisória. Nós estamos discutindo o modelo energético brasileiro, numa noite, por medida provisória! A que ponto, Senador Garibaldi, chegou este Senado Federal! A que ponto de humilhação o Poder Executivo está nos levando: ver que homens de valor, como Delcídio e outros aqui, aceitam discutir o modelo energético brasileiro, que influi na integração energética da América do Sul, por medida provisória!

Isso é uma humilhação!

É um dos dias mais tristes que já vivi nesta Casa. E, atrás disso, ainda vamos discutir a criação de uma medida... Isso tudo – vejam bem! – serve para ter uma tevê estatal na frente. Estamos ultrapassando, pulando o limite de discutir nesta Casa o que há de mais importante em termos de infra-estrutura, que é o modelo energético, reestatizando – não vou entrar no mérito –, reconstruindo, fazendo com que a Eletrobrás se torne uma Petrobras da energia elétrica, sem ter de lançar licitações, por exemplo, tendo condições de fazer obras ou compras no exterior sem licitação e sem a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). E isso está sendo feito por meio de medida provisória, em quinze minutos!

Ninguém, aqui – a não ser V. Ex^a, que entende do assunto –, está sabendo que hoje se está discutindo isso. Duvido que alguém aqui esteja sabendo que estamos fazendo alterações como essas por meio dessa medida irresponsável, por medida provisória.

Senador Garibaldi, Senador-Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho muita pena de ver determina-

dos Senadores de valor humilhados, cabisbaixos, de quatro mesmo – de quatro, Senador Suplicy! –, diante dessa humilhação que o Executivo está impondo a esta Casa. É uma humilhação que não podemos aceitar. E muito menos vamos aceitar que líderes profissionais venham dizer que não podemos falar por que isso se torna uma catimba. Não vamos aceitar isso!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento. Fui citada pelo Líder Romero Jucá e gostaria de ter essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a foi citada?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Fui citada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O nome de V. Ex^a foi citado?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Foi citado, Sr. Presidente, na matéria que discutimos anteriormente com relação à jornalista Adriana, do jornal *O Globo*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, tenho de acreditar em V. Ex^a, principalmente porque comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria que as mulheres pudessem ser homenageadas todos os dias por V. Ex^a, assim como na noite de hoje.

Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, dois Senadores ocupam a tribuna?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, quero apenas dizer ao Líder que, há pouco, mencionou a matéria que discutimos que não venha menosprezar as discussões dos Senadores desta Casa quando não tratam de matérias de interesse do Governo. S. Ex^a tem suas prioridades, suas prerrogativas, suas obrigações, mas não pode impor a nós, Senadores da Oposição, o que quer que façamos.

Mencionei o episódio das jornalistas que foram barreadas na entrada desta Casa, porque esse é um assunto importante, sim. Não é S. Ex^a nem outro Senador desta Casa que vai medir minhas palavras e a importância do que aqui eu possa dizer, a não ser o povo do meu Estado, que me elegeram para estar aqui no dia de hoje.

O Senador Romero Jucá disse que não queremos a aprovação da TV Pública. Não queremos mesmo! Está aqui um exemplo claro do que o Presidente da República tem na mão hoje: a Radiobrás. No programa “Café com o Presidente” de ontem, tive o desprazer, o dissabor de ouvir o Presidente chamando a atenção do Congresso Nacional.

Disse o jornalista Jânio de Freitas: “Lula ontem meteu o nariz nas coisas do Legislativo”. É expressão usada por ele próprio. Com a TV Pública, vai fazer o que está fazendo com a Radiobrás, vai usá-la para chamar a atenção de Senadores e Deputados por não votarmos o Orçamento.

O Presidente responde ao locutor: “Quero crer que os Senadores e os Deputados têm responsabilidade com o Brasil tanto quanto eu. Não posso crer que apenas eu queira trabalhar e eles não, que apenas eu queira fazer as obras e eles não. É de interesse de todo mundo”.

O Presidente vai usá-la, sim, Sr. Presidente, assim como usa a Radiobrás contra a Oposição. Nem parece que esteve na oposição durante vinte anos, pois não respeita a Oposição nesta Casa, não respeita a posição da Minoria.

Quero aqui deixar meu protesto com relação a essa participação terrível, mesquinha. O Presidente usa o Brasil, usa os pobres do Brasil e usa a Radiobrás em seu favor, à sua maneira, numa atitude populista e demagógica.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o art. 14, X, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos encaminhando o requerimento do Senador Romero Jucá. V. Ex^a já leu a regra e o que estabelece o Regimento Interno da Casa: é um Senador por partido ou, quando houver bloco, um Senador por bloco. Já houve os pronunciamentos dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, e meu amigo Senador Sérgio Guerra está na tribuna do Senado Federal.

Então, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, como seu apoiador e eleitor, devo dizer-lhe: se V. Ex^a não passar a seguir o Regimento, não teremos como organizar o trabalho da Casa. V. Ex^a precisa respeitar o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a precisa

entender que não vou aqui receber ameaça, seja do Governo, seja da Oposição. Não estou aqui para ser ameaçado, para ser pressionado; estou aqui para cumprir este Regimento, porque ele é nossa bíblia. Não há possibilidade, a esta altura, de adotarmos outra forma de organizar os nossos trabalhos que não seja nos valendo deste Regimento.

Então, faria um apelo ao Senador Sérgio Guerra no sentido de que, pela ordem, falasse durante três minutos, numa liberalidade em homenagem à figura de S. Ex^a, que ainda não teve oportunidade de falar hoje. Depois, vou submeter o requerimento à votação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está decidido! Não admito diálogo. Ninguém pode dialogar com a Presidência. Está decidido!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, vou falar pelo Bloco da Minoria, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está decidido!

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, falei pelo art. 14 do Regimento. Agora, quero falar pelo meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está decidido. Senadora Kátia Abreu, faço um apelo a V. Ex^a. No Dia Internacional da Mulher...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Não falei pelo Partido, Sr. Presidente; falei pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Ex^a já concluiu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Não, Sr. Presidente. Eu apenas me defendi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O tempo está esgotado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 23, II, do Regimento Interno estabelece que constituirá desacato ao Senado: “II – agressão, por atos ou palavras, praticada por Senador contra a Mesa ou contra outro Senador nas dependências da Casa”. O Art. 24 determina: “Em caso de desacato ao Senado, proceder-se-á de acordo com as seguintes normas: I – o Segundo-Secretário, por determinação da Presidência, lavrará relatório pormenorizado do ocorrido;...”.

Sr. Presidente, a questão de ordem é para requerer a V. Ex^a providências em conformidade com o art. 24, inciso I, diante do que foi dito pelo Senador do PSDB, ex-Presidente Nacional do PSDB, quando afirmou textualmente, referindo-se a toda a Base do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Almeida Lima, conclua sua questão de ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a adoção das providências determinadas pelo inciso I do art. 24 do Regimento Interno, por entender ter ocorrido desacato, desrespeito ao Senado, agressão a Senadores da Base do Governo.

Sou da Base do Governo, sou do PMDB, e aqui não me encontro agachado diante do Governo.

Isso é uma agressão e um desacato, sobretudo a informação de que sabe como o Governo constrói a maioria nesta Casa.

Se os demais aceitam é problema dos demais. Não aceito, porque não sou vendido, não sou comprado pelo Governo. Eu me respeito, tenho dignidade e aqui não me encontro agachado.

Portanto, a questão de ordem: em decorrência do descumprimento do art. 23, peço a V. Ex^a que tome as providências do inciso I do art. 24 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As providências serão adotadas oportunamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

Sr. Presidente, quero uma questão de ordem, por favor.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, se é questão de ordem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Olha, eu fui acusado aqui formalmente, de uma maneira...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^as vão me obrigar a suspender a sessão...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não, temos que respeitar o Regimento, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A base não permite, não aceita.

Suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 21 horas e 21 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra...

Senadores! Senadores!

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, não, não, Presidente. O Senador Tasso Jereissati foi citado, Sr. Presidente. Ele tem o direito de falar pelo art. 14. Ele foi citado, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Será dada oportunamente a palavra a ele.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, Sr. Presidente. Ele tem direito regimental, ele tem o direito de falar, ele foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Vai ser dada oportunamente!

Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, Presidente. V. Ex^a está equivocado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Vai ser dada, sim!

Fala, Senador Sérgio Guerra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Fala, Sérgio. Deixa ele falar primeiro, ele tem direito regimental.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma consulta, mas, primeiro, é fundamental que retomemos o mínimo de tranquilidade. O Senador Romero Jucá fez aqui um discurso, eu diria, desequilibrado, vários tons além daqueles que S. Ex^a normalmente percorre, que produziu a reação que está aí. Segundo, o Senador Tasso Jereissati foi questionado de maneira bastante contundente por um Senador de Sergipe. Gostaria de perguntar ao Presidente, com todo respeito e solidariedade – devemos ser solidários a S. Ex^a –, se o Senador Tasso Jereissati

terá a palavra a seguir para responder às considerações feitas sobre S. Ex^a pelo Senador de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não concedi a palavra ao Senador Tasso Jereissati porque V. Ex^a está na tribuna.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Tudo bem. Estou apenas consultando V. Ex^a com a maior tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Querem que V. Ex^a desça da tribuna, mas eu não quero.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não. Ninguém quer que eu desça da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, fala V. Ex^a.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então, Presidente, queria dizer o seguinte...

Sr. Presidente, queria pedir aos companheiros um pouco de atenção.

Não há nada mais natural do que um procedimento no qual o Governo deseja votar uma matéria e a oposição deseja discutir essa matéria. O fato de essa discussão tomar tempo, ganhar tempo faz todo sentido parlamentar. Não inauguramos isso hoje. Isso acontece muitas e muitas vezes em todos os parlamentos.

Além dos que já falaram hoje, três ou quatro, não mais do que isso, estavam inscritos para falar.

O Senador Romero Jucá fez uma intervenção desproporcional. Eu não queria estabelecer nenhum tipo de confrontação com o Senador Romero. S. Ex^a tem todo o direito de defender o Governo – é uma tarefa que tem que cumprir –, mas S. Ex^a tem que entender que é neste Congresso, é neste Senado que S. Ex^a vive...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele não tem o direito de cassar a minha palavra, não! Isso ele não tem direito, não!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... e que aqui é muito mais importante a convivência e o respeito pela opinião e pela atitude dos outros...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há um orador na tribuna!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... do que qualquer necessidade compulsiva de resolver, em 30 ou 40 minutos, uma votação que interessa ao Governo.

O nosso problema aqui no Congresso não é, de forma nenhuma, do Congresso; o nosso problema no Congresso é a submissão do Congresso ao autoritarismo permanente do Governo Federal. O nosso

problema no Congresso é a produção em massa de medidas provisórias.

Não faz dois dias, o Governo foi anunciar que ia mandar dezenas ou centenas de medidas provisórias para o Congresso. O Governo que afirma isso não tem respeito pelo Congresso nem pelos parlamentares, no plural. Tem que haver indignação, tem que haver afirmação do Congresso. E, para que haja a afirmação do Congresso, Senador Romero Jucá, mais importante do que cumprir a tarefa do rei é ter alto, elevado e compreensivo espírito democrático, respeitar a opinião dos outros e ouvi-los, mesmo que a sua palavra prejudique objetivos que o senhor tenha traçado para a sua Liderança de Governo.

Tem que ouvir, sempre foi assim. Por que não fez assim agora? Terá sido porque o Presidente estava irritado esses dias? Terá sido porque o Presidente fez gestos agressivos com o Congresso há poucos minutos: “Eu trabalho e os outros não!”?

Não dá para continuar desse jeito! São duas matérias que estão em discussão. A primeira, é evidente que essa matéria não poderia vir aqui por medida provisória, muito menos a da TV Pública. Qualquer pessoa de bom senso sabe disso. No entanto, argumentos são levantados a cada instante para dar substância a uma atitude que é esta: de desrespeito aos direitos do Congresso e à democracia no geral. Temos que reconhecer à democracia esses direitos, oposição e Governo, e não ficar nessa defesa ensandecida do que não merece verdadeiramente defesa.

O Senador Romero sempre teve a minha compreensão, por exemplo, mesmo em momentos difíceis para a sua vida pública. Fui daqueles que se levantou aqui para dizer que ele estava sendo injustiçado por acusações feitas a ele. Era da oposição, sou da oposição e vou continuar nela. Mas tive a coragem de afirmar isso. O Senador Romero não deve fazer o que fez agora: mandar um requerimento apressado para inibir que companheiros seus, que sempre conviveram de forma democrática, pudessem expressar aqui as suas palavras.

Se V. Ex^a mantém esse requerimento, provoca um confronto e um enrijecimento nas relações que nos coordenam, de forma a levar todo este plenário a um processo de radicalização.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a para concluir.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – TV Pública e todas essas medidas são polêmicas, precisam ser discutidas à exaustão.

E ninguém deve ser cassado por isso, até porque nós Senadores não trabalhamos assim demais. Então quero pedir ao Senador Romero Jucá que não mantenha esse requerimento, que mantenha a dis-

cussão, porque ela é da democracia e é muito cedo ainda para terminar o debate hoje aqui. Vamos levá-lo adiante, que no final vença a maioria, mas que ela tenha trabalho para isso também, porque assim que tem de ser a luta democrática.

Além do mais, Sr. Presidente, reconheço toda as suas intenções. Sei que V. Ex^a é uma pessoa correta, de profundo senso democrático, quer acertar na Presidência do Senado e penso que todos devemos colaborar para isso. Espero que o seu primeiro discurso aqui, que foi convincente, seja correspondido em todo o seu mandato de Presidente do Senado.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Faço um apelo ao Senador Romero para que não mantenha essa disposição belicista, regimental ou não, mas que não honra a sua tradição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati, pelo art. 14.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 também, logo após o Senador Tasso Jereissati.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Fui usurpado no meu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a falará.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria primeiro de esclarecer algumas coisas que são muito caras para mim, que é a convivência neste Senado Federal. E talvez até a minha indignação tenha nascido desse apreço e desse respeito que tenho por esta Casa do Senado Federal.

Vou esclarecer algumas coisas sobre o que acabei de dizer. Disse que sabia como era construída a maioria deste Governo. Não generalizo porque reconheço pessoas ilustres, lideranças dignas, que têm sua independência e a defendem legitimamente por acreditar naquilo que estão fazendo e o fazem com na plenitude do seu direito.

Quero deixar isso bem claro. Mas quero deixar bem clara também uma interpelação que fiz e que foi mal-entendida, infelizmente, não sei por quê, pelo Senador Eduardo Suplicy. Olhei para ele e disse: “Senador Eduardo Suplicy, me dá pena ver este Senado agachado diante do que está acontecendo, medidas como essas, questões estratégicas nacionais, por pressão e por ordem do Governo, votadas por medida provisória”.

Senador Eduardo Suplicy, estranha-me ver isso acontecendo e me dá pena deste Senado. Não disse que V. Ex^a estava agachado, nem que V. Ex^a estava de cabeça baixa. Mas quis dizer que me estranhava que V. Ex^a, que sempre gritou tanto pelos direitos desta Casa, estivesse calado neste momento, enquanto isso acontecia.

Acho que ficou bem clara a minha posição. Esperava mais de V. Ex^a realmente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Claro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, depois concederei a palavra a V. Ex^a, pelo art. 14.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já não é mais possível, também vou falar pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há oportunidade, porque só podem falar dois oradores pelo art. 14. Não é permitido aparte.

Espero que haja um mínimo de sensibilidade dos Srs. Senadores para com esta instituição que tanto respeitamos, dando-me um crédito de confiança para que eu possa conduzir esta sessão de maneira equilibrada. V. Ex^{as} reconhecem em mim esse equilíbrio, mas agora, de repente, estou sendo contestado, quando não estou aqui privilegiando nenhum bloco partidário, nenhum partido político. Então, peço a compreensão de V. Ex^a e peço desculpas...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou respeitar o apelo de V. Ex^a e apenas reiterar que sempre tratei o Senador Tasso Jereissati com muita civilidade e espero que ele sempre faça o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo novamente a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não pode Senador. Senador Epitácio Cafeteira...

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Pelo amor de Deus, sou líder de um partido que o nobre Senador Tasso Jereissati disse que sabia como era construído...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não falei do seu partido.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Sou Líder de homens dignos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não falei do seu partido.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Pelo menos esse esclarecimento...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Qual é seu partido mesmo?

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Claro. Desculpe-me.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Nós somos da base do governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Certo. Acabei de reiterar que existem homens dignos que fazem parte deste Governo e que muito me orgulha ser companheiro deles nesta Casa, mas que boa parte da maioria deste Governo é construída de maneira absolutamente fisiológica, com trocas de cargos, que estão aí nos jornais, todos os dias. Não sou a primeira pessoa que está dizendo isso.

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E que se não fossem esses cargos não estariam no Governo. Isso não sou eu que estou dizendo, Senador Cafeteira, com todo o respeito que V. Ex^a me merece, não sou eu que estou dizendo, nos jornais, todos os dias, lideranças declaram que se não tiverem tal cargo vão sair do Governo. Se tiverem aquilo, se não tiverem aquilo outro... Não sou eu que estou dizendo, está nos jornais. Se quiser, eu lhe mando uma coleção de jornais.

Acho que está bem esclarecido, mas reconheço o acentuado número de grandes líderes que fazem parte da base aliada do Governo.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Pois é, eu me dou por satisfeito com o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Entendo a que ponto se chegou no acirramento da coisa, mas pedi a palavra porque conheço os homens do meu Partido. Sei, como Líder, o que está se tratando no Governo e nunca visamos negociação de cargos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Parabéns, Senador Cafeteira.

Senador Garibaldi, repito aqui o que eu disse, com muita tranquilidade: lamento muito, quando falei de pessoas que trocam de partido em função das facilidades ou benesses que lhe são oferecidas aqui e acolá, quando falei de pessoas que, num dia, são os adversários mais ferrenhos do Governo e, no dia seguinte, são os maiores defensores do Governo, sem ninguém entender por que mudanças tão bruscas, sem ninguém compreender o que houve na psicologia ou

no dia-a-dia de cada um, essas pessoas, às vezes, vestem a carapuça sem a gente estar se referindo especificamente a ninguém. Estão ali o Senador Tião Viana – estou vendo rapidamente –, o Senador Renato Casagrande, o Senador Marcelo Crivella, ilustres nomes com quem tenho a maior relação de debate e, ao mesmo tempo, de respeito na adversidade das nossas idéias. No entanto, existem outros, aqui e, na maioria, na Câmara dos Deputados, que estão aí em troca de cargos, em troca de vantagens, em troca de emendas. Isso está nos jornais todos os dias. Se alguém se sentiu atingido a ponto de se exasperar, a ponto de ameaçar até com violência física, quero dizer que lamento profundamente, porque a coisa mais triste que poderia haver nesta Casa seria algum tipo de agressão física. Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, na minha vida, nunca participei de nenhum episódio de agressão física. Nunca, na minha vida, participei disso. Participei de grandes embates políticos. Evidentemente, gostaria que o Conselho de Ética desta Casa verificasse, com cuidado, essas ameaças que acontecem aqui.

Alguns acham que podem, de uma maneira ou de outra, evitar discursos mais claros, mais explícitos sobre como se constrói essa maioria parlamentar, que acho que vai ter de vir à tona, e que isso pode ser feito até por meio de ameaças de agressão física. Isso é profundamente lamentável, triste! Lamento profundamente ter participado, Senador Sérgio Guerra, de um momento como este. Até procurei me resguardar aqui, no canto, o máximo possível, para não parecer que iria participar de qualquer ato de pugilato, de demonstração de hombridade, de músculos, de masculinidade. Estou fora dessa, não participo disso.

Não quis me referir a ninguém, Senador Mão Santa, especificamente. Existe isso. Está nos jornais. Se quiserem, podemos fazer um levantamento de todos os nomes que estão nos jornais: se algum tem cargo, se outro não tem cargo. Podemos fazer isso tranquilamente numa sessão, numa reunião, para saber se isso existe, se isso não existe. Faremos isso tranquilamente sem precisar de nenhuma demonstração de masculinidade, nem de macheza de parte de ninguém.

Era isso o que eu queria esclarecer aqui, pedindo desculpas a V. Ex^a, a quem prezo tanto e admiro tanto, pelo que aconteceu.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de dar a palavra ao Senador Mão Santa, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Romero Jucá no sentido de que prevalecesse o acordo: fariam dois oradores contra e dois oradores a favor. Após

isso, então, encerraríamos a discussão. Ou então, três e três. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, qual é a proposta?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Qual é a proposta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria que o Senador Romero Jucá... Só S. Ex^a pode retirar o requerimento de sua autoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E voltamos à praxe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pediria a ele para retirar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não se limita o número de discursos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Haveria um acordo de Lideranças.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sem limitação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não; com limitação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, deixe eu lhe dar minha opinião.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente, minha questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só um minuto. Sr. Presidente, deixa eu lhe dar uma opinião.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estou na fila das questões de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Um minuto, Senador Flexa, por favor.

Sr. Presidente, há uma praxe que, neste momento, está sendo desrespeitada. Não quero discutir as razões. O Senador Romero deve tê-las. Não estou aqui para colocar gasolina em fogueira nenhuma. Só estou dizendo, Sr. Presidente, que, se me julgo portador de um direito, prefiro que esse direito me seja retirado à força do que eu tenha de conceder esse direito. Prefiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Romero Jucá, dê uma de Juvenal Antena e concorde, já que V. Ex^a está na Portelinha!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vista-se de Juvenal...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Heráclito Fortes, por favor!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou fazendo uma proposta ao Senador Romero.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não dei a palavra a V. Ex^a. Por favor!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou tentando ajudar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu, que tanto prezo V. Ex^a, ser obrigado a chamar a sua atenção? Isso é um constrangimento a mais!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Presidente, constrangimento é, para mim e para o País, ver o que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas devemos colaborar, Senador!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, mas procurei foi colaborar com V. Ex^a. Minha intenção foi exatamente colaborar com V. Ex^a. Pedi ao Senador Romero Jucá, que hoje resolveu viver aqui a Portelinha, não sei por quê que se vestisse no espírito de um daqueles personagens mais famosos e perdoasse, revogando a decisão anterior. Acho que essa posição solicitada por V. Ex^a é positiva.

Não quis, de maneira alguma, Sr. Presidente, prejudicar. Pelo contrário, quis ajudar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo acordo nem sobre isso... Hoje não há acordo aqui sobre nada – essa que é a verdade!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

Peço a V. Ex^a que seja breve.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Atentai bem, Presidente Garibaldi! Rui Barbosa. Atentai bem: “Um homem que não luta pelos seus direitos não merece viver” – Rui Barbosa. Está ali.

É direito adquirido. Chegando aqui, como Senador da República, pelo Piauí, fomos presididos pela sensibilidade e experiência do Presidente Sarney. Nunca dantes me foi imposto não poder usar da palavra por dez minutos para discutir e por cinco minutos para encaminhar. Seguiu-se, também com muita sensibilidade, o Senador Renan Calheiros. Nunca dantes fomos impedidos de discutir por dez minutos e de encaminhar por cinco minutos. Seguiu-se o Presidente Tião Viana, e V. Ex^a é extraordinário. A expectativa é a esperança. Nenhum o excede em sensibilidade política, em justiça e firmeza. Então, eu me sinto usurpado pelo decreto do Romero Jucá. Ele chegou aí e bagunçou o coreto.

Eu me preparei, auscultei os companheiros sobre a problemática, aprendi com os mais experimentados.

Está aqui. E o Romero, com um decretozinho, tirou meu direito. O direito é igual para todos. Se os outros falaram, por que eu não posso? Não abro mão disso, em respeito a Rui Barbosa e com confiança em V. Ex^a.

Sempre foi assim, é praxe, é tradição, é correto, é Montesquieu, é o espírito da lei. Todos têm direito.

Esse negócio de líder... Sou líder do povo do Piauí. Jamais, em um milímetro, Romero Jucá tem firmeza e dignidade para me afastar do meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou submeter a votos o requerimento do Senador Romero Jucá.

Em votação o Requerimento nº 238, de 2008.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir, pelos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para encaminhar, então.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Para encaminhar ou discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou fazer uma constatação, o que faço com muito pesar. Estamos vivendo aqui uma crise de truculência, o que não é normal, principalmente na forma de agir do Senador Romero Jucá, que hoje está irreconhecível. Aqui e acolá, S. Ex^a recebe cumprimentos de membros da Base, que o aplaudem e o incentivam.

Vou revelar o meu sentimento íntimo: o Senador Romero Jucá tem sido conciliador e tem tido alguns êxitos. Ainda hoje, instalou-se a CPMI em clima de razoável entendimento; elegeu-se a Presidente Marisa Serrano, que indicou o Relator; e elegeu-se o Vice-Presidente.

Tudo isso produto de quê? De atitude racional, lógica, razoável do Senador Romero Jucá, que, sei, foi criticado pela Base do Governo na Câmara dos Deputados, mais especificamente pelo Partido do Presidente da República, que está como a que a exigir de S. Ex^a prestação de serviço, em atitude que entendo – posso estar errado – tem de ser tomada custe o que custar. Só que acho que o que vai custar é desinteressante ao próprio Governo.

O que estamos apreciando? Uma medida provisória. A discussão dessa medida provisória mostrou uma série de coisas que está irritando o Plenário. Senador Crivella, estamos votando medida provisória claramente inconstitucional, reconhecidamente inconstitucional pelo Regimento, pela Constituição. Mas foi

dito: “Já se votou a constitucionalidade!” Votou-se na marra, no rolo compressor; votou-se com base no número de integrantes do Governo *versus* o da Oposição. Isso irritou o Plenário? Claro que irritou! Uma medida provisória claramente inconstitucional, que foi votada no rolo compressor.

O mérito dela é discutível. Ficam alguns com um modelo; outros, com outro modelo energético, mas o processo de radicalização está posto.

Neste momento, Senador Arthur Virgílio, há um claro desafio do Governo aos Partidos de Oposição, eu não tenho nenhuma dúvida. Esse desafio é mau conselheiro. Pode até ser que ganhe esse *round* agora, mas haverá um segundo, um terceiro, um quarto, e o Governo vai perder.

Senadora Kátia Abreu, o que está acontecendo aqui é a importação do espírito de Tocantins. O Presidente Lula chegou lá e disse que só ele trabalhava, que o Congresso não trabalhava e desafiou todo mundo. Salto do sapato: 40. Aqui, os Líderes do Governo adotam a postura truculenta do Presidente da República e provoca-se o confronto, confronto que nunca levou a lugar nenhum nas relações entre Governo e Oposição, que vão caminhando, bem ou mal, mas vão caminhando – é verdade que, ultimamente, com dificuldades, pelo acúmulo de edição de medidas provisórias.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a que está aí observando o panorama, que é um bom conselheiro, que é um homem de diálogo, chame seu companheiro Romero Jucá e diga-lhe: “Romero, volte a ser o que você era. Você vinha dando certo. Romero Jucá, acabe com essa truculência. Não importa o princípio do Palácio do Planalto, não. Aqui, as relações são mais igualitárias. Aqui, não há imposição de cima para baixo, não. Pode até ser que ganhe agora, mas perderá amanhã. Volte a ter o seu sentido de conjunto, a sua visão de conjunto.”

Na minha opinião, Senador Papaléo, se o Líder Romero Jucá voltar a ser o Romero, o Romerinho que eu conheço, ele virá à tribuna e dirá: “Vamos completar o processo de discussão.”. Faltam quatro ou cinco Senadores completarem o processo de exposição dos seus pontos de vista. Feito isso, vai-se votar. Inevitavelmente, vai-se votar. Mesmo com algum tipo de procrastinação, vai-se votar. Vota-se, quem tiver mais voto ganha e encerra-se esta sessão. Ao invés de requerimento de encerramento de discussão truculento, encerra-se a sessão, Presidente, para ver se uma ducha fria na cabeça dos exaltados retoma a racionalidade nas votações.

É isso que eu desejo propor.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Não sei nem se tenho o “de acordo” dos meus companheiros de Oposição do PSDB, mas, em nome da racionalidade, dever-se-ia tentar esse tipo de entendimento. Quem está inscrito fala, completa-se o processo de exposição e retira-se esse requerimento de encerramento de discussão, que não é bom conselheiro nas relações entre Governo e Oposição. É um fato novo e ruim. Em seguida, vai ter que se votar. Ou às 21h30min, ou às 22h, ou às 22h30, vai ter que se votar, mas vota-se e encerra-se esta sessão, porque não se vai chegar a lugar nenhum depois disso. A menos que o Líder Romero Jucá, sentindo-se desafiado, queira insistir. Se quiser insistir, ficamos aqui até às 5h da manhã, com os nervos à flor da pele, acumulando estresse, vamos cumprir a nossa obrigação, mas eu não sei se vamos fazer o melhor procedimento.

Esta é a proposta que desejo fazer em nome do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para encaminhar, ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente, peço a palavra pela ordem. Está assegurado o meu direito de encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, faço um apelo a V. Ex^a: colabore com a Presidência e V. Ex^a falará ainda nesta sessão, nem que seja para encerrar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Garibaldi, hoje, está passando pelo teste da paciência, da tolerância, e eu o parabenizo por isso.

Sugeri a ele, quando o Senador Sérgio Guerra estava na tribuna, dizendo que o Senador Romero Jucá realmente deveria retirar o requerimento porque faltavam apenas três oradores, que cedesse a palavra aos três oradores e conversássemos com o Senador Romero Jucá para retirar o requerimento.

Já falaram os Senadores Tasso Jereissati, Mão Santa e José Agripino.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Eu estou inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já falei ram três.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu não falei.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Neste momento, sugiro: se forem apenas três para falar por cinco ou dez minutos, é possível. O Arthur não aceitou. Quando o Presidente sugeriu que falassem dois de cada lado, dois da Oposição e dois da Situação, o Senador

Arthur, Líder do PSDB, não concordou, disse que se deveria liberar para todos os que quisessem falar. Se for assim, vamos ficar aqui até de madrugada.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E daí? Fique. Não é nada demais ficar até de madrugada. É dever. Estamos ganhando muito bem para isso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estamos aqui já há mais de seis horas...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E daí?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ... sem encaminhar uma votação – apenas a relevância da medida provisória – e vejo que, neste momento, há uma atitude um tanto deliberada, mesmo, de não se votar. Agora, se for para um acordo, vamos discutir.

Eu sou o que menos fala nesta Casa. Eu sou o Líder do maior Partido, da maior Bancada e sou o que menos fala. Há Senadores que já falaram oito, cinco, quatro, três vezes hoje. Deve existir um limite. Se o limite for falarem mais três, vamos chegar a um entendimento para falarem mais três, mas não podemos ficar aqui, indefinidamente, procrastinando, sem votar nenhuma matéria.

Essa é a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador Romero Jucá sobre se aceita fazer esse acordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, tenho procurado o acordo desde o início da votação. Aqui, está-se falando uma coisa e fazendo outra, na prática. Na minha visão, quem não quer acordo é a Oposição.

Temos a votação dessa primeira medida provisória; temos uma segunda medida provisória, que vai ter uma votação de constitucionalidade e, depois, de mérito; e vamos ter uma terceira medida provisória. Ou seja, ou usamos o Regimento e fazemos um pacto de entendimento para encaminhamentos, ou, ao me calar e ao me dobrar, eu estarei colocando as medidas provisórias na vala da desaprovação. Não farei isso. Se houver entendimento, vamos suspender o requerimento. Se não houver entendimento, farei requerimento agora e farei requerimento nas outras medidas provisórias, porque não posso deixar cair essas medidas provisórias.

Aqui não está nenhum radicalismo. É minha função como Líder do Governo. Não posso abdicar disso. Sou solidário a cada Senador. Todos sabem, aqui, dessa relação.

O Senador Sérgio Guerra disse que foi solidário a mim, mas eu também sempre fui solidário ao Senador Sérgio Guerra. Sou amigo do Senador Arthur Virgílio também, do Senador José Agripino e de todos. Agora, não podemos misturar as coisas. Não é em troca da amizade e da relação fraterna que sempre tivemos, que

a maioria vai-se curvar e deixar de aprovar algo que o Governo acha importante e que a Oposição acha que não é importante. Então, vamos discutir no voto aquilo que, efetivamente, pode ser feito ou não.

Usei o Regimento agora como usei quando fui Líder do Governo Fernando Henrique. Isso não é a primeira vez que acontece neste plenário. Já fizemos outras vezes. Agora, fizemos em casos emergenciais. Este caso é emergencial porque, na próxima semana, cai a medida provisória e é Semana Santa. Se houvesse mais prazo, estaríamos discutindo e levando ao prazo máximo, só que não tenho mais prazo.

Do jeito que eu disse aqui, na minha primeira fala, não fui agressivo com ninguém e continuo com a mão estendida para que possamos fazer o entendimento. Agora, não me peça a Oposição que imole a maioria e que imole a medida provisória sem nenhum tipo de reação, sem nenhum tipo de esforço. Não posso fazer isso. Desculpem-me, não posso fazer isso.

Então, Sr. Presidente, se houver entendimento para votação das matérias, concordo com qualquer tipo de entendimento, desde que seja razoável. Se não houver, os requerimentos ficam mantidos, esse e os outros que já preparei para as outras matérias que virão em seguida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, sinceramente, entender as razões do Líder Romero Jucá. Não quero duvidar de sua lógica, porque vejo que é uma premência, uma exigência do Palácio, que entope o Congresso com medidas provisórias, humilha o Congresso Nacional e, agora, quer a aprovação de qualquer jeito. Agora, não com a nossa anuência.

Vou ser bem franco, Sr. Presidente, como temos de ser mesmo.

Façamos de conta que não há ninguém nos ouvindo; que isso é uma conversa *tête-à-tête*, bem franca mesmo: prefiro ser derrotado hoje; prefiro ser derrotado. E prefiro que, depois do evento, vejamos e meçamos as consequências disso. O Senador Romero tem as suas razões, mas não posso aceitá-las. Já que ele usou a linguagem do futebol, da catimba, enfim, vou usar uma outra: não podemos fazer com o Governo uma marmelada, ou seja, combinarmos, aqui, algo que, no final, vai dar na aprovação de matérias que julgamos nocivas para o País, a começar por esta.

Então, vamos pedir verificação de quórum daqui a pouco. Vou dizer a V. Ex^a que será o Senador Mão San-

ta, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Flexa Ribeiro, e pronto. Que ninguém mais levante a mão. Vamos entrar em obstrução. Não vamos mais ficar com esse constrangimento. Afinal de contas, não queremos uma concessão dada pelo Senador Romero nem pelo Governo; não queremos uma concessão. Temos o direito, que é consagrado há muito tempo, de falar, os Senadores todos. De repente, vi o Senador Mão Santa não podendo falar; o senador beltrano pode não querer falar, é um problema dele, Sr. Presidente. Então, vamos ser bem francos e acabar de uma vez por todas com qualquer véu de hipocrisia que possa estar nas faces de uns ou de outros.

Sr. Presidente, vou dar minha opinião: não vamos aceitar concessões. Prefiro lutar para resgatar um direito. O Senador Mão Santa diz muito bem: “O homem que não luta pelo que julga que é seu direito não merece viver”. Prefiro ser derrotado, se for assim, e que o Governo assuma as consequências da sua “vitória de Pirro”.

Então, vou anunciar outra vez: Senador Mão Santa, Senador Tasso Jereissati, Senador Flexa Ribeiro e eu iremos pedir verificação de quórum. Muito bem; após a verificação de quórum, entraremos em obstrução – acredito que o DEM, do Senador José Agripino, e, com certeza, o PSDB, que é o Partido que lidero nesta Casa – e vamos tocar a segunda medida provisória, a depender do resultado desta, com a mesma disposição de luta que aqui estamos. Agora, fica advertido que, antes da segunda medida provisória e, a seguir desse episódio da verificação de quórum, teremos – e V. Ex^a sabe disso, e como ninguém a Dr^a Cláudia – a fase do encaminhamento. Não vi que o Regimento diga que tem limitação para o encaminhamento. Talvez daqui a pouco surja um outro requerimento para nos cercear o direito de encaminhar. Aí, talvez, o Senador Mão Santa não consiga falar de novo. Mas vamos, depois, brigar pelo máximo de encaminhamentos possíveis com clareza.

Vamos ser bem claros, Sr. Presidente: não queremos aprovar esta matéria porque entendemos que a matéria é nociva ao País. Entendemos que a outra, a matéria que reestatiza o setor de energia, não deve ser aprovada, porque significa, a meu ver, um lance fisiológico, dando privilégio a partidos políticos e contra os interesses do País.

Temos, em seguida, outra matéria, que foi grotescamente retirada de tramitação da Câmara para abrir caminho para a CPMF. Depois o Governo, com muita cara dura, fez novamente essa matéria tramitar, sob a forma de outra medida provisória, na Câmara, e ela aqui está. Não somos a favor de aprovar essa matéria.

A terceira é a da TV pública. Não consigo achar justo que se priorize esse tipo de investimento em um País com tantas carências, com tantas necessidades.

Alguém disse que o que queremos é barrar a TV pública. Não! Queremos barrar a TV pública; queremos barrar a segunda medida provisória; queremos barrar esta que está em tela. Com muita sinceridade, vamos, então, trabalhar com franqueza. Quero deixar o Líder Romero muito à vontade para apresentar todos os requerimentos que deseje, todos. Amanhã, faremos, então, o nosso retorno. Amanhã, agiremos em relação ao Orçamento, em relação às Comissões, em relação a embaixadores, em relação a autoridades na Comissão de Infra-estrutura do jeito que nos caiba agir.

Sendo assim, no Orçamento, eu já disse, estaremos firmes na obstrução, porque estamos sendo atropelados e não vamos consentir nisso. Tenho a impressão de que poderemos agora, até em linguagem muito civilizada, sem essa coisa de “ficar arrastando o pé” – e isso aqui não é gafeira para se ficar arrastando o pé, de jeito algum –, ficar aqui, de maneira bem civilizada, com clareza, de pé, nós, impávidos, nós...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Esse negócio de impedir Senador de falar não dá não!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, mas eles querem impedir! Então, nós vamos ter de conquistar o nosso direito, vamos ter de conquistar o nosso direito. Impedir não dá; eu concordo que não dá. É muito melhor perder uma medida provisória dessas do que impedir Senador de falar. Mas se acham que podem, que arquem com a responsabilidade. Não sou eu quem estou aqui a radicalizar coisa alguma, não. A radicalização vem de quem não está aceitando a regra do jogo.

Então, tem uma medida provisória, a da TV pública, Sr. Presidente... Se o Governo quiser tomar uma atitude digna... Eu peço, Senador Mão Santa, silêncio, que me ouça um minuto. Não sou contra TV pública; sou contra TV estatal. Sou contra o Presidente Lula, eventualmente, caindo dez pontos numa pesquisa, resolver ocupar, **a la** Fidel Castro, por seis horas, uma TV como se fosse propriedade dele. Sou contra isso. Por que não retira isso e manda por projeto de lei? Discutiríamos para valer e em profundidade, e certamente chegaríamos a um modelo parecido com o francês, que eu admiro muito. E essas outras medidas provisórias temos o dever, como opositores e fiscalizadores do Governo que aí está, de tomar conta delas.

Então, sem mais nenhum hipocrisia: somos contra a aprovação das três medidas e ficaremos aqui até de madrugada. Não temos nenhum compromisso; aliás, todo mundo aqui tem família, eu suponho. Não é agradável ficar aqui, mas não é nada de estranhar não, viu?! Não é nada de estranhar!

O cumprimento do dever exige que se fique na trincheira...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, não vamos estranhar não: porque é tarde, por que não sei o quê. Não é tarde coisa alguma para tomarmos as atitudes que convém à consciência de cada um. Que cada um assuma as suas responsabilidades. Estou aqui, de maneira muito frontal, assumindo as minhas. Por mim, não passa nenhuma. Vou enfrentar os requerimentos como puder e, amanhã, agirei do jeito que o meu Partido entende que deva ser a reação à atitude de arbítrio que o Governo está tomando, tentando pôr de joelhos o Senado da República, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, que assim está redigido: “Nos termos do inciso II do art. 275 do Regimento Interno, requer o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008”.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Verificação de quórum, Sr. Presidente, com apoio do Senador Tasso Jereissati, eu próprio, o Senador Mão Santa e o Senador Flexa Ribeiro. Apenas os quatro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aprovado o requerimento.

Vamos agora fazer a verificação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que acionasse as campanhas, recomendando o comparecimento ao Plenário de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão em seus gabinetes.

A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Minoria está em obstrução. O PSDB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB, lamentando os rumos dessa discussão numa Casa cuja tradição é a moderação, o equilíbrio, a ponderação, encaminha nesse requerimento, como único caminho e única hipótese, o voto “sim”.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – O PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela Minoria.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas, por inteiro, mantém-se em obs-

trução. Nenhum de nós pediu a verificação; nenhum de nós está, portanto, obrigado a votar; nenhum de nós haverá de registrar o nome no painel.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que estabeleça o tempo para o encerramento da votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Começou agora, Senador, e V. Ex^a já quer encerrar?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não, Sr. Presidente; não quero encerrar agora, só quero saber o tempo que V. Ex^a destinará para a conclusão da votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O encaminhamento já foi encerrado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu não encaminhei pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora estou dando a palavra aos Líderes para que eles possam orientar as suas Bancadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu quero orientar a Minoria; estou na Liderança da Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é hora do encaminhamento. Para cada Senador, cinco minutos. Essa é a praxe da Casa, e é isso que eu recomendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é essa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É, Sr. Presidente. Eu sou Senador há menos tempo que V. Ex^a. V. Ex^a está no segundo mandato e eu no primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós estamos no processo de votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perdão, V. Ex^a tem razão desta vez. Vencida esta etapa, nós entraremos na fase do encaminhamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não foi só desta vez não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço desculpas por todas, e mais pelas futuras. Depois entraremos na fase de encaminhamento do mérito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, vou ter que melhorar minha voz.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há encaminhamento, Senador Flexa Ribeiro. Estamos num processo de votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É para orientar a Minoria, para orientar a votação.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota “sim”. Sr. Presidente...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em nome do PT e o Senador Epitácio Cafeteira está pedindo a palavra em nome do PTB.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de lembrar que ainda vai haver o encaminhamento da votação da matéria. Estamos agora votando o requerimento. É porque está havendo um certo açodamento aqui no plenário, infelizmente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para orientar sua bancada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente, e pede às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estiverem nas dependências da Casa que venham ao plenário para votar.

Obrigado.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Epitácio Cafeteira.

Concedo a palavra, para orientar sua bancada, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, a Bancada do PT orienta o voto “sim”. Mas pediria a V. Ex^a que deixasse claro quais foram os Senadores que pediram a verificação de quórum, tendo em vista que o Senador José Agripino anunciou que ninguém do PFL, do Democratas, não sei como se chama agora...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Ideli Salvatti, atendendo ao pedido de V. Ex^a, os Senadores que solicitaram a verificação foram: o Senador Mão Santa, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Arthur Virgílio, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Tasso Jereissati e Sérgio Guerra não, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – AC) – Então, só para conferência, Sr. Presidente: Senador Tasso Jereissati, Senador Mão Santa, Senador Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou pedir aos Senadores que colaborem comigo pelo menos nisso.

Os Senadores Arthur Virgílio, Mão Santa, Sérgio Guerra e Flexa Ribeiro.

Sérgio Guerra não?

Peço ao Senador Arthur Virgílio que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não é o Senador Sérgio Guerra. É o Senador Tasso Jereissati. Foram os nomes que anunciei por último.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, desculpe V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Não há de quê.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em vez de Sérgio Guerra, entra Tasso Jereissati.

Faço um apelo aos Srs. Senadores que não estiverem em plenário que venham votar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande com a palavra.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, V. Ex^a conseguiu serenar o ambiente aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por hora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serenou nada, não. Só depois...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por hora.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a conseguiu serenar. Mesmo que as convicções sejam muito arraigadas e as decisões de cada partido e cada bancada...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, não pode falar por mim, não. Eu não estou sereno, não. Você lidera lá o seu Partido. Eu estou é injustiçado...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, me garanta a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente, eu fui estuprado. Está aqui na Constituição, para o Romero ler, “Dos Direitos e Garantias”,...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Toda regra tem exceção, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Igualdade...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Toda regra tem uma exceção, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Igualdade, no art. 5º. Eu peço igualdade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, toda regra tem uma exceção. O Senador Mão Santa não está sereno ainda. Ainda não está. Acho que um dia ficará.

Mas V. Ex^a conseguiu serenar o ambiente. Os partidos estão muito fincados nas suas posições, e o Senado é uma Casa do debate, é uma Casa onde é natural que haja disputa, é natural que a Oposição queira obstruir, que o Governo queira votar. Agora, o que não é natural, Sr. Presidente, é que nós, de fato, não tenhamos o Regimento sendo cumprido. Isso não é natural.

V. Ex^a conseguiu serenar. Daqui para frente, o pulso de V. Ex^a vai determinar o ambiente e o clima que vamos vivenciar. Mesmo que haja disputa, mesmo que haja posições bastante firmes, mas é importante que V. Ex^a continue do jeito que está neste momento, conduzindo com mão firme, pulso firme, esta sessão até o final.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a Deus, peço a Deus que me ilumine.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Sr. Presidente, apenas para fazer um registro à Base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para fazer um registro à Base do Governo, que nós teremos ainda cinco

votações nominais na noite de hoje. Portanto, peço que todos continuem firmes para que possamos votar essas matérias, e elas não caiam na próxima semana. Elas são fundamentais para o País, e nós votaremos, hoje, as três Medidas Provisórias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 308 do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio para uma nova questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Então, Regimento Interno, Subseção V, Do Encaminhamento da Votação. “Art. 308. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador...” Ou seja, a V. Ex^a, não neste momento, como Presidente, mas ao Senador Sérgio Guerra, ao Senador Mão Santa, à Senadora Kátia Abreu, a todos e a cada um, e esta é a minha interpretação. E para mim está meridianamente claro isto aqui no Regimento, e vou repetir a redação: “Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la”.

O Senador. Ou seja, cada Senador. Então, não me parece que desta vez caiba limitação do tipo: “Agora vamos com o requerimento A, com o requerimento B”. Parece-me que agora nós temos o direito de encaminhar. Ou seja, se ninguém quiser encaminhar, facilita-se no tempo o retorno a casa para quem quiser retornar mais cedo para casa.

Se quiser encaminhar; ou seja, se o Senado quiser encaminhar por inteiro e por cada um, nós, então, teremos que entrar na madrugada. A madrugada inspira poetas, a madrugada torna as pessoas mais criativas. Eu, por exemplo, acordo muito devagar e vou ficando, assim, menos lento ao longo do tempo. A madrugada para mim é uma maravilha.

Eu estou pronto aqui para isso, e meus companheiros também, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para contraditar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para contraditar. Sem revisão da oradora.) – É para contraditar, Sr. Presidente, até porque eu prefiro ocupar minhas madrugadas com outras atividades.

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência [que é o caso, no caso do art. 336, inciso I] só poderão usar

da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido.

Portanto, o art. 347 se sobrepõe ao art. 308, colocado pelo Senador Arthur Virgílio, para a sanidade das nossas madrugadas, inclusive desta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, isso já foi matéria de uma questão de ordem levantada pelo Senador Marconi Perillo, que vai repeti-la para talvez elucidar a compreensão da Senadora Ideli Salvatti.

Volto a dizer, Sr. Presidente, antes de encerrar, que nós não podemos esquecer algo que é muito forte na tradição deste Congresso, que é a praxe. Ou seja, se recorrermos ao General Pirro ele nos avisa, numa sessão espírita, que não foi boa aquela vitória para ele. Mas o Senador Perillo vai retomar a sua questão de ordem, e nós estamos reivindicando com clareza neste momento que os Senadores que quiserem encaminhar a matéria – e eu gostaria de fazer a mesma coisa, gostaria de ser o primeiro, se não tiver ninguém inscrito, eu já me inscrevo para encaminhar a matéria –, que cada Senador tenha o prazo de cinco minutos, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta questão de ordem, eu gostaria de confirmar a minha inscrição. Fui o primeiro a me inscrever para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Em primeiro lugar, não é, Sr. Presidente? Estou aguardando há quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em primeiro lugar, graças à generosidade do Senador Arthur Virgílio.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, vamos à questão de ordem. Eu acabei de ler, ainda há pouco, o art. 347, que remete essa questão da redução à metade do tempo ao art. 336, inciso I.

O inciso I do art. 336 dispõe que:

Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

I – quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública.

Portanto, não está de acordo com o que está sendo proposto pela Senadora Líder do PT.

Era o que eu tinha a colocar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O Plenário desta Casa é absolutamente soberano. O Plenário desta Casa, em votação nominal, aprovou a urgência desta matéria. Portanto, estamos cumprindo a deliberação do Plenário. Esta matéria está em regime de urgência por deliberação soberana do Plenário. Portanto, esta matéria tem metade do prazo previsto para as matérias em tramitação, e só poderão usar da palavra o autor da proposição, os relatores e um orador de cada partido. Isso é o que estabelece o nosso Regimento.

E há procedimentos aqui que são respeitados por todos nós quando há acordo. Não havendo acordo, como aconteceu, infelizmente, nesta sessão, vale o nosso Regimento. E o nosso Regimento é claríssimo: a matéria está em regime de urgência, o Plenário se manifestou soberanamente, por maioria, por votação nominal de todos os membros desta Casa.

Então, não há mais o que discutir. É cumprir o Regimento, que todos nós juramos cumprir quando assumimos o mandato de Senador ou de Senadora.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, para réplica.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência vai decidir de acordo com a prestímosa colaboração da nossa Assessoria, principalmente da nossa Secretária-Geral da Mesa.

Estabelece o art. 347 do Regimento Interno:

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência no caso do art. 336, I, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Ele remete ao art. 336, I, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Art. 336: “(...) quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional”.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é o caso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até pode ser, Sr. Presidente; pelo que li ali, até pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – “(...) ou de providência para atender a calamidade pública”.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não é o caso, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não é o caso. Não vamos ganhar no grito, Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, com base art. 336 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para uma questão de ordem, com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao contrário até do que se possa imaginar, esta sessão está fazendo história: está mostrando forças muito vivas, combatendo pelos fatos e pelas coisas em que acreditam.

Muito bem; como a urgência na medida provisória não se refere a nada constitucional, então ela não poderia ter sido requerida. Mas vamos lá: supostamente, não envolve perigo para a segurança nacional – tomara que não envolva perigo para as finanças públicas também – nem visa a atender a situação de calamidade pública. Outra situação seria: quando se pretendesse “a apreciação da matéria na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente à aprovação do requerimento”. Não é o caso. Inciso III: quando se pretendesse “incluir em Ordem do Dia matéria pendente de parecer”. Também não é o caso.

Então, Sr. Presidente, não consigo imaginar lógica nem respaldo regimental ou constitucional para nós, mais uma vez – e aí volto à praxe –, fugindo à praxe, obstaculizarmos, com tudo que vai acontecer de novo aqui, a palavra das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que queiram expender os seus pontos de vista sobre a matéria.

Ainda há pouco, fui avisado por uma querida colega da Bancada do Governo que ali estamos com a tribuna de honra repleta de ilustres representantes da Eletrobrás. Se não fosse importante, não estaria ninguém aqui.

Então, se é importante, Sr. Presidente, como se pode pedir a um Senador que não fale? Como se pode pedir a um Senador que não argua? Como se pode pedir a um Senador que não inquirir?

Suponho que deve haver ali gente contra e gente a favor – a maioria, torcedora do Flamengo, com certeza. Mas diria que estão todos ali atentos. Não sei se todos

morrendo de satisfação comigo, mas, enfim, a democracia eu ajudei um pouquinho a construir, para que possamos, tranqüilamente, ter esse tipo de convivência.

Muito bem. O fato é que a matéria é importante. É um bloco; é um grupo de pessoas ligadas à Eletrobrás.

Agora, vamos dizer o seguinte: eles têm a obrigação, cumprindo o dever deles – concorde eu com o ponto de vista deles, ou não; isso é o de menos –, de ficar aqui. E os Senadores não têm o direito de falar, Sr. Presidente? De repente baixa-se um *dictat*, e se tem de aprovar de qualquer jeito.

Sr. Presidente, quero lembrar – e não é mais dos Presidentes anteriores: sei que V. Ex^a é capaz desse rasgo, até porque já o teve em duas ocasiões, em duas CPIs momentosas. Em uma, eu não estava, não era seu colega, mas V. Ex^a se portou muito bem. Na outra, eu era seu colega e vi a sua energia.

Vou me lembrar de Adauto Lúcio Cardoso, quando o Ato Institucional nº 2 levou o General Meira Mattos a pensar que gratuitamente invadiria a Câmara dos Deputados para resgatar três Deputados cassados, entre os quais Doutel de Andrade, que era líder do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Adauto disse: “Eu não entrego”. Fecharam a luz, cortaram a água, tomaram as medidas mais extremas, e Adauto Cardoso disse que não os entregava. O General Meira Mattos, com as luzes apagadas, invadiu e disse: “Represento o poder militar”. E Adauto disse: “Eu represento o poder civil”. Não se poderia fazer mais do que aquilo. O gesto foi esboçado.

Ou seja, é cabível imaginarmos que a sessão transcorra calma, tranqüila, serena e plácida se a decisão não for fala um, fala outro? Presidente, apelo para o bom senso de todos. Não é possível desconhecer o peso simbólico e numérico da Oposição brasileira em lugar nenhum. Nesta Casa é impossível, Sr. Presidente!

O Governo colherá as mais amargas lembranças da noite de hoje se não tornar a enveredar pelo caminho do equilíbrio, aceitando vitórias e derrotas. E ele tem tido muito mais vitórias do que derrotas no convívio conosco, muitas vezes, inclusive, com nossa ajuda na aprovação de matérias. Sem a nossa ajuda, não aprovaria certas matérias. Ou o Governo aceita a vitória ou a derrota como contingência da democracia, ou terá percalços. Aí, sim, conhecerá, depois de uma vitória de Pirro, o sabor amargo de derrotas que vão se seguir, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Ex^a se pronunciasse, porque aqui está a questão de ordem e não vejo... Só tenho dúvida em relação ao Inciso I, porque, de repente, se acontece aquilo tudo... O Deputado acho uma pessoa estranha. De repente isso pode representar uma calamidade pública mesmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para uma nova questão de ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para orientar minha bancada. Já que foi atingido o quórum, gostaria de recomendar aos companheiros do Partido Democratas que votem “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A mesma coisa, Sr. Presidente, digo ao PSDB, que, aliás, já estava votando. Na verdade, o Governo colocou o quórum com certa ajuda nossa, dos quatro que pediram verificação. Os tucanos já estão assinando. Peço que todos os demais firmem suas assinaturas eletrônicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Ideli tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nem por uma madrugada, da forma como o Senador Arthur Virgílio propõe, nem por todas as calamidades que S. Ex^a apregoa, caso não cumpramos o Regimento da Casa – apocalípticas, como me diz o Senador Gerson Camata, auxiliando-me.

Há uma resolução, a Resolução nº 01/2002, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências. Portanto, os Regimentos, tanto da Câmara quanto do Senado, estão subordinados a essa resolução.

O art. 8º da Resolução nº 01/2002 estabelece:

Art. 8º O Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional decidirá, em apreciação preliminar, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência de Medida Provisória ou de sua inadequação financeira e orçamentária, antes do exame de mérito, sem a necessidade de interposição de recurso para, ato contínuo, se for o caso, deliberar sobre o mérito.

Portanto, o Plenário desta Casa votou, sim. Estão tentando dizer que foi votada apenas a constitucionalidade. Não. O Plenário desta Casa votou a urgência. Portanto, como o nosso Regimento estabelece que, em caso de urgência, diminui o tempo e só fala o autor, os relatores e um por cada partido, nós estamos absolutamente acobertados pela Resolução nº 1 e pelo artigo do Regimento que estabelece como se procede em caso de urgência quando não há acordo.

Nós não fizemos acordo. Se tivéssemos feito acordo, como sempre fazemos... Aliás, o ideal é que tivéssemos feito acordo. Aliás, tínhamos feito o acordo de votar as duas MPs hoje, não é?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. Não fizemos, não. Não participei desse acordo, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já que não foi possível construir o acordo, eu invoco o artigo do Regimento da nossa Casa que estabelece a regra de votação em regime de urgência baseado na Resolução nº 1, de 2002. A norma específica prevalece sobre a geral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base nos arts. 347 e 336.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu espero, Sr. Presidente, que V. Ex^a estabeleça a regra regimental e da Resolução como soberanas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra com base nos arts. 347 e 336.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pede a palavra para uma nova questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a vai contraditar o Senador Arthur Virgílio?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não, vou contraditar a Senadora Ideli.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser atendido no meu pedido de questão de ordem com base no art. 347 e, depois, eu retorno ao art. 336.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, evidentemente, V. Ex^a vai ter de decidir, e é claro que a decisão é grave.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – RN) – V. Ex^{as} não me estão deixando decidir...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Meu papel é procurar, como procura a Senadora Ideli, dar-lhe a maior quantidade possível de subsídios para que V. Ex^a possa decidir.

Não há sequer uma menção no texto do art. 347 às palavras “medida provisória”. Vou lê-lo:

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência no caso do art. 336, I, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido.

Não há referência a medida provisória.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que não há menção à urgência constitucional na propositura que aqui estamos a apreciar. Volto a dizer isso.

E mais: se V. Ex^a compulsar os Anais da Casa a partir de 2003, não vai encontrar... Eu quero disputar o seu ouvido com os dois; senão, eu perco.

O Senador Romero disse que atropelou muito do Governo Fernando Henrique... Eu não prego nada errado, prego que rompamos com o erro.

Sr. Presidente, se V. Ex^a compulsar os Anais da Casa de 2003 para cá, não vai encontrar nada parecido com isso, nada parecido, nunca houve isso. Mais: já teríamos esgotado os oradores, já teria sido esgotado o encaminhamento e já teria sido votada esta matéria – a segunda ainda não, mas esta matéria provavelmente já teria sido decidida pela maioria dos votos, pendesse para que lado pendesse. Ou seja, é grave. Nós não podemos concordar passivamente com a tentativa de inovarem hoje, firmando uma jurisprudência que significará o cerceamento de nossa palavra o tempo inteiro, Sr. Presidente.

Nós não vamos merecer o direito de sermos Parlamentares, capazes de fiscalizar o Governo, se nós nos abastardarmos e cedermos a algo que é inédito nos Anais da Casa – V. Ex^a pode se dar ao trabalho de compulsar os Anais da Casa de 2003 para cá. Eu nunca vi isso. Isso nunca ocorreu. E já houve momentos de confrontos – e confrontos bonitos – aqui. Eu já vi muitos. Nunca aconteceu isso.

Significa dizer, Sr. Presidente, que, daqui a pouco, ficará impossível fazer transitar qualquer proposta de emenda constitucional aqui, a exemplo do que aconteceu com a proposta do imposto do cheque.

Portanto, aguardo, com ansiedade, que V. Ex^a aja como o juiz que vai à letra da lei com o espírito aberto – até pela analogia –, pela compreensão política que tem – não é um juiz togado – do quadro que o envolve e da grave responsabilidade de deliberar sobre os fatos que estamos arguindo aqui perante V. Ex^a.

Só digo a V. Ex^a que, às 22 horas e 34 minutos, não conseguimos votar a primeira. Estamos discutindo agora como faremos o encaminhamento da primeira medida provisória. Esta, pelos meus cálculos e pela experiência da Casa, já teria sido votada, e estaríamos discutindo a segunda a esta altura, mas, de repente, apareceram os falcões a imaginar que nós não teríamos direito à palavra, a não ser quando a nossa palavra não ofendesse os interesses do Governo que aí está constituído.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Congresso não vai se conformar com isso. Essa é a postura da Oposição forte e rígida que aqui está se manifestando, essa é a minha palavra neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para fazer um registro, Sr. Presidente: a Mesa já tomou essa decisão, que é a urgência, quando tivemos os encaminhamentos anteriores, e foram cinco minutos. V. Ex^a deu cinco minutos e depois deu três minutos ao Senador Arthur Virgílio. Isso é matéria preclusa. A Mesa já decidiu.

Gostaria que V. Ex^a tomasse a decisão e pudéssemos avançar nas votações.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o entendimento é que não cabe o cerceamento da palavra dos Senadores, que se deve conceder cinco minutos a cada um dos que quiserem falar para encaminhar a matéria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para uma questão de ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entenda as coisas. Foi longo e sinuoso o caminho para chegar aqui com dignidade. Aprendi, sou cristão, obedeço às leis de Deus.

O País todo revive... Quem pode falar pelo PMDB é Ulysses, que beijou a Constituição – 5 de outubro de 1988 – e disse: “Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira brasileira”.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Muitos países já fizeram isso e não deu certo.

Então, jamais – só na cabeça do Romero! – um Regimento pode ser superior à Constituição. Temos de obedecer à Constituição, e V. Ex^a está aí para zelar por isso.

Disseram que se jurou o Regimento. Não é preciso jurá-lo não: temos a obrigação de obedecer à Constituição. Desobedecer, disse Ulysses, é rasgar a Bandeira do Brasil.

Atentai bem:

Titulo II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais
Capítulo I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes

no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade [...].

Eu não tive direito a essa igualdade. Eu fui injustiçado pelo Romero, que está ditando aqui as normas. Ele não é meu líder, não tem virtude para sê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Vou apurar a votação e depois decidir sobre a questão de ordem.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2008

(Verificação)

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **11/3/2008**

Num.Votação: **2**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **11/3/2008 22:07:10**
Encerramento: **11/3/2008 22:38:07**

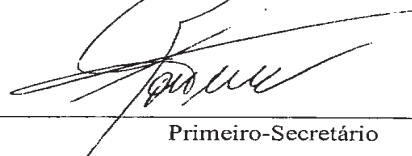
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
DEM	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANÃ	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : **41**
Votos NÃO : **17** **Total : 58**
Votos ABST. : **00**



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM, a favor do requerimento, 41 Srs. Senadores; e, NÃO, 17 Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 58 votos.

Foi aprovado o requerimento.

Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Falta a decisão da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há, sobre a mesa, requerimento a ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

Antes da leitura, porém, a Mesa informa que decidiu que cada orador terá cinco minutos. As inscrições já foram abertas, e já há quatro oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parabéns V. Ex^a, Sr. Presidente, pela grandeza do gesto e pela coragem de afirmar a soberania do Senado Federal.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito, Senador Alvaro Dias.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 239, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para Votação em Separado, para suprimir o art. 2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de destaque para votação em separado de autoria do Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a pretende suprimir o art. 2º do PLV nº 01, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para encaminhar a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos submeter o requerimento à votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas já estamos em processo de votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Estou pedindo para encaminhar meu requerimento. Quero esclarecer à Casa o que penso sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a terá cinco minutos improrrogáveis, mas improrrogáveis mesmo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu puder, concluirei em 4 minutos e 55 segundos.

Sr. Presidente, vamos ao que é justo: desta vez, tem razão o Líder Romero Jucá, pois só tem razão em fazer o encaminhamento o autor do requerimento. Das outras vezes, não. Isso fazia parte da praxe da Casa, e a praxe foi mantida neste episódio agora, e não me insurjo contra ela. Se eu fosse trabalhar num raciocínio governista, eu estaria aqui a cobrar – e aí, sim, usando a expressão do Líder, a catimbar – que déssemos o mesmo tratamento que se dá ao mérito, obrigando a Mesa a aceitar a inscrição de todos os Senadores, e sinto que isso não seria direito. Isso não é direito, e não o fazemos.

Então, Sr. Presidente, volto a dizer que a tentativa é a de tirar o que, pela lavra do Deputado Eduardo Cunha, a meu ver, abre espaço para manobras nebulosas nesses consórcios. Traçando o quadro, Senador Delcídio Amaral, em miúdos, transmito aqui meu sentimento à Casa. Estamos vendo, do ponto de vista ideológico, a regressão, a reestatização do sistema, o prosseguimento do fracasso, porque não tem havido investimento significativo no campo da energia, e o que foi dito pelo Deputado Cunha, nesse episódio, é precisamente a brecha que não está aclarada nas suas conseqüências finais para esse setor reestatizado fazer os consórcios mais esdrúxulos.

O Senador Tasso Jereissati foi de extrema felicidade quando aqui se referiu à não-licitação. Há pouco tempo, houve um problema com a Petrobras. Foram US\$8 bilhões. Alguém aqui, Sr. Presidente, ouviu falar naqueles US\$8 bilhões outra vez? A licitação era para ser feita, talvez, quem sabe. São viúvas do quem sabe, viúvas do talvez. Já que me lembrei tanto da ditadura hoje aqui, estou me lembrando agora do grande Alencar Furtado. Licitações foram feitas pela Petrobras com o governo holandês, muito pouco preocupado com a lisura dos instrumentos licitatórios. Ou seja, vejo aí uma brecha para a fuga da licitação; vejo aí uma brecha para

a negociata; vejo aí, além do retrocesso do ponto de vista da gestão da economia, Senador César Borges, a transferência para a Eletrobrás de alguns defeitos dos quais deveria livrar-se essa grande empresa brasileira, que é orgulho de todos nós, que é a Petrobras.

O Senador Tasso Jereissati obrou com muita percuência, com muita clarividência, com muita nitidez, ao nos ter dito, ao nos ter provado, ao nos ter exibido que, no fundo, no fundo, isso pode ser um subterfúgio para escapar às licitações, para escapar à fiscalização do Tribunal de Contas da União, para escapar ao crivo do Ministério Público, para tornar obscura a aplicação de um dinheiro que é muito suado, muito sofrido por parte da sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de ver essa votação ferida após esse arrazoado. Gostaria de ver essa votação decidida sempre na idéia de que não haveria aqui grupos monolíticos. E eu, muitas vezes, não vi aqui grupos monolíticos.

Votamos tantas vezes a favor do Governo em matérias essenciais, como a Lei-Geral das Micro e Pequenas Empresas, como a nova Lei de Falências, que prefiro chamar de “lei de reabilitação de empresas”. Foram tantas matérias, tantas quintas-feiras sem quórum aqui, e nós concedendo e concedendo e concedendo, em nome do interesse público. Foram votações simbólicas; se fossem elas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o tempo de V. Ex^a está encerrando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a olhar para o painel, verá que não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São 35 segundos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Olhe, preste atenção: vou terminar com cinco segundos a menos. Não vou nem pedir prorrogação dessa interrupção tão agradável, Sr. Presidente. Vou terminar. Fique atento, que sou preciso nisso: 25, 24, 23 segundos. Vamos já acabar.

Peço apenas que esta Casa se abra para acabar com essa coisa de bloco monolítico. Se já se vai, quem sabe, aprovar a matéria, que eu condeno, pelo menos que se retire algo que pode cheirar à falta de decoro, Sr. Presidente. E preste atenção para o relógio: cinco segundos, e encerro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Em votação o requerimento de destaque.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”. Onde está a liderança do PMDB?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Bloco é contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento foi rejeitado.

Passa-se ao encaminhamento da votação.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me inscreveu, Sr. Presidente?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, poderia informar quantos estão inscritos?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, meu tempo já está contando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode começar, Senador.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui, com muita tranqüilidade, apresentar minha opinião em relação a essa Medida Provisória. E o faço na qualidade de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não são permitidos apartes.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – O que deforma essa Medida Provisória, sobremaneira, Sr. Presidente, é exatamente a adução do art. 2º, que foi, na minha opinião, incluído de forma indevida durante a discussão na Câmara. Na minha opinião, essa Medida Provisória, com o acréscimo do art. 2º, significará, representará um grande retrocesso, uma espécie de reestatização do setor elétrico.

O pior de tudo, Sr. Presidente, é que estamos apreensivos. Eu particularmente, como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, tenho conversado com investidores do Brasil e do mundo, com investidores de todas as áreas da infra-estrutura e da logística, não apenas do setor elétrico. Segundo a opinião da maior parte deles, o problema é que, se não houver excesso de chuvas, muito mais do que o esperado, certamente já haverá racionamento sério ou apagão a partir deste ano.

Eu alertava, no ano passado, a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro Paulo Bernardo, quando, em conjunto com o Senador Aloizio Mercadante, propusemos uma audiência pública para discutirmos o PAC, que, a partir de 2009/10, corríamos o risco de um apagão elétrico. Mas, pelas informações de que disponho, o Brasil corre sério risco de já ter, a partir de agora, um racionamento sério. Conseqüentemente, não teremos como ver o Brasil crescer à altura das nossas expectativas.

O País amargou, nos anos 2005/06, um crescimento pífio, até porque não tínhamos planejamento estratégico algum. Cresceu acima apenas do Haiti na América Latina e cresceu, na média mundial, abaixo da metade da média de crescimento de outros países, incluindo os africanos.

Essa medida provisória em nada contribuirá para que o Brasil possa efetivamente garantir condições para crescer, do ponto de vista de agregação de energia, para atendimento das demandas, que são crescentes.

Além disso, estamos diante da possibilidade real e concreta de racionamento também do gás veicular, do gás combustível. O pior de tudo é que os órgãos reguladores, as agências reguladoras, estão cada vez mais desacreditadas e cada vez têm menos autonomia e menos independência.

Senador Tasso Jereissati, há um ano ou mais, vi o esforço de V. Ex^a para aprovação de uma PEC que procurava garantir autonomia e independência às agências reguladoras. Até hoje, Sr. Senador, ex-Presidente Tasso Jereissati, não conseguimos ver, em função do trancamento da pauta por conta das medidas provisórias, a aprovação da PEC de V. Ex^a.

Eu próprio, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, já apresentei outras PECs e outros projetos de lei ordinária e complementar buscando assegurar às agências reguladoras a autonomia de que elas precisam.

Essa medida provisória, Sr. Presidente, elimina o eficiente mecanismo que impõe disciplina empresarial às estatais. Essa medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marconi Perillo...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Eu estou sabendo.

Essa medida provisória está na contramão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... fique de olho no relógio.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Essa medida provisória está na contramão do processo de modernização do Brasil, que foi fortemente impulsionado no Governo do Presidente Collor, aqui presente. Ela está na contramão, Sr. Presidente, porque certamente vai retirar a possibilidade de termos maiores investimentos por parte do setor privado e, conseqüentemente, teremos menos condições de garantir o suprimento de energia de que o Brasil necessita.

Temos uma série de outras razões, de outros argumentos para defender a rejeição dessa medida provisória. O Brasil vai sofrer um pouco mais a partir da aprovação dessa medida provisória, na minha opinião extremamente equivocada.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para encaminhar a votação, por cinco minutos, improrrogáveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo, antes de mais nada, o retorno à praxe que, a meu ver, conduz à convivência parlamentar civilizada. Porque seria descabido, sob todos os prismas, Senador Jarbas, sob todos os primas, até pelo ângulo do pragmatismo, que o Governo de repente se arvorasse dono da vontade do Senado Federal, torcendo a verdade das urnas, que deu à minoria a posição forte de que aqui desfruta, a ponto de ter sido essa minoria capaz de articular algo tão justo para a sociedade brasileira como o fim do malfadado imposto do cheque, a Contribuição Sobre Movimentação Financeira, CPMF. Seria um desajuste.

A segunda medida provisória foi retirada do caminho da CPMF para facilitar a tramitação desse imposto e, portanto, naquele momento, o Governo desafivelou uma certa máscara, porque quando ele edita uma medida provisória, ele o faz, supostamente, atendendo às exigências constitucionais de urgência e relevância, e, depois, diz que não é urgente nem relevante e retira de tramitação a medida provisória para dar passagem, para fazer o abre-alas para o carro da escola de samba da CPMF. Agora, volta essa matéria. Vamos discuti-la e muito – vamos discuti-la e muito – e vamos pedir verificação de quórum, vamos fazer o que nos cabe fazer, porque isso significa, Senador Mão Santa, dizermos ao Governo que cobramos respeito.

Não nos fechamos para o diálogo. O meu partido, contrariando muitos companheiros da oposição – o DEM, tão bem liderado por este fraterno amigo que é o Senador José Agripino –, foi ao Ministro Guido Mantega para negociar a CPMF, e dissemos: “CPMF por um ano e se aprova, neste ano, a reforma tributária”. E, àquela altura, o Ministro Mantega dizia: “Mas, Arthur, pelo amor de Deus, é ano de eleição no ano que vem, não dá para aprovar a reforma tributária agora”. Agora, estão achando que dá para aprovar. Ou seja, isso me leva a não crer na seriedade da proposta de uma efetiva reforma tributária neste País, porque, se não dava àquela altura, meses atrás, como é que dá agora?

Mas, neste episódio, considero que a Mesa tomou uma atitude histórica, mantendo a praxe, interpretando com correção, com sensibilidade, com justeza o Regimento.

Volto a dizer que os argumentos são muito simples, são muito claros. Para falar com tranqüilidade, gostariam mesmo, os que engendraram a tal emenda, era de fazer a fuga das licitações, transferir, repi-

to, defeitos desta grande empresa que é a Petrobras, defeitos que ela não nasceu com eles, para a Eletrobrás. Com isso, Senador Alvaro Dias, burlando as leis e pelo lado do jeitinho, propiciar mais desperdício de dinheiro público, propiciar mais perda de densidade para a economia pública brasileira.

Estudamos isso sob todos os ângulos; cada Senador abordou de uma forma; cada Senador formou a sua própria visão sobre a questão. Ouvimos aqui o Senador Cícero, o Senador Tasso, o Senador Flexa Ribeiro, vamos ouvir o Senador Mão Santa, ouvimos os Senadores do Governo, que merecem de mim todo o acatamento, todo o respeito. Ouvimos a visão dos Senadores do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o tempo de V. Ex^a está quase esgotado. Faço um apelo para que V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não pode me pedir que acabe quando ainda tenho um minuto. Sr. Presidente. Em um minuto sou capaz de meter o meu corpo entre uma bala e V. Ex^a. Em um minuto dá para salvar a sua vida. Então, não me corte a expressão para que eu não lhe peça a prorrogação do tempo. Mas esteja certo: o amor é tão grande que eu me meto entre V. Ex^a e uma bala. Morro por V. Ex^a. Morro de paixão fraterna, enfim. Mas vou encerrar no tempo, precisamente no tempo. Cinco segundos antes. V. Ex^a parece que já não gosta mais de me ouvir. Eu pensei que gostava. Antigamente parecia tão deleitado ao me ouvir... Eu era vaidoso com isso. Eu dizia para os meus netos – tenho dois netinhos que não entendem nada de português – e dizia para os meus filhos.

Mas, Sr. Presidente, para cumprir a palavra, como V. Ex^a cumpriu a sua, encerro neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, principalmente o anúncio desse gesto heróico.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer um registro que intriga a muitos, que foi a mudança de comportamento da figura sempre doce, sempre amena, do nosso Líder Romero Jucá.

O Senador Romero Jucá, que sempre primou pela cortesia, hoje exibiu um comportamento de quem teve as orelhas puxadas e tinha de mostrar serviço a esta Casa. Vai ver que a carapuça caiu sobre ele quando o Presidente mandou o Congresso trabalhar.

Evidentemente, deve ter sido o recado dirigido ao Governo e à Base, como que a pedir ao Governo e à base de sustentação que parem de ficar no Pa-

lácio, pedindo cargo, e venham cumprir seu dever no Congresso. Parece que surtiu efeito, Sr. Presidente, o recado presidencial, ouvido por todos, hoje, na conversa do rádio.

De maneira pouco usual, pouco comum, finalmente, vê-se a base aqui no plenário; evidentemente que sem querer discutir e querendo votar, para amanhã chegar aqui novamente e continuar com suas reivindicações ao Presidente da República.

Fico feliz, meu caro Senador Raupp, que V. Ex^a tenha resistido e continue, no plenário, a figura afável e amena que sempre é.

À Liderança do Governo, que cabe ao Senador Romero – já treinado nessa tarefa há vários anos – coube a responsabilidade de convocar seus colegas a vir a este plenário, finalmente, cumprir com seu dever.

Sr. Presidente, ouvimos aqui provocações. Pediu-se que a Oposição não atrapalhasse, quando, na realidade, o que a Oposição faz é colaborar.

Estamos votando, Sr. Presidente, medida provisória. E já não se sabe mais distinguir o que é importante do que é desimportante.

A banalização da medida provisória faz com que assunto dessa natureza, um assunto delicado, que é a modificação no funcionamento da Eletrobrás – para fortalecê-la, é claro –, deixe esta Casa toda em dúvida; dúvida com as intenções, com as entrelinhas e com o objetivo do Governo.

Quero parabenizar a Bancada do Rio de Janeiro. Quero parabenizar a Bancada de Santa Catarina, porque somente as duas foram contempladas – somente as duas, meu caro amigo Dornelles – com recursos antecipados de LTN. O Rio de Janeiro tem o que comemorar. Santa Catarina, também. Por isso, Santa Catarina pediu pressa. Claro, tem de pedir. E nós outros? E nós, nordestinos, Presidente, vamos, amanhã, dizer o quê?

Senador Sibá Machado, V. Ex^a, aqui, ontem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, faltam 48 segundos para V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Confio na sua generosidade, uma vez que estou falando da sua região.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Minha generosidade acabou. (Risos.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, protesto. Ela é inesgotável. Protesto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a arrancou risos da base do Governo, mas a falta de generosidade com meu tempo fez com que ele se esgo-

tasse. A interrupção é legítima, mas V. Ex^a vai ter de ser generoso, porque V. Ex^a interrompeu minha fala.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a, ontem, fez uma defesa do Piauí que nós, piauienses...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, vou dar um minuto a V. Ex^a e ainda vou dizer: serei com esse gesto um homem muito generoso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está-se vendo, e agradeço!

Sr. Presidente, o Senador Sibá Machado fez uma apologia, ontem, ao Piauí que não conhecíamos. Se hoje, Senador Sibá Machado, o Piauí que V. Ex^a defendeu ontem – que não temos coragem de defender com a convicção com que V. Ex^a defendeu – está aqui, passando batido mais uma vez, sendo humilhado pelo Governo de V. Ex^a, como é que podemos votar sem discutir questões como essa? Como é que V. Ex^as, que estão aqui, baixam a cabeça sem defender, em primeiro lugar, o interesse do Estado de cada um? Somos representantes de Estado e temos de ter, em primeiro lugar, a convicção de que, do jeito em que se encontra, do jeito que foi conduzido esse projeto, vamos atirar contra nossos Estados e contra nossa gente.

O Governo, com essa mania de rolo compressor, de querer levar tudo na calada da noite e no empurrão, está prestando um grande desserviço ao País.

No momento em que parabeno o Senador Dornelles, o Senador Crivella, o Senador Paulo Duque, o Rio de Janeiro, lamento pelo resto do Brasil.

Senador Tasso Jereissati, temos de ficar atentos às medidas provisórias do Governo, porque sempre há, nas entrelinhas, as maldades, as pegadinhas.

O Senador Romero Jucá tem razão: estão transformando isto aqui em uma Portelinha. Só que quem a comanda é a base do Governo, e não a Minoria, a quem não querem dar sequer o direito de gritar; a quem não querem dar nem o direito...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Fora do microfone.) – ...de protestar.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o registro do protesto do Piauí pela condução, nesta noite, dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse embate entre

Oposição e Governo é da tradição do Parlamento e deveria sempre valorizar, engrandecer, a instituição. Isso é verdadeiro, quando esse confronto se dá na lei e na ordem, em obediência ao Regimento. Não se trata de responsabilizar quem quer que seja. Todos somos responsáveis.

Há muito tempo não respeitamos o Regimento nesta Casa. Antes, quando não tínhamos a TV Senado, as consequências do embate anti-regimental não chegavam à opinião pública e, com isso, não comprometiam a imagem da instituição.

Hoje, não nos podemos esquecer de que estamos sempre diante dos olhos da Nação, por meio dos veículos de comunicação que nos levam a todos os cantos do País. E preservar a instituição deve ser preocupação permanente de todos nós. É possível até que se admita o desgaste individual, mas não podemos contribuir para que ocorra o desgaste permanente do coletivo, da instituição onde estão fincados alicerces básicos do estado democrático de Direito.

Alimento uma esperança, Sr. Presidente – e espero que seja também a esperança de todos nós: estamos proclamando a hipótese de termos um Regimento renovado. Quem sabe a mudança do Regimento, a reforma do Regimento possa estabelecer o marco de um novo rumo, possa estabelecer um novo tempo de respeito regimental? Se isso ocorrer, será uma vitória. O fato novo da reforma regimental pode nos estimular a respeitá-lo. Não é só o Regimento, Sr. Presidente. A Constituição, acima de tudo, Senador Tasso Jereissati, tem sido afrontada constantemente pelo Poder Executivo com respaldo do Legislativo.

Essa medida provisória não deveria estar sendo debatida no plenário do Senado Federal. Se instituíssemos a tramitação preliminar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, certamente ela já teria sido arquivada, por não guardar relação com os pressupostos básicos indispensáveis da relevância e da urgência.

Estamos debatendo, há muito tempo, procedimentos que devem ser adotados com o objetivo de contermos esse processo crescente de edição de medidas provisórias inconstitucionais. Se estabelecêssemos essa preliminar de toda medida provisória, obrigatoriamente, passar pelo crivo de Parlamentares habilitados a conferir juridicidade e constitucionalidade, certamente, eliminaríamos mais de 80% das medidas provisórias que tramitam no Congresso Nacional e não estaríamos sujeitos a esse debate interminável. Mas discutimos sempre e não praticamos o discurso.

O Senado deveria ser o principal guardião da Constituição do País. Se o Senado não respeita a Constituição, que exemplo oferece à Nação? Se o Senado não respeita a Constituição, como pretende alterá-la, como

faz constantemente? Com que autoridade política apresentamos emendas à Constituição do País, para, depois, rasgá-la e jogá-la na lata do lixo da História?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, faltam-lhe 31 segundos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Por essa razão, Sr. Presidente, em respeito a quem nos assiste neste momento, estamos num processo de obstrução, porque não queremos que se aprove uma medida provisória absolutamente inconstitucional, que institui, que cria a TV estatal no País. Como disse o Senador Arthur Virgílio, não somos contra a TV. Somos contra a medida provisória, somos contra o modelo.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Queremos discutir o modelo.

Sr. Presidente, só quero dizer: até logo!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até logo, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas quero dizer “até logo” ao Presidente Garibaldi. Até breve, Sr. Presidente!

Queremos discutir o modelo. Não queremos aprovar, instituir uma TV pública no País, desrespeitando a Constituição e, sobretudo, onerando ainda mais o contribuinte brasileiro, que terá de pagar mais impostos para oferecer sustentação financeira a essa TV que deseja o Presidente Lula. Desejou-a tanto, que a instalou antes que o Congresso pudesse aprová-la. Exatamente essa é a outra distorção constante, porque, quando discutimos medida provisória, seus efeitos já se fazem sentir na sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, vamos respeitar a lei, acima de tudo.

Até logo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, por cinco minutos improrrogáveis, à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Hoje, estou-me lembrando dos tempos da Câmara Federal: são cinco minutos para cada Deputado, e olhe lá, quando há tempo.

Sr. Presidente, estamos aqui, nesta noite, mais uma vez, pegando carona numa medida provisória, tratando de matéria completamente diferente do que diz a ementa dessa Medida Provisória.

Para quem não foi curioso e não deu uma olhadinha na ementa dessa Medida Provisória, lembro que ela diz o seguinte: “Autoriza o Tesouro Nacional a resgatar antecipadamente títulos emitidos para fundos de previdências estaduais”. Sinceramente, nem sei o que é isso direito. Dentro dessa Medida Provisória, o próprio Governo, por meio do Relator, pega uma carona e trata do setor elétrico, da Eletrobrás.

Eu gostaria muito de lembrar aos colegas Senadoras e Senadores quem foi o Relator dessa Medida Provisória na Câmara: foi o mesmo Deputado da Base do Governo que levou 75 dias para entregar o relatório da CPMF, até que ganhasse o cargo de Furnas. Esse Relator da CPMF, que trocou a entrega do relatório por Furnas, é o mesmo Relator dessa Medida Provisória na Câmara, a qual nada tem a ver com a Eletrobrás. Então, no momento em que ganhou o casamento com Furnas, usou essa Medida Provisória no seu relatório, para também levar o enxoval junto.

Sr. Presidente, estamos caminhando para o atraso do setor elétrico. Estamos caminhando para a estatização desse setor. Estamos inibindo os talentos nacionais. Estamos impedindo que a iniciativa privada cresça.

Há, aqui, três medidas provisórias, e ainda somos obrigados a ouvir o Presidente, usando a Radiobrás no seu programa “Café com o Presidente” e nos palanques montados pelo Brasil, quer seja em Recife, quer seja em Alagoas, quer seja no meu Estado, Tocantins – como foi no dia de hoje –, num eterno comício, tratando a Oposição da forma como vem tratando atualmente.

Parece que o Presidente se esqueceu, Senador Paulo Paim, de que foi oposição por 20 anos e que seu Partido mereceu o respeito desta Casa, pois usa esses palanques para nos desmoralizar, dizendo que acabamos com a CPMF no intuito de prejudicar os pobres, que só tratamos dos ricos e dos Bancos. Temos os dados e os números para mostrar que nunca o empresariado e os Bancos ganharam tanto dinheiro neste País. Continua mentindo o Presidente, insistindo na mentira de que a CPMF não é tirada do bolso dos pobres. Mente nos palanques deste País, querendo desmoralizar a Oposição nos nossos Estados.

Quero dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que não tenho medo da sua demagogia, que não tenho medo do seu gogó, porque o povo do Tocantins me conhece muito bem e conhece meu trabalho há 20 anos. Não será com meia hora de palanque, querendo desmoralizar a Oposição no meu Estado, que Vossa Excelência vai conseguir denegrir minha imagem. Vossa Excelência precisa cuidar da imagem do seu Governo, dos 40 mensaleiros que foram denunciados ao Ministério Público, dos seus usuários de cartões corporativos! Deixe de mandar medidas provisórias

para cá, mentindo para o Brasil, para esconder a CPI das ONGs, para esconder os cartões corporativos!

Mente ao Brasil, mais uma vez, ao dizer que está interessado numa reforma tributária. Essa é uma reforma tributária mentirosa, uma reforma tributária que não vai chegar a esta Casa, que não vai chegar ao Senado. Se o Governo quisesse, de verdade, a reforma tributária, estaria usando aquela Comissão Mista em que Virgílio Guimarães foi Relator em 2003, que já andou meio caminho, pois já foi aprovada na CCJ. É a Comissão Mista montada. Se tivesse mesmo esse desejo, assim se estaria mostrando e cancelaria a emissão de medidas provisórias. Já há mais uma medida provisória após o protocolo da reforma tributária nesta Casa.

É essa seriedade e esse tipo de discurso que o Presidente quer trazer ao Senado e à Câmara Federal, para enganar todo o País. Mas não nos vai enganar, não nos vai intimidar com seus discursos demagógicos, querendo colocar a Oposição contra o povo. Vamos continuar com a luta contra os impostos, sim, pois os impostos estão saindo do bolso do trabalhador, da trabalhadora, da dona de casa, do pai de família.

Essas mentiras não vão alcançar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, queria dizer a V. Ex^a que lhe restam seis segundos.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Faltavam sete segundos quando V. Ex^a começou a falar, mas tudo bem, Sr. Presidente. V. Ex^a tem sido delicado com todos nós. Quero apenas dar um tchau.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há mais um minuto.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço-lhe mais um minuto, Sr. Presidente.

Apenas quero pedir aos colegas Senadoras e Senadores que observem o que esse Governo está tentando fazer conosco: uma desmoralização pública. Quando vai à Radiobrás, no programa “Café com o Presidente”, cita todos nós, Base e Oposição, como um grupo que não quer trabalhar. Diz que só ele trabalha para o Brasil e que não queremos votar o Orçamento.

Não votamos o Orçamento por causa de um anexo escuso e imoral, que a Oposição não vai aceitar votar, por conta da maioria de medidas provisórias que aqui são implementadas, pela CPMF que foi atrasada, porque ele colocou no Orçamento um dinheiro que não tinha o direito de colocar, porque não tinha sido aprovado por esta Casa.

Responsabilizar-nos, não, Senhor Presidente! Temos esta tribuna. Vossa Excelência tem a Radiobrás e quer uma televisão pública, mas temos a nossa tribuna e os palanques espalhados em nossos Municípios e em nossos Estados para levar a consciência e

a verdade ao povo brasileiro, especialmente ao povo do meu Estado, o Tocantins.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por cinco minutos, prorrogáveis.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mão Santa, quero comunicar a Casa que está cancelada a sessão do Congresso Nacional que estava convocada para amanhã, às 11h. Ao mesmo tempo, convoco sessão conjunta do Congresso para amanhã, às 15h, destinada à apreciação do Orçamento. Em virtude disso, está cancelada a sessão deliberativa ordinária de amanhã.

A Presidência convoca sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se amanhã, às 10h, com a mesma pauta da sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço ao Senador Mão Santa, e fique certo de que V. Ex^a terá mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras, olha, quero lhe ajudar, Presidente Garibaldi. Este Governo é fraco, são despreparados, eles não foram como nós. Foi longo e sinuoso o caminho para chegarmos aqui, fomos Prefeito. Eles fizeram uma porcaria de uma medida provisória que acabou com os velhinhos: taxou-os. E nós, aqui, sabemos, porque somos os pais da Pátria, que não nos roubaram. Paim, o melhor do PT, se sensibilizou e fez uma medida paralela para minimizar. Então, foi por isso, porque nós sabemos, nós entendemos, nós somos os pais da Pátria – não esses aloprados! Isto é uma imoralidade: medida provisória! Não tem urgência e nem prevalência. Ô Luiz Inácio, pegue um dicionário, olha ao menos essas palavras: urgência e prevalência. Os seus aloprados, quarenta – não sabe o nome de dez – querem mostrar serviço e entopem isso aqui.

Atentai bem! Sarney nos dava a palavra, o Renan nos dava, Tião, ô Garibaldi, V. Ex^a é o irmão camarada. Eles querem lhe comprometer. Então, nós é que melhoramos essas porcarias que vêm dos aloprados. Esta aqui é uma imoralidade.

“Mal pela raiz”, vou resumir. Ele diz aqui, um artigo muito bem feito, em *O Globo*, “Mal pela raiz”: “O Governo erra ao usar medida provisória para ampliar atuação da Eletrobrás. É o problema energético do País uma complexidade. “É preferível que esse mal seja logo cortado pela raiz”. Vocês vão se arrepender, vocês estão se agachando, muitos estão se vendendo!

Atentai bem! Medida provisória. Quem foi o relator da CPMF na Câmara? É o mesmo dessa porcaria, e já

ganhou o seu cachê, conforme denúncia já feita. Essa é a verdade. esta é a verdade. E quero dizer o seguinte, eu sei, eu fui prefeitinho, governei o Piauí. O Piauí, que tem 22 obras inacabadas desse governo despreparado. Ele disse ontem – atentai bem! – que tem vôo internacional na minha cidade. Olha, pode pegar esse vôo. Ele disse que, em cinco horas, estaremos em Lisboa. Olha, pode pegar esse avião, eu pago as passagens. Não tem nem teco-teco pra gente ir para Fortaleza e para São Luís. É um governo da mentira. Goebbels do Hitler já dizia: “uma mentira repetida se torna verdade”. São esses aloprados!. Até quando, até quando Luiz Inácio vai abusar da nossa paciência? Hoje o alopradinho cassando o direito de falar. Jamais, jamais, jamais, Garibaldi! Eu sou é do Piauí. Nós fomos, numa batalha sangrenta, expulsar os portugueses, que eram bem melhores que os aloprados que aí estão, porque cobram menos impostos. Mas os aloprados, o que eles querem? É só isto: não se sujeitarem mais à Lei nº 8.666. Sabe o que é isso? É a licitação. Esses aloprados, malandros, traquinos, com a licitação eles estão fazendo todo malabarismo. Nunca dantes houve tanta corrupção! Collor, você foi um injustiçado. É para pequenas causas aquele negócio do Fiat Elba. A roubalheira é grande, é imensurável.

E Ulysses? Eu represento o PMDB! Ô Renan, na Bahia, de Rui Barbosa, Senador Papaléo Paes, domingo passado houve um Congresso, MDB Jovem. Não foram esses que cassaram a minha palavra, fui eu que ganhei a escolha; fui eu que representei a juventude, que é a pureza. E disse: “A corrupção é o cupim que corrói a democracia”. Isso aqui é a corrupção, é para essa malandragem. Então, isso não pode. O Senado é a única esperança de aprimorar a democracia!.

Ernest Hemingway, no livro “O Velho e o Mar” – cadê o Senador José Sarney e seu livro O Lobo e o Mar? –, disse: “Não se pode perder a esperança. É a maior estupidez. Podemos ser derrotados. O homem não é para ser derrotado. Pode até ser destruído. Não vamos aceitar essa derrota.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, já concedi um minuto na prorrogação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse foi do tempo. E a generosidade?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acabou. A generosidade, Senador Mão Santa, já disse: acabou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, queria apenas pedir que Deus... assim fez Castro Alves diante do navio negreiro ao dizer: “Ó Deus, onde estás? Eu digo: Ó Deus! Ó Deus! Salve este Senado da República para salvar a democracia!

Pode tirar o som, mas, não tira a verdade.

A verdade é que V. Ex^a tem de trazer para cá a Medida nº 58. Vocês vão ganhar, mas nós vamos distribuir para o Luiz Inácio devolver o que ele tirou dos velhinhos aposentados, o que está devendo.

Tasso Jereissati, demos 16,7% e ele baixou para 4%. Tem o projeto do Paim, o PL nº 58 para pagar, e o Governo se alvoroça. Paga os gringos, aos banqueiros, deve aos velhinhos e aposentados. Vamos restituir isso a partir do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por cinco minutos improrrogáveis, ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos participamos, desde cedo, do debate, em particular sobre o objetivo maior, que seria a medida provisória. Quem não estava presente, quem não teve a oportunidade de participar dos debates, das discussões ou mesmo dos diálogos que ocorreram paralelamente às discussões, que porventura tivesse ouvindo a *Rádio Senado* ou assistindo a *TV Senado* teria muitas indagações a fazer sobre o dia de hoje nesta Casa.

O Senador Mário Couto chamou a atenção para o achatamento das aposentadorias, mas não ecoou nesta Casa um assunto tão importante como deveria ter ecoado. Alguns vão dizer que não era a oportunidade, havia outros temas mais importantes, para alguns, a serem discutidos.

Falou-se sobre a legalidade. E aquele jovem, talvez estudante de Direito, universitário, que estivesse assistindo à TV Senado, ouvindo a Rádio Senado, deveria estar se perguntando se não é nesta Casa, se não é neste fórum que deveria ser discutida a constitucionalidade no nosso País. Como é que ele viu o debate? De uma forma clara, colocada, que estamos votando algo inconstitucional, e tantos fazendo de conta que isso não é relevante, que não é importante, Senador Romeu Tuma. Coloque-se com o ouvido no rádio ou com a visão em uma televisão. Em todos os recantos deste País, os jovens, aqueles que não conhecem leis, entendem que o que não é constitucional não é legal. Mas isso aqui também foi desprezado, foi relegado ao interesse que, de repente, pareceu maior: votar uma medida provisória que foi apresentada com um objetivo e totalmente distorcida.

Imagine, Presidente Garibaldi Alves, se essa moda pega! O que será desta Casa? O que estão pensando os ex-Senadores que aqui já tiveram assento e que participaram de tantos debates? O que estarão pensando futuros Senadores que pensam, um dia, chegar a esta Casa?

A tarde e a noite de hoje do Senado merecem uma reflexão de todos nós, independentemente do resultado que venham a ter as votações a serem concluídas, mas muito mais pelo faz-de-conta feito aqui. Nós temos a obrigação, sim, de conhecer o Regimento Interno, mas não é possível que, em cinco ou seis horas de debate, o que mais se tenha discutido tenha sido o direito ao aparte, o tempo estabelecido, a oportunidade de quem pode falar, de quem deve falar, quem tem o direito e quem não tem de falar. E aquele que está atrás da televisão? Está sem voz, não está podendo falar nesta Casa, porque não estão dando oportunidade para que ele possa ouvir.

É por isso que temos o dever e a obrigação de dizer à Nação que, independentemente do resultado desta votação, se discutiu, Senador Delcídio Amaral, um dos itens mais importantes da infra-estrutura do País, que é como vai ser a Eletrobrás daqui para frente. E eu conversava com V. Ex^a e dizia que sou defensor da reestruturação da Eletrobrás, que ela seja, amanhã ou depois, uma empresa dinâmica, eficiente e capaz.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Cícero Lucena, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Espero que V. Ex^a me conceda pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Um minuto.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, que a Eletrobrás adote as medidas necessárias. Não precisava de medida provisória, precisava de um bom gerente; precisava de uma decisão política, da responsabilidade e do compromisso com o futuro deste País. Para a Eletrobrás se transformar em uma Petrobras, como muitos dizem, não precisava dessa medida provisória; precisava adotar postura de gerenciamento, de gestão eficiente, de compromisso com a coisa pública, não de uma medida provisória pensada a outra medida provisória. Por isso, registro, neste momento, meu pronunciamento e minha posição, sem discutir o mérito. E deixo o meu protesto pela condução, não pelo Presidente, mas da forma como foi discutido um item tão importante para o futuro da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, minha Líder veio me pedir que eu deixasse para lá, e não ocupasse a tribuna. Acontece que eu não iria dormir direito se não dissesse o que vou dizer. Hoje,

a Eletrobrás vive uma situação irreal do ponto de vista de sua estrutura administrativa, de sua estrutura de organização como ente estatal da Administração do País. É uma empresa que precisa de flexibilidade; que precisa, para sobreviver, não apenas de apoio do Governo, da União, mas também do apoio da iniciativa privada.

E é isto que está propondo a medida provisória: consórcio, sociedade com empresas privadas, a fim de que ela possa se capitalizar e fazer os investimentos que o Brasil precisa para enfrentar futuras crises que poderão advir, se não mudarmos essa postura no setor elétrico brasileiro.

Sr. Presidente, já houve tempo em que eu vi nesta Casa venderem empresas estatais que renderam R\$60 bilhões ao Brasil. Na época, dizia-se que a venda dessas empresas era para o pagamento da dívida. E o que se viu é que o Governo Fernando Henrique Cardoso deixou uma dívida de quase R\$700 bilhões. Com arrecadação de R\$60 bilhões, queria pagar quase R\$700 bilhões!

Sr. Presidente, venderam a Vale do Rio Doce por R\$3,3 bilhões e, dentro de três anos, ela deu tanto lucro que dava para pagar o preço da venda e ainda sobrava mais de R\$1 bilhão. Estou vendo que alguns de nossos colegas estão levantando os cabelos porque estamos querendo fortalecer uma empresa estatal; e, na época, foi vendida a preço de banana uma empresa estatal que, hoje, é a segunda mineradora do mundo, a Vale do Rio Doce.

Que orgulho, sem dúvida alguma, para o Brasil. Mas ela passou das mãos da União para o setor privado. E, naquela época, não vi ninguém gritar, como eu vi tantos e tantos Senadores com uma postura que eu não vi quando se vendeu a Vale do Rio Doce. E, agora, o que se quer? Fortalecer uma estatal, e há essa reação tremenda, que eu não sei por quê, Sr. Presidente! A serviço de quê! Porque o setor privado também, sem dúvida alguma, será prestigiado, porque poderá se associar a uma empresa estatal do porte da Eletrobrás, que não cresce mais por falta de capital; não melhora sua prestação de serviços porque não dispõe de dinheiro, de recursos; só depende da União.

Por isso, Sr. Presidente, minha palavra aqui é de reconhecimento à validade dessa proposta do Governo. E, nesse ponto, o Senador Delcídio Amaral falou com mais propriedade do que eu, porque ele é uma pessoa que entende do setor, é uma pessoa experiente, e sabe o que está falando. Delcídio Amaral merece, portanto, o nosso respeito e a nossa admiração, e suas palavras merecem, sem dúvida alguma, o nosso respaldo.

Acompanhando o nobre Senador Delcídio Amaral, voto conscientemente a favor dessa medida provisória, porque sei que estou votando pelo fortalecimento de uma estatal, e não vendendo o capital nacional para beneficiar

outros países, como fizeram no passado, empobrecendo o Brasil e estimulando que distribuidoras de energia elétrica fossem vendidas também a preço de banana.

Por isso, Sr. Presidente, aqui estou, com a mesma coerência, como fiz no passado, votando contra a Vale do Rio Doce. Muitos votaram favoravelmente e hoje estão gritando contra a Eletrobrás.

Voto, agora, Sr. Presidente, pelo Brasil. Voto com a Eletrobrás, para fortalecer não o Governo, que é provisório, mas o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi, o “improrrogável” que V. Ex^a usou para mim foi dito com mais ênfase do que para os outros. Não entendi o motivo. Gostaria que V. Ex^a recomeçasse a contar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Começou de novo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Senador Romero Jucá está comandando a sessão e, de lá, já está dizendo: “Já está contando o tempo”. Eu sei que já está contando o tempo, Senador Jucá. Está contando, e faço questão de perder alguns segundos para valorizar V. Ex^a como Líder: Líder deste Governo, Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, Líder do próximo Governo do PSDB. V. Ex^a é o Líder laico; então, está a serviço dos Governos que passaram, dos que estão e dos que virão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A serviço do País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu queria, Presidente, Senador Garibaldi Alves, conversar com o meu professor Delcídio Amaral. Ele, lamentavelmente, não permitiu o aparte, mas sabe muito bem como se avalia a segurança de suprimento.

V. Ex^a sabe o que é um balanço estrutural, o que é um risco de racionamento. V. Ex^a sabe, com certeza absoluta, que, no dia 8 de novembro de 2007, o Presidente da República disse: “Este País já tem energia garantida até 2012. Probleminha de gás no Rio”. Nesse mesmo dia, o Dr. Gerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel, disse: “Não é possível descartar a possibilidade de um racionamento em 2008. É necessário um plano B”. Mais adiante, no dia 10 de janeiro, veio o então Ministro de Minas e Energia, Dr. Nelson Hubner, que disse: “Governo determina aumento de 800 megawatts de geração a óleo e analisa possibilidade de aumentar a geração das termelétricas a gás”. Volta o Presidente Lula, no dia 15 de janeiro, a dizer: “Apagão está descartado. É boato!

Vamos dar a prioridade do gás às termelétricas. O que sobrar atende à indústria e aos veículos”.

V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, sabe que o Presidente Lula, se racionasse o gás para a indústria, levaria o setor produtivo ao caos; ele diminuiria a capacidade produtiva da indústria brasileira em mais de 50%.

Então, isso é demagogia, é querer enganar o povo brasileiro, Senador Garibaldi Alves. V. Ex^a, com a independência que mostrou em seu discurso de posse, não pode aceitar isso. O Senador Delcídio Amaral sabe. Estou citando o Senador para que S. Ex^a use o art. 14; para que possa falar pelo art. 14. S. Ex^a sabe muito bem que a Eletrobrás não cumpriu com as suas metas de investimento ao longo dos últimos cinco anos.

Aqui está...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já acabou meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem mais dois segundos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Dois segundos ou dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não acredito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a já começa a preocupar-me. A amizade que nos une não permite que V. Ex^a, além de dizer que meu tempo era improrrogável com mais ênfase, queira cortar dois minutos de minha fala. Já ganhei mais dois minutos. Esse primeiro não valeu, Sr. Presidente.

Continuando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Esse um minuto não valeu, Presidente.

Continuando, Sr. Presidente, quero dizer que a Eletrobrás não tem capacidade de recursos para bancar seu programa de investimentos. Não fez isso nos últimos quatro anos. O que vai acontecer com o setor energético? O Senador Antonio Carlos Valadares está enganado, Senador: não somos contra o fortalecimento da Eletrobrás; somos contra o fato de a Eletrobrás ser majoritária. O que foi dito pelo Senador Delcídio Amaral é que ele estava aqui querendo fortalecer a Eletrobrás. Nós queremos também fortalecer a Eletrobrás, mas a Eletrobrás pode continuar investindo, minoritariamente, e o capital privado, que está...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Meus dois minutos, Sr. Presidente.

E o capital privado, que tem buscado as parcerias, evidentemente se afastou, ao longo desses últimos quatro anos, porque houve a mudança do marco regulatório. A sinalização da então Ministra de Minas e Energia, hoje Ministra-Chefe da Casa Civil, era para que isto acontecesse agora: a reestatização do setor elétrico. Isso estava dito pelo Governo há cinco anos. E hoje ele pretende fazer isso por meio de uma medida provisória.

Vou encerrar, aproveitando meu último minuto, Presidente. V. Ex^a me comeu dois minutos. Dê-me um minuto a mais, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a ainda tem um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ah, ainda tenho um minuto? Fora o outro que V. Ex^a tomou.

Agora, quero aproveitar para fazer aqui um apelo. Quero fazer um apelo às Bancada do Pará, de Minas, dos Estados exportadores. Quero fazer um apelo, pela TV Senado, à Governadora Ana Júlia, do meu Estado do Pará, para que pegue um avião de madrugada e venha para cá, para Brasília, para defender os interesses do Estado do Pará, que poderá ser cortado em mais de R\$700 milhões da Lei Kandir pela Base do Governo, pelo PT. Não sei quanto isso vai trazer, Presidente Garibaldi, para o seu Estado, mas, para o meu Estado, é um prejuízo de mais de R\$80 milhões pela falta de recursos da Lei Kandir.

É por isso que não vamos votar o Orçamento amanhã. O meu Partido, pela sua Liderança, já se colocou em obstrução ao Orçamento.

A Governadora Ana Júlia tem de vir para cá, a fim de, junto com a Bancada, defender os interesses do Estado; tem de sair de lá da comodidade. Venha para cá, Governadora Ana Júlia! V. Ex^a não quer a TV Senado em Belém, porque não quer que o povo ouça as verdades que são ditas aqui, neste plenário.

Querem calar a voz dos Senadores. Senador Garibaldi Alves, a minha voz só quem cala é o povo do Pará. Não é o Líder do Governo que vem calar ninguém aqui, não. Pode pôr quantos requerimentos quiser, porque não calará a voz de nenhum dos Senadores. Pode ser a dele, que se dobra aos interesses deste Governo que ele hoje defende.

Boa noite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, adeus!

Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati. Depois falarão, consecutivamente, os Senadores Mário Couto, Marisa Serrano, José Agripino e Sérgio Guerra.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, volto à tribuna hoje e não o faço com alegria. V. Ex^a, Sr. Presidente, sabe que não sou muito usual nesta tribuna, pelo contrário.

Realmente, o dia de hoje é muito importante para todos nós. Vemos o Senado Federal votar medidas importantes, fundamentais, para a discussão do futuro deste País dessa maneira, num dia só, sob a ameaça da medida provisória, sem a oportunidade de discutir, sem a oportunidade de emendar, sem a oportunidade de corrigir, jogando fora, assim, todas as prerrogativas de um Congresso, todas as prerrogativas de um Parlamento, fazendo quase uma confissão de inutilidade, quase admitindo que podemos ser considerados inúteis.

Continuo acreditando muito em V. Ex^a, Senador Garibaldi. Infelizmente, eu não estava aqui no dia de sua posse, mas foi um dos melhores discursos de posse de um Presidente a que já assisti. V. Ex^a apenas ratificou, na voz de Presidente, aquilo que toda esta Casa vem falando ao longo de vários governos: “Se não acabarmos com as medidas provisórias, estas vão acabar conosco”. E estão acabando conosco. Basta ver o resultado de qualquer tipo de enquête que se faça junto à opinião pública, por qualquer órgão: o Congresso Nacional aparece com o menor nível de credibilidade entre todas as instituições brasileiras.

E não é à-toa. Hoje, por exemplo, estamos aqui novamente, todos nós, agachados. O Senador Suplicy se aborreceu comigo quando eu disse que estávamos agachados aqui – espero que não invoque o art. 14 do Regimento por causa disso. Estou apenas dizendo a verdade. Estamos, sim, agachados aqui, porque, apesar de reclamarmos todos os dias das medidas provisórias e do mal que estão fazendo a este Congresso, destituindo-o de todas as suas prerrogativas, estamos aqui hoje votando, na marra, três medidas provisórias que não poderíamos votar. Em uma delas, a ilegalidade é flagrante, Senador Marco Maciel. A Lei Complementar nº 95, se não me engano, fala, com toda clareza, que, numa mesma lei, não podem ser votados dois assuntos distintos, não podem ser colocados dois pontos distintos. No entanto, estamos votando aqui uma proposição do Governo Federal que tem a ver com fluxo de caixa das beneficências dos Estados e, na mesma lei, estamos votando praticamente uma reformulação da lei relativa ao marco regulatório do sistema energético brasileiro, coisas que nada têm em comum. Quando votamos urgência e relevância, não sabemos nem o que estamos votando, não sabemos se dizem respeito a um assunto ou a outro. Fere-se, assim, de maneira

fatal, toda a inspiração do legislador quando determinou nosso papel, quando estabeleceu nosso papel.

Estamos discutindo, como bem disse aqui o Senador Delcídio Amaral – faço questão de ressaltar as palavras do meu amigo –, a estratégia de longo prazo para o setor energético do País, a política energética, e estamos fazendo isso numa noite só, por meio de uma medida provisória, sem poder, como eu disse, nem remendar, nem corrigir, nem sequer criticar, porque somos premidos pelo tempo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mais um minuto só, e já termino, Senador Garibaldi.

Ainda na mesma proposição, estamos votando questões que têm referência direta com as finanças dos nossos Estados, mas somos incapazes de defendê-las, porque não sabemos sequer as razões que levam um Estado a receber mais de R\$1 bilhão enquanto outros nada recebem. Por que razão meu Estado, por exemplo, o Estado do Ceará, não está recebendo? Por que razão, Senador Sérgio Guerra, o seu Estado de Pernambuco não está recebendo? Desafio quem quer que seja aqui a dizer por que seu Estado não está recebendo. É porque não tem Letra do Tesouro? É porque não tem sistema de previdência? Por que razão isso acontece? No fundo, a grande questão é: por que um Estado recebe R\$1 bilhão, que é dinheiro, que é liberação de recursos, e outro Estado, não?

É com muita tristeza que vejo este dia. É uma desmoralização flagrante para todos nós. Estamos aqui jogando fora tudo o que dissemos, tudo o que defendemos. Estamos até desmoralizando nossos mandatos ao votarmos, por medidas provisórias, essas proposições que estão aí.

Senador Eduardo Suplicy, com toda certeza, eu esperava muito mais de vários dos Senadores que estão aqui em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero parabenizar o meu Líder Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, saiba V. Ex^a que, na noite de hoje, V. Ex^a engrandece este Parlamento. Bravamente, como Líder da Oposição, lutou por uma causa justa. Todos nós, Senador José Agripino, que vamos para casa daqui a pouco fazer nossas orações antes de dormir, vamos pensar, vamos refletir sobre o que aconteceu: foi-nos tirado o direito de falar na noite de hoje.

Presidente Collor, este Senado, na noite de hoje, sai enfraquecido. Este Senado, na noite de hoje, Senador Jarbas Vasconcelos, sai enfraquecido, principalmente pela atitude do Líder do Governo.

Meu prezado Senador Romero Jucá, notei que V. Ex^a não foi amparado nem pelos seus Pares hoje. Acho que alguém quer tirar o seu lugar. A maneira como V. Ex^a se conduziu na noite de hoje, Senador... Olhe para mim, Senador Romero Jucá! Com um ano de Senado, sinceramente, eu o admirava; hoje, saio daqui decepcionado. Não vi, em toda a minha história parlamentar – são dezessete anos de Parlamento, Senador! –, algo assim. Fui Líder de Governo. V. Ex^a, ainda agora, passou por mim e disse que há notas taquigráficas de quando eu era Líder. Não há problema; leia-as na tribuna deste Senado! Eu, nunca na minha vida, vi um Líder de Governo se portar da maneira como V. Ex^a se portou, comparando os Senadores de Oposição com Juvenal Antena.

Aliás, V. Ex^a está por dentro da programação da Globo. Ainda agora, perguntei a V. Ex^a quem ficou no “Big Brother Brasil”, no BBB, e, na hora, V. Ex^a falou que quem saiu do BBB foi aquele Marcelo.

E V. Ex^a, na hora, falou que quem saiu do BBB foi aquele Marcelo. V. Ex^a está por dentro da programação da Globo. V. Ex^a não sabe que a figura de Juvenal Antena, e V. Ex^a como Líder... Poderia até eu dizer, não sou Líder de Governo. Era suave para mim dizer isso, Senador, mas para V. Ex^a, não. Para V. Ex^a é duro, Senador. É muito duro como Líder do Governo dizer isso, Senador.

Mesmo nos nove meses que V. Ex^a passou com o PL nº 58 dos aposentados em sua gaveta, eu, em momento nenhum, saí da minha linha para criticá-lo. Tive vontade de fazê-lo, mas em respeito à admiração que tenho por V. Ex^a não o fiz. Mas hoje não poderia ir para a minha casa sem dizer que V. Ex^a – desculpe a expressão, o linguajar brasileiro – “pisou na bola”. V. Ex^a, hoje, pisou na bola. Não venho discutir nem o mérito. Eu acho que a maioria dos Senadores... Se esta matéria, Senador Papaléo Paes, viesse por meio de um projeto de lei do Governo, com certeza iríamos discutir, não iríamos criar nenhum problema. A causa aqui são as medidas provisórias. Precisamos acabar com isso, Senadores. Percebam, Senadores, que a democracia deste Parlamento vai saindo pelo ralo sucessivamente, a cada dia, a cada momento, Senadores. Percebam isso! A mim, não! A mim, não! A mim, eu digo igual a Arthur Virgílio, ninguém me calará. Eu não preciso, Senador Tasso Jereissati, de cargo público; não preciso para exercer minha função aqui neste Senado.

Eu quero representar o meu Estado com dignidade. Quero dizer o que penso. Não quero ser impedido

por troca de favores. Jamais! Não quero ser impedido por troca de favores. Não me ajoelho a nenhum rei. Ajoelho-me no pé do meu povo, no pé do paraense. Beijo o pé de um paraense, mas não me ajoelho a nenhum rei. Pensem na democracia deste Parlamento que está indo e caindo pelo ralo.

Sr. Presidente, espero que V. Ex^a ainda nesta noite possa me dar uma definição sobre o PL n° 58 dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

V. Ex^a terá cinco minutos improrrogáveis.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu ficaria muito triste se V. Ex^a não dissesse “improrrogáveis”.

Quero colocar aqui aos nobres Pares e a todos que ainda nesta hora da noite possam estar nos vendo e ouvindo por meio da televisão que, em um mundo globalizado como o nosso, em um mundo que anda celeremente para a modernidade, em um mundo do empreendedorismo, em um mundo da iniciativa privada, em um mundo em que todos procuram – e, aí, quando falo de todos, falo inclusive da China comunista que todos pensavam que nunca poderia enveredar pelos caminhos da iniciativa privada, de forçar a que a iniciativa privada possa trazer desenvolvimento, possa trazer empregos, possa trazer riquezas –, é difícil virmos aqui a esta tribuna falar de uma possível reestatização. É difícil pensarmos nisso; é difícil imaginarmos que um Governo que quer colocar um PAC em funcionamento, que fala em jogar o País para o futuro possa pensar em segurar, em trazer para perto de si, em amordacar empresas que, por intermédio da iniciativa privada, podem contribuir para o desenvolvimento brasileiro.

Não vejo como o Brasil pode crescer e se desenvolver se não tiver energia farta. A energia é a mola propulsora do desenvolvimento.

E estamos aqui, nesta noite, discutindo uma benedita ou maldita inclusão, uma mudança em uma MP que, por si só, já é preocupante. E essa mudança no art. 2º, que foi incluído na MP n° 396, mostra que é possível a nossa maior empresa de energia, a Eletrobrás, chamar a si a responsabilidade de elevar a sua participação em até 100%, quer dizer, o total, para geração e transmissão de energia. Isso preocupa. E preocupa porque dá a idéia de que estamos caminhando na contramão da História.

E, quando falo assim, também falo que medida provisória nos deixa com muito pouca condição de discutir e muito menos de aprofundar as discussões. É por isso que estamos contra as medidas provisórias

que estão chegando de enxurrada. E o Governo ainda diz que poderão vir muitas e muitas mais. E estão pensando em votar, nesta noite, quiçá na alta madrugada, a TV Pública.

Gente, comunicação hoje é a mola que move o mundo também. A mudança na condição de cidadania de um povo também se faz por meio da comunicação. Quantos dos senhores e das senhoras aqui têm empresas de televisão? Quantos dos senhores lutaram para ter um meio de comunicação na sua família porque sabem da força da palavra? E vamos votar por medida provisória, sem discutir?! Isso me deixa muito irritada, principalmente quando não tenho possibilidade de fazer com que todos os brasileiros, cidadãos deste País, tenham oportunidade de discutir uma emenda como esta que foi colocada numa medida provisória que muda a feição energética deste País.

Se isso não é importante, gostaria de saber o que é importante para se discutir. Votar como estamos votando, na alta madrugada, sem saber muito bem aquilo que pode trazer de maléfico para o futuro do País? Vejam: o Presidente que aí está, passa, mas o Brasil não passa.

As discussões têm que ser feitas pensando não só no hoje, mas no futuro. Eu não gostaria que, daqui a dez anos, as pessoas dissessem que não tivemos a responsabilidade de votar contra algo que pode ser maléfico para o futuro do nosso País. É por isso que me aperta o coração quando vejo que até as agências reguladoras, que deveriam estar tendo todo o apoio justamente para garantir a liberdade de empreendimento das pessoas, estão sendo sucateadas e amordaçadas para que nem isso se faça, ou seja, a fiscalização e o controle, e que as empresas particulares possam ser vistoriadas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Marisa Serrano, o tempo V. Ex^a está terminando.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Possam ser despojadas daquilo que é mais importante que é o acompanhamento da área pública, da comunidade, das pessoas que trabalham e que produzem neste País.

E quero deixar a minha fala a todos os senhores e senhoras. Não é assim que se constrói um País grande, um País para o futuro, um País que pode nos orgulhar e orgulhar os nossos filhos. Não é estatizando, não é amordaçando as nossas grandes empresas que vamos melhorar a *performance* de todos aqueles que querem fazer do Brasil um País grandioso, como eu disse, mas, principalmente, um País de que todos nós podemos nos orgulhar.

Quero dizer que é triste para nós votarmos essa MP. Tenho ouvido os discursos de tantos que hoje estão calados e que sempre vêm a esta tribuna falar da iniciativa privada, do empreendedorismo, da força daqueles que produzem neste País, da importância de uma civilização voltada para a globalização e para a difusão das riquezas entre todos aqueles que vivem num País tão grande e tão distinto como o Brasil. Fico triste porque sei que, neste momento, estão pensando em outros interesses que não o interesse maior de fazer do Brasil o melhor para todos nós e para os nossos filhos.

Sr. Presidente, agradeço a possibilidade de ter colocado um pouco das minhas idéias. É mais de meia-noite de um dia estafante, mas gostaria de deixar essas palavras para a reflexão de todos aqueles que estão aqui presentes.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu e quero dizer a V. Ex^a que, hoje pela manhã, instalamos a CPI dos Cartões e elegemos como Vice-Presidente, que não havia sido indicado pelos Líderes, o Deputado Marcelo Coelho, do PMDB de Goiás.

Eram essas as minhas palavras, agradeço pela possibilidade de ter apresentado minhas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado por não recomendar os cinco minutos. Vou lhe premiar com um minuto a menos do que o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, veja só. São 0h11min e o Plenário ainda está sortido. Todo mundo cansado de trabalhar, diferentemente do que o Lula diz, demagogicamente. Demagogicamente! Estamos aqui trabalhando, Senador Fernando Collor, para, no entendimento de uns, aprovar o que interessa ao Brasil e, no entender de outros, para evitar um mal que o Brasil não merece. De qualquer maneira, estamos aqui para votar medidas provisórias. Vejam só!

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a foi presidente desta Casa. Eu me lembro bem da discussão do marco regulatório, endereçado a esta Casa por projeto de tramitação como lei normal. Tramitando por comissões, com debate aberto, com emendas, com aprimoramento de texto, com discussão acalorada, com puxa e encolhe. Eu mesmo tive oportunidade de, no gabinete do Líder do Governo, na época Aloizio Mercadante, ter uma posição extremada e negociar. O que esta-

mos negociando? Coisa alguma. Quem é o Relator? É alguém da base do Governo. Quem foi Relator na Câmara? Foi o mesmo Deputado que foi Relator da CPMF, que manteve 75 dias a matéria presa, até que deram ao PDMB Furnas. Foi ele o Relator na Câmara e mandou para cá o projeto que estamos votando. É este o projeto, sem tirar nem pôr, porque os destaques que apresentamos caíram.

Estamos discutindo uma coisa que é fundamental, a projeção para o futuro dos investimentos em matéria de geração de energia elétrica, sem direito a emendar, a mudar, a opinar, a debater, por um defeito chamado medida provisória, que não começou neste Governo, começou antes. Só que este Governo é useiro e vezeiro, entope a pauta, uma atrás da outra.

Eu não sei a que horas vamos terminar esta sessão. Se o quórum se mantiver, vamos para a próxima e, depois da próxima, para a próxima, e não termina, porque, depois de amanhã, depois de depois de amanhã, tem mais MPs. Tem vinte na Câmara, vinte; instrumentos que nos colocam de goela abaixo pelo próprio processo de discussão. É uma Comissão que não se reúne nunca, uma Comissão Mista para apreciar, não tem debate, não tem coisa nenhuma e, no final, se vota. Se é bom para o País, ótimo. Se não é bom, o País engole goela abaixo.

É isso que estamos votando à meia-noite e quinze. Já se vão quatro minutos, Presidente Garibaldi, e vou já terminar.

Eu já disse e vou repetir: eu vou votar contra essa matéria; vou votar contra e, ah, se conseguíssemos voto para derrubá-la! Porque o recado que passaríamos como o recado bom da CPMF é que aqui neste País tem gente que pensa para frente, que oxigena um pouco a cabeça, que acredita que, como, no mundo moderno, não é o Estado que deve operar o investimento graúdo, principalmente o Estado que não é rico como é o Estado brasileiro. Quem tem de operar é a iniciativa privada, estimulada por uma tarifa conveniente, oferecendo um serviço de boa qualidade, oferecendo a oportunidade de, com os investimentos privados, ajudar o crescimento do País.

E, com a oportunidade que se abre com essa medida provisória para a Eletrobrás se agigantar, vamos dar um passo para trás. Deus queira que esta Casa vote certo e não dê um passo para trás. Jogue certo e jogue naquilo que já deu certo: na privatização da telefonia, na privatização das concessionárias de distribuição de energia elétrica e na privatização que, se Deus quiser, haverá de vigorar neste País também para a geração de energia elétrica.

O voto do nosso Partido é entusiasticamente “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra por cinco minutos, improrrogáveis.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, apenas dar um aviso breve?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não no tempo do Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não; no meu, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Darei a V. Ex^a um minuto e não vou descontar no tempo do Senador.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã está prevista a vinda a esta Casa do Ministro Celso Amorim, uma vez que os Senadores gostariam muito de que S. Ex^a pudesse nos explicar todos esforços para o bom relacionamento entre o Equador, a Colômbia, a Venezuela, o Brasil e outros.

Então, quero informar que está confirmada a vinda de S. Ex^a às 15 horas. Acredito que, dados os esforços que estão sendo feitos, o tempo das 15 às 16 horas será suficiente para que, no momento em que começar a Ordem do Dia do Congresso Nacional, possamos ter concluído a reunião.

Eu quero até fazer um apelo a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para iniciarmos, pontualmente, às 15 horas, amanhã, o diálogo com o Ministro Celso Amorim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro a V. Ex^a que está convocada uma sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 15 horas, para a votação do Orçamento.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a estruturação econômica do nosso País nos últimos anos produz, nesse instante, bons resultados. Não foi obra do Governo Lula, é uma obra de muito tempo, de muitos anos, que teve momentos importantes.

No Governo do Presidente Collor, sinais muito claros para uma nova capacidade de o Brasil conviver com o capitalismo foram dados e foram produzidos resultados. Nos Governos subseqüentes, houve certa continuidade no processo de integração brasileira.

O Governo do Presidente Fernando Henrique recompôs o País, fez com que ele tivesse capacidade de

assumir uma posição real de uma sociedade econômica a caminho da modernidade. A construção de uma moeda – não há país sério nem respeitável sem uma moeda –, a definição de uma nova estrutura para o Estado brasileiro e a construção de um novo ambiente para as atividades econômicas prosperaram de maneira segura no Governo do Presidente Fernando Henrique.

O Governo do Presidente Lula começa com a ameaça no discurso do PT, que o Presidente, com sabedoria, revogou na prática. Os compromissos de sempre do PT, suas palavras de sempre foram simplesmente abandonadas, para o bem do País. Prevaleceu a posição defendida por outros Ministros da economia e por dirigentes do Banco Central, que conduziram o País num princípio de equilíbrio e bom senso.

Produz-se um novo ambiente econômico e social no Brasil. Nessa nova construção, é fundamental que empresas brasileiras tomem envergadura, escala, assumam dimensões internacionais. Política sensata é fazer com que empresas brasileiras que demonstrem capacidade – e são várias – reúnam condições reais para se transformarem em grandes empresas do mundo, empresas que o Brasil tem pelo mundo afora, a exemplo da Vale do Rio Doce e de tantas outras empresas brasileiras no ramo da siderurgia, de maneira especial, que poderiam transitar da mesma forma no conteúdo e no desempenho de empresas capitalistas, empresas privadas.

Eis que, de repente, não mais do que de repente, determinado grupo propõe uma reversão de expectativas: “Vamos, agora, restabelecer o capitalismo que defendemos no passado”. Emerge uma espécie de nacionalismo primitivo, do qual são sócias pessoas sem a menor respeitabilidade, como as que tomaram de assalto Furnas, em troca da CPMF – e depois não pagaram ao Presidente da República. Compraram Furnas e não pagaram aos brasileiros nem ao Governo a empresa que levaram.

Essa gente, agora, começa a fazer projetos, que são mais amplos. Amplifica-se por dentro o sistema elétrico, no campo de energia. No princípio, era absolutamente inconsistente, porque, se há dificuldade no sistema brasileiro de produção de energia, essas dificuldades se devem à falta de capacidade, de definição, de regulamentação, enfim, de mobilização de interesses privados e públicos para projetos que tivessem dimensão, escala e eficiência para suprir a demanda brasileira de energia. Nada disso. Agora, querem dar ao Estado ou às estatais capacidade de voltarem a padronizar sistemas estatais de produção.

Essa discussão não é de um minuto ou de dois, nem de dez. Aqui tem gente com capacidade técnica de promovê-la, mas vamos ter de votar a matéria por medida provisória, ao sabor das pressões de um infeliz movimento do Líder Romero Jucá, que, nunca tendo

feito isto, resolveu agora produzir para seus colegas constrangimento: cassar a palavra de companheiros, coisa que nunca ninguém fez aqui com ninguém, nos cinco anos em que sou Senador, presidido pelo Senador José Sarney, por Renan Calheiros e, agora, pelo meu companheiro, honrado, Senador Garibaldi. Isso nunca se deu aqui; isso não serve à construção de um ambiente democrático entre nós.

Se a oposição protela, discute, fala mais do que devia, vamos conviver com isso. Não vamos produzir constrangimentos, nem radicalização. Há que haver inteligência, unidade de definição da base do Governo, para que ela termine prevalecendo e mostrando sua maioria. Nada de atividades desse tipo, que só criam constrangimentos e barreiras entre as pessoas e influem na convivência do Congresso, de maneira geral, e do Senado, que sempre esteve imune a esse tipo de constrangimento.

Essa votação é precária, não é democrática, não serve ao Brasil, não serve ao setor elétrico, não serve ao desenvolvimento de uma nova sociedade econômica no Brasil. Servirá a alguns interesses e servirá a essa política de entregar empresas brasileiras a gente que não tem competência, como estão fazendo na Petrobras. Há um desserviço sendo produzido, neste instante, ao sistema brasileiro na Petrobras, com a introdução de gente sem qualidade para assumir posições que jamais poderiam assumir.

Essa é que é a realidade, sobre a qual será que o Senado não vai falar, nada vai dizer, não vai ser ouvido? Vamos aqui, pela madrugada afora, apenas contar o tempo para, no final, o Governo aprovar e conseguir uma vitória que não vale nada, porque não tem conteúdo, não tem a aprovação da consciência dos brasileiros. Esse negócio de o Presidente Lula ser popular ou não ser popular é conjuntural. O Brasil vale muito mais que isso.

Acho que devemos votar contra essa medida. Convicção e firmeza. Isso não é uma questão de Governo e oposição. O melhor é que o Senador Romero vá para casa, e vamos derrotar essa medida provisória hoje, porque ela deve e precisa ser derrotada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Papaléo Paes, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, quero fazer meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a, antes de protestar, já vai ter um minuto a mais.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 396, de 2007, altera a Lei nº 10.841, de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e a de nº 3.890-A, de 1961, que autoriza a União a constituir a Eletrobrás.

Essas alterações, em suma, prorrogam até 31 de dezembro de 2007 o prazo que permite à União permutar Certificados Financeiros do Tesouro, emitidos para fundos ou caixas de Previdência estatais, na modalidade nominativos e inalienáveis, por outros Certificados Financeiros do Tesouro com as mesmas características.

No entanto, o que pretende, na verdade, a referida medida provisória é mudar a lei que proíbe o controle acionário de empresas estatais no setor elétrico, abrindo a possibilidade para que a Eletrobrás entre na disputa pela compra da Companhia Energética de São Paulo – Cesp.

Com a alteração incluída na Câmara dos Deputados, as estatais poderão controlar empresas do setor, em associação com privadas. Hoje, as estatais somente podem ter 49% do capital se os demais sócios forem privados. Lembro que a Eletrobrás é uma *holding* que controla seis estatais, entre elas Furnas e a metade da Hidrelétrica de Itaipu.

O problema, Sr. Presidente, é que analistas do mercado prevêem que esse movimento afugentaria os investidores privados, porque o preço que a estatal estaria disposta a oferecer é maior do que o oferecido pelas empresas privadas. Argumentam ainda que faltam regras seguras de governança corporativa nas estatais, principalmente nesse momento em que se discutiram tantas indicações eminentemente políticas para a Eletrobrás, quando o ideal seria ter gestores indicados pelos melhores critérios usados na iniciativa privada.

Em resumo, o texto da medida provisória volta a autorizar as estatais do setor elétrico a participarem de forma majoritária em novos consórcios. Como a portaria editada pelo governo estadual para leilão da Cesp proíbe apenas outras empresas públicas estatais que oferecem lances de compra, a empresa federal poderá entrar no páreo.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar claro que autorizar a Eletrobrás a constituir consórcios, com ou sem poder de controle, no Brasil e no exterior, para a sua atividade de exploração, produção e transmissão de energia, é uma temeridade, nessa linha de afogadilho, lateralmente embutida numa medida provisória que não tem relação com o setor elétrico.

Sr. Presidente, como sou autor de um projeto de lei que extingue as medidas provisórias, quero deixar, como Senador da República e como cidadão brasileiro, como alguém que está representando o povo do

Amapá, o meu protesto contra as medidas provisórias que o Governo usa para entulhar e desmoralizar esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, fazendo com que o nosso dever, a nossa missão de legisladores seja usurpada pelo Poder Executivo.

Se fizermos uma análise política, e muitos estão de olhos fechados para isso, vamos ver ou sentir que a maioria das medidas que o Governo está mandando para cá tem uma segunda intenção. Além dessa medida que trata da Eletrobrás, cito a da TV Pública, que é uma verdadeira usurpação do nosso direito de discutir, como deveríamos estar discutindo um projeto de lei do Governo sobre a questão da Eletrobrás. Como disse o Senador Arthur Virgílio, não somos contra, mas queremos ter esse direito de discutir.

Presidente Collor, desde o momento em que V. Ex^a teve o seu mandato cassado eu já acreditava em sua inocência, mas, a cada dia que passa, vejo que realmente fizeram uma grande injustiça contra V. Ex^a. V. Ex^a não usou o Poder Executivo para subornar votos na Câmara e no Senado Federal para...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – PA) ... se manter no Governo. V. Ex^a deixou a democracia agir. A democracia agiu de forma errada, cassando-o, mas V. Ex^a não interferiu nas ações democráticas, como está ocorrendo com o Governo.

Nós todos, brasileiros, gostando ou não de Lula, depositamos as nossas esperanças num homem trabalhador, num presidente de sindicato. Como cidadão brasileiro – sou do PSDB, mas não estou falando como membro do Partido –, este Senhor Presidente da República me decepcionou completamente.

A cada dia ele ajuda a destruir as instituições democráticas, principalmente o Legislativo e o Judiciário, e está mostrando que não tinha preparo para ser um democrata e para assumir aquilo que, realmente, o Brasil merece: a participação do povo em todas as decisões.

Ele está-nos impondo tudo, de cima para baixo, e a maior prova que temos dessa imposição é que ele já tomou conta do Senado e da Câmara. Nós, da Oposição, temos o dever e a obrigação de ficar ao lado do povo, mostrando-lhe que o Executivo não faz conosco o que bem entende, não.

O Executivo tem de ser simpático. O Presidente da República faz seus discursos simpáticos, dizendo que não sabe de nada, e vai levando, vai levando com uma irresponsabilidade aparente, mas, por trás disso, como diz o Senador Mão Santa, há um monte de aloprados deixando o Brasil numa situação muito...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ... difícil e insustentável política e democraticamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrado o encaminhamento, passa-se à votação do Projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já que estamos lutando pela boa praxe na condução dos trabalhos do Senado Federal, quero anunciar, antecipadamente, a V. Ex^a e às nossas Bancadas de oposição que quatro de nós pediremos votação nominal e, a depender do resultado, o PSDB já anuncia que entrará em obstrução.

O Senador José Agripino, eu próprio, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Marconi Perillo, nós quatro, pediremos votação nominal tão assim seja proclamado o resultado, qualquer que seja ele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o Projeto de Lei de Conversão queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a verificação de quórum, com o apoio do Senador José Agripino, da Senadora Marisa Serrano e da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos, então, proceder à verificação solicitada por V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que faça soar a campainha. Quero convidar todas as Senadoras e Senadores que estão nos seus gabinetes para virem ao plenário votar.

A orientação da Liderança do Governo é o voto SIM, Sr. Presidente, a favor da medida provisória que amplia a condição do País de investir em energia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a registrasse que são meia-noite e 35 minutos. V. Ex^a poderia dar 10 minutos para o processo de votação. As pessoas devem estar aqui e eu gostaria, portanto, que V. Ex^a, aos 45 minutos, encerrasse a votação, para avaliarmos se teremos ou não **quórum**.

Quero comunicar que os meus companheiros estão orientados para não votar. O Partido está em obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB está, também, em obstrução.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigados a votar, eu próprio, o Senador Marconi Perillo e a Senadora Marisa Serrano.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito o tempo de até 15 minutos, para que se dê o quórum de 41. Se for antes dos 15 minutos, fica aqui o prazo que foi já mantido.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto SIM e pede aos Senadores que votem com a orientação do Governo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, estamos orientando o voto SIM, pedindo que todos venham rapidamente, inclusive antes do prazo, para que possamos ouvir ainda mais algumas intervenções do Senador Arthur Virgílio, com todo o prazer, nesta madrugada em que ele nos convocou para passar junto a ele, aqui no plenário do Senado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB, Sr. Presidente, encaminha o voto SIM.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para mim, chega a ser emocionante pensar que vou passar a madrugada na companhia da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB, encaminha o voto SIM, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto SIM, Sr. Presidente. Acredito que, no caso de uma matéria cuja discussão durou quase seis horas, podemos demorar 20 minutos para votar. Peço aos Senadores que estejam fora do plenário que venham votar. O PMDB encaminha o voto SIM.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para mais uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diz o art. 293, inciso VIII:

Art. 293. (...)

VIII – verificada a falta de *quorum*, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar a campanha durante dez minutos, após o que está será reaberta, procedendo-se a nova votação.

Ou seja, na verdade, dez minutos parece que são justamente o prazo que, a esta altura, caberia como lógico, levando-se em conta o avançado das horas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só depois de verificada a falta de quórum.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente, Sr. Presidente. Só quando for visível a falta de quórum, o que não é o caso aqui agora.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se for praxe, estamos de acordo, Senador Arthur Virgílio. Se for praxe, estamos de acordo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É da praxe. A boa praxe, Senador Inácio, é para ser seguida. A gente não deve seguir a má praxe, mas a boa praxe é para ser seguida.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, por mim, pode abrir.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, ainda há Senadores votando, aguarde um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sérgio Zambiasi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O Senador Cafeteira está chegando e vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Cafeteira é o maior exemplo de dedicação ao Senado Federal na noite de hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada. Já está atingido o quórum, recomendo aos companheiros Democratas que votem “não”. Podem votar. O voto é “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, do mesmo modo, os Senadores tucanos estão convidados a também aporem os seus votos, ficando evidente que sem esses votos a sessão já teria caído.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel para fornecer o resultado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ainda não deram os quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantos minutos?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quinze minutos até atingir o **quórum**, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)
– Pelo Regimento, são só dez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não.
Dez, após constatada a verificação de quórum, ou seja, teria mais dez, se fosse o caso. Mas acho que bastam cinco para cumprir a boa praxe, como gosta o Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, a essa altura não estou buscando só a praxe, estou buscando a paz.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E V. Ex^a não se esqueça daquele provérbio latino: **Si vis**

pacem, para bellum – se queres a paz, prepara-te para a guerra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estamos todos armados. Vamos abrir esse painel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em relação à V. Ex^a, não tenho nenhuma dúvida. Sempre a vi armada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel e fornecer o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

Senado Federal

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (MP 396/2007) (Verificação)

ALTERA OS ARTS. 1º E 2º DA LEI 10.841/2004, QUE AUTORIZA A UNIÃO A PERMUTAR CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOUREIRO, AO § 1º ART. 15 DA LEI 3.890-A, DE 25/04/1961, QUE AUTORIZA A UNIÃO A CONSTITUIR A EMPRESA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS

Num. Sessão: **1**
Data Sessão: **11/3/2008**

Num. Votação: **3**
Hora Sessão: **14:00:00**

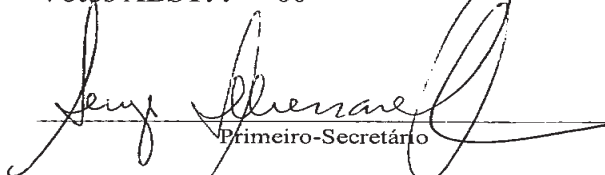
Abertura: **12/3/2008 00:35:21**
Encerramento: **12/3/2008 00:42:03**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
DEM	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : **41**
Votos NÃO : **17** **Total : 58**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e, NÃO, 17.
Não houve abstenções.
Total: 58 votos.
Foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam
prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela
apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica a União autorizada, até 31 de dezembro de 2007, a permutar, observada a equivalência econômica, Certificados Financeiros do Tesouro emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais, na modalidade de nominativos e inalienáveis, por outros Certificados Financeiros do Tesouro com as mesmas características, mediante aditamento do contrato firmado entre a União e o Estado que originou a emissão dos Certificados Financeiros do Tesouro.” (NR)

“Art. 2º
.....

II - o Estado deverá, obrigatoriamente, recompor, no mínimo, o fluxo de caixa original dos Certificados Financeiros do Tesouro resgatados na permuta a que se refere o art. 1º desta Lei, incluídos os juros e as atualizações monetá-

rias calculadas nos mesmos critérios dos respectivos Certificados Financeiros do Tesouro onde couber, mediante utilização preferencialmente dos valores financeiros provenientes de participações governamentais obrigatórias, nas modalidades de royalties, participações especiais e compensações financeiras e Fundo de Participação dos Estados."(NR)

Art. 2º O § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.,

§ 1º A Eletrobrás, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, poderá associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização.

..... "(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão em turno único...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de trazer a V. Ex^a uma questão.

Ainda há pouco, V. Ex^a estava coberto de razão. De acordo com o art. 178, do Regimento: “Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, esta será ultimada independentemente de pedido de prorrogação”.

Estava errado eu àquela altura. V. Ex^a não havia feito pedido de prorrogação, como parece que não fez até o momento. Agora se trata de outra matéria, e não estamos em processo de votação. Trata-se de outra matéria. Diz o art. 177: “Esgotado o tempo da sessão ou ultimados a Ordem do Dia e os discursos posteriores a esta, o Presidente a encerrará”. Ou seja, parece-me que é o caso agora de, que com o mesmo senso de justiça que V. Ex^a aplicou ao momento anterior, declarar encerrada a sessão ordinária que estávamos vivendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador, para contraditar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tem o que contraditar. Estamos em processo de votação na Ordem do Dia. Votamos o primeiro item, vamos para o item segundo. Não é possível que a Oposição continue querendo evitar a votação! Estamos aqui presentes; estamos com 58 Senadores na Casa, não há nem o que contraditar. O consenso é a contradição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora é discussão, Sr. Presidente. Não é votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vi todo mundo correndo para esse ilustre senhor de cabelo branco que está ali, e fiquei curioso para saber se ele é o presidente da Eletrobrás, é um dos que está querendo ser, é o que é ou é o que está na disputa?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É diretor da Eletrobrás.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É porque tenho visto nos jornais que existe um, que vai ser de um, que vai ser de outro... Curiosidade. Não posso saber? Ô Juvenal da favelinha, não se pode saber? Eu não posso fazer uma pergunta, Juvenal da favelinha?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Tasso, se o Presidente não ralar comigo dessa vez, eu vou esclarecer: ele é o que foi.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ele é o que foi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É o que foi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, lembro a V. Ex^a que o parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno diz o seguinte:

Art. 353 [...]

.....
Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

Apelo novamente para o espírito democrático do Senador Arthur Virgílio, e sei que S. Ex^a há de compreender o ofício, o dever do Presidente da Casa de interpretar o Regimento, como eu estou interpretando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em relação à boa-fé de V. Ex^a, eu não tenho dúvida alguma. V. Ex^a é aquele tipo de homem que quando erra, erra de boa-fé e quando acerta, acerta de boa-fé. Isto, todos reconhecem em V. Ex^a, isso está na sua face. Eu apenas cumpro, aqui, o meu dever de vigilância. Inclusive, V. Ex^a chegou a concordar comigo:

“De fato eu não proroguei a sessão”, como quem devesse ter prorrogado e não o fez, como quem tivesse se esquecido de prorrogar, não o tendo feito. Mas digo a V. Ex^a que o que está em jogo não é nem isso. O que está em jogo aqui, Sr. Presidente, é que nós tivemos o requerimento do Senador Jucá, que causou um enorme mal-estar aqui na Casa, que causou um clima que amanhã nos leva mesmo a interromper o funcionamento de todas as comissões técnicas da Casa, a romper o acordo feito para a votação do Orçamento, tudo aquilo que eu havia dito com muita clareza, com muita tranquilidade.

Estou pedindo a todos os Senadores tucanos que permaneçam no plenário, estou solicitando a todos eles que se inscrevam para a fase de discussão.

Eu serei, outra vez, o primeiro. Peço a inscrição em primeiro lugar, se nenhuma outra pessoa pediu. Gostaria de me inscrever outra vez e pedir que todos se inscrevam, todos falem, a menos que apareça de novo um daqueles requerimentos que nunca aconteceram nos meus quase seis anos de Senado. Em cinco anos e não sei quantos meses de Senado, nunca vi esse tipo de requerimento que visava cercear a opinião dos Senadores. E não obtive do meu amigo Suplicy, nem a fôrceps, não obtive a manifestação de S. Ex^a. Eu queria aquele Suplicy altaneiro, altivo, aquela figura rebelde. Fiquei mais triste do que qualquer outra pessoa ficaria.

Mas, muito bem, eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar bem claro que deu toda essa confusão, estamos aqui quase a 1 hora da manhã. Teríamos votado, se todos tivessem falado, muito antes, esta matéria. Não é fácil se votar uma matéria quando se tem uma oposição numericamente expressiva e se tem um governo determinado a votar. Não é fácil, mas teríamos votado antes, se tivéssemos feito o normal, seguido a praxe. Não seguimos a praxe. Houve a tentativa do golpe. O golpe foi rechaçado. Os Senadores ficaram indignados. Nunca vi o Senador Mão Santa tão indignado. Percebi que no Senador estava doendo a tentativa de lhe castrarem o mandato, de lhe castrarem a expressão, de lhe castrarem a vontade, de lhe castrarem a opinião. Isso é um mau começo. Isso corresponde ao espírito do café da manhã do Presidente Lula, àquela história de o Congresso não trabalha, eu trabalho. Nossa Senhora! Em verdade, a essa hora, ele deve estar onde? Eu sei onde estou, trabalhando eu aqui, a esta hora, enfim, junto com adversários e com companheiros.

Mas, Sr. Presidente, então, eu estou pedindo a todos os Senadores tucanos que se inscrevam para debatermos a matéria seguinte, e peço para ser o primeiro, deixando claro que vamos cumprir todas as etapas num processo que é nitidamente de obstrução, porque não temos interesse em ver aprovada esta medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... que é uma bofetada no rosto do Congresso.

Já concluo, Sr. Presidente.

Uma bofetada no rosto do Congresso, porque o Presidente disse que era urgente e era relevante, era relevante e urgente, portanto constitucional a medida provisória. Depois, para facilitar o caminho da CPMF, tira de circulação a medida provisória. Depois, torna a considerá-la urgente e relevante, para, enfim, chegar aos seus intentos. Manda para cá, atravança a pauta do Congresso. No final do ano, dizem que o Congresso

não trabalha, que pouco se votou, que pouco se fez... Eu, então, tenho todo interesse em debater ardentemente esta matéria, Sr. Presidente.

Portanto, eu serei o primeiro inscrito se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E a todos os companheiros meus solicito que façam a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação do item 1 da pauta.

Transcorre hoje a oitava sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à medida provisória não foram apresentadas emendas;
- a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 13 de fevereiro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Eudes Xavier (PT – CE);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 71, de 2007, e se esgotará no dia 19 de março de 2008;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 19 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Relator, certamente, lerá o seu relatório agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Relator-Revisor da matéria, o Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – S. Ex^a vai fazer um longo relatório, tenho muita certeza disso.

PARECER Nº 172, DE 2008 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 397, na verdade, revoga a Medida Provisória nº 385. O parecer que eu darei, apesar de ser um assunto relevante, a matéria perdeu a urgência porque matéria idêntica já foi aprovada na Câmara dos Deputados. Portanto, meu parecer é pela queda da urgência e, portanto, pela rejeição do princípio da constitucionalidade da urgência e relevância.

O voto é “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer do Relator revisor, Senador Romero Jucá, conclui pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Em votação os pressupostos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu lhe confesso que é como se eu tivesse recebido um *hook* no fígado. Eu não entendi. O Senador Romero Jucá votou contra o Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu votei contra a urgência da medida, tendo em vista que matéria idêntica já foi aprovada na Câmara. O meu parecer é contrário à urgência e relevância. Portanto, é contrário à medida provisória.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Isso é uma palhaçada, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É a segunda vez que esta matéria deixa de ser relevante e urgente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Está fazendo de brincadeira esta Casa, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É a segunda vez! Sr. Presidente, isso é um deboche, é um escárnio com o Congresso Nacional. É um desrespeito ao Congresso Nacional! É a segunda vez que esta matéria é considerada não urgente e não relevante, depois de ter sido considerada urgente e relevante pelo Presidente da República. Isso mostra, Sr. Presidente,...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um minuto só, Senador Jereissati.

Isso mostra a que ponto está chegando o desrespeito do Palácio do Planalto para com esta Casa. Ou esta Casa se dá o respeito... Minha avó tinha uma expressão... Minha avó às vezes era um pouco rude. Ela dizia: “Quem muito se abaixa, meu filho, aparece algumas coisas lá”.

Não é hora de se abaixar. É a segunda vez. Tudo porque o Governo quer votar, quer apreciar a tal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me falar. Fui vítima de uma violência. Isso é uma violência, Sr. Presidente. Fui vítima de uma violência agora. Eu não mereço essa sua campanha agora. Fui vítima de uma violência. Eu digo eu, a Oposição brasileira. Eu e a parte da população brasileira que quer um Congresso funcionando, independentemente do Poder Legislativo.

Eu quero o direito de falar. Eu quero o direito de expressar. Quero o direito de esperar. Ninguém vai me enforcar sem que eu esperneie. Eles querem enforcar a prerrogativa de este Congresso se manter de pé. Este Congresso vai se manter de pé, a depender de mim e a depender de todos os meus companheiros.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente, passou de todos os limites. Isso é uma palhaçada que não tem tamanho. Está se gozando com a cara do Congresso Nacional. Eu não tenho dúvida nenhuma mais dos intuitos deste Governo que está aí, e usando esse tipo de artifício e de palhaçada. Não dá mais para agüentar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É um desrespeito a V. Ex^a, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Se continuar desse jeito,...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a não deveria permitir isso, como Presidente da Casa, representante de 81 Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a não merece...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ficamos até uma hora da madrugada pelo direito de ação, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a não merece isso, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Esta Casa não merece e não aceita isso, Presidente. Eu não aceito isso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Implantou-se neste Senado uma ditadura política, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É a sem-vergonhice institucionalizada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Queremos respeito.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Encerre a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, não aceitamos isso. V. Ex^a, como Presidente da Casa, poderia encerrar esta sessão.

(Superposição de intervenções das Sr^{as} e Srs. Senadores.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Chega de canalhice aqui dentro!

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, tratar a gente igual cachorro!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É uma avacalhada desse Governo petista com o povo brasileiro, desmoralizando o Congresso Nacional.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Essa sessão não pode continuar, Sr. Presidente.

(Superposição de intervenções das Sr^{as} e Srs. Senadores.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Lamento que pessoas de bem entreguem seu caráter, seu pudor a peso de ...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é hora de impor a autoridade de sua Presidência. Está havendo um claro desrespeito ao Congresso Nacional.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É preciso defender o Congresso Nacional, Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O próprio líder do Governo vem se desmoralizar aqui. Desmoraliza com o Governo, com a Casa, com todo mundo, Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a, como Presidente da Casa, que não aceite essa avacalhada que o Executivo quer fazer com a Casa. Solicito a V. Ex^a... V. Ex^a poderia muito bem encerrar a sessão em nome do Congresso Nacional, em nome do Senado, Presidente, da democracia brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não deixar o Executivo fazer o que quer fazer com o Congresso Nacional. Lembre V. Ex^a que a única maneira de combater essa ditadura do Governo Lula é esta Casa. Todos estão rindo aí...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como líder do PSDB.

(Superposição de intervenção das Sr^{as} e Srs. Senadores)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não aceite, Sr. Presidente, em nome do Senado Federal, essa avacalhada que o Presidente da República quer fazer aqui através de seus representantes que votam por interesses pessoais.

(Superposição de intervenção das Sr^{as} e Srs. Senadores)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Conceda-me a palavra, como líder do PSDB, para me dirigir ao Plenário da Casa que pertence.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Honre a sua honra, Sr. Presidente. V. Ex^a foi eleito por nós Senadores. Encerre esta sessão, em nome da sua dignidade, em nome do Congresso Nacional, do Senado Federal e de todos os brasileiros que estão aqui representados por 81 Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a palavra como líder do PSDB para me dirigir a Casa a que pertence. Quero me dirigir ao Plenário, olhando nos olhos de cada companheiro, de cada adversário, daquela tribuna, se V. Ex^a me concede a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, vamos encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... para encaminhar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, como encaminhar? Nem discutimos, Sr. Presidente. Permita-me, estamos vivendo uma crise. Permita-me falar sobre essa crise.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai deixar o Senado Federal desmoralizar-se por causa do Líder do Governo, que se predispõe a fazer essa palhaçada aqui na nossa frente?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero falar sobre essa crise. Quero falar sobre essa crise aos meus companheiros. Quero recordar um episódio histórico. Tenho certeza de que vai sensibilizar V. Ex^a e, quem sabe, os corações e os cérebros das pessoas da base governista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a, para falar sobre essa crise. Há uma crise. Pode ser como Líder. Pode ser, Sr. Presidente, que nem fiquemos neste plenário...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Como Líder, ele já falou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pode ser que nem fiquemos neste plenário, tamanha a agudez da crise que vivemos. Não estou disposto a encaminhar coisa alguma por ora. Estou precisando de que V. Ex^a me conceda a palavra como Líder do Partido, para dirigir-me aos meus colegas sobre um momento de crise que significa a desmoralização do Congresso.

Se o resultado for um, encaminharemos e votaremos; se for outro, podemos nem ficar no plenário, deixando que o Governo faça o que quiser aqui, na noite de hoje. Peço a V. Ex^a a palavra como Líder de um Partido de Oposição do peso do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dou a palavra a V. Ex^a, se a tranqüilidade voltar ao plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho a impressão de que ela voltará, nem que seja com a nossa ausência em seguida.

Peço a V. Ex^a a palavra. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá cinco minutos improrrogáveis.

V. Ex^a, Senador José Agripino, usará da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

(Tumulto no plenário)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço que não conte o tempo, Sr. Presidente, antes de...
Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu era um jovem... Senador Tasso Jereissati... Senador Tasso Jereissati, gostaria muito de ser ouvido pelos meus colegas.

(Tumulto no plenário)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu não falei. O painel está marcando quatro minutos. (Pausa.)

Sr. Presidente, reponha o tempo, por favor, que vou começar a falar. Reponha o tempo.

Reponha o tempo, por favor, Dr^a Cláudia. Reponha o tempo, por favor. (Pausa.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs...

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

Senador Papaléo Paes, peço a V. Ex^a que me ouça.

Senador Garibaldi Alves, eu era um jovem Deputado Federal, e a ditadura militar mandara para o Congresso Nacional um decreto dito de arrocho salarial. Um grupo de pessoas, um grupo de jovens Deputados inexperientes, entre os quais eu próprio, o Deputado José Genoíno, o Deputado Márcio Santilli, o Deputado Domingos Leonelli, um grupo muito especial de companheiros, nós estávamos prontos para cometer um gesto de rebeldia imperdoável que redundaria na cassação dos nossos mandatos, que seria deslocar da Mesa o Presidente Nilo Coelho, caso ele respondesse a uma questão de ordem que havia sido formulada pela Liderança das Oposições de maneira comprometida com o Governo ditatorial.

Senador Mão Santa, V. Ex^a me honrará muito, se me ouvir com tranqüilidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Nilo Coelho foi responder à questão de ordem, e havia um *frisson*. As pessoas todas da chamada base governista – o Senador Renan Calheiros se lembra disso muito bem – estavam supondo que Nilo Coelho iria fazer o jogo do Palácio do Planalto. E o ditador de plantão se chamava João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Tive uma surpresa que me emocionou à época e que me emociona até hoje, até porque veio de onde eu não esperava. Eu vivia um certo maniqueísmo:

quem estava comigo, com meu Partido e com meus companheiros era bom, e quem estava contra mim, contra meu Partido e contra meus companheiros era alguém que não deveria merecer respeito. O Senador Nilo Coelho, sentado na cadeira de Presidente do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, iniciou a sua oração, dizendo as palavras que não precisariam ser seguidas de nenhuma outra. Ele disse: “Sou Presidente do Congresso Nacional, não sou Presidente do Congresso do PDS”. Ele decidiu a questão de ordem a favor do que lhe pedira a Liderança do PMDB – na época, se não me engano, encarnada pelo Deputado Freitas Nobre.

Sr. Presidente, aquilo a que assisti hoje aqui é um agravo a V. Ex^a. As conseqüências virão amanhã. As conseqüências começarão no momento seguinte ao do encerramento desta infeliz sessão.

Estou começando a ficar convencido, Sr. Presidente, de que estão pagando qualquer preço. Se é Eletrobrás para uns – a bancada da Eletrobrás já foi toda embora daqui –, se é essa TV estatal, que não sei para que serve, parece-me claramente que tem um caráter “fasticizante”, um caráter pouco democrático, a ponto de desrespeitarem, como fizeram, a autoridade de V. Ex^a; a ponto de fazer o que fizeram, neste momento, com a retirada da urgência, de novo, de uma medida provisória que não deveria nunca ter sido editada, porque jamais foi urgente, jamais foi relevante.

Sr. Presidente, sugiro ao Senador José Agripino, a quem ouvirei com o respeito e a admiração de sempre, uma coisa bem simples. Já que não se vai discutir a outra medida provisória; já que se percebe o Governo inebriado com essa tal “TV Chávez” dele – e não interprete como pressão sobre V. Ex^a, mas é uma decisão que vamos tomar –, esta sessão não tem a menor condição moral de continuar. Não tem.

Esta sessão não continuará com a minha presença, com a presença do PSDB. Esta sessão não continuará com a presença do DEM, a depender do que imagino que seja o pensamento do Senador José Agripino.

Quero ver o Governo referendar sozinho. Vá aprovar, numa sessão de fancaria, numa sessão falsa, numa sessão tipo feira do Paraguai, à base do golpe, sem ter legitimidade para fazê-lo, a tal TV e depois amargar uma convivência absolutamente dura, improdutiva e contraproducente com a bancada de Oposição.

Sr. Presidente, V. Ex^a não vai precisar, com o seu bom humor habitual, me fazer nenhuma observação a respeito do tempo. Hoje já falei mais do que todo mundo. Estou muito cansado, minha garganta me acusa isso.

V. Ex^a vai poder, tranqüilamente, decidir agora. Esta sessão não tem, repito, condições morais de ser mantida. V. Ex^a sabe disso no fundo de seu coração. No fundo de seu coração e de seu cérebro de homem honrado, V. Ex^a sabe disso.

V. Ex^a é um homem honrado. V. Ex^a hoje tem a oportunidade de afirmar o seu comando ou de simplesmente virar um Presidente do qual a bancada do Governo vai fazer o que quiser. Acima de tudo, o exemplo a ser seguido não é outro, é o exemplo de Nilo Coelho. V. Ex^a não é Presidente do Congresso do partido do Presidente Lula; V. Ex^a é Presidente do Congresso Nacional e deve, a esta altura, zelar pelo decoro, zelar pelo respeito, zelar intangibilidade da instituição que preside e para qual nós o indicamos com tanto afeto, com tanto calor, com tanta responsabilidade.

Esta sessão não prossegue com o PSDB. Poderá prosseguir num convescote governista, e as conseqüências virão amanhã, Sr. Presidente.

Por hora, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a estava aqui e, portanto, não viu a coisa mais triste que, na minha opinião, hoje aconteceu: no corredor, à direita, um grupo de Senadores ouvia atentamente a sua palavra. Por incrível que pareça, o Senador Sibá Machado, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Aloizio Mercadante e a Senadora Ideli Salvatti gargalhavam.

Não entendo, não entendo, não entendo: Ideli, Fátima Cleide, Sibá e Aloizio Mercadante gargalhando. Gargalhando de quê, Presidente Garibaldi? Da desmoralização da nossa Casa? Do discurso que V. Ex^a fez em sua posse condenando as medidas provisórias em excesso? E o que dizer das ridículas, como as que estamos apreciando?

Veja em que o Governo transformou o Congresso. O Senador Romero Jucá, lépido, fagueiro, rápido, sobe à tribuna e nega aquilo que entrou e saiu, entrou e saiu e, pelas mãos de S. Ex^a, saiu mais uma vez: saiu, junto com a MP, a credibilidade do Líder e a credibilidade do Congresso.

Temos a obrigação, Senador Tasso Jereissati, de manter a credibilidade. V. Ex^a foi Governador, eu fui Governador. Temos a obrigação de manter a credibilidade desta Casa. Não temos outro caminho senão esse. Nada de algazarra. Não!

Vamos nos retirar. Se querem aprovar essa brincadeira, que aprovem sozinhos; que apodreçam sós. Se querem aprovar a medida provisória da TV Pública,

aprovem sozinhos, apodreçam sós, prestem contas à opinião pública depois sozinhos. Nós não! Nós, não!

Desculpem-me a sinceridade. Eu tenho vergonha na cara e, pela vergonha na cara que eu tenho, convindo os meus companheiros para nos retirarmos deste plenário em manifestação de respeito ao Congresso Nacional e ao Senado da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de uma decisão extrema como essa, ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, esta sessão não tem sido uma sessão muito feliz, mas não pensem os senhores que a infelicidade recaiu apenas sobre a cabeça da Oposição ou sobre a cabeça do Governo. Esta sessão se tornou infeliz por erros cometidos de parte a parte, por excessos cometidos de parte a parte. Quem observou esta sessão com imparcialidade, quem observou esta sessão com tranquilidade, quem não se deixou envolver por esse clima emocional viu, lamentavelmente, que nós não nos comportamos à altura das nossas responsabilidades.

Não poupo ninguém. Eu sou rigoroso comigo mesmo. Sei que até mesmo eu posso ter cometido erros. Mas, se esta sessão transcorreu assim, não tenhamos o melancólico desfecho que V. Ex^{as} querem dar a ela, até porque, sendo ela apenas uma sessão, amanhã virá o dia seguinte, e o dia seguinte levará os senhores a uma reflexão. Ninguém, ninguém, movido por qualquer convicção, haverá de bater no peito e dizer que é dono da razão, ainda porque já se disse que só o tempo é o senhor da razão.

Vejo aqui que algumas pessoas assumiram o que, para mim, nunca se constituiu motivo de temor. Não tenho temor daqueles que se dizem donos da verdade. Não tenho temor daqueles que se dizem os donos do tempo e da hora das decisões. Eu tenho a minha consciência absolutamente tranqüila de que o meu comportamento não concorreu para o que está acontecendo e para o que vai acontecer melancolicamente nesta Casa.

Sonhei – sonhar é humano – com um Senado diferente; não sonhei com isto. Quando pedi para ser Presidente do Senado Federal, pensei que iria encontrar um Senado amadurecido para fazer as reformas e as mudanças necessárias para que se afirmasse como poder.

Mas o poder não se afirma por gritaria. Ninguém ganha no grito. Eu nunca havia gritado como hoje fui obrigado a gritar. É uma coisa, meus caros colegas Senadores e Senadoras...

Faço um apelo a V. Ex^{as}. Se quiserem, eu me disponho a suspender a sessão por alguns minutos para

que possamos ajustar uma conduta, um procedimento. Faço um apelo a todos no sentido...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, permita-me encerrar. Peço apenas para concluir e, depois, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, desculpem-me. Este não foi o Senado que sonhei presidir. Este não é o Senado que a opinião pública espera que vote as transformações de que este País precisa.

O Governo tem exorbitado, o Governo tem violentado este Congresso. Fui o primeiro a dizer isso, como V. Ex^{as} lembraram. Fui o primeiro a dizer isto durante a instalação dos trabalhos do Legislativo: este Governo está concorrendo para a queda das nossas instituições, para a fragilidade das nossas instituições.

Este Governo merece uma resposta, mas não a resposta que V. Ex^{as} estão dando. Permitam-me dizer isto: não é essa a resposta. A resposta a ser dada a este Governo é votar, para que as medidas provisórias não tranquem a pauta; é votar, para que as medidas provisórias sejam barradas. Devemos votar, como está lá na Câmara, uma proposta de emenda à Constituição. Pela primeira vez, temos um entendimento entre Senado e Câmara que vai possibilitar que essa proposta seja votada.

A resposta ao Governo não é essa que ouvi aqui. A resposta ao Governo é a votação dos vetos, que estão encalhados, que estão aí cheirando a mofo. A resposta ao Governo é uma proposta de emenda à Constituição que reformule a Comissão de Orçamento. Quem fala assim, quem diz isso não é um Presidente auxiliar do Governo. Não vim ser Presidente para ajudar o Governo, vim ser Presidente para ajudar a Nação! Meu compromisso não é com o Governo, mas não pense a Oposição que meu compromisso é com a Oposição. Não tenho compromisso nem com o Governo nem com a Oposição.

Não vim aqui para macular uma carreira que se fez vitoriosa ao longo do tempo, levando-me a ser, durante quatro vezes, o Deputado Estadual mais votado do Rio Grande do Norte, o Prefeito de Natal da redemocratização do País, o Senador que aqui chegou sem ter sido antes Governador e que aqui não se pôde demorar, porque o povo me convocou para ser seu Governador. E fui Governador eleito e reeleito.

Agora, voltei ao Senado. Não pensava em ser Presidente. Sou um homem modesto, rigoroso e mo-

desto comigo mesmo. Não pensei em ser Presidente; as circunstâncias me levaram a ser Presidente. Mas o que digo é que, se as circunstâncias concorreram para isso, não vou decepcionar como Presidente do Senado. Não me interessa o que a Oposição possa pensar! Não me interessa o que o Governo possa pensar! Vou dirigir o Senado com independência e com retidão.

Se V. Ex^{as} têm alguma coisa a dizer a mim, que não deixem para amanhã! Digam-me hoje, digam-me agora, levem-me para uma reunião em que possamos chegar a um entendimento!

Não podemos abrir mão de conquistas que se estão avizinhando. Não podemos abrir mão da possibilidade de termos, pela primeira vez, algo de concreto que faça barrar essas medidas provisórias que só vieram trazer a cizânia, a desunião e a desmoralização deste Congresso.

Eu gostaria de dizer estas palavras: já tenho um mandato muito curto, talvez o mandato mais curto da história dos Presidentes do Senado, e, se V. Ex^{as} quiserem encurtá-lo ainda mais, que o encurtem, mas não vou abrir mão das minhas convicções! Ninguém vai me desmoralizar. Ninguém vai se sobrepor a mim, não porque sou eu que estou deslumbrado com o poder. Ninguém vai se sobrepor a mim, porque, na verdade, estou aqui para dizer aos senhores que vim servir e não para ser servido. Eu, aqui, tenho uma oportunidade que agradeço aos senhores, mas os senhores, se quiserem retirar subitamente aquele crédito de confiança que me deram, retirem-no. No entanto, não contem comigo para ser condescendente com ninguém. Só vou ser aqui o Presidente que, se Deus quiser, irão reconhecer como aquele que não foi condescendente com ninguém, que não baixou a cabeça para ninguém, que foi um Presidente que sonhou com um Congresso melhor.

O sonho terminou em um sonho, não se transformou em uma realidade. Há um chavão, uma coisa que se repete, mas é importante que se diga: se você quiser apenas sonhar, você pode sonhar sozinho, mas, se quiser transformar o sonho em realidade, você tem de sonhar com todos.

Se V. Ex^{as} querem acabar com meu sonho, eu me recolho à minha realidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se me permite, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me V. Ex^a, é a emoção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Compreendo e respeito a emoção de V. Ex^a, porém, se o achincalho perpetrado pelo Líder do Governo em relação à medida provisória que seria a segunda matéria da pauta não é motivo para que V. Ex^a suspenda a sessão, não tenho outra saída...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... respeitando a sua emoção, a não ser lhe dizer que, neste momento, o PSDB se retira do recinto do plenário do Senado Federal, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero dizer a V. Ex^{as} que me dispus ao diálogo e que estou suspendendo a sessão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... para que amanhã não digam que fui intransigente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu suspendo a sessão por vinte minutos para que os Senadores possam, com a minha participação, refletir e assumir compromissos com o Senado Federal.

(Suspensa à 1 hora e 31 minutos, a sessão é reaberta à 1 hora e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está reaberta a sessão.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, já estando em andamento o processo de votação e não havendo acordo, vou continuar a votação desta matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E da próxima, Sr. Presidente, das duas medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Reservo-me a uma decisão a respeito da próxima matéria depois de apreciarmos esta. Não posso, de maneira nenhuma, interromper uma votação que já foi iniciada.

Então, após o parecer contrário do Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela rejeição da matéria.

Já que os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária não foram atendidos na sua plenitude, coloco a matéria e os pressupostos em votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que sou o único da oposição presente e que vou retirar-me em protesto aos recentes acontecimentos.

Lamento apenas, Sr. Presidente, que o Senador Romero Jucá, que hoje foi um herói, quero reconhecer, já tenha pautado V. Ex^a com relação às votações seguintes. Estou falando isso para a Nação, Sr. Presidente, para o País. Vamos nos retirar, lamentando que o Senador Romero Jucá, em um desrespeito à Casa, já tenha pautado as duas próximas votações, sem aguardar uma decisão de V. Ex^a. Vamos nos retirar. Os acontecimentos estão aí, a história está aí para ser contada, estão aí as imagens do que aconteceu para que todos analisem com cautela, com calma, com serenidade.

Lamentamos, Sr. Presidente. E concordo com V. Ex^a, este não era o sonho que V. Ex^a sonhava. Isto está se transformando num pesadelo, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Continuam em votação os pressupostos de relevância e urgência e a adequação financeira e orçamentária.

Vamos, então, colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados.

Rejeitados os pressupostos de relevância e urgência, a matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flávio Arns. Em seguida, o Senador Almeida Lima e, depois, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria que V. Ex^a esclarecesse um aspecto, se for possível, em relação ao item 2 da pauta, porque esta-

mos tratando da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E disse-mos, em relação à Medida Provisória nº 397, que ela não atende aos pressupostos constitucionais – acabamos de votar isso – de urgência, relevância e adequação financeira. Na minha ótica, se recusarmos essa medida provisória, passa a valer a Medida Provisória nº 385. Inclusive, a Câmara dos Deputados, dentro do parecer que li do Deputado Relator, votou pela urgência e relevância da 397, para revogar a 385. E nós, aqui, no Senado, votamos contrariamente à urgência e à relevância.

Então, parece-me que há um conflito entre a posição do Senado e a posição da Câmara e me parece que continua, de acordo com nossa decisão, vigendo a MP nº 385, que foi revogada na Câmara e que continua em vigor no Senado, salvo melhor juízo.

Eu gostaria de trazer essa questão de ordem a V. Ex^a para que houvesse, se possível, alguma orientação nesse sentido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para um esclarecimento ao Senador Flávio Arns, Sr. Presidente: essa matéria já foi aprovada como projeto de lei na Câmara dos Deputados. Então, ao cair a medida provisória, restabelece a 385, que também vai perder a eficácia por conta do prazo e vai ficar valendo o projeto de lei que já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Portanto, a matéria não tem nenhum prejuízo quanto ao resultado prático.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não. Quanto ao resultado prático, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite contraditar, sei que não há diferença, mas há um vício, na minha opinião, um vício formal de encaminhamento dessa matéria, porque na Câmara dos Deputados votaram pela urgência e pela relevância da 397, que revoga a 385. E o objeto dessa medida provisória já foi aprovado em lei em dezembro de 2007. Porém, aqui, no Senado, não votamos pela urgência e pela relevância. Nós a recusamos, porque a matéria não atende aos pressupostos – não sei por que não atende aos pressupostos se a Câmara decidiu de maneira contrária em relação à 397.

Na minha ótica – eu só queria que isto constasse, porque precisa ser esclarecido –, se se recusa a

397, continua valendo a 385, porque a 397 estava a revogar a 385. Na minha opinião, o Relator se equivocou no relatório. Deveria ter dito que são atendidos os pressupostos de urgência e de relevância. Deveríamos ter votado a favor da medida provisória, e não contra ela, porque, senão, também não vamos, na verdade, revogar a 385.

V. Ex^a me entende? Desculpe-me até por ter-me prolongado demais, mas acho que isso é algo importante, que vai dizer, eu até diria, da validade ou não da nossa votação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Garibaldi, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Tião Viana, pedindo a compreensão do Senador Almeida Lima e do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou levar menos de um minuto, Sr. Presidente.

Em se tratando dessa questão levantada pelo Senador Flávio Arns, trago apenas à memória do plenário do Senado que, há menos de três meses ou, no máximo, quatro meses, o Senador Romero Jucá subiu a esta tribuna para falar sobre medida semelhante. Disse que votava contra os pressupostos de urgência e relevância, e a Casa inteira concordou com ele. Não houve divergência de nenhum parlamentar. Entra a revogatória, e passa a vigorar a medida provisória que estava na Câmara dos Deputados.

Hoje é a mesma coisa. A medida provisória está lá, há alguns dias, em vigência, e ela passa a vigorar imediatamente, com a queda desta aqui. É um recurso absolutamente normal dentro do Parlamento em termos de interpretação. E há decisão do Supremo Tribunal Federal sobre esse tipo de procedimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima. Em seguida, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para prestar um esclarecimento, a despeito das palavras do nobre Senador Heráclito Fortes há poucos instantes.

S. Ex^a disse que estávamos pautando o trabalho da sessão de hoje. Devo dizer que, ao ser convocado para esta sessão, que é a 27^a, acompanho os trabalhos via *on-line*, instrumento regimental que nos indica a Ordem do Dia. Vejo, portanto, a pauta: o primeiro item; o segundo item, que acabamos de votar; o terceiro; o quarto; o quinto e se prolonga até o quadragésimo sexto item. Portanto, essa não foi uma pauta feita pela base

do Governo aqui no plenário, na noite de hoje. Essa é uma pauta previamente estabelecida pela Presidência e com as lideranças, para a qual fomos convocados com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer, de forma muito breve, o seguinte comentário: ao longo desta noite, mantive meu silêncio. Acho que foi a forma que encontrei de contribuir para que os trabalhos pudessem evoluir de forma positiva. Nos momentos mais tensos, tentei conversar e dialogar com a oposição e buscar sempre uma saída mediada, que é meu estilo.

Não consigo compreender por que meu sorriso possa criar qualquer tipo de constrangimento ou o que quer que seja. É da natureza humana – e, por sinal, um dos mais belos gestos da natureza humana –, e não havia outro sentido, a não ser rir de um comentário que me foi feito.

No entanto, entendo que essa pauta foi convocada, e, se foi difícil esta sessão, mais difícil é o Congresso, durante quase 40 dias, não estar votando, não estar debatendo, não estar confrontando matérias relevantes para a sociedade brasileira.

Esta noite, a matéria mais importante, no meu ponto de vista, é a votação que precisamos fazer. É a criação do sistema público de comunicações, porque o sistema público de comunicações está previsto na Constituição brasileira, no art. 223, há 20 anos! Há 20 anos que a Constituição estabeleceu que haveria um sistema privado, um sistema estatal e um sistema público, tarefa que o Congresso não concluiu, e para a qual este Governo busca encontrar um caminho.

Esse debate sobre a democracia; sobre o pluralismo; sobre o papel que os meios de comunicação têm na educação popular, na construção da cidadania; sobre o porquê de um sistema público em que haja controle da sociedade, em que haja outros mecanismos de participação da sociedade, dos meios de comunicação, que poderiam estar sob o controle do Governo, como a TVE e a Radiobrás, que estão sendo fundidas neste momento, esse debate precisamos travar nesta noite.

Foi a única matéria para a qual me inscrevi e gostaria, sinceramente, que pudéssemos iniciar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante.

Acredito que o Senador Flávio Arns, depois dos esclarecimentos prestados, concorda com o que foi aqui dito.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato, apesar de a assessoria também ter-me explicado, devo confessar a V. Ex^a que ainda continuo na dúvida.

Foi editada a Medida Provisória nº 397, que revoga a de nº 385, e o Supremo Tribunal Federal, conforme o Senador Tião Viana disse, afirma que uma medida provisória pode revogar outra medida provisória. Isso, inclusive, está no parecer. Até aí, está tudo bem. Mas os dois pareceres foram diferentes. O parecer da Câmara se deu no sentido de acatar a Medida Provisória nº 397, dizendo: “É relevante, é urgente. Com base nisso, está revogada a MP nº 385, cujo conteúdo já havia sido aprovado em novembro”. E nós, no Senado, estamos dizendo: “Não, não é urgente, não é relevante e não atende os pressupostos constitucionais”.

Então, nesse sentido, parece-me que, no mínimo, existe uma divergência entre o que a Câmara deliberou e o que o Senado deliberou. Quer dizer, existe uma divergência, que, parece-me, pode, eventualmente, causar algum transtorno na tramitação legislativa.

Então, é só esse ponto que, de fato, Sr. Presidente – até me desculpe pela insistência –, não ficou muito claro, para que eu pudesse entender.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço-lhe, Senador Flávio Arns, a compreensão. Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados a respeito da decisão adotada por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero fazer um registro antes de submeter à discussão e à votação a matéria seguinte, o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo. Infelizmente, não há aqui a presença do Senador Mário Couto. Sendo assim, vou apenas deixar registrado que, se S. Ex^a tivesse permanecido no plenário, ouviria minhas informações a respeito do que solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua adminis-

tração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação do item 1 da pauta.

Transcorre hoje a quinta sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à medida provisória 131 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 24 de outubro de 2007, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 de fevereiro último;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Valter Pinheiro (PT – BA);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 72, de 2007, e se esgotará no próximo dia 21 de março;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 27 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Renato Casagrande, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 173, DE 2008 – PLEN

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, devo dizer que o Projeto de Lei de Conversão nº 2 atende aos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência. Sugerimos a votação e a aprovação com relação à urgência e aos pressupostos constitucionais.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, eu me preparei para um debate mais acirrado com a Oposição, que, desde o primeiro momento, tomou a decisão de fazer um enfrentamento político nessa matéria.

Naturalmente, como Relator designado pelo Presidente do Senado, aprofundei-me no tema e debati-o com as entidades, com as pessoas do Governo ligadas ao setor da comunicação pública. Nesse processo de análise, de estudo, verificamos, Senador Marcelo Crivella, que, pela primeira vez, os princípios e os objetivos da radiodifusão pública brasileira estão colocados numa proposta. Pela primeira vez, Senador Renan Calheiros,

há a definição e a regulamentação de princípios e de objetivos para a radiodifusão pública.

Hoje, existe a Radiobrás. Ouvi, aqui, a argumentação de alguns Senadores e de algumas Senadoras da Oposição de que o Presidente da República, no programa “Café com o Presidente”, fez críticas ao Congresso Nacional, como se esse fosse um comportamento adotado após a edição da medida provisória. Já tínhamos o sistema Radiobrás, com a TVE do Rio, com a TVE do Maranhão. Já tínhamos e ainda temos esse sistema. Esse programa citado pela Oposição é feito pelo Presidente da República há muito tempo. Então, não é essa a razão do voto da Oposição ou da anunciada posição contrária à matéria, porque já existia antes dessa medida provisória, da proposta do Governo, o sistema Radiobrás.

Esse projeto, que estabelece princípios e objetivos, além de começar um debate efetivo sobre a rádio-comunicação pública brasileira, vai também fazer com que os Estados que têm sistema de comunicação – muitas vezes, esse sistema de comunicação não tem o controle da sociedade – possam ter, efetivamente, um sistema semelhante ao sistema nacional, com controle.

Além de estabelecer princípios e objetivos, a Medida Provisória cria também a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). E a questão da EBC é importante que seja votada – mesmo que não haja, aqui, a presença da Oposição – com tranquilidade, naquilo que estamos debatendo, posicionando-nos com tranquilidade com relação ao mérito.

Pela primeira vez, um diretor-presidente de uma empresa de comunicação vai ter um mandato de quatro anos. Será um mandato de quatro anos. Pela primeira vez, um diretor-presidente da EBC terá um mandato de quatro anos.

Pela primeira vez, teremos um Conselho Curador, com 22 membros, sendo um membro indicado pelo Senado, um membro indicado pela Câmara, não parlamentares, mas profissionais indicados pelo Senado e pela Câmara, como funciona no Conselho Nacional de Justiça, como funciona no Conselho Nacional do Ministério Público. Teremos um representante dos servidores, teremos quatro Ministros e quinze entidades da sociedade civil. Então, um Conselho Curador com diversas funções, entre elas a de estabelecer voto de confiança para o diretor. Se o diretor não tiver a competência para coordenar uma programação adequada para a empresa pública de comunicação, o Conselho Curador, que é um Conselho independente, vai poder dar o voto de desconfiança para que o diretor possa ser afastado de seu cargo e o Presidente faça uma nova nomeação. Esse voto de desconfiança é uma

inovação. Essa Empresa Brasil de Comunicação incorpora a Radiobrás. A Radiobrás não vai continuar existindo; ela será incorporada pela EBC, Senador Delcídio Amaral.

Esses exemplos demonstram, efetivamente, que passamos a ter, senão um projeto perfeito... E tenho algumas sugestões, que serão encaminhadas como sugestões, porque, se alterarmos o Projeto de Lei de Conversão, ele terá de retornar à Câmara e, portanto, não teríamos tempo de votar essa matéria, que é apoiada por todas as entidades do setor de produção, de comunicação, de jornalismo do Brasil. Todas as entidades fizeram um ato público aqui no Senado manifestando apoio à iniciativa. Se não votarmos essa matéria, vamos jogar a água suja com a criança fora. Então, precisamos votar a matéria e fazer as sugestões de aperfeiçoamento necessárias.

A Câmara a aperfeiçoou, e a aperfeiçoou bem. O Deputado Valter Pinheiro trabalhou bem ao apresentar uma fonte do Fistel, do Fundo de Telecomunicações, 10% da taxa de fiscalização. Isso vai dar R\$150 milhões por ano para ajudar a financiar a empresa. A empresa tem ouvidoria. Então, temos toda uma estrutura de controle social estabelecida. Se o Governo quisesse manter uma empresa e um sistema estatal ou governamental, permaneceria com a Radiobrás do jeito que ela era. Do jeito que ela era. Se quisesse permanecer, seria do jeito que ela era.

Então, estamos tranquilos no sentido de que votaremos votando um projeto que avança. Poderíamos avançar mais. Portanto, estou sugerindo e recomendando alguns pontos para o Governo, que poderá depois encaminhar como proposta de lei. Se o Governo não encaminhar, nós poderemos apresentar conjuntamente essa proposta aqui.

Ainda mais: a aprovação, pelo Senado, do Diretor Presidente. Aprovar, pelo Senado, o Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, para dar mais independência ainda. Passar de cinco para dez a produção independente. O mínimo de produção independente veiculado por essa empresa. E de dez para quinze a produção regional.

Quanto aos eventos esportivos, que a Câmara anunciou que a Empresa Brasil de Comunicação poderia transmitir, caso a empresa detentora do direito não transmitisse, estamos dizendo que, primeiro, a empresa pode oferecer a outra empresa privada e, depois, se nenhuma outra empresa privada quiser nem a empresa detentora, a Empresa Brasil de Comunicação pode, de fato, transmitir esses eventos esportivos.

Também há uma alternativa, qual seja, a de recomendarmos o veto a este art. 31, que é uma pos-

sibilidade real, que o Senador Romero Jucá já está tratando também.

Então, estamos encaminhando este tipo de sugestão. Mas, se o Governo achar que não há a possibilidade de encaminhar por iniciativa do Governo, acho que nós deveremos fazer essas apresentações, após a sanção dessa legislação.

Sr. Presidente, é o relatório pela aprovação da matéria.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 173, DE 2008

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007.

Relator-Revisor: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, é submetido à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências, oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória (MPV) nº 398, de 10 de outubro de 2007. Da ementa do ato normativo original não constava a referência à alteração da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) e dá outras providências, incluída em vista de dispositivo acrescentado pelo relator da matéria no art. 32 do PLV.

O texto final foi aprovado pela Câmara dos Deputados, com os respectivos destaques, no dia 26 de fevereiro de 2008, conforme parecer proferido em plenário pelo Relator, o eminente Deputado Walter Pinheiro, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da medida provisória; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela aceitação das Emendas de nºs 10,

12, 52, 59, 62, 72, 83 e 123, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A MPV nº 398, de 2007, tem dois propósitos bem definidos: (1) instituir os princípios e os objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e (2) autorizar a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O art. 2º da medida provisória estabelece que a prestação dos serviços de radiodifusão pública deverá observar os seguintes princípios:

- complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- promoção da cultura nacional, com estímulo à produção regional e à produção independente;
- autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo; e
- participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Desse modo, o sistema público de radiodifusão caracteriza-se pela autonomia editorial e de distribuição de conteúdo, bem como pela participação da sociedade civil no controle do cumprimento desses princípios. Observe-se que os sistemas privado e estatal devem respeito, igualmente, aos mandamentos constitucionais constantes do art. 221 da Carta Magna, que prevêem as finalidades educativas e informativas das programações, o estímulo à produção regional e à produção independente, reproduzidos no texto sob análise.

Com relação aos objetivos do serviço, a MPV estabelece, no art. 3º, que a radiodifusão pública deve:

- oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
- desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;
- fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação

na sociedade, garantindo o direito à informação do cidadão;

- cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

- apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento por intermédio do oferecimento de espaços para exibição de conteúdos produzidos pelos diversos grupos sociais e regionais;

- buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

- direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores; e

- promover parcerias e fomentar a produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão.

O art. 4º determina que esses serviços de radiodifusão pública serão prestados pela EBC. A empresa será constituída como sociedade anônima de capital fechado com participação mínima de cinquenta e um por cento da União em seu capital, admitindo-se na parcela restante a participação de entidades da administração indireta federal e de estados, municípios e seus órgãos da administração indireta. O Estatuto da empresa deverá ser publicado por decreto do Poder Executivo. A integralização do capital da União será efetuada com recursos das dotações orçamentárias destinadas à Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS), bem como pelos bens móveis e imóveis dessa entidade, que será incorporada à EBC.

A EBC sucederá a Radiobrás em seus direitos e obrigações, inclusive com respeito às outorgas de serviço de radiodifusão por ela exploradas.

O objetivo da EBC, expresso no art. 6º da proposição, é a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos. Dentre as competências da empresa figuram, a teor do art. 8º:

- implantação e operação de emissoras e redes de repetição e retransmissão de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

- colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, para a formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

- produção e difusão de programas de caráter informativo, educativo, artístico, cultural, científico, de cidadania e de recreação;

- formação e treinamento de profissionais especializados para as atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

- prestação de serviços de radiodifusão e comunicação, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

- distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal;

- exercício de outras atividades afins, atribuídas pelo seu Conselho Curador ou pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

A MPV estabelece a dispensa de licitação para a celebração de convênios de colaboração com entidades públicas e privadas de radiodifusão para formação da Rede Nacional de Comunicação Pública. Além disso, determina que a EBC possa ser contratada diretamente, com dispensa de licitação, por órgãos da administração pública para a realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

De outra parte, a norma autoriza a edição, por decreto, de regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

As receitas da EBC terão origem em dotações orçamentárias e na remuneração pelo exercício de suas atribuições legais, especialmente da exploração dos serviços de radiodifusão, da prestação de serviços de comunicação e de publicidade institucional e da distribuição da publicidade oficial, assim como de convênios que venha a celebrar ou de eventuais doações, legados ou subvenções. Cumpre registrar a expressa proibição à EBC para veiculação de anúncios de produtos ou serviços, a exemplo da que se aplica atualmente às emissoras educativas.

Tendo em vista a criação da EBC, a MPV determina que o contrato de gestão firmado entre União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) deverá ser repactuado, para redução de seu objeto. O referido contrato de gestão envolve a operação de um conjunto de emissoras de radiodifusão pela Acerp.

A estrutura da EBC é composta de Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Curador. O Conselho de Administração da EBC será integrado por cinco membros nomeados pelo Presidente da República: um presidente, indicado pelo ministro de Estado Chefe da Secretaria de

Comunicação Social da Presidência da República; o diretor-presidente da Diretoria Executiva; e três conselheiros, sendo dois deles indicados, respectivamente, pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministro de Estado das Comunicações, e um terceiro, nos termos do Estatuto.

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão mensais, autorizando-se a convocação de reuniões extraordinárias pelo seu presidente ou por dois terços de seus membros. As suas decisões dependem de aprovação por maioria simples, estando presente a maioria absoluta de seus membros, assegurado o voto de qualidade ao presidente, nos casos de empate.

A Diretoria Executiva da EBC, cujas atribuições deverão ser definidas pelo Estatuto, será integrada por um Diretor-Presidente, com mandato de quatro anos, e um Diretor-Geral, ambos nomeados pelo Presidente da República; e por até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. O Conselho Curador da EBC poderá emitir, por decisão da maioria absoluta de seus membros, voto de desconfiança com relação a membros da Diretoria Executiva. A emissão de dois votos de desconfiança em um período de doze meses, com interstício mínimo de trinta dias entre ambos, implicará a destituição do membro da Diretoria Executiva agravado.

O Conselho Fiscal será integrado por três membros, e seus suplentes, indicados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, vedada a recondução. Um dos membros representará o Tesouro Nacional, sendo também assegurada a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto. Suas reuniões serão realizadas a cada dois meses, ou por convocação do Conselho de Administração, tendo caráter deliberativo apenas quando contarem com a presença do Presidente e mais outro membro. As suas decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate.

O Conselho Curador, por sua vez, será integrado por vinte membros designados pelo Presidente da República, que sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público. Dentre eles, quatro Ministros de Estado, um representante dos funcionários e quinze representantes da sociedade civil, selecionados segundo critérios de representatividade regional, diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, após a realização de consulta pública. O representante dos funcionários terá mandato de dois anos, vedada a recondução, enquanto os representantes da sociedade civil terão

mandato, renovável apenas uma vez, de quatro anos, com exceção de uma parcela dos primeiros a serem designados, que deverão ter mandato de apenas dois anos, para assegurar que a renovação da composição do grupo não se dê em um único momento.

As reuniões do Conselho Curador serão realizadas, de forma ordinária, a cada dois meses, e, extraordinariamente, sob convocação de seu Presidente ou dois terços de seus membros. O Conselho Curador deverá, nos termos do art. 17 da Medida Provisória:

- aprovar as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas da política de comunicação proposta pela Diretoria Executiva da EBC;
- aprovar a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;
- zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos da e opinar sobre matérias a eles relacionadas;
- deliberar pela imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, relativo ao cumprimento dos princípios e objetivos da radiodifusão; e – eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

A MPV determina a adoção do regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para os empregados da EBC, que receberá em seu quadro de pessoal os funcionários vinculados à Radiobrás. Além desses profissionais, a EBC poderá contratar pessoal em caráter temporário para sua implantação, pelo prazo máximo de três anos, sendo dispensada, nesse caso, a realização de concurso público. A seleção dos empregados temporários, nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, será baseada na análise de *curriculum vitae*.

Autoriza-se, também, a contratação, em caráter excepcional, de especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no *capta* do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993.

Embora trate de matéria estranha ao objeto principal da norma, o art. 29 da MPV prevê a disponibilização gratuita, pelas prestadoras de serviços de TV a Cabo (CATV), de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), e de Televisão por Assinatura (IVA), bem como as prestadoras de outros serviços afins, independentemente da tecnologia empregada, que vierem a ser disciplinados

pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), de dois canais para uso do Poder Executivo Federal, a serem operados pela EBC. Um destinado ao estabelecimento da Rede Nacional de Comunicação Pública e outro para a transmissão de atos e matérias de interesse do Governo Federal.

O PLV nº 2, de 2008, traz alterações importantes em relação ao texto original da Medida Provisória.

Em primeiro lugar, é digna de nota a alteração referente à localização da sede da EBC. Pelo novo art. 6º proposto, a empresa terá sede e foro em Brasília, mantendo como principal centro de produção o localizado na cidade do Rio de Janeiro. Poderá, no entanto, instalar escritórios e unidades de produção e radiodifusão em qualquer local.

De forma a garantir espaço para exibição de produções regionais e independentes, o art. 8º passa vigorar acrescido de um inciso IX que obriga a EBC a garantir na sua programação semanal a veiculação de, no mínimo, dez por cento de conteúdo regional e cinco por cento de conteúdo independente, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre seis e vinte e quatro horas.

No art. 17 do PLV, que trata do Conselho Curador da EBC, o relator acresce dois parágrafos de modo a legitimar a indicação a ser feita por entidades da sociedade civil para sua composição. Adicionalmente, prevê, mediante um novo inciso V, que as deliberações do colegiado devem ser encaminhadas ao Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional para as questões relativas às comunicações.

Quanto à composição do Conselho Curador, o PLV determina, a partir de alterações no art. 15, que também farão parte desse órgão dois novos membros, na qualidade de representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A inovação constante do art. 20 do PLV é a criação, no âmbito da EBC, de uma Ouvidoria com competência para exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação.

Outro dispositivo alterado é o que dispõe sobre formas de a EBC auferir receitas. O PLV aprovado na Câmara dos Deputados determina, no inciso XII do art. 11, que a EBC poderá receber recursos de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e os objetivos da radiodifusão pública, e, para maior clareza, define “apoio cultural” e “publicidade institucional”, limitada, esta última, a quinze por cento do tempo total de programação da EBC (§§

1º e 2º). Veda, ainda, no inciso VII do mesmo artigo, a veiculação de anúncios de produtos ou serviços.

De outra parte, o relator propõe nova redação ao art. 29 da MPV, que trata da extensão às outras modalidades de televisão por assinatura, da obrigatoriedade de disponibilizar ao público os chamados canais de programação de distribuição obrigatória válida, atualmente, apenas para operadoras de televisão por cabo. Além de disponibilizar canais obrigatórios para EBC e para a emissora oficial do Poder Executivo, prevê um canal para a Câmara dos Deputados, um para o Senado Federal e outro para o Supremo Tribunal Federal. Determina ainda que, no caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios, fica o órgão regulador de telecomunicações responsável pela designação dos canais que deverão ser oferecidos.

Outra inovação apresentada pelo Deputado Walter Pinheiro, constante do art. 31 do PLV, diz respeito à garantia de que os sinais de eventos desportivos de interesse nacional, objetos de contratação com exclusividade e que não forem transmitidos na televisão aberta, sejam colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral. Além disso, o parágrafo único do dispositivo determina que no caso de a emissora não ter gerado o respectivo sinal, deverá autorizar a EBC a fazê-lo, alternativamente.

Por fim, o art. 32 do PLV nº 2, de 2008, contém proposta incluída na Câmara dos Deputados com vistas ao financiamento do sistema de radiodifusão pública. Trata-se da criação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública.

Na prática, a nova contribuição terá como valor dez por cento dos valores da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), devida ao Fispel por todas as prestadoras de serviços de telecomunicações e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Para manter a carga fiscal das empresas, que recolhem a referida taxa, alterou-se o art. 8º da Lei do Fispel, que trata da TFF, reduzindo seus valores para quarenta e cinco por cento, ao invés de cinquenta por cento, dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação. O inciso III do art. 111 do PLV determina que no mínimo setenta e cinco por cento dos recursos da contribuição devam constituir receita da empresa, que, assim, pode se tornar menos dependente de recursos orçamentários.

II – Análise

Cabe, de início, em atendimento ao que determina o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, emitir parecer quanto à constitucionalidade, à adequação financeira ou orçamentária e ao mérito da medida provisória sob exame, inclusive quanto à urgência e relevância da matéria tratada.

No que tange à constitucionalidade da medida, não há reparos a fazer. A medida provisória foi editada em conformidade com as normas previstas no art. 62 da Constituição Federal e no § 1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

Verifica-se, ainda, que se trata de matéria não incluída entre aquelas assinaladas como de competência exclusiva do Congresso Nacional – art. 49 – ou do Senado Federal – art. 52 –, caracterizando-se como tema tipicamente enquadrado no art. 48 da nossa Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a disposição sobre as matérias de competência da União, na forma de leis.

Adicionalmente, não dispõe o texto da MPV sobre matéria cuja deliberação ou tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos no art. 60, § 4º, da Carta Magna.

De outra parte, a autorização para criação da EBC por meio de medida provisória que trata também da instituição de princípios e objetivos da radiodifusão pública não representa violação à exigência do art. 37, XIX, da Constituição, a partir da qual autorizações para criação de empresas públicas sejam firmadas em leis específicas, tendo em vista que essa matéria relaciona-se diretamente aos objetivos institucionais da empresa.

A contratação sem concurso público de pessoal para implantação da EBC, se realizada nos termos previstos pelo PLV, limitando-se ao pessoal técnico e administrativo imprescindível para esse fim e pelo prazo máximo de três anos, não representa violação ao princípio constitucional de vinculação da investidura em cargos públicos à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Essa medida insere-se harmonicamente na previsão de contratação de pessoal por tempo determinado em razão de necessidade temporária de excepcional interesse público do art. 37, IX, da Constituição Federal. O processo simplificado de seleção e os requisitos da contratação temporária encontram-se em conformidade com as disposições da legislação específica.

Com relação à permissão de dispensa de licitação para a EBC celebrar convênios para implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública, o questionamento possível situa-se no campo do mérito e da conveniência da medida, uma vez que, do ponto de vista constitucional e legal, ela se afigura válida.

Segundo avaliamos, a proposição está também adequada do ponto de vista econômico-financeiro. Por um lado, a EBC sucederá a Radiobrás, incorporando seu patrimônio e absorvendo seu quadro de pessoal. Por outro, como a nova empresa poderá obter recei-

tas de diversas fontes, inclusive da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão criada por emenda do relator da matéria na Câmara dos Deputados, é lícito prever que não haverá necessidade de aumento de recursos orçamentários.

Com respeito ao cumprimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, é nosso entendimento que a relevância da matéria é incontroversa, tendo em vista que a MPV nº 398, de 2007, passados quase 20 anos da promulgação da Carta Magna, dá positivação legal ao mandamento que estabelece a existência do sistema público de radiodifusão, como complementar aos sistemas privado e estatal, por meio da construção de um arcabouço jurídico-administrativo que normatiza sua exploração.

Com efeito, a Constituição Federal, no **caput** de seu art. 223, estabelece o princípio da complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal de radiodifusão. Vale ressaltar que a exploração dos serviços de radiodifusão foi objeto de acirrados debates quando da elaboração da Carta de 1988. Questionavam-se, fundamentalmente, os fins e os limites de atuação das emissoras concessionárias de um bem público, assim entendidos os canais de rádio e televisão e as frequências a eles associadas, o seu uso com finalidades estritamente comerciais, sem considerar os interesses culturais, informativos e educacionais da população a quem deveriam servir.

Resultou do debate constituinte a previsão da existência de uma forma mista que, mantendo o direito à exploração comercial dos meios eletrônicos, desde que atendidas exigências mínimas, e suprindo as necessidades de programações institucionais do Governo, por meio do sistema estatal, garantisse voz a crescentes segmentos da sociedade por meio de um sistema público de comunicação.

Registre-se, ainda, por oportuno, que a distinção conceitual entre o sistema público e o sistema estatal também mereceu a atenção dos constituintes, pondo fim ao falso entendimento de que a “coisa pública” é necessariamente “do governo”. Prevaleceu o entendimento de que o sistema estatal de comunicação é aquele controlado pelo Executivo, do qual fazem parte as TV Educativas atualmente em operação, e o sistema público de comunicação, aquele a ser gerido por organizações autônomas, com estatuto próprio, e sob o controle da sociedade civil.

De outra parte, consideramos presente o requisito da urgência, tendo em vista a necessidade de se promoverem a reestruturação e os ajustes previstos no ato, sem que o funcionamento e a operação das emissoras envolvidas sofressem solução de continuidade. Para além do argumento constante da Mensagem

Presidencial nº 747, de 2007, de urgente necessidade de adequação ao início das transmissões da televisão digital no País, a instituição do serviço de radiodifusão pública por meio de medida provisória justifica-se pela repercussão de suas determinações.

Observe-se que não se cuida, na medida provisória sob análise, da criação de uma nova ou de novas emissoras de radiodifusão de sons e imagens. Na verdade, nos termos previstos na MPV, propõe-se um novo formato de gestão para emissoras já existentes, com a otimização dos recursos materiais e humanos pertencentes à Radiobrás e à Acerp, mantenedora da TVE-RJ e da TVE-MA. A EBC sucederá a Radiobrás nos seus direitos e obrigações, e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal (art. 22, § 2º), além de receber, por transferência, as outorgas por ela atualmente exploradas (art. 24). De outra parte, incorporará o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp (art. 26, §§ 3º e 4º).

A par da complexidade inerente a processos de incorporações de patrimônio, absorção de atribuições e transferências de competências no âmbito da administração pública, é preciso ter em mente os reflexos das medidas aqui propostas sobre os servidores desses órgãos. Trata-se de um universo integrado por 2.431 funcionários, 1.067 servidores da Radiobrás, 1.126 da TVE do Rio de Janeiro e 219 na TVE do Maranhão, que não poderiam ficar expostos à insegurança da natural morosidade do rito legislativo bicameral.

Desse modo, somos de parecer que as disposições baixadas não poderiam ser submetidas ao processo legislativo ordinário, por envolverem matéria carente de normatividade dotada de vigência e eficácia imediatas.

Do ponto de vista da competência para explorar o serviço de radiodifusão pública, observe-se que, no Brasil, a exemplo do modelo norteamericano, o controle da radiodifusão pelo Estado tem como fundamento o chamado **trusteeship model**, no qual os radiodifusores atuam como **trustees**, ou fiduciários do público, sob controle governamental. De natureza pública, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cuja exploração compete diretamente à União, são outorgados, mediante autorização, concessão ou permissão, à exploração privada de terceiros.

Note-se que a delegação de tarefas que lhe competiria com exclusividade não quebra a posse do Estado aos bens naturais, do qual faz parte o espectro de frequências eletromagnéticas. Não se despoja o poder concedente de suas prerrogativas apenas delegando a execução dos serviços, sempre sujeitos a sua regulamentação e fiscalização. Age, portanto, em nome do

público receptor, devendo garantir que a exploração de tais serviços seja sempre e sobretudo exercida em função do interesse público.

Nesses termos, a EBC é competente para prestar os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo. Os programas poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras, além de outras entidades públicas ou privadas parceiras.

Ressalte-se, no entanto, que, embora a Constituição Federal preveja a existência de um “sistema” de radiodifusão pública, a norma restringe-se a regular a prestação do serviço pelo Poder Executivo, sendo omissa com relação a órgãos dos estados, municípios, do Distrito Federal, bem como de outros poderes, igualmente competentes para a prestação do serviço, nos termos da legislação em vigor.

Por fim, manifestamo-nos quanto ao mérito da iniciativa e sobre as alterações constantes no PLV.

Em importante ensaio sobre comunicação, o Professor Octavio Ianni consegue fazer justiça, talvez de forma definitiva, à centralidade que os meios de comunicação eletrônicos desfrutam nas sociedades modernas. Como sucedâneo de **O Príncipe**, de Maquiavel, e do **Moderno Príncipe** de Gramsci, surge **O Príncipe Eletrônico**, arquiteto da ágora eletrônica, onde todos estão representados e refletidos e sem o qual seria difícil compreender a teoria e a prática da política.

Nosso **Príncipe Eletrônico** constitui entidade presente, predominante e ubíqua, permeando todos os níveis da sociedade. De fato, no atual cenário de convergência tecnológica fica cada vez mais evidente a influência dos meios de comunicação em um ambiente de proliferação quase infinita da oferta de canais de áudio e vídeo proporcionada pelo recente desenvolvimento de tecnologias de distribuição de sinais mais modernas, que já vem sendo chamado de “democracia eletrônica”.

Embora sedutoras do ponto de vista da oferta de uma gama maior de programas e de informação, essas promessas ignoram ou escondem importantes obstáculos à sua concretização. A peculiar economia da indústria de comunicação, considerada pela teoria econômica como exemplo de um mercado imperfeito, faz a livre competição praticamente impossível. O fenômeno de economia de escala característico do setor torna a entrada de novos operadores extremamente difícil.

Assim, são necessários mecanismos legais de regulação que possibilitem a correção dessas disfunções. No caso em tela, a impossibilidade de o mercado se ordenar sozinho e manter o equilíbrio entre os

sistemas previstos no art. 223 da Constituição Federal justifica a edição da norma para a criação do serviço de radiodifusão pública.

De fato, o próprio desenvolvimento técnico-industrial da televisão no País gerou uma centralização da produção no Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, e a conseqüente hegemonia cultural da região. A estruturação do sistema de radiodifusão em redes nacionais, ao mesmo tempo em que oportunizou a construção de uma “identidade nacional”, relegou a difusão autônoma da cultura regional e local a segundo plano. Olhares independentes, visões diferentes, outras palavras ficaram de fora das telas de nossa televisão.

Esse, em nosso entendimento, o mérito fundamental da MPV n° 398, de 2008: o de abrir o espectro de radiodifusão brasileiro para a manifestação de múltiplas identidades, em um movimento que pode ser chamado de um “florescimento de várias telas”. O modelo institucional da radiodifusão pública possibilita, em todo o mundo, a geração de programação não-pautada pela necessidade do faturamento e das ingerências políticas. Essa a promessa que a MPV propõe-se a cumprir com vistas à efetiva democratização da comunicação em nosso País.

Por fim, quanto às alterações feitas pelo PLV n° 2, de 2008, somos de parecer que elas vão no sentido do aperfeiçoamento da proposição.

Convém, por sua repercussão, comentar em maior detalhe a criação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (art. 31). Segundo o relator da matéria, esse tributo, a ser recolhido pelas empresas de telecomunicações e de radiodifusão, e descontado, na mesma proporção, do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, gerará uma receita anual próxima a R\$150 milhões. Desses, setenta e cinco por cento constituirão receita da EBC, de forma a “aumentar seu grau de autonomia e independência financeira em relação ao Governo Federal”.

No que se refere a essa Contribuição, observamos que há previsão expressa de seus contribuintes, fato gerador, valor devido e destinação. Além disso, o art. 33 determina que a contribuição somente será cobrada a partir do ano seguinte ao da publicação da conversão em lei da proposição em análise (art. 150, III, b, da Constituição Federal).

Quanto ao meio utilizado para a instituição da mencionada Contribuição, já está sedimentado que a criação de nova contribuição de intervenção no domínio econômico não exige lei complementar, razão pela qual a utilização de Medida Provisória revela-se viável (art. 62, § 1º, III, da Constituição Federal).

Em virtude da instituição dessa nova contribuição, toma-se possível a redução da taxa prevista no art. 80 da Lei n° 5.070, de 7 de julho de 1966, tal como proposto no art. 32, sem que se comprometa o equilíbrio fiscal exigido pela Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). De acordo com o art. 33 da proposição, a eficácia do art. 32, que concede o benefício fiscal, ocorrerá no mesmo momento em que a nova contribuição passará a ser devida.

Dessa maneira, não vislumbramos óbices à criação da nova Contribuição, nos termos em que foi estabelecida.

III – Recomendações

Nada obstante, ao longo do presente parecer, tenhamos reconhecido os louváveis princípios introduzidos pela Medida Provisória n° 398, de 2007, entendemos que o texto que chega da Câmara dos Deputados para revisão desta Casa poderia sofrer ajustes pontuais.

Trata-se de praxe regimental, prevista no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o oferecimento de emendas, pelo próprio relator ou pelos demais senhores Senadores, com vistas ao aprimoramento das matérias em tramitação ordinária. Esse seria o caminho natural para oferecermos nossas contribuições ao texto sob análise. No entanto, por se tratar de iniciativa apresentada mediante medida provisória, cuja eficácia se expira nos próximos dias, ficamos inibidos de assim proceder, sob o risco de não-aprovação da matéria.

Observe-se que, conforme estatui a Constituição Federal, no § 8º do art. 62, a apreciação das medidas provisórias tem seu início na Câmara dos Deputados. A Resolução n° 1, de 2002, do Congresso Nacional (CN), que regula a tramitação dessas espécies normativas, por seu turno, estabelece, no art. 6º, um prazo para que a Câmara analise estes instrumentos normativos. Assim, aquela Casa tem até o 28º dia de sua vigência para concluir seus trabalhos. Antes de esgotar-se esse prazo, deverá, então, a medida ser encaminhada ao Senado, que a apreciará até o 42º dia de sua vigência. Embora possa ser analisada pelo Senado, decorridos os 28 dias de sua publicação, e antes da conclusão dos trabalhos pela Câmara, a proposição somente poderá ser aqui votada após finalizada a deliberação naquela Casa (art. 7º).

Ocorre que, em certos casos, a apreciação da Câmara dos Deputados não se conclui no prazo estipulado pelo art. 6º. Assim, quando a matéria chega ao Senado, a discussão e a votação têm de ser feitas rapidamente, para que se cumpra o prazo constitucional.

O resultado é uma célere apreciação na análise e julgamento das iniciativas presidenciais, pelo Senado Federal, consubstanciadas nas medidas provisórias. Nesse contexto, faz-se necessário uma revisão do rito de tramitação das medidas provisórias, de modo que o Senado não seja afetado por uma eventual morosidade na deliberação dessas normas.

Ante o exposto, e tendo em vista nosso parecer pelo mérito irrefutável da MPV em análise, pelo que representa para a democratização da comunicação no país, apresentamos nossas contribuições sob a forma de recomendações. Para fins de sistematização, discorreremos, a seguir, sobre os arts. 8º, 19, 29 e 31, os quais, em nosso entendimento, merecem ajustes de natureza conceitual e/ou redacional, e apresentamos sugestões de alteração dos respectivos dispositivos. As numerações dos artigos referem-se àquelas constantes do PLV nº 2, de 2008.

– Sobre o art. 8º, inciso IX

Cabe, em primeiro lugar, fazer referência ao preceito constante do inciso IX do art. 8º do PLV nº 2, de 2008, que trata de garantir percentuais mínimos para veiculação de conteúdo regional e de produção independente. De fato, a concepção de medidas que incentivem a produção e a veiculação dessas manifestações artísticas, culturais e jornalísticas é exigência da maior importância para a afirmação e a valorização de nossa cultura, de nossa identidade.

Temos, hoje, no País, uma televisão aberta livre e gratuita, um modelo reconhecido internacionalmente, que oferece programação brasileira de qualidade. Em tempos de convergência tecnológica, no entanto, a demanda por conteúdo audiovisual só tende a crescer, e o País precisa estar preparado para produzi-lo e ofertá-lo. A digitalização dos meios de transmissão acaba com a escassez de canais e abre a perspectiva de maior espaço para a veiculação de variados conteúdos. É recomendável, portanto, que esse novo ambiente estimule o fomento à produção do conteúdo nacional proveniente de variados emissores.

Nesse sentido, propomos alteração do inciso IX do art. 8º, aumentando, para quinze por cento o percentual mínimo de conteúdo regional e para dez por cento o de conteúdo de produção independente a serem veiculados pela TV Brasil semanalmente, nos seguintes termos:

– Dê-se ao inciso IX do art. 8º do PLV nº 2, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 8º

IX – garantir os mínimos de quinze por cento de conteúdo regional e de dez por cento

de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre seis e 24 vinte e quatro horas.

(NR)

– Sobre o art. 19

O dispositivo trata da composição da Diretoria Executiva da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Tendo em vista a natureza e a dimensão das atribuições confiadas ao Diretor Presidente da EBC, e por ser este, dentro da estrutura gerencial do órgão o único com mandato fixo preestabelecido, consideramos razoável que o nome escolhido para o cargo seja submetido à aprovação do Senado Federal, a exemplo do que ocorre para candidatos a titulares de agências reguladoras e diretorias do Banco Central.

A repercussão das determinações constantes do instrumento, porém, a reestruturação e os ajustes previstos no ato, além da necessidade de que o funcionamento e a operação das emissoras envolvidas não sofressem solução de continuidade, exige que se excetue da determinação prevista no artigo o Diretor Presidente já empossado.

Nesses termos, recomendamos a seguinte redação para o art. 19 do PLV nº 2, de 2008:

– O art. 19 do PLV nº 2, de 2008, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º, renumerando-se os atuais:

“Art. 19.

§ 3º O Diretor Presidente será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, nos termos da alínea f, do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 4º A obrigatoriedade de aprovação pelo Senado Federal do titular ao cargo de Diretor Presidente aplica-se apenas aos mandatos com início após a entrada em vigor desta Lei.

..... ” (NR)

– Sobre o art. 29

O dispositivo determina que as prestadoras de serviços de televisão por assinatura deverão tornar disponíveis, em sua área de prestação, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória para utilização pela EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pela emissora oficial do Poder Executivo.

Esclarece, em seu parágrafo único que, no caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios, o órgão regulador

de telecomunicações deverá dispor sobre que canais deverão ser oferecidos aos usuários.

A nosso ver, uma das grandes conquistas com vistas à democratização dos espaços televisivos foi a introdução do conceito dos chamados “canais de acesso público” na legislação que normatiza a TV a Cabo no País. Com base nesse princípio, estabelecido pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, foi possível, por exemplo, ao Legislativo Federal aperfeiçoar seu sistema de comunicação, criando a TV Senado e a TV Câmara, veículos fundamentais de aproximação do Parlamento com a sociedade.

Entretanto, esses canais só podem ser acessados, além dos municípios que dispõem da TV Senado e da TV Câmara em radiodifusão aberta, pelos assinantes de serviço de televisão via cabo, já que a legislação que regula os demais serviços de distribuição de sons e imagens por assinatura é omissa nesse particular. O art. 29 do PLV pretende, assim, determinar que as prestadoras do Serviço Especial de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) e do Serviço Especial de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), ou por qualquer outra forma de transmissão que vier a ser desenvolvida, também devam reservar canais, nos termos em que especifica.

Em que pese concordarmos com a importância, para a Democracia, de que se disponibilizem esses canais ao maior contingente possível de telespectadores, entendemos ser necessário considerar as diferenças técnicas entre as modalidades de serviço de televisão por assinatura hoje disponíveis.

O serviço de TV a cabo, regulamentado pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, não apresenta as limitações na quantidade de canais transmitidos presentes nas demais modalidades. A depender do dimensionamento e capacidade das redes das operadoras, o número de canais pode ser virtualmente ilimitado.

Não é essa, entretanto, a realidade no DTH e no MMDS, que se utilizam do espectro radioelétrico para viabilizar suas transmissões. Destaca-se, sobretudo, o caso do MMDS, que ainda operando com tecnologia analógica, tem capacidade de veiculação de apenas 31 canais. Assim, as determinações constantes da proposição comprometeriam sobremaneira a grade de programação dessas operadoras. Por outro lado, ao migrar para a tecnologia digital, o número de canais do MMDS aumenta consideravelmente, o que torna possível a aplicabilidade da norma proposta.

Nesse sentido, propomos que apenas as novas operações de DTH e MMDS estejam vinculadas às obrigações de disponibilização dos canais previstos pelo art. 29 do PLV nº 2, de 2008, de modo a formatar, da melhor maneira, sua grade de programação.

Nesses termos, recomendamos a seguinte redação ao art. 29 do PLV nº 2, de 2008:

– O art. 29 do PLV nº 2, de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único:

“Art. 29

.....

§ 2º Para as modalidades de televisão por assinatura não reguladas pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, o disposto no **caput** aplica-se, exclusivamente, às operações outorgadas a partir da vigência desta Lei. (NR)”

– Sobre o art. 31

O PLV nº 2, de 2008, em seu art. 31, garante que os sinais de eventos desportivos de interesse nacional, objetos de contratação com exclusividade e que não forem transmitidos na televisão aberta, sejam colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral. Além disso, o parágrafo único do dispositivo determina que, no caso de a emissora não ter gerado o respectivo sinal, deverá autorizar a EBC a fazê-lo, alternativamente.

Conquanto se possa concordar com a conveniência de dar à população em geral o maior acesso possível a eventos desportivos de que participem equipes e atletas brasileiros, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a fórmula proposta pelo relator da matéria na Câmara dos Deputados para viabilização de tal intento.

Em primeiro lugar, observe-se que, no que tange à transmissão de eventos esportivos, duas práticas de mercado são verificadas, especialmente no futebol. Note-se que os direitos de transmissão de eventos esportivos pertencem às entidades de prática desportiva, por força do art. 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé).

Assim, ao negociar esses direitos com determinada emissora, os clubes estão firmando contrato particular, relativo a relações comerciais entre entidades privadas. É preciso ter em mente que a aquisição de direitos de transmissão de eventos esportivos insere-se na estratégia empresarial das emissoras de televisão, já que são extremamente valorizados por seu grande poder de geração de audiência e de atração de assinantes, no caso de televisão por assinatura. Também não se pode deixar de lembrar que estamos tratando de situações em que há custos operacionais e comerciais envolvidos e que é direito dos produtores e programadores de conteúdo decidir quem pode distribuir suas obras e de que forma.

No caso em tela, nem todos os eventos adquiridos são efetivamente transmitidos devido à sua simultaneidade, à transmissão de outros programas, aos custos

elevados de transmissão e devido à falta de interesse comercial em face dos elevados custos. Por isso mesmo, a exigência de que a detentora do direito de transmissão ceda graciosamente à EBC os direitos sobre determinado evento poderia ser questionada do ponto de vista da quebra de contrato de exploração de serviço de radiodifusão e do não-restabelecimento do equilíbrio das condições econômico-financeiras originalmente pactuadas.

Nos casos em que a emissora prefira, por estratégia comercial ou por falta de capacidade operacional, não transmitir o evento ou parte deste, poderá oferecê-lo a outro interessado para ser retransmitido, mas mediante o pagamento de valor compatível com o mercado. Tal raciocínio encontra respaldo em decisões das autoridades que tratam de matéria concorrencial: a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Assim, recomendamos a seguinte alteração ao art. 31 do PLV nº 2, de 2008:

– Dê-se ao art. 31 do PLV nº 2, de 2008, a seguinte redação:

“ Art. 31. No caso de o detentor dos direitos de exclusividade, para a transmissão, através do serviço de radiodifusão de sons e imagens, de eventos esportivos de relevante interesse nacional, de que participem equipes e atletas representando oficialmente o País, optar por não transmiti-los, oferecerá os direitos de transmissão a terceiros interessados, mediante ressarcimento dos valores envolvidos na aquisição.

Parágrafo único. Sem prejuízo do que determinam os arts. 42 e 84-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, no caso de não haver interessados na aquisição dos direitos para a transmissão do evento, a detentora deverá ceder os sinais gratuitamente à EBC”. (NR)

IV – Voto

Os elementos anteriormente expostos, a título de recomendações, não depõem, de forma alguma, contra a essência dos princípios constantes do PLV nº 2, de 2008, proveniente da MPV nº 398, de 2007. Constituem, em verdade, contribuição deste Relator ao processo de maturação acerca do sistema de radiodifusão pública e questões relacionadas.

Pelas razões expostas, somos de parecer favorável ao PLV nº 2, de 2008, proveniente da MPV nº 398, de 2007.

Sala das Sessões, – Senador **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Renato Casagrande, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Temos, como primeiro orador inscrito para a discussão, o Senador Aloizio Mercadante, a quem concedo a palavra. Em seguida falarão os Senadores Francisco Dornelles e Tião Viana.

S. Ex^{as} disporão de dez minutos cada um. No entanto, há um apelo do Plenário no sentido de que cada orador tenha cinco minutos improrrogáveis. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a certeza de que V. Ex^a terá a mesma generosidade que teve com a Oposição. Não é porque a Oposição não está aqui que nós não vamos esclarecer, a quem nos acompanha a história, o porquê de nossa decisão.

Eu começaria lendo a Constituição brasileira em seu art. 223:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Este artigo foi construído na Constituição pelo campo progressista, liderado, naquela ocasião, pelo saudoso Senador Mário Covas, depois Governador do meu Estado.

Foi uma luta muito longa para que se pudesse conceber essa visão de complementaridade entre o que é o papel do Estado – e aqui temos a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça e a TV do Executivo – e o que é o sistema privado de telecomunicações, em que as empresas brasileiras têm, hoje, um padrão de eficiência, de competência e de profissionalismo que permite, inclusive, exportar produtos de conteúdo nacional para muitos países. E o sistema público, que

é um sistema que, no Brasil, até este momento, não ganhou a importância e a relevância que os Constituintes estabeleciam, agora o Governo, em parceria com o Congresso Nacional, tenta constituir como política de Estado.

A complementaridade é necessária. Em primeiro lugar, o sistema público vai abrir espaço à produção independente, valorizando iniciativas que nem sempre têm o espaço na televisão brasileira para poder veicular as inovações, a criatividade, a possibilidade de produzir e participar desses instrumentos fundamentais na comunicação da sociedade moderna. Em segundo, o pluralismo e o regionalismo – 15% da produção é regional –, valorizando a diversidade regional, cultural, social, que é tão fundamental para a constituição da unidade da Nação.

Quero lembrar também que o sistema público é concebido exatamente porque pressupõe a participação da sociedade na gestão do empreendimento.

Essa não será uma televisão do Governo, mas uma televisão pública, em que o Governo tem a sua participação, mas há mecanismos de controle social como Ouvidoria e o Controle Gestor. Na concepção do próximo Conselho Gestor, teremos, inclusive, representantes do Congresso Nacional, eleitos pela Câmara e pelo Senado Federal, além da ouvidoria, que será um canal permanente de comunicação.

Lembro àqueles que dizem que isso não é possível em uma sociedade democrática que a BBC é uma referência mundial de competência e inclusive está presente no Brasil, na América Latina, cotidianamente no nosso noticiário, e é uma televisão pública inglesa. Lembro que a PBS é uma televisão pública americana. Os Estados Unidos têm televisão pública, como nós estamos, tardiamente, concebendo neste momento da história do Brasil. Lembro que a CBC canadense é uma das mais importantes televisões de veicular documentários, que é uma linguagem inovadora e fundamental na televisão e na teledramaturgia moderna. A RTP portuguesa, que passa na tevê a cabo no Brasil, também é uma televisão pública. A TVE, que passa na tevê a cabo e que tantos brasileiros que têm o privilégio da tevê a cabo vêem, também é uma TV pública, que é transmitida, inclusive, com programas internacionais. Além da NHK japonesa, que também é uma TV pública.

O que mais me espanta neste debate é que eu pertenço a um Estado em que a TV Cultura tem uma longa história, e há quase 20 anos é governada pelo PSDB. E nunca fechou a TV Cultura. Ela tem um conselho gestor, ela é a concepção própria de uma TV pública; ela é um espaço plural, ela tem uma produção educativa, ela tem uma produção cultural. Por

que não é possível elevar essa condição para as 22 outras televisões estaduais que hoje estão obsoletas e sem resposta?

Esse sistema integrado é uma inovação fundamental para nós melhorarmos a qualidade da formação da cidadania e veicularmos informações culturais, educacionais, políticas, sociais, de grande alcance da nossa sociedade, aprimorando o acesso à informação de qualidade.

Concluo perguntando: por que uma medida provisória? Uma medida provisória porque já existe a TVE e já existe a Radiobrás,, e o Governo Federal poderia fazer isso por decreto. E não o fez. Fez, em respeito ao Congresso Nacional, permitindo o debate plural, aberto e democrático. É a fusão de duas estruturas existentes que estavam ansiosas, inseguras, e que agora terão uma resposta pronta e ágil.

Digo, ainda, àqueles que afirmam que os investimentos serão muito grandes para a realização desse empreendimento: não. Comunicação é uma dimensão fundamental da sociedade moderna. Nós temos agora a convergência dos meios de comunicação com a inclusão digital. Vendemos mais de dez milhões de computadores com a Internet. O acesso à informação, o pluralismo das idéias, a diversidade cultural são essenciais na formação do Estado Democrático de Direito, são fundamentais numa sociedade que controla o Estado. E esse investimento na formação do povo não é jogar dinheiro fora, é construir o futuro diferente, é valorizar a cidadania, é estimular o pluralismo, a diversidade e um novo padrão de relação entre sociedade civil e Estado.

Concluo, Sr. Presidente, homenageando a todos aqueles profissionais que trabalham na TVE, que trabalham na Radiobrás, profissionais da mais alta qualidade. E aqui rendo homenagem a pelo menos duas profissionais com quem aprendemos a conviver e a respeitar nesta Casa, que saíram do setor privado. Recebiam grandes salários, tinham um currículo inquestionável na imprensa brasileira e arregaçaram as mangas para construir esse espaço público que vai ficar para as futuras gerações. Saúdo, nesta noite, Tereza Cruvinel e Helena Chagas, e, saudando-as, saúdo a todos os demais profissionais que participaram – eu diria com tanto empenho – da construção desse empreendimento.

Parabéns ao Congresso Nacional. A história vai fazer justiça a esta noite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer perante todos que considero um grande equívoco a criação da Empresa Brasileira de Comunicação. Os objetivos que ela pretende atingir poderiam ter sido alcançados com a rede de TVE existente, sem a criação de uma nova empresa. Mas reconheço que o projeto foi amplamente aperfeiçoado na Câmara e que o Senador Casagrande fez um grande debate.

Existe – eu queria falar ao Líder Romero Jucá – um artigo extremamente inconstitucional, porque fere o direito de propriedade. Devo dizer a V. Ex^a que, se esse artigo for mantido, não tenho condições de votar. Refiro-me ao art. 31, que praticamente obriga um determinado canal de televisão a ceder, gratuitamente, para a Empresa Brasileira de Comunicação, direitos que ele decidir não utilizar. Portanto, é inconstitucional esse artigo. Não estava no projeto do Governo, foi colocado por um Deputado que nem é da base do Governo. Qual é a posição em relação ao art. 31 do projeto?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero não apenas esclarecer ao Senador Dornelles, mas garantir a todos as Senadoras e Senadores que o Governo se compromete a vetar o art. 31. Garanto aqui a posição do Governo e, portanto, ao Senador Dornelles e a todas as Senadoras e Senadores que podem votar com tranquilidade, que essa matéria será retirada do texto, na sanção do Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, agradeço a notícia dada pelo Senador Romero Jucá. Neste caso, votarei favoravelmente ao projeto. E cumprimento a todos aqueles que participam dessa nova empresa, na pessoa da jornalista de maior dignidade, de maior competência e de maior credibilidade da imprensa brasileira, que é a jornalista Tereza Cruvinel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. Em seguida, falará o Senador Flávio Arns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero expressar o mais absoluto respeito às palavras proferidas por V. Ex^a, que afirmou sua condição de Presidente de uma instituição que tem de estar à altura dos Poderes da República com sua independência e com suas prerrogativas. Meu mais absoluto sentimento de respeito às suas palavras.

Externo também minha insatisfação com esse comportamento de medidas provisórias como um recurso da vida republicana. Creio que isso tem agredido

as prerrogativas do Poder Legislativo, é inconveniente e deveria ser tratado como exceção, mas não há essa consideração.

V. Ex^a também falou em nome de todos nós, no dia da abertura dos trabalhos legislativos, elevando a grandeza e a necessidade de autonomia e de o Poder Legislativo ter as suas prerrogativas. Não entendo que devamos aceitar a continuidade da edição de medidas provisórias nos temos que vem ocorrendo.

Gostaria de lembrar à Casa a criação de duas televisões no Poder Legislativo, a TV Senado e a TV Câmara. O Presidente Sarney foi o criador, o edificador do projeto da TV Senado, a quem darei a palavra com muita honra. A TV Senado foi feita por um projeto de resolução do Senado Federal. Não sofreu qualquer contestação. A TV Câmara, do mesmo modo, foi gerada por um projeto de resolução na Câmara dos Deputados, não sofreu qualquer contestação, e o alcance é extraordinário para a cultura política brasileira. A TV Justiça, por um projeto de lei do Judiciário brasileiro, também foi apresentada, não sofreu contestação. É justo que a TV pública não sofra contestação. Ela pode estar suscetível a sugestões e aperfeiçoamentos, como tão brilhantemente fez o Senador Dornelles, vigilante nas prerrogativas de constitucionalidade, que é uma missão nossa.

Eu, pessoalmente, quero incorporar com setores da Oposição um expediente de leitura, de estudo, para aperfeiçoar este projeto no seu campo. Um projeto de lei que é correto. Por exemplo, o marco regulatório das agências reguladoras que estabelece mandato, que estabelece uma recondução e que passa pelo crivo de avaliação, julgamento e aprovação do Senado Federal, eu estarei defendendo esse estudo, porque vi, nas palavras do Senador Cristovam Buarque, esse tipo de defesa que venha a melhorar esse projeto, mas, no seu tempo e na sua sede. Portanto, quero contribuir

E concluo, Sr. Presidente, oferecendo o espaço para o eminente Presidente José Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Tião Viana, muito obrigado a V. Ex^a. Eu apenas queria ressaltar que espero que a TV Pública atinja suas finalidades. E qualquer receio que tivéssemos em relação a ela, esse receio seria afastado pela presença, na direção da empresa, da jornalista Tereza Cruvinel, que, sem dúvida alguma, é uma das mais brilhantes inteligências que nós tivemos no jornalismo brasileiro contemporâneo. E justamente ao seu lado estará Helena Chagas e toda a equipe constituída para fazer a TV Pública. Por outro lado, com a aprovação do Senado dos nomes que irão dirigir essa entidade, temos absoluta certeza de que os objetivos serão atingidos. Ao mesmo tempo, o Senado exercerá o controle que

nós teremos que exercer em assuntos dessa natureza. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a trouxe uma contribuição marcante na história da política brasileira, com a consolidação de tantas obras, mas considero a TV Senado um patrimônio da democracia e da busca da cidadania no nosso País.

Senador Garibaldi, sabemos que, a cada minuto, pelo menos oito mil brasileiros acessam a TV Senado; sabemos a dimensão social e o alcance político dela.

Então, encerro, homenageando também a condutora desta instalação no Brasil, a jornalista Tereza Cruvinel, que é uma trincheira de resistência pelo bom jornalismo no Brasil e pela democracia brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, falará o Senador Marcelo Crivella.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pela condução dos trabalhos, pela preocupação com a preservação e com o crescimento do Poder Legislativo e também pelos posicionamentos que vem assumindo nessa defesa, particularmente em relação à análise, à postura crítica quanto ao abuso de edição de medidas provisórias. Quer dizer, esse contraponto serve para resgatar o papel do Poder Legislativo.

Quero que V. Ex^a saiba que os comentários no Senado e na sociedade têm sido extremamente positivos em relação a esse tipo de abordagem.

Quero também dar o meu voto favorável, o meu pensamento favorável à criação da Empresa Brasil de Comunicação, cujo aspecto mais visível é o da TV pública – não da TV estatal, e, sim, da TV pública.

Houve audiências das mais interessantes e proveitosas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, presidida pelo Senador Wellington Salgado, e também na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com a presença do Ministro Franklin Martins; da Presidente da empresa que está sendo votada nesta noite, a jornalista Tereza Cruvinel; de Helena Chagas; da diretoria; e da sociedade, representada pelas associações vinculadas a essa área. Existe, podemos dizer, um consenso da sociedade, demonstrado por meio de documentos e também dos posicionamentos nas audiências públicas, a favor da criação da empresa.

Existe a preocupação de que a empresa não se transforme numa televisão, numa rádio, numa comunicação chapa-branca. Por isso, foi criado o Conselho

Curador, composto de pessoas das várias de comunicação e com aspecto regional. Esclareceram-se, nas audiências públicas, as formas de financiamento que vão levar essa iniciativa da Empresa Brasil de Comunicação – esperamos – para níveis cada vez mais desenvolvidos.

Havia a preocupação com outros aspectos, como os relacionados à competição e às leis de incentivo à cultura, os quais foram plenamente explicados nas audiências públicas.

Enfatizo que termos no Brasil uma TV pública não-estatal – há a responsabilidade de todos nós nessa direção – significa também, no meu ponto de vista, soberania, democracia, espaço para debate, tendo em vista não a lógica do mercado, mas a do interesse público.

Por tudo isso, voto com tranquilidade e posiciono-me favoravelmente a essa medida provisória, que chegou, eu diria, tarde ao Congresso Nacional. Mas sobre essa medida provisória houve um grande debate, anterior ao Congresso Nacional, com todos os setores da sociedade.

Cumprimento a jornalista Tereza Cruvinel e todo o grupo de trabalho, porque esses primeiros passos são fundamentais para que o espírito da TV Pública não-estatal seja, de fato, construído. E a jornalista, como o grupo de trabalho, tem todas as condições de levar a cabo, com bons resultados, essa tarefa, que é grande.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, observo que agora começamos a fazer obstrução contra nós.

É consuetudinário abrir-se o placar, quando há quase unanimidade e a opinião formada; os a favor têm posição consolidada a favor, e os que são contra têm posição consolidada a favor.

Acho que se poderia abrir o painel.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não há problema, a votação é simbólica.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas abra o painel, que isso facilita....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro a V. Ex^a, Senador Gerson Camata, que a votação é simbólica, não é no painel, a não ser que se queira.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não precisa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores, pois há ainda oradores inscritos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos votar, depois continua...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vamos votar; quem quiser fala depois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores, pois ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Queria fazer um apelo ao Senador Marcelo Crivella, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador José Nery, para que pudéssemos votar simbolicamente. Depois, eles fariam declaração de voto com base no voto que fosse escolhido. Fica essa sugestão, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Concordo, Sr. Presidente. Sem problemas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sendo assim, também me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a concordância dos oradores inscritos – S. Ex^{as} falarão depois da votação –, continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de destaque, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 240, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 31 do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008.

Justificação

O dispositivo incluído pelo relator no PLV nº 2, de 2008, garante que os sinais de eventos desportivos de interesse nacional, objetos de contratação com exclusividade e que não forem transmitidos na televisão aberta, sejam colocados à disposição da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para transmissão ao público em geral. Além disso, o parágrafo único do dispositivo determina que, no caso de a emissora não ter gerado o respectivo sinal, deverá autorizar a EBC a fazê-lo, alternativamente.

Conquanto se possa concordar com a conveniência de dar à população em geral o maior acesso possível a eventos desportivos de interesse nacional, convém observar que, ao negociar direitos de transmissão com determinada emissora, os clubes, detentores desses direitos, estão firmando contrato particular, relativo a relações comerciais entre entidades privadas.

É preciso ter em mente que a aquisição de direitos de transmissão de eventos esportivos insere-se na estratégia empresarial das emissoras de televisão, já que são extremamente valorizados por seu grande poder de geração de audiência e de atração de assinantes, no caso de televisão por assinatura. Também não se pode deixar de lembrar que estamos tratando de situações em que há custos operacionais e comerciais envolvidos e que é direito dos detentores, produtores e programadores de conteúdo decidir quem pode distribuir suas obras e de que forma.

Por isso mesmo, a exigência de que a detentora do direito de transmissão ceda gratuitamente à EBC os direitos sobre determinado evento pode ser questionada do ponto de vista da quebra de contrato de exploração de serviço de radiodifusão e do não-restabelecimento do equilíbrio das condições econômico-financeiras originalmente pactuadas.

Nos casos em que a emissora prefira, por estratégia comercial ou por falta de capacidade operacional, não transmitir o evento ou parte deste, poderia oferecê-lo a outro interessado para ser retransmitido, mas mediante o pagamento de valor compatível com o mercado.

Note-se, por fim, que a Lei Pelé já assegura a livre reprodução de flagrantes do espetáculo que tenham relevância jornalística ou educativa (art. 42, § 2º). De outra parte, garante que todos os jogos das seleções brasileiras de futebol, em competições oficiais, deverão ser exibidos, pelo menos em uma rede nacional de televisão aberta, com transmissão ao vivo, inclusive para as cidades brasileiras, nas quais os mesmos estejam sendo realizados (art.84-A).

Nesse sentido, torna-se controversa a utilização do mecanismo proposto pelo relator da MPV nº 398, de 2007, como contrapartida social pela concessão do serviço de radiodifusão.

Sala das sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Antonio Carlos Magalhães Junior**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se encontrando S. Ex^a presente para encaminhar a matéria a que se refere, nos termos do art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno, fica prejudicada a iniciativa do Senador Antonio Carlos Júnior.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008 **(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)**

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;

II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;

III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;

IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;

V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;

VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;

VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;

VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e

IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;

II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;

III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;

IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;

VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informati-

vas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;

VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e

IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

Art. 4º Os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo serão prestados pela empresa pública de que trata o art. 5º desta Lei e poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema público de radiodifusão e outras entidades públicas ou privadas parceiras, na forma do inciso III do caput do art. 8º desta Lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 6º A EBC tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. A EBC, com prazo de duração indeterminado, terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal, mantendo como principal centro de produção o localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,

podendo instalar escritórios, dependências, unidades de produção e radiodifusão em qualquer local, dando continuidade obrigatoriamente àquelas já existentes no Distrito Federal, Rio de Janeiro e Maranhão.

Art. 7º A União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis.

Art. 8º Compete à EBC:

I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC; e

IX - garantir os mínimos de 10% (dez por cento) de conteúdo regional e de 5% (cinco por cento) de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do caput deste artigo, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

§ 2º É dispensada a licitação para a:

I - celebração dos ajustes com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública mencionados no inciso III do caput deste artigo, que poderão ser firmados, em igualdade de condições, com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão, por até 10 (dez) anos, renováveis por iguais períodos;

II - contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas na realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

§ 3º Para compor a Rede Nacional de Comunicação Pública, nos termos do disposto no inciso III do caput deste artigo, a programação das entidades públicas e privadas deverá obedecer aos princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso IX do caput deste artigo, entende-se:

I - conteúdo regional: conteúdo produzido num determinado Estado, com equipe técnica e artística composta majoritariamente por residentes locais;

II - conteúdo independente: conteúdo cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico.

§ 5º Para o cumprimento do percentual relativo a conteúdo regional, de que trata o inciso IX do caput deste artigo, deverão ser veiculados, na mesma proporção, programas produzidos em todas as regiões do País.

Art. 9º A EBC será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) serão de titularidade da União.

§ 1º A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26 desta Lei.

§ 2º Será admitida no restante do capital da EBC a participação de entidades da administração indireta fede-

ral, bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios ou de entidades de sua administração indireta.

§ 3º A participação de que trata o § 2º deste artigo poderá ser realizada mediante a transferência para o patrimônio da EBC de bens representativos dos acervos de estações de radiodifusão de sua propriedade ou de outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

§ 4º A EBC divulgará anualmente, como parte do balanço da empresa, listagem contendo nomes dos empregados, dos contratados, dos terceirizados e dos demais prestadores de serviços com que haja contratado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda designará o representante da União nos atos constitutivos da EBC, dentre os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O Estatuto da EBC será publicado por decreto do Poder Executivo, e seus atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

- I - de dotações orçamentárias;
- II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta Lei;
- III - no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 32 desta Lei;
- IV - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;

V - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

VI - de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projetos;

VII - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;

VIII - da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei;

IX - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis n.ºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;

X - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

XI - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

XII - de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se apoio cultural como pagamento de custos relativos à produção de programação ou de um programa específico, sendo permitida a citação da entidade apoiadora, bem como de sua ação institucional, sem qualquer tratamento publicitário.

§ 2º O tempo destinado à publicidade institucional não poderá exceder 15% (quinze por cento) do tempo total de programação da EBC.

§ 3º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, fica a EBC equiparada às agências a que se refere a Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

Art. 12. A EBC será administrada por 1 (um) Conselho de Administração e por 1 (uma) Diretoria Executiva, e na sua composição contará ainda com 1 (um) Conselho Fiscal e 1 (um) Conselho Curador.

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

I - de 1 (um) Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

II - do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva;

III - de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e

V - de 1 (um) Conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º O quórum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros e respectivos suplentes designados pelo Presidente da República.

§ 1º O Conselho Fiscal contará com 1 (um) representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto.

§ 2º Os conselheiros exercerão suas atribuições pelo prazo de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter deliberativo se contarem com a presença do Presidente e de pelo menos 1 (um) membro.

Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por 22 (vinte e dois) membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

I - 4 (quatro) Ministros de Estado;

II - 1 (um) representante indicado pelo Senado Federal e outro pela Câmara dos Deputados;

III - 1 (um) representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto;

IV - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro.

§ 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

I - pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva;

II - agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e III do § 1º deste artigo.

§ 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso III do § 1º deste artigo será de 2 (dois) anos, vedada a sua recondução.

§ 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º deste artigo será de 4 (quatro) anos, renovável por 1 (uma) única vez.

§ 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso IV do § 1º deste artigo serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de 2 (dois) e 4 (quatro) anos, na forma do Estatuto.

§ 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração.

§ 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente, o Diretor-Geral e o Ouvidor da EBC.

§ 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos III e IV do § 1º deste artigo perderão o mandato:

I - na hipótese de renúncia;

II - devido a processo judicial com decisão definitiva;

III - por ausência injustificada a 3 (três) sessões do Colegiado, durante o período de 12 (doze) meses;

IV - mediante a provocação de 3/5 (três quintos) dos seus membros.

Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º do art. 15 desta Lei nas suas reuniões será remunerada mediante pro labore, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições serão suportadas pela EBC.

Parágrafo único. A remuneração referida no caput deste artigo não poderá ultrapassar mensalmente 10% (dez por cento) da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente.

Art. 17. Compete ao Conselho Curador:

I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;

II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;

III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;

IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;

V - encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião;

VI - deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta Lei; e

VII - eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

§ 1º Caberá, ainda, ao Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso IV do § 1º do art. 15 desta Lei.

§ 2º Para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, a EBC receberá indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente:

I - à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia;

II - à educação ou à pesquisa;

III - à promoção da cultura ou das artes;

IV - à defesa do patrimônio histórico ou artístico;

V - à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente;

VI - à representação sindical, classista e profissional.

§ 3º Não serão consideradas, para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, indicações originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais.

Art. 18. A condição de membro do Conselho Curador, bem como dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e de direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 222 da Constituição Federal.

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º O mandato do Diretor-Presidente será de 4 (quatro) anos.

§ 3º Os membros da Diretoria Executiva serão destituídos nas hipóteses legais ou se receberem 2 (dois) votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de 12 (doze) meses, emitidos com interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre ambos.

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria Executiva serão definidas pelo Estatuto.

Art. 20. A EBC contará com 1 (uma) Ouvidoria, dirigida por 1 (um) Ouvidor, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação.

§ 1º O Ouvidor será nomeado pelo Diretor-Presidente da EBC, para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 2º O Ouvidor somente perderá o mandato nas hipóteses de renúncia ou de processo judicial com decisão definitiva.

§ 3º No exercício de suas funções o Ouvidor deverá:

I - redigir boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva;

II - conduzir, sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo 15 (quinze) minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro horas), voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC;

III - elaborar relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Conselho Curador até 5 (cinco) dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado.

Art. 21. Observadas as ressalvas desta Lei e da legislação de comunicação social, a EBC será regida pela legislação referente às sociedades por ações.

Art. 22. O regime jurídico do pessoal da EBC será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal permanente da EBC far-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º A EBC sucederá a Radiobrás nos seus direitos e obrigações e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

§ 3º Para fins de implantação, fica a EBC equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com vistas na contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 4º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da EBC.

§ 5º As contratações a que se refere o § 3º deste artigo observarão o disposto no *caput* do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do *caput* do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e não poderão exceder o prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da instalação da EBC.

§ 6º Durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias a contar da constituição da EBC, poderá ser contratado, nos termos dos §§ 3º e 4º deste artigo, mediante análise de *curriculum vitae*, e nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, pessoal técnico e administrativo para atendimento de

necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo prazo improrrogável de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 23. Fica a EBC autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Art. 24. As outorgas do serviço de radiodifusão exploradas pela Radiobrás serão transferidas diretamente à EBC, cabendo ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a EBC, as providências cabíveis para formalização desta disposição.

Art. 25. A EBC terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, editado por decreto, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 26. Com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, o contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, podendo ser prorrogado por até 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º Até a data do seu encerramento, o contrato de gestão firmado entre a União e a Acerp terá seu objeto reduzido para adequar-se às disposições desta Lei, garantida a liquidação das obrigações previamente assumidas pela Acerp.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão

referido no § 1º deste artigo em decorrência do disposto nesta Lei, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 5º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 3º Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a Acerp pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput deste artigo.

§ 4º Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp sujeitos ao disposto na alínea i do inciso I do caput art. 2º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Art. 27. A EBC poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28. A Radiobrás será incorporada à EBC após sua regular constituição, nos termos do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Os bens e equipamentos integrantes do acervo da Radiobrás serão transferidos e incorporados ao patrimônio da EBC.

Art. 29. As prestadoras de serviços de televisão por assinatura deverão tornar disponíveis, em sua área de prestação, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória para utilização pela EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pela emissora oficial do Poder Executivo.

Parágrafo único. No caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios de que trata este artigo, o órgão regulador de telecomunicações deverá dispor sobre quais canais de programação deverão ser oferecidos aos usuários.

Art. 30. Os servidores em exercício na Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP poderão ser cedidos para a EBC, na forma do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, mediante termo de opção.

Art. 31. Deverão ser colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral os sinais de televisão gerados a partir de eventos esportivos dos quais participem equipes, times, seleções e atletas brasileiros representando oficialmente o Brasil, realizados no Brasil e no exterior e que tenham sido objeto de contrato de exclusividade entre entidade esportiva e emissora de radiodifusão que decida não transmiti-lo na televisão aberta.

Parágrafo único. No caso de a emissora detentora dos direitos decidir não gerar o sinal correspondente a um determinado evento, deverá autorizar a EBC a fazê-lo em seu lugar.

Art. 32 Fica instituída a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, com o objetivo de propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações.

§ 1º A Contribuição é devida pelas prestadoras dos serviços constantes do Anexo desta Lei, e o seu fato gerador é a prestação deles.

§ 2º A Contribuição será paga, anualmente, até o dia 31 de março, em valores constantes do Anexo desta Lei.

§ 3º A Contribuição sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais e de consulta, previstas no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, bem como, subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do imposto de renda, especialmente quanto às penalidades e aos demais acréscimos legais.

§ 4º São isentos do pagamento da Contribuição o órgão regulador das telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis e os Corpos de Bombeiros Militares.

§ 5º A totalidade de recursos de que trata este artigo deverá ser programada em categoria específica e utilizada exclusivamente para o atendimento dos objetivos definidos no caput deste artigo.

§ 6º Na ocorrência de nova modalidade de serviço de telecomunicações, será devido pela prestadora, em caráter provisório, o valor da contribuição prevista no item 1 da Tabela constante do Anexo desta Lei, até que lei fixe seu valor.

Art. 33. O caput do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a 45% (quarenta e cinco por cento) dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação.

..... "(NR)

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente aos arts. 32 e 33 desta Lei, a partir do ano seguinte à sua publicação.

ANEXO

Valores da Contribuição para o Fomento da Radio-difusão Pública

1. Serviço Móvel Celular	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
2. Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário/ Telestrada	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
3. Serviço Radiotelefônico Público	a) até 12 canais	1,34
	b) acima de 12 até 60 canais	6,70
	c) acima de 60 até 300 canais	13,00
	d) acima de 300 até 900 canais	20,00
	e) acima de 900 canais	26,00
4. Serviço de Radiocomunicação Aero-náutica Público - Restrito	a) base	335,00
	b) móvel	26,00
5. Serviço Limitado Privado	a) base	6,70
	b) repetidora	6,70
	c) fixa	1,34
	d) móvel	1,34
6. Serviço Limitado Móvel Especializado	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34

7. Serviço Limitado de Fibras Óticas		6,70
8. Serviço Limitado Móvel Privativo	a) base	33,00
	b) móvel	1,34
9. Serviço Limitado Privado de Radiochamada	a) base	6,72
	b) móvel	1,34
10. Serviço Limitado de Radioestrada	a) base	6,72
	b) móvel	1,34
11. Serviço Limitado Móvel Aeronáutico		6,70
12. Serviço Limitado Móvel Marítimo	a) costeira	6,70
	b) portuária	6,70
	c) móvel	1,34
13. Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais	a) base	6,87
	b) móvel	2,68
14. Serviço Especial de Radiorrecado	a) base	33,00
	b) móvel	1,34
15. Serviço Especial Radiochamada	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34
16. Serviço Especial de Frequência Padrão		isento
17. Serviço Especial de Sinais Horários		isento
18. Serviço Especial de Radiodeterminação	a) fixa	33,00
	b) base	33,00
	c) móvel	1,34
19. Serviço Especial de Supervisão e Controle	a) fixa	6,70
	b) base	1,34
	c) móvel	1,34
20. Serviço Especial de Radioautocine		6,70
21. Serviço Especial de Boletins Meteorológicos		isento
22. Serviço Especial de TV por Assinatura		120,00
23. Serviço Especial de Canal Secundário de Radiodifusão de Sons e Imagens		16,00
24. Serviço Especial de Música Funcional		33,00
25. Serviço Especial de Canal Secundário de Emissora de FM		16,00
26. Serviço Especial de Repetição de Televisão		20,00
27. Serviço Especial de Repetição de Sinais de TV Via Satélite		20,00
28. Serviço Especial de Retransmissão de Televisão		25,00
29. Serviço Suportado por Meio de Satélite	a) terminal de sistema de comunicação global por satélite.	1,34
	b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4m, controlada por estação central.	10,00
	c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras	20,00
	d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e	670,00

	outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5m.	
	e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão.	167,00
	f) estação espacial geostacionária (por satélite)	1.340,00
	g) estação espacial não-geostacionária (por sistema)	1.340,00
30. Serviço de Distribuição Sinais Multiponto Multicanal	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
31. Serviço Rádio Acesso		16,00
32. Serviço de Radiotáxi	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
33. Serviço de Radiomador	a) fixa	1,68
	b) repetidora	1,68
	c) móvel	1,34
34. Serviço Rádio do Cidadão	a) fixa	1,68
	b) base	1,68
	c) móvel	1,34
35. Serviço de TV a Cabo	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
36. Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos		260,00
37. Serviço de Televisão em Circuito Fechado		67,00
38. Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	a) potência de 0,25 a 1kW	48,00
	b) potência acima de 1 até 5kW	62,00
	c) potência acima de 5 a 10 kW	77,00
	d) potência acima de 10 a 25 kW	145,00
	e) potência acima de 25 a 50 kW	194,00
	f) potência acima de 50 a 100 kW	243,00
	g) potência acima de 100 kW	291,00
39. Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas		48,00
40. Serviço de Radiodifusão em Ondas Tropicais		48,00
41. Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada	a) comunitária	10,00
	b) classe C	50,00
	c) classe B2	75,00
	d) classe B1	100,00
	e) classe A4	130,00
	f) classe A3	190,00
	g) classe A2	230,00
	h) classe A1	290,00
	i) classe E3	390,00
	j) classe E2	490,00
	l) classe E1	600,00

42. Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	a) estações instaladas nas cidades com população até 500.000 habitantes	610,00
	b) estações instaladas nas cidades com população entre 500.001 e 1.000.000 de habitantes	720,00
	c) estações instaladas nas cidades com população entre 1.000.001 e 2.000.000 de habitantes	930,00
	d) estações instaladas nas cidades com população entre 2.000.001 e 3.000.000 de habitantes	1.125,00
	e) estações instaladas nas cidades com população entre 3.000.001 e 4.000.000 de habitantes	1.350,00
	f) estações instaladas nas cidades com população entre 4.000.001 e 5.000.000 de habitantes	1.552,00
	g) estações instaladas nas cidades com população acima de 5.000.000 de habitantes	1.703,00
43. Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas, Reportagem Externa, Comunicação de Ordens, Telecomando, Telemando e outros		
43.1 - Radiodifusão Sonora		20,00
43.2 - Televisão		50,00
43.3 - Televisão por Assinatura		50,00
44. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	a) até 200 terminais	37,00
	b) de 201 a 500 terminais	92,00
	c) de 501 a 2.000 terminais	370,00
	d) de 2.001 a 4.000 terminais	737,00
	e) de 4.001 a 20.000 terminais	1.106,00
	f) acima de 20.000 terminais	1.474,00
45. Serviço de Comunicação de Dados Comutado		1.474,00
46. Serviço de Comutação de Textos		737,00
47. Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH)	a) base com capacidade de cobertura nacional	838,00
	b) estação terrena de grande porte com capacidade para transmissão de sinais de televisão ou de áudio, bem como de ambos	670,00
48. Serviço Móvel Pessoal	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
49. Serviço de Comunicação Multimídia	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34

São os seguintes os itens transferidos:

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

nia, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

15**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

17**SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolpho Tourinho.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveita-

mento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo

único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria

do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa

da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

40

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

41

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Ca-

valcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

44

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

45

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

46

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a autorização e com a compreensão no nosso Senador Crivella, gostaria de dizer que, durante os debates que tivemos aqui, acalorados e apaixonados, o Líder Romero Jucá disse que nós perdemos tempo nesta tarde, fazendo a Oposição algumas referências de solidariedade à viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães que não podiam ser feitas naquele momento.

Peço que o Senador Romero Jucá solicite que seja retirada dos Anais essa sua referência, porque, na realidade, todos nós estamos constrangidos e profundamente solidários com a família do nosso ex-colega, Senador Antonio Carlos.

Pessoalmente, sinto-me muito ligado à família, à viúva do nosso saudoso companheiro Antonio Carlos, e também sou solidário com o seu sofrimento. Acho que ficaram evidenciadas, no meio do debate, uma certa incompreensão e uma falta de solidariedade que não representam o espírito da Casa ou, pelo menos, não representam o meu espírito. É com amargura que eu falo nesse assunto. É incompreensível que isso tenha acontecido.

Muito obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nada como a experiência e os ensinamentos do Presidente Sarney.

Eu quero registrar que, no momento em que foi comunicada a invasão do apartamento, prestei solidariedade à Dona Arlete e à família. Depois, no calor do debate, se me excedi em algum momento, peço desculpas. Quero aqui registrar a minha solidariedade e dizer que aplaudo a posição de V. Ex^a, que criou uma comissão para tomar providências e acompanhar a questão.

Portanto, agradeço a oportunidade ao Senador José Sarney de me redimir de algum tipo de gesto ou de palavras que disse no calor da discussão. Se fiz isso, peço desculpas, porque a intenção jamais foi atingir Dona Arlete ou sua família.

Peço para retirar dos Anais a menção que fiz no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sessão de hoje teve momentos que realmente me emocionaram. A fala de V. Ex^a tocou profundamente, acredito, a alma de cada um de nós, que assistimos à condução de V. Ex^a com espírito democrático, harmonioso. Foi, realmente, o transpor de um terreno minado. Outro teria desanimado, mas V. Ex^a, mesmo no paroxismo das lutas, se mostrou tranqüilo com a sua consciência e intimorato no seu coração, como homem de bem, como um grande Senador, dos maiores do seu tempo.

V. Ex^a conduziu com brilhantismo esta sessão que, infelizmente, para a nossa amargura, não contou com companheiros que prezamos tanto, que admiramos, pelos quais temos profundo apreço, companheiros que estamos acostumados a ver sentados deste lado do plenário, mas que decidiram se retirar. Respeitamos esse direito democrático por eles exercido e esperamos que eles respeitem o nosso direito democrático de votar.

Sr. Presidente, ao concluir o meu pronunciamento, gostaria de fazer aqui uma homenagem à figura de Franklin Martins, à figura de Helena Chagas e à figura de Tereza Cruvinel, que foram incansáveis no plenário, nos corredores, nas comissões, trabalharam muito para que chegássemos a essa aprovação.

São duas verdadeiras guerreiras com fibra de gladiador. Elas, seguramente, em sua personalidade culta, harmoniosa e sedutora, enastram todas as virtudes das delicadezas e também das resistências morais da mulher brasileira. Parabéns a essas fulgurantes jornalistas que, tenho certeza, com o apoio desta Casa, irão prestar um grande trabalho à Nação.

Parabéns também a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador José Nery.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, em primeiro lugar quero apoiar o esforço de V. Ex^a para que possa haver um melhor entendimento entre a Base de Apoio, a Oposição e o Executivo, inclusive o apelo de V. Ex^a para que o Presidente Lula apresente mais projetos de lei do que medidas provisórias para que esses embates sejam minimizados.

Em segundo lugar, quero também cumprimentar todos aqueles que, como Franklin Martins, Tereza Cruvinel e Helena Chagas, estão à frente da empresa Brasil de Comunicação, que, espero, virá atender o anseio de democratização e equilíbrio na transmissão de informações por meio de uma TV pública que possa, efetivamente, atender o interesse maior da população brasileira no sentido da qualidade da informação.

Gostaria de aqui registrar e pedir que seja transcrito nos Anais do Senado o documento intitulado “TV Pública: uma necessidade democrática”, assinado por dezenas de entidades que apóiam essa iniciativa.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TV PÚBLICA: UMA NECESSIDADE DEMOCRÁTICA

TV PÚBLICA: UMA NECESSIDADE DEMOCRÁTICA

As entidades abaixo-assinadas, diante da iminente votação da MP 398/07, que cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil e espinha dorsal do sistema público de comunicação, afirmam:

1. Ratificamos nosso apoio à criação da EBC, na expectativa de um sistema público de comunicação, ressaltando sua importância para a democracia brasileira e sua necessidade para a consolidação da comunicação como direito social e humano.
2. Diferentemente das principais democracias consolidadas no mundo, que contam com um sistema público de radiodifusão, o Brasil até hoje não deu esse passo necessário.
3. Defendemos que a nova TV Pública deve ser uma referência para as demais televisões no que diz respeito à qualidade da programação e ao estabelecimento de mecanismo de participação e envolvimento da sociedade na sua gestão, produção e programação, bem como no encaminhamento de críticas e sugestões pela população.
4. Entendemos que a TV Pública deve manter independência tanto em relação aos governos como ao mercado, produzindo conteúdo de interesse público, sintonizada com as necessidades da sociedade.
5. Ressaltamos que a TV pública deve considerar o cenário de convergência tecnológica, buscando formas de agregar à sua rede uma oferta de serviços digitais, viabilizando a inclusão social.
6. Repudiamos as tentativas de desqualificação da TV Pública que tentam obstaculizá-la ou retirar-lhe as prerrogativas indispensáveis para o seu bom desempenho, cerceando a pluralidade da sua programação e a busca de fontes de financiamento não governamentais.
7. Por tudo isso, defendemos a aprovação da Medida Provisória 398/07, entendendo que ela é o primeiro passo na direção da criação do sistema público de comunicação no Brasil.
8. Reivindicamos, todavia, o aperfeiçoamento da MP, mediante a consideração das contribuições formuladas pela sociedade civil, movimentos sociais, movimentos que lutam pela democratização da comunicação, pesquisadores e trabalhadores da comunicação. Tais contribuições dizem respeito especialmente aos conceitos de gestão, programação e financiamento, de modo a aperfeiçoar o caráter público da EBC e da TV Brasil e garantir sua continuidade nos governos futuros.
9. Por fim, afirmamos que estamos mobilizados para defender a implantação da TV Pública brasileira.

Brasília, 11 de março de 2008.

Comissão de Mobilização pela I Conferência Nacional de Comunicações

- 1) FNDC – FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO
- 2) MNDH – MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
- 3) FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
- 4) CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
- 5) CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
- 6) ABCCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CANAIS COMUNITÁRIOS
- 7) CDHM – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 8) SUBCOMISSÃO DE TV E RADIODIFUSÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
- 9) INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 10) FITERT – FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO
- 11) LAPCOM-UNB – LABORATÓRIO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO - UnB
- 12) ABRAÇO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
- 13) PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
- 14) AMARC-BRASIL – ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS
- 15) ENECOS – EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 16) MST – MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
- 17) ARPUB – ASSOCIAÇÃO DAS RÁDIOS PÚBLICAS DO BRASIL
- 18) CAMPANHA QUEM FINANCIA A BAIXARIA É CONTRA A CIDADANIA
- 19) OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Entidades que apoiam este Manifesto:

1. SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL
2. ARTIGO 19 – BRASIL
3. ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA
4. REVISTA VIRAÇÃO
5. ARTICULAÇÃO MULHER E MÍDIA
6. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
7. TV COMUNITÁRIA – BRASÍLIA
8. COMULHER - COMUNICAÇÃO MULHER
9. ABGLT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
10. SINDICATO DOS RADIALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
11. OBSERVATÓRIO DA MULHER
12. BLOG MÍDIA EM DEBATE
13. REVISTA FÓRUM
14. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM RADIO E TV – SINTERT-MG
15. CONSELHO NACIONAL DA UMBANDA DO BRASIL – CONUB

16. COLETIVO DAS ENTIDADES NEGRAS DO RIO DE JANEIRO – CEN/RJ
17. PORTALDAGENTE.COM
18. SIND-SAÚDEMG – SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE DE MINAS GERAIS
19. RÁDIO RALACOCO FM
20. MNU-DF – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DO DF
21. REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS
22. CIVES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESÁRIOS PELA CIDADANIA
23. CBC – CONGRESSO BRASILEIRO DE CINEMA
24. ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS CINEMATOGRAFÍCOS DO RIO GRANDE DO SUL
25. ABEPIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE CINEMA
26. REVISTA CONSCIÊNCIA.NET.
27. ABTU – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA
28. COMISSÃO DE JORNALISTAS PELA IGUALDADE RACIAL – DF (COJIRA)
29. CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB
30. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS TVs LEGISLATIVAS – ASTRAL
31. ONG MOVIMENTO DOS SEM-MÍDIA

As entidades que desejarem assinar esta nota podem entrar em contato pelo e-mail cdh@camara.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador José Nery e, em seguida, aos Senadores Inácio Arruda e Delcídio Amaral.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, como sabe V. Ex^a, estou envolvido diretamente na organização do ato nacional contra o trabalho escravo e pela aprovação da PEC nº 438, ato esse que se realizará às 10 horas, na Câmara dos Deputados, e que contará, inclusive, com a presença de V. Ex^a e do Presidente Arlindo Chinaglia.

Estamos aqui, às 2h37min, após o Senado ter tomado uma decisão muito importante, relacionada a uma das áreas nas quais há maior concentração de poder, às vezes de manipulação, que é a área da comunicação.

A Bancada do PSOL na Câmara já havia votado pela aprovação da TV pública e aqui, seguindo a mesma orientação, também nos posicionamos a favor de sua criação por entender a necessidade da criação de um canal de comunicação que não estivesse vinculado aos interesses do mercado e do lucro, como são efetivamente as TVs. Ainda que sob concessão do Estado, buscam, na verdade, muito mais o lucro, muito mais o comércio do que exatamente o serviço de informação, informação para cidadania que a TV pública pode tornar possível. Isso, evidentemente, se a TV pública

cumprir os pressupostos e as diretrizes que balizam a sua criação e fazem parte de sua constituição.

Portanto, o argumento de que a TV pública pode se transformar num canal de propaganda governamental só vai prosperar se a sociedade e o conselho curador assim permitirem. Porque o sentido é democratizar a informação, democratizar o conhecimento do Brasil, em sua diversidade, especialmente a diversidade cultural, porque não há espaço nos meios de comunicação em geral para que as coisas mais legítimas da alma, da experiência e da cultura do nosso povo sejam difundidas, sejam discutidas.

Então, a TV Pública cumprirá um papel fundamental se caminhar pela independência, pela maneira democrática de fazer o seu trabalho, ouvindo cada informação prestada, ouvindo as versões sobre fatos que despertam polêmica ou que têm interesses diferentes sendo veiculados. O que temos assistido é a uma ditadura da comunicação, em que, sobretudo os setores populares, que têm opinião divergente daqueles que dirigem os grandes órgãos de comunicação, normalmente não têm espaço, não há uma participação democrática da cidadania.

O argumento daqueles que têm posição contrária à criação da TV Pública, eu diria, é um argumento autoritário. Isso porque, se o Poder Legislativo hoje tem o seu sistema de comunicação – TV, rádio e jornal –, se o Judiciário tem o seu sistema de comunicação, por que não pode ter o Executivo, balizado nos princípios que orientam a criação da TV Pública?

Por isonomia, se um outro Poder não pode – o Executivo –, porque não deve estar a serviço dos interesses de quem governa o País em qualquer momento e em qualquer circunstância, mas a serviço da sociedade, por esse raciocínio, não deveria existir a TV Senado, já que, com o dinheiro do povo, o Senado banca e constrói a sua TV, que permite que, nesta hora, estejamos falando aos brasileiros que todos os dias assistem à TV, os brasileiros que ainda estão acordados nesta madrugada, quando, creio eu, tomamos uma decisão histórica e importante.

Alguns talvez até se perguntem como um Senador do P-SOL, da oposição, vota em um projeto enviado pelo Governo. É porque aqui há um sentido fundamental de democratização de um setor dos mais difíceis e dos mais fechados, que é o setor da comunicação. Talvez muitos se oponham porque podem dispor dos meios de comunicação dos quais são proprietários, são sócios. Talvez temam a concorrência com a TV Pública, se essa fizer uma programação de qualidade, que atraia a atenção e conte com a participação do povo brasileiro.

O problema é um setor que é extremamente dominado por interesses pouco afeitos aos direitos da cidadania. Portanto, a TV Pública pode cumprir um papel fundamental na democratização da comunicação, da informação e da integração do nosso País, fazendo principalmente com que o Brasil conheça verdadeiramente o Brasil. Essa é a nossa posição por entender o sentido que tem a televisão.

E mais, o Governo Lula e os Senadores da base de apoio poderíamos, sim, tratar de outros temas tão importantes quanto esse e afirmar a soberania, o papel do Estado em setores fundamentais para o desenvolvimento do País. Por esse motivo, defendi que o Governo deveria ter uma posição mais firme em relação às privatizações, que foram feitas de forma criminosa, porque já disse que, se houvesse compromisso com a história que construímos ao longo dos últimos 25, 26 anos, as privatizações que foram feitas no governo passado deveriam ter sido revistas. Infelizmente, não foram.

Então, Sr. Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos, e parabéns ao Senado, que toma a decisão de contribuir para a democratização da comunicação em nosso País com a criação da TV Pública, esperando um trabalho independente, autêntico e que valorize a cultura e a criação independente do povo brasileiro, dos artistas, dos produtores culturais.

A equipe que dirige a TV Pública, capitaneada pela jornalista Tereza Cruvinel, tem a enorme e desafiante tarefa de desenvolver esse papel em nome da

cidadania, fortalecendo a comunicação democrática a que o nosso povo tem direito.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Inácio Arruda, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É breve, porque eu considero que um debate bastante qualificado ainda estar por vir com o Senador Delcídio Amaral, que está devidamente inscrito.

Nós aguardamos 20 anos depois da Constituição brasileira. É ela, a Constituição de 1988, que completa 20 anos neste ano, que abriu esse caminho, esse espaço, e é exatamente em um Governo de feição popular, com a esquerda participando do Governo, e em amplos setores da sociedade, que se dá a materialização desse encaminhamento e desse dispositivo que a Constituição ofereceu ao povo brasileiro: termos uma TV pública mais aberta, mais arejada. Não é só uma relação de Governo, não é só uma relação estatal, é você permitir que o conjunto da sociedade possa estar representado numa instituição de radiodifusão de som e imagem no País.

Isso é uma conquista, é uma grande vitória do povo brasileiro. Acho que se abriu um caminho novo na nossa Nação. E, mesmo após a votação – queríamos que fosse votada a matéria –, queríamos registrar a nossa posição, a nossa opinião, a opinião do nosso partido, do Partido Comunista do Brasil, que vem desde a Constituinte, tendo passado por vários governos, inclusive o Governo anterior, de Fernando Henrique, onde reivindicamos sucessivamente a regulamentação da Constituição para abrir um espaço de democratização dos meios de comunicação de massa no País, que não é fácil, não é tarefa fácil, porque é um instrumento de relação com o povo muito forte, mas muito forte. Imagine um rádio lá no Amazonas, ou mesmo no Pantanal, ou no Rio Grande do Sul, ou no Nordeste brasileiro, nos confins, no interior, uma propriedade exclusiva de meio de comunicação, que são concessões públicas, mas que eram sempre exploradas de forma privada!

Mas isso não vai acabar, não; não é num passe de mágica. No entanto, termos um instrumento público, um espaço aberto onde o debate qualificado de temas estratégicos do País possam ser discutidos num processo de interação forte com a sociedade. Isso é outra coisa, esse é um outro debate. Poderíamos ouvir as correntes de opinião, as que são situação e as que são oposição, dando a sua opinião, e não apenas uma voz única, em um caminho único. Isso é diferente. Isso é uma conquista, é uma vitória.

Quero registrar o nosso apreço pela direção da TV. Uma jornalista que sempre se pautou no mais alto nível, com a condução dos seus debates, dos seus programas, das suas informações, da sua coluna em jornais que trabalhou e que ocupa essa posição destacada de comandar uma TV pública e de montar essa TV, pois há um trabalho grande pela frente. Mas considero que o acerto do Ministro e do Presidente da República tem que ser registrado por nós.

E temos de dar todo o apoio a essa equipe. É preciso dar-lhe todo o apoio do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para que possamos ajudar uma pessoa que – tenho a convicção – estará sempre colocando no topo o interesse público do nosso País.

Tereza, você trabalhou corretamente, debateu com os Senadores e com os Deputados, realizou audiências públicas, veio aqui e não se furtou a dar sua opinião e a responder nenhuma questão a respeito da TV Pública.

E mais: considero o dia excepcional. Aliás, foram dois dias seguidos excepcionais. Começou com a homenagem às mulheres; em seguida, houve a homenagem a um jornal do Ceará; depois, contamos aqui com a presença de Luiz Barreto, de Ziraldo e de muitos outros artistas da área de produção, de conteúdo do nosso País, que aqui conversaram e debateram com os Senadores, deram sua opinião. E o resultado foi vitorioso. É uma vitória do Brasil. Esse é um tema de vitória do Brasil.

Por isso, parabéns, Sr. Presidente! V. Ex^a teve um comportamento exemplar de independência. V. Ex^a jamais será refém nem de Presidente da República, nem de Situação, nem de Oposição. V. Ex^a conduz os trabalhos na sua convicção. E, nesse sentido, tem todo o nosso apoio. Tem o apoio do meu Partido, o PCdoB. Considero que tem o apoio dos Partidos que compõem aqui a Base do Governo e deveria, sim, ter o apoio dos Partidos da Oposição no seu conjunto.

Aqui está presente o Senador Nery – reputo muito sua presença –, que registrou seu apoio na condução que o Presidente deu aos trabalhos nesta madrugada.

Sr. Presidente, meus parabéns a V. Ex^a pela condução dos trabalhos!

Parabéns a você, Tereza, e a toda a sua equipe! Desejamos todo o êxito, sucesso na condução dessa nova instituição do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve pelo adiantado da hora, mas, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela direção dos trabalhos. Foi um dia muito difícil, com ânimos exaltados, e V. Ex^a esteve sempre muito sereno e muito equilibrado nas votações do Senado. Quero cumprimentá-lo não só como meu Presidente no Senado, mas como amigo também.

Também quero me solidarizar com a família do Senador Antonio Carlos Júnior e com D. Arlete, pelos tristes acontecimentos no dia de ontem.

Sr. Presidente, serei muito breve. Hoje, votamos um projeto importante, o da TV Pública, que abre muitos espaços para a cultura nacional, que é um incentivo mais do que nunca às programações regionais. É um novo mercado de trabalho que se abre.

Fico surpreso com os questionamentos que ocorreram, porque há vários exemplos em Estados de atividade assemelhada. Aqui, foi citada a TV Cultura. Também não estamos inventando nada. É importante para o País, é importante para a cidadania o País ter uma TV Pública.

Foram aqui citados os exemplos da CBC, do Canadá, importantíssima; da BBC, de Londres; dos canais de televisão franceses, italianos, alemães. Não tenho dúvida nenhuma de que avançamos bastante. Fomos até muito tarde hoje, mas avançamos bastante. São 2h53 do dia 12 de março. Começamos nossos trabalhos às 14 horas do dia 11 de março.

Quero aproveitar para desejar muito sucesso. Parabenizo o Ministro Franklin Martins, a jornalista Tereza Cruvinel, a jornalista Helena Chagas e toda a sua equipe. Desejo-lhes muito sucesso. Como foi dito aqui pelo Senador Inácio Arruda, elas fizeram um trabalho de bastidor competente. Conhecem muito bem os canais do Congresso. Quero desejar a elas, que estão presentes até o momento, e a toda a equipe técnica muito sucesso, muitas realizações e muito trabalho, acima de tudo um trabalho profícuo por um Brasil solidário, por um Brasil fraterno, por um Brasil cidadão. Que Deus ilumine todas elas nesse grande desafio da TV Pública brasileira!

Muito obrigado, meu Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro e, em seguida, ao Senador Paulo Paim.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se estou terminando o dia ou se estou começando o dia. Tenho a convicção de que estou em um momento, em uma hora de muita importância para a história do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, quando o Senado da República, depois de essa matéria ter passado pela Câmara dos Deputados, encerra uma discussão e vota aquilo que chamo de conquista da sociedade civil, Sr. Presidente.

Esta madrugada é histórica. Estava ali consultando a nossa eficiente Secretária, a Dr^a Cláudia, que me dizia que, há muito tempo, não havia uma sessão tão longa, tão histórica, madrugada adentro. Essa é uma conquista do povo brasileiro.

Senador Paulo Paim, que ainda vai usar a palavra, fico me perguntando: por que o medo da TV Pública? Quem tem medo da TV Pública tem medo da sociedade civil, tem medo da democracia, tem medo do encontro do Brasil com o Brasil.

Acredito muito, Senador Nery, que esse veículo, verdadeiramente, vai fazer um Brasil mais próximo do Brasil, da cultura, dos povos, da culinária, da dança. Vamos poder, verdadeiramente, de forma democrática, conhecer melhor este Brasil plural; este Brasil de negros, de índios, de crianças, de excluídos, de artistas, de professores, de jovens, de atletas; este Brasil de florestas, de minerais, de lagos, de rios, de pequenas cidades, de vilas, de estradas, de ramais.

Então, Sr. Presidente, estou tranquilo. O Senado vota uma matéria relevante para o povo brasileiro, principalmente para o povo simples deste Brasil.

O que estamos fazendo hoje a Europa fez há 50 anos. As principais tevês da Alemanha são públicas. A grande televisão de Portugal é pública. Está aí a Inglaterra com a BBC, a Itália com sua TV pública.

Em pleno século XXI, um Partido como o PSDB, que tem experiência de Governo, que tem presença de governabilidade em vários Estados do Brasil, é contra a TV Pública. Fico a me questionar. Lamento, porque estamos num debate do qual a Oposição saiu. Não agüentou o debate desta noite, o fato de os Partidos da Base do Governo estarem todos aqui.

Quero aqui registrar a postura do Líder Romero Jucá e quero abrir um parêntese para a postura do Presidente do Senado, que, na hora mais dura da ses-

são, no momento mais renhido da disputa política, o Presidente teve força e fez uma oração belíssima em defesa das prerrogativas de um debate democrático aqui, no Senado da República.

Quero parabenizar V. Ex^a por estar, a esta hora, presidindo uma sessão histórica, porque é a história do povo, é a história do Senado a aprovação da TV Pública.

E não poderia ser diferente. A TV Pública também vem com a história de um Governo que tem um Presidente que veio do movimento social, das lutas democráticas deste País, das lutas mais bonitas destes últimos vinte anos, que é o Presidente Lula, nas lutas pelas diretas. E o Presidente Lula lá estava, em 1988. Foi ali que nasceu a TV pública. Essa é que é a verdade. Está lá no art. 223: TV pública, a privada e a estatal.

Doeu-me muito, Senador Inácio Arruda, uma confusão deliberada aqui, a mistura de TV pública com estatal. Meu Deus, por que isso? Que maldade! O Governo tem sua estatal. Quem não tinha TV pública era a sociedade civil. Hoje, ela tem esse instrumento, e espero que o instrumento da TV pública sirva para alavancar ainda mais e fazer com que possamos avançar na melhoria da democracia, da qualidade de vida, da história que podemos contar, refletir e fazer melhor.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores funcionários do Senado, que estão até esta hora do dia nesta sessão histórica – Zezinho, que está aqui nesta longa sessão; Tereza Cruvinel e toda a equipe, que continua presente neste momento da nossa história –, penso que estão de parabéns o Governo do Presidente Lula; os dirigentes da nossa TV pública, que já estão trabalhando; a jornalista Tereza Cruvinel, mas de parabéns está a sociedade civil do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Antes, porém, agradeço a presença vigilante do Senador Eurípedes Camargo.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a pela forma como conduziu os trabalhos do dia de hoje. Mesmo quando o Plenário ficou intranquilo, V. Ex^a fez um pronunciamento firme, propositivo, afirmativo e deixou muito claro, Senador Garibaldi – gostei de ouvir –, que V. Ex^a não estava aqui nem para servir ao Governo, nem à Oposição. V. Ex^a assim se conduziu e colocou em votação as matérias. É legítima a obstrução, é legítima mesmo a saída dos parlamentares

da Oposição do plenário, como fizeram. Havendo quórum, V. Ex^a colocou as matérias em votação. Quero dizer que V. Ex^a, a cada dia, surpreende aqueles que tiveram dúvida sobre sua conduta, não só o Plenário, mas também o Brasil. Quero aqui, com muito carinho, transmitir meus cumprimentos a V. Ex^a.

Quero também aproveitar o momento, como todos os Senadores o fizeram, e cumprimentar a Casa por ter aprovado a nossa, eu diria, TV pública, porque essa TV é de todo o povo brasileiro. Essa TV pública, tenho certeza absoluta, não vai discriminar ninguém: pela cor da pele, pela etnia, pela origem, por gênero, por, orientação sexual. Essa, de fato, será uma TV pública.

Meus cumprimentos à jornalista Tereza Cruvinel. Estou na Casa há mais de 22 anos e aqui assisti sempre ao trabalho brilhante dela como jornalista. Também o da Helena Chagas. O Franklin Martins aprendi a conhecer e a respeitar por toda sua trajetória. Citando só esses três nomes, tenho a tranquilidade de assinar embaixo e avaliar que esta será, de fato, uma grande TV pública para todo o povo brasileiro.

Por último, Senado Garibaldi, informo que estive ontem reunido com o Presidente Lula na companhia da Bancada do PT no Senado. Naquela reunião, coloquei, com muita convicção, meu compromisso com os aposentados e com os pensionistas. Informei ao Presidente que eu havia encaminhado a V. Ex^a requerimento dos Líderes para urgência sobre a questão do fator previdenciário, que é um instrumento que reduz, no ato da aposentadoria, em 40%, o benefício do assalariado brasileiro do Regime Geral da Previdência – aquele que ganha de 6,5 salários mínimos para baixo. Hoje, o Regime Geral está com um teto máximo de 6,5 salários mínimos.

Também disse que apresentei requerimento ao PL nº 58, que trata da recuperação dos benefícios. Disse também que não criaríamos nenhum obstáculo, até pela importância da TV pública, para votarmos todas as medidas provisórias, e, claro, como V. Ex^a orientou, inclusive para o Orçamento, se depender de nós, ser votado amanhã.

Deixo muito claro, contudo, Sr. Presidente, e sei do compromisso de V. Ex^a também, que, a partir da semana que vem, voltaremos ao debate da questão dos aposentados e pensionistas.

Foram milhares de correspondências, para não dizer milhões, e a todas respondi: “a pauta está obstruída”. Só depois de votarmos as medidas provisórias e o Orçamento, voltaremos a debater essa matéria, o que será na semana que vem.

Marquei na terça-feira, Sr. Presidente, para mostrar toda a nossa boa vontade para o diálogo, uma reunião com o Ministro da Previdência, a fim de buscarmos

uma solução tanto para o fator previdenciário quanto para a recuperação do benefício dos aposentados e dos pensionistas.

Dou esse informe à Casa, Sr. Presidente, para dizer que estou cumprindo minha parte. Tudo aquilo que pactuei estou cumprindo. Espero que, a partir da semana que vem, os requerimentos sejam colocados em votação e que, em amplo acordo entre os aposentados, o Executivo e o Legislativo, possamos votar tanto o fim do fator previdenciário quanto uma política permanente, que garanta para o aposentado o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo.

Eu não poderia, Sr. Presidente, até para dormir em paz com minha consciência – são 03h07min – deixar de fazer esse depoimento, sabendo que meus companheiros de Partido sabem que assumi esse compromisso tanto com o Presidente quanto com a Bancada e, naturalmente, com V. Ex^a. V. Ex^a disse que colocaria o encaminhamento desses requerimentos só depois de a pauta ser desobstruída.

Estou torcendo para que possamos construir um entendimento com o Ministro da Previdência, na próxima terça-feira – oxalá a matéria seja votada em seguida.

Parabéns, mais uma vez, a V. Ex^a, Presidente Garibaldi!

Agradeço a oportunidade de poder concluir meu pronunciamento às 03h08min desta madrugada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

A Presidência vai encerrar a presente sessão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 241, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo transcurso, no dia 11 de março de 2008, da missa de sétimo dia do falecimento do ex-Delegado-Geral de Polícia do Estado de São Paulo, Dr. Jorge Miguel:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências aos seus familiares.

Justificação

Há seis dias, faleceu aos 74 anos de idade, o Dr. Jorge Miguel, ex-Delegado-Geral de Polícia de São Paulo, que em 40 anos de carreira, dirigiu quase todos

os departamentos da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Trata-se de uma das mais brilhantes autoridades policiais brasileiras e seu desaparecimento comoveu a Polícia paulista e levou tristeza a outros setores do poder público do meu Estado.

Assim, apresento este Requerimento de Voto de Pesar, solicitando a sua aprovação dessa Casa, por fazer questão de retratar o quanto representou a passagem, como profissional, do Dr. Jorge Miguel na Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar esta sessão, que foi iniciada às 14h33. Talvez tenha sido uma das mais longas sessões que ocorreram no Senado Federal. Mas quero dizer também da minha satisfação por ter presidido esta sessão, que culminou com o debate democrático sobre a criação da TV pública e quero manifestar minhas congratulações e a minha confiança de que a TV Pública, cuja direção estará nas mãos de Tereza Cruvinel e Helena Chagas, salientado também o papel do Ministro Franklin Martins, vai, efetivamente, cumprir o seu papel perante a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que hoje, às 10 horas, será realizada uma sessão extraordinária, cuja pauta será a mesma da sessão ordinária. Também lembro que, às 15 horas, o Congresso Nacional está convocado para votar o Orçamento da República de 2008.

Espero contar com a presença das Sr^{as} e Srs. Senadores.

É a seguinte a

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos,

Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em*

que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana,

ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o*

artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº

12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

31**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

33**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

35**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

36**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

37**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

38**PARECER Nº 106, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontrem em tramitação na Casa.*

39**REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys

Shlessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

40**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

41**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

42**REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

43**REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com

o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

44**REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em outubro deste ano, o eleitorado do País e, por seu intermédio, o Brasil todo, acorrerá uma vez mais às urnas, dessa vez, para escolher os novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos nossos Municípios.

Célula básica do Estado e do País, é no município que primeiramente se forja a nacionalidade. O eleitor das nossas comunidades, das metrópoles às pequenas cidades e vilas do grande interior brasileiro, está mais próximo dos seus representantes nos Legislativos e igualmente dos prefeitos, democraticamente escolhidos pelo povo. Por isso, tem todas as condições para acompanhar, passo a passo, as ações dos eleitos e, sobretudo, para o exercício, inerente à boa prática democrática, de fiscalização aos atos dos dirigentes e legisladores.

As Instruções do TSE enquadram-se nos propósitos daquela Corte de assegurar transparência ao voto, como tem sido insistentemente proclamado pelo seu Presidente, o Ministro Marco Aurélio Mello.

As instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para as eleições municipais de 2008 apresentam diversas inovações, baseadas na legislação em vigor, sobretudo a Lei nº 9.504/97 e a Lei nº 11.300/2006. As normas, repito, visam a assegurar maior transparência

ao pleito para a escolha de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Volto a enfatizar que é no município, célula básica da cidadania, que deve começar a rígida observação das normas legais, uma vez que é propósito de todos os cidadãos que postulam o voto popular pautar-se pela lisura e, em consequência, a sua transparência.

Por isso, estou pensando a este pronunciamento a Resolução nº 22.579, para que passe a constar dos Anais do Senado e, assim, oferecer aos candidatos e militantes partidários o conhecimento das normas que vão reger as eleições.

A publicação nos Anais, e, por conseguinte, transposto para o Portal do Senado da República, representa na prática a democratização do conhecimento da legislação que regerá o grande encontro do eleitorado brasileiro com as urnas, em outubro próximo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RESOLUÇÃO Nº 22.579

INSTRUÇÃO Nº 111 – CLASSE 12ª – DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Relator: Ministro Ari Pargendler.

**CALENDÁRIO ELEITORAL
(Eleições de 2008)**

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 23, inciso IX, do Código Eleitoral e o artigo 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

**OUTUBRO DE 2007
5 de outubro – sexta-feira
(um ano antes)**

1. Data até a qual todos os partidos políticos que pretendam participar das eleições de 2008 devem ter obtido registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 4º).
2. Data até a qual os candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2008 devem ter domicílio eleitoral na circunscrição na qual pretendem concorrer (Lei nº 9.504/97, art. 9º, *caput*).
3. Data até a qual os candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2008 devem estar com a filiação deferida no âmbito partidário (Lei nº 9.504/97, art. 9º, *caput*).

**DEZEMBRO DE 2007
14 de dezembro – sexta-feira**

1. Último dia para os tribunais regionais eleitorais designarem, para os municípios onde houver mais de uma zona eleitoral, o juiz eleitoral que ficará responsável pelo registro de candidatos e de pesquisas eleitorais, pela propaganda eleitoral, com as reclamações e representações a elas pertinentes, pelo exame das prestações de contas e pelas investigações judiciais eleitorais.

**JANEIRO DE 2008
1º de janeiro – terça-feira**

1. Data a partir da qual as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigadas a registrar no juízo eleitoral ao qual compete fazer o registro dos candidatos as informações previstas em lei e em instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 33, *caput* e § 1º).

2. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).

MARÇO DE 2008
5 de março – quarta-feira

1. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral expedir as instruções relativas às eleições de 2008 (Lei nº 9.504/97, art. 105, *caput*).

ABRIL DE 2008
5 de abril – sábado
(6 meses antes)

1. Data a partir da qual todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas e nos computadores da Justiça Eleitoral para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Ministério Público (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 1º).

8 de abril – terça-feira
(180 dias antes)

1. Último dia para o órgão de direção nacional do partido político publicar, no *Diário Oficial da União*, as normas para a escolha e substituição de candidatos e para a formação de coligações, na hipótese de omissão do estatuto (Lei nº 9.504/97, art. 7º, § 1º).

2. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII e Resolução nº 22.252, de 20.6.2006).

MAIO DE 2008
7 de maio – quarta-feira
(151 dias antes)

1. Último dia para o eleitor requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio (Lei nº 9.504/97, art. 91, *caput*).

2. Último dia para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração no seu título eleitoral (Código Eleitoral, art. 46, § 3º, II c.c. o art. 91, *caput*, da Lei nº 9.504/97 e Resolução nº 20.166, de 7.4.98).

3. Último dia para o eleitor portador de deficiência solicitar sua transferência para seção eleitoral especial (Lei nº 9.504/97, art. 91, *caput* e Resolução nº 21.008/2002, art. 2º).

JUNHO DE 2008
10 de junho – terça-feira

1. Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/97, art. 8º, *caput*).

2. Data a partir da qual, até o dia 30 de junho de 2008, dependendo do dia em que os partidos políticos ou coligações escolherem seus candidatos, é vedado às emissoras de rádio e de televisão transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção (Lei nº 9.504/97, art. 45, § 1º).

3. Data a partir da qual os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/97, art. 94, *caput*).

4. Início do período para nomeação dos membros das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Resolução nº 21.726, de 27.4.2004).

30 de junho – segunda-feira

1. Último dia para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/97, art. 8º, *caput*).

JULHO DE 2008
1º de julho – terça-feira

1. Último dia para a designação do juiz eleitoral responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral nos municípios com mais de uma zona eleitoral.

2. Data a partir da qual não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista na Lei nº 9.096/95, nem será permitido nenhum tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 36, § 2º).

3. Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão, em programação normal e em noticiário (Lei nº 9.504/97, art. 45, I a VI):

I – transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou de qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II – usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo, que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido político ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito;

III – veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido político, coligação, a seus órgãos ou representantes;

IV – dar tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

V – veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

VI – divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com a variação nominal por ele adotada.

**5 de julho – sábado
(três meses antes)**

1. Último dia para os partidos políticos e coligações apresentarem no cartório eleitoral, até as 19 horas, o requerimento de registro de seus candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador (Lei nº 9.504/97, art. 11, *caput*).

2. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas (Lei nº 9.504/97, art. 73, V e VI, a):

I – nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 5 de julho de 2008;

d) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

e) transferência ou remoção *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;

II – realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

3. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, *b* e *c*, e § 3º):

I – com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

II – fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

4. Data a partir da qual é vedado aos candidatos aos cargos de prefeito e de vice-prefeito participar de inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77, *caput*).

5. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/97, art. 75).

6. Último dia para os tribunais e conselhos de contas tornarem disponível à Justiça Eleitoral relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 5º).

7. Data a partir da qual permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados os cartórios eleitorais e as secretarias dos tribunais eleitorais, em regime de plantão (Lei Complementar nº 64/90, art. 16).

8. Data a partir da qual órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados pelos Tribunais Eleitorais, ceder funcionários em casos específicos e de forma motivada pelo período de até 3 meses depois da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 94-A).

6 de julho – domingo

1. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 36, *caput*).

2. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos e as coligações poderão realizar comícios e utilizar aparelhagem de sonorização fixa, das 8 horas às 24 horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 4º).

3. Data a partir da qual os partidos políticos registrados podem fazer funcionar, das 8 horas às 22 horas, alto-falantes ou amplificadores de som, nas suas sedes ou em veículos (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º).

4. Último dia para a apresentação do requerimento, nos municípios em que não haja emissora de televisão, pelos órgãos regionais da maioria dos partidos políticos participantes do pleito, para que seja reservado dez por cento do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita para divulgação em rede da propaganda dos candidatos pelas emissoras geradoras que os atingem (Lei nº 9.504/97, art. 48, *caput*).

5. Data a partir da qual, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos oficiais ou concedidos farão instalar, nas sedes dos diretórios nacionais, regionais e municipais, devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas (Código Eleitoral, art. 256, § 1º).

7 de julho – segunda-feira

1. Último dia para os candidatos requererem seus registros perante os cartórios eleitorais, até as 19 horas, caso os partidos políticos ou coligações não os tenham requerido (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 4º).

2. Último dia para o eleitor portador de deficiência que tenha solicitado transferência para seção eleitoral especial comunicar ao juiz eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades, a fim de que a Justiça Eleitoral, se possível, providencie os meios e recursos destinados a facilitar-lhe o exercício do voto (Resolução nº 21.008/2002, art. 3º).

8 de julho – terça-feira

1. Data a partir da qual o juiz eleitoral designado pelo Tribunal Regional Eleitoral deve convocar os partidos políticos e a representação das emissoras de televisão e de rádio para a elaboração de plano de mídia para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito (Lei nº 9.504/97, art. 52).

14 de julho – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos constituírem os comitês financeiros, observado o prazo de 10 dias úteis após a escolha de seus candidatos em convenção (Lei nº 9.504/97, art. 19, *caput*).

21 de julho – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos registrarem, perante o juízo eleitoral encarregado do registro dos candidatos, os comitês financeiros, observado o prazo de 5 dias após a respectiva constituição (Lei nº 9.504/97, art. 19, § 3º).

27 de julho – domingo

(70 dias antes)

1. Último dia para que os títulos dos eleitores que requereram inscrição ou transferência estejam prontos (Código Eleitoral, art. 114, *caput*).
2. Último dia para a publicação, no órgão oficial do estado, dos nomes das pessoas indicadas para compor as juntas eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).

**30 de julho – quarta-feira
(67 dias antes)**

1. Último dia para os partidos políticos impugnarem, em petição fundamentada, os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas eleitorais (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).

31 de julho – quinta-feira

1. Data a partir da qual, até o dia do pleito, o Tribunal Superior Eleitoral poderá requisitar das emissoras de rádio e de televisão até 10 minutos diários, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, para a divulgação de seus comunicados, boletins e instruções ao eleitorado (Lei nº 9.504/97, art. 93).

**AGOSTO DE 2008
6 de agosto – quarta-feira
(60 dias antes)**

1. Data a partir da qual é assegurada prioridade postal aos partidos políticos para a remessa da propaganda de seus candidatos registrados (Código Eleitoral, art. 239).
2. Último dia para os órgãos de direção municipal dos partidos políticos preencherem as vagas remanescentes para as eleições proporcionais, no caso de as convenções para a escolha de candidatos não terem indicado o número máximo previsto no artigo 10 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 10, § 5º).
3. Último dia para o pedido de registro de candidatura às eleições proporcionais, na hipótese de substituição; o requerimento, todavia, somente será tempestivo se observado o prazo de até 10 dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição (Lei nº 9.504/97, art. 13, § 1º e § 3º).
4. Último dia para o pedido de registro de novos candidatos, observado o prazo de 10 dias contados da decisão, na hipótese de anulação da convenção partidária por órgão superior do partido político, quando a deliberação sobre coligações desobedecer às diretrizes estabelecidas pela convenção nacional (Lei nº 9.504/97, art. 7º, § 2º e § 3º).

5. Último dia para a designação da localização das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, arts. 35, XIII, e 135, *caput*).

6. Último dia para nomeação dos membros das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 35, XIV).

7. Último dia para a nomeação dos membros das juntas eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 36, § 1º).

8. Último dia para que o juiz eleitoral mande publicar no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em cartório, as nomeações que tiver feito, fazendo constar da publicação a intimação dos mesários para constituírem as mesas no dia e lugares designados, às 7 horas (Código Eleitoral, art. 120, § 3º).

9. Data em que os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do artigo 29 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 28, § 4º).

10. Último dia para o eleitor que estiver fora do seu domicílio requerer a segunda via do título eleitoral ao juiz da zona em que se encontrar, esclarecendo se vai recebê-la na sua zona ou naquela em que a requereu (Código Eleitoral, art. 53, *caput* e § 4º).

11 de agosto – segunda-feira (55 dias antes)

1. Último dia para os partidos políticos reclamarem da nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, *caput*).

2. Último dia para os membros das mesas receptoras recusarem a nomeação (Código Eleitoral, art. 120, § 4º).

12 de agosto – terça-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral realizar sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito (Lei nº 9.504/97, art. 50).

13 de agosto – quarta-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral decidir sobre as recusas e reclamações contra a nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, *caput*).

16 de agosto – sábado

(50 dias antes)

1. Data em que todos os pedidos de registro de candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador, mesmo os impugnados, devem estar julgados pelo juiz eleitoral e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).
2. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do juiz eleitoral sobre a nomeação dos membros da mesa receptora (Lei nº 9.504/97, art. 63, § 1º).
3. Último dia para os responsáveis por todas as repartições, órgãos e unidades do serviço público oficiarem ao juiz eleitoral, informando o número, a espécie e a lotação dos veículos e embarcações de que dispõem para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 3º).

19 de agosto – terça-feira

1. Início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 47, *caput*).
2. Último dia para os tribunais regionais eleitorais decidirem sobre os recursos interpostos contra a nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, § 1º).

**26 de agosto – terça-feira
(40 dias antes)**

1. Último dia para os diretórios regionais dos partidos políticos indicarem integrantes da Comissão Especial de Transporte e Alimentação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 15).

28 de agosto – quinta-feira

1. Último dia para verificação das fotos e dados que constarão na urna eletrônica por parte dos candidatos, partidos políticos ou coligações.

30 de agosto – sábado

1. Último dia para os candidatos, partidos políticos ou coligações substituírem a foto que será utilizada na urna eletrônica.

**SETEMBRO DE 2008
5 de setembro – sexta-feira
(30 dias antes)**

1. Último dia para entrega dos títulos eleitorais resultantes dos pedidos de inscrição ou de transferência (Código Eleitoral, art. 69, *caput*).

2. Último dia para o juiz eleitoral comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral os nomes dos escrutinadores e dos componentes da junta nomeados e publicar, mediante edital, a composição do órgão (Código Eleitoral, art. 39).
3. Último dia para a instalação da Comissão Especial de Transporte e Alimentação (Lei nº 6.091/74, art. 14).
4. Último dia para a requisição de veículos e embarcações aos órgãos ou unidades do serviço público para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 3º, § 2º).
5. Último dia para os tribunais regionais eleitorais designarem, em sessão pública, a comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela (Resolução nº 21.127, de 20.6.2002).
6. Último dia de publicação, pelo juiz eleitoral, para uso na votação e apuração, de lista organizada em ordem alfabética, formada pelo nome completo de cada candidato e pelo nome que deve constar da urna eletrônica, também em ordem alfabética, seguidos da respectiva legenda e número (Resolução nº 21.607, de 3.2.2004, e Resolução nº 21.650, de 4.3.2004).

6 de setembro – sábado

1. Data em que todos os recursos sobre pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelos tribunais regionais eleitorais e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).
2. Data em que os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do artigo 29 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 28, § 4º).

8 de setembro – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos oferecerem impugnação motivada aos nomes dos escrutinadores e aos componentes da junta nomeados, constantes do edital publicado (Código Eleitoral, art. 39).
2. Último dia para os partidos políticos e coligações impugnarem a indicação de componente da comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela (Resolução nº 21.720/2004, art. 4º).

15 de setembro – segunda-feira (20 dias antes)

1. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral apresentar aos partidos políticos os programas de computador a serem utilizados nas eleições (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 2º).
2. Último dia para a instalação da Comissão de Auditoria, para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela (Resolução nº 21.127, de 20.6.2002).

**20 de setembro – sábado
(15 dias antes)**

1. Data a partir da qual nenhum candidato poderá ser detido ou reso, salvo em flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º). Inst nº 111/DF.16
2. Último dia para os partidos políticos e coligações impugnarem os programas de computador a serem utilizados nas eleições (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 3º).
3. Último dia para a requisição de funcionários e instalações destinados aos serviços de transporte e alimentação de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 1º, § 2º).
4. Data em que deve ser divulgado o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 4º).

**23 de setembro – terça-feira
(12 dias antes)**

1. Último dia para a reclamação contra o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 4º, § 2º).

**25 de setembro – quinta-feira
(10 dias antes)**

1. Data em que todos os recursos sobre pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).
2. Último dia para o eleitor requerer a segunda via do título eleitoral (Código Eleitoral, art. 52, *caput*).
3. Último dia para o juiz eleitoral comunicar aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares, a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 137).

26 de setembro – sexta-feira

(9 dias antes)

1. Último dia para o juiz eleitoral decidir as reclamações contra o quadro geral de percursos e horários para o transporte de eleitores, devendo, em seguida, divulgar, pelos meios disponíveis, o quadro definitivo (Lei nº 6.091/74, art. 4º, § 3º e § 4º).

**30 de setembro – terça-feira
(5 dias antes)**

1. Data a partir da qual e até 48 horas depois do encerramento da eleição, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

2. Último dia para os partidos políticos e coligações indicarem aos juízes eleitorais representantes para o Comitê Interpartidário de Fiscalização, bem como os nomes das pessoas autorizadas a expedir as credenciais para fiscais e delegados (Lei nº 9.504/97, art. 65).

**OUTUBRO DE 2008
2 de outubro – quinta-feira
(3 dias antes)**

1. Data a partir da qual o juiz eleitoral ou o presidente da mesa receptora poderá expedir salvo-conduto em favor de eleitor que sofrer violência moral ou física na sua liberdade de votar (Código Eleitoral, art. 235).

2. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 47, *caput*).

3. Último dia para propaganda política mediante comícios ou reuniões públicas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

4. Último dia para a realização de debates (Resolução nº 22.452, de 17.10.2006).

5. Último dia para o juiz eleitoral remeter ao presidente da mesa receptora o material destinado à votação (Código Eleitoral, art. 133).

**3 de outubro – sexta-feira
(2 dias antes)**

1. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido político ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide (Lei nº 9.504/97, art. 43, *caput*).

2. Último dia para propaganda eleitoral em páginas institucionais na Internet (Resolução nº 22.460, de 26.10.2006).

3. Data em que o presidente da mesa receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para o seu recebimento (Código Eleitoral, art. 133, § 2º).

**4 de outubro – sábado
(1 dia antes)**

1. Último dia para substituição do cargo majoritário, até as 8 horas, quando o candidato for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo de registro, ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado; o requerimento, todavia, somente será tempestivo se observado o prazo de até 10 dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição (Lei nº 9.504/97, art. 13, *caput* e § 1º).

2. Último dia para entrega da segunda via do título eleitoral (Código Eleitoral, art. 69, parágrafo único).

3. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 horas e as 22 horas, bem como para a promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º, § 4º e § 5º, I).

4. Último dia para a promoção de carreatas e distribuição de material de propaganda política (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, I e III).

**5 de outubro – domingo
DIA DAS ELEIÇÕES
(Lei nº 9.504, art. 1º, *caput*).**

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral (Código Eleitoral, art. 142).

Às 8 horas

Início da votação (Código Eleitoral, art. 144).

Às 17 horas

Encerramento da votação (Código Eleitoral, arts. 144 e 153).

Depois das 17 horas

Emissão do boletim de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

7 de outubro – terça-feira

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade do salvo-conduto expedido pelo juiz eleitoral ou presidente da mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

3. Início da propaganda eleitoral do segundo turno (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

4. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 horas e as 22 horas, bem como a promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único c.c. Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º, § 4º e § 5º, I).

5. Data a partir da qual será permitida a promoção de carreata e distribuição de material de propaganda política (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único c.c. Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, I e III).

8 de outubro – quarta-feira

1. Último dia para o mesário que abandonar os trabalhos durante a votação apresentar ao juiz eleitoral sua justificativa (Código Eleitoral, art. 124, § 4º).

10 de outubro – sexta-feira

1. Último dia para conclusão dos trabalhos de apuração pelas juntas eleitorais.

11 de outubro – sábado (15 dias antes)

1. Último dia para o juiz eleitoral divulgar o resultado da eleição para prefeito e vice-prefeito e proclamar os eleitos, se obtida a maioria absoluta de votos, nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, ou os dois candidatos mais votados (Resolução nº 21.650, de 4.3.2004).

2. Data a partir da qual nenhum candidato que participará do segundo turno de votação poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º).

3. Data a partir da qual, nos municípios em que não houver votação em segundo turno, os cartórios eleitorais não mais permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados, e as decisões, salvo as relativas à prestação de contas de campanha, não mais serão publicadas em cartório.

4. Data a partir da qual, nos estados em que não houver votação em segundo turno, as secretarias dos tribunais regionais eleitorais não mais permanecerão abertas aos sábados, domingos e feriados e as decisões não mais serão publicadas em sessão.

13 de outubro – segunda-feira

1. Último dia para o início do período de propaganda eleitoral gratuita, no rádio e na televisão, relativo ao segundo turno (Lei nº 9.504/97, art. 49, *caput*).

21 de outubro – terça-feira

(5 dias antes)

1. Data a partir da qual e até 48 horas depois do encerramento da eleição nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

**23 de outubro – quinta-feira
(3 dias antes)**

1. Início do prazo de validade do salvo-conduto expedido pelo juiz eleitoral ou presidente da mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia para a propaganda política mediante comícios ou reuniões públicas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

3. Último dia para o juiz eleitoral remeter ao presidente da mesa receptora o material destinado à votação (Código Eleitoral, art. 133).

**24 de outubro – sexta-feira
(2 dias antes)**

1. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 49, *caput*).

2. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido político ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide (Lei nº 9.504/97, art. 43, *caput*).

3. Último dia para a realização de debates (Resolução nº 22.452, de 17.10.2006).

4. Último dia para propaganda eleitoral em páginas institucionais na Internet (Resolução nº 22.460, de 26.10.2006).

5. Data em que o presidente da mesa receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para o seu recebimento (Código Eleitoral, art. 133, § 2º).

**25 de outubro – sábado
(1 dia antes)**

1. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 horas e as 22 horas, bem como para a promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º, § 4º e § 5º, I).

2. Último dia para a promoção de carreatas e distribuição de material de propaganda política (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, I e III).

26 de outubro – domingo
DIA DA ELEIÇÃO
(Lei nº 9.504/97, art. 2º, § 1º).

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral (Código Eleitoral, art. 142).

Às 8 horas

Início da votação (Código Eleitoral, art. 144).

Às 17 horas

Encerramento da votação (Código Eleitoral, arts. 144 e 153).

Depois das 17 horas

Emissão do boletim de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

28 de outubro – terça-feira

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade do salvo-conduto expedido pelo juiz eleitoral ou pelo presidente da mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

29 de outubro – quarta-feira

1. Último dia para o mesário que abandonou os trabalhos durante a votação de 26 de outubro apresentar justificativa ao juiz eleitoral (Código Eleitoral, art. 124, § 4º).

31 de outubro – sexta-feira

1. Último dia em que os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/97, art. 94, *caput*).

NOVEMBRO DE 2008
4 de novembro – terça-feira

1. Último dia para a retirada da propaganda relativa às eleições nos municípios em que não houve votação em segundo turno (Resolução nº 21.610/2004, art. 85).

2. Último dia para encaminhamento da prestação de contas pelos candidatos às eleições proporcionais que optarem por fazê-lo diretamente à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 29, § 1º).

3. Último dia para os comitês financeiros encaminharem ao juiz eleitoral as prestações de contas referentes ao primeiro turno, salvo as dos candidatos que concorreram no segundo turno das eleições (Lei nº 9.504/97, art. 29, III e IV).

4. Último dia para o pagamento de aluguel de veículos e embarcações referente à votação de 5 de outubro, caso não tenha havido votação em segundo turno (Lei nº 6.091/74, art. 2º, parágrafo único).

5. Último dia para o mesário que faltou à votação de 5 de outubro apresentar justificativa ao juiz eleitoral (Código Eleitoral, art. 124).

5 de novembro – quarta-feira

1. Último dia para o encerramento dos trabalhos de apuração pelas juntas eleitorais (Código Eleitoral, art. 159, e Lei nº 6.996/82, art. 14).

13 de novembro – quinta-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral divulgar o resultado da eleição proporcional para vereador e proclamar os candidatos eleitos.

2. Último dia para o juiz eleitoral divulgar o resultado da eleição majoritária de 26 de outubro e proclamar os candidatos eleitos.

3. Data a partir da qual os cartórios e as secretarias dos tribunais eleitorais não mais permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados, e as decisões, salvo as relativas às prestações de contas de campanha, não

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a luta das mulheres por igualdade social e econômica é uma luta histórica, permanente, que vem desde tempos remotos, em que o predomínio masculino se baseava na utilização da força física.

Infelizmente, em pleno século XXI, ainda persistem resquícios, tradições e heranças negativas dessas situações que colocam a mulher em condição de inferioridade, ao longo da História. Perduram até os dias atuais as mais diversas formas de discriminação aberta ou disfarçada, em muitos campos da atividade humana.

Certamente não podemos aceitar nem admitir essas práticas desumanas nem essas violações de direitos e garantias assegurados pela Constituição, como os princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

O Dia Internacional da Mulher nos oferece uma oportunidade de refletirmos sobre o papel da mulher na história, no trabalho, na vida política e também sobre

os direitos humanos e sobre todos os tipos de discriminação existentes contra a dignidade das mulheres.

Hoje é essencial não perdermos de vista os objetivos maiores de igualdade política e econômica das mulheres, consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Promover a igualdade de gênero no trabalho, na educação, nas relações econômicas e sociais, na política e no ambiente doméstico é uma obrigação e um dever de todos nós, independentemente da situação pessoal de cada um. Queremos uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todos os credos, de todas as condições e origens e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente pelas mulheres mais pobres e excluídas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos dizer que devemos tudo, ou quase tudo, às mulheres, começando com aquela mulher que nos deu a vida: a nossa mãe, assim como nossas primeiras professoras, geralmente mulheres.

Faço aqui uma homenagem às muitas mulheres brasileiras que se destacaram pelo trabalho, pela abnegação, pelo amor e pela dedicação incansável, em mais diversos campos de atividade humana.

Sou, antes de político, um médico. No campo da medicina, temos inúmeros exemplos de mulheres, médicas e enfermeiras, que realizam, dia e noite, seu trabalho com carinho, dedicação, afeto, abnegação e amor aos pacientes, salvando muitas e muitas vidas humanas.

O sorriso e a bondade dessas mulheres contribuem para a saúde do corpo e da alma e faz com muitas pacientes perseverem na luta e na vontade de viver, mesmo quando tudo parece perdido.

Meus cumprimentos especiais a todas as mulheres dedicadas à medicina e à enfermagem e a todas as profissões que contribuem diretamente para a promoção da saúde humana. Sem elas, o mundo seria mais pobre, mais triste, um verdadeiro “vale de lágrimas”. Com elas, com essas mulheres destemidas, corajosas, o mundo nos dá mais esperança de um futuro e nos faz acreditar em dias melhores.

A galeria de mulheres brasileiras que ajudaram a construir nossa história é imensa e ultrapassaria os limites deste meu modesto pronunciamento. Citaria apenas algumas grandes e corajosas mulheres, mesmo correndo o risco de não mencionar muitas outras, igualmente merecedores de homenagem especial.

Francisca de Sande, a primeira enfermeira do Brasil, cuidou dos doentes de febre amarela, na Bahia, entre os anos 1670 e 1702.

Joana de Gusmão levou vida de profeta e mensageira da fé na antiga Província de Santa Catarina.

Bárbara Heliodora é a primeira mulher em nossa história a participar de uma insurreição republicana.

Ana Néri, viúva do Capitão de Fragata Isidoro Antônio Néri, aos 50 anos de idade, participou da guerra do Paraguai como enfermeira.

Anita Garibaldi, heroína brasileira nascida em Santa Catarina em 1821 e falecida em Ravena, na Itália, em 4 de agosto de 1849, foi companheira de Giuseppe Garibaldi, “herói de dois mundos” e construtor da unificação italiana.

Anésia Pinheiro Machado, aos 18 anos, realizou sozinha o primeiro vôo entre Rio e São Paulo num pequeno avião.

Maria Augusta Generosa Estrella foi a primeira doutora brasileira em Medicina: saiu do Brasil, em 1874, com apenas 14 anos de idade, para estudar Medicina nos Estados Unidos, formando-se em 1881.

Chiquinha Gonzaga, pianista e compositora, foi a primeira maestrina do Brasil.

Nise da Silveira revolucionou a psiquiatria, humanizando o tratamento de doentes mentais no Brasil.

Bertha Lutz foi líder do movimento pelo voto feminino no Brasil.

Maria Quitéria de Jesus foi a primeira mulher a ingressar numa unidade militar: disfarçada de homem, lutou contra os portugueses pelo reconhecimento da Independência do Brasil.

Finalmente, eu gostaria homenagear as muitas mulheres anônimas, essas muitas mulheres pobres e desconhecidas que realizam tantos trabalhos considerados de pouca importância por uma sociedade preocupada com luxo e riqueza e vaidade.

Essas mulheres, cujos nomes sequer são lembrados, realizam as tarefas invisíveis, mas imprescindíveis para que o mundo vá girando e caminhando para frente.

A todas elas as minhas homenagens e os agradecimentos por todo o bem que realizam e continuarão a realizar.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para fazer o registro da matéria “Um raio x da saúde dos brasileiros”, da revista **Veja**, em sua edição nº 2050, do dia 5 de março de 2008.

A matéria apresenta os dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, o VIGITEL, um dos mais completos levantamentos sobre os hábitos de saúde da população brasileira analisados por meio de pesquisa conduzida pelo Ministério da Saúde.

O objetivo primordial do trabalho é monitorar hábitos alimentares e de comportamento que contribuem para o surgimento e desenvolvimento das chamadas doenças crônicas não transmissíveis, como câncer, diabetes e hipertensão, por exemplo, e que são responsáveis por dois terços das mortes no País.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EXCLUSIVO

RAIO X DA SAÚDE DOS BRASILEIROS

A maior pesquisa sobre hábitos de vida revela que os brasileiros ignoram as causas das doenças que mais matam

Pesquisa inédita do Ministério da Saúde revela que os brasileiros sabem menos do que precisam sobre as causas das doenças crônicas

Elas se cuidam mais

As mulheres se saem melhor do que os homens em nove de dez itens associados à manutenção da saúde e à prevenção de doenças

INDICADORES

✓ Negativos
✓ Positivos

HOMENS

✓	QUEM FUMA MAIS
✓	QUEM FAZ MAIS USO ABUSIVO DE ALCOOL
✓	QUEM COSTUMA TOMAR MAIS LEITE INTEGRAL
✓	QUEM CONSOME MAIS REFRIGERANTE
	QUEM CONSOME MAIS FRUTAS REGULARMENTE
✓	QUEM CONSOME MAIS FREQUENTEMENTE CARNE COM EXCESSO DE GORDURA
✓	QUEM PRÁTICA MAIS ATIVIDADES FÍSICAS REGULARMENTE
✓	QUEM SOFRE MAIS DE OBESIDADE
✓	QUEM TEM MAIS EXCESSO DE PESO
	QUEM MAIS SE PREVINE CONTRA CÂNCER DE PE

MULHERES

✓
✓

Adriana Dias Lopes, Anna Paula Buchalla e Naiara Magalhães

Quando o assunto é o cuidado com a saúde, os brasileiros vão mal, obrigado: a maioria tem hábitos alimentares pouco saudáveis e pratica menos esporte do que deveria, quase 60% estão acima do peso e 17,5% bebem de forma abusiva. Os dados são do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, o Vigitel, um dos mais completos levantamentos sobre os hábitos de saúde da população já feitos no país. Conduzida pelo Ministério da Saúde, a pesquisa ouviu, entre julho e dezembro do ano passado, 54 000 homens e mulheres moradores de 26 capitais brasileiras, além do Distrito Federal. O objetivo do trabalho é monitorar hábitos — alimentares e de comportamento — que contribuem para o aparecimento de doenças como diabetes, hipertensão, enfisema pulmonar e câncer, as chamadas doenças crônicas não transmissíveis, responsáveis por dois terços das mortes no país. “Certos costumes que adotamos podem funcionar como fator de proteção ou de risco para o desenvolvimento desse grupo de doenças”, afirma Ruy Laurenti, professor do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. “Mas grande parte dos brasileiros ainda subestima esse fato.”

Os homens subestimam mais do que as mulheres, como aponta o Vigitel. No que diz respeito aos comportamentos relacionados à prevenção de doenças, as mulheres se saem melhor do que os homens em onze de dezesseis itens pesquisados: elas controlam melhor o peso, comem mais frutas e menos gorduras e protegem-se melhor do sol. Os homens só ganham delas no que diz respeito à decisão de parar de fumar (25,8% dos entrevistados já abandonaram o vício, enquanto apenas 18,6% das mulheres ouvidas fizeram o mesmo) e à prática de exercícios (19,3% dos homens dizem fazer alguma atividade física regularmente contra 12,3% das mulheres — veja o quadro na pág. 74). O fato de o Vigitel apontar a

existência de um menor número de homens com diagnóstico de diabetes, hipertensão ou taxas elevadas de colesterol e triglicérides é relativizado por especialistas. Para eles, o resultado não indica necessariamente que a incidência dessas doenças seja mais baixa entre os homens. “É provável que seja consequência do fato de as mulheres fazerem consultas médicas com mais frequência e, portanto, conhecerem melhor seus problemas”, diz o cardiologista Ibraim Masciarelli, do Hospital do Coração, em São Paulo.

O Vigitel foi inspirado em um modelo de pesquisa adotado pelo governo dos Estados Unidos desde 1984 para monitorar os fatores de risco que afetam a saúde dos americanos. No Brasil, ele foi aplicado pela primeira vez em 2006. “É uma ferramenta essencial para corrigir ou aprofundar as políticas de saúde”, diz o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A comparação dos dados do Vigitel 2007 com a versão 2006 da pesquisa mostra que, embora ainda estejam distantes do ideal, os costumes dos brasileiros relacionados à prevenção de doenças vêm apresentando pequenas melhoras. O número de pessoas que se alimentam de frutas regularmente, por exemplo — hábito que ajuda a evitar a ocorrência de doenças cardiovasculares e de diversos tipos de câncer —, passou de 44% para 57%. Já a porcentagem de entrevistados que consomem carnes excessivamente gordurosas (prática associada ao aumento de doenças cardíacas, hipertensão, diabetes e obesidade) diminuiu de 39,2% para 32,8%. Confrontados com pesquisas anteriores, os dados do Vigitel também sinalizam uma queda na quantidade de brasileiros fumantes. Em 2003, levantamento do Instituto Nacional de Câncer e da Secretaria de Vigilância em Saúde, feito em dezoito capitais, mostrava que 20% da população fumava. Hoje, de acordo com o Vigitel, esse número é de 16,4% — o que coloca o Brasil entre os países com menor incidência de tabagismo. A porcentagem de brasileiros que fumam chega a ser inferior à dos americanos, por exemplo, ainda que nos Estados Unidos as campanhas antifumo sejam mais antigas e agressivas do que as daqui. Nas páginas seguintes, VEJA detalha os resultados da pesquisa do Ministério da Saúde, analisa como os brasileiros se comportam diante de doze temas relacionados a doenças ou à sua prevenção e revela as consequências desses hábitos para a saúde.



Este ícone indica as curiosidades da pesquisa

Esta é, sem dúvida, uma das melhores notícias do levantamento do Ministério da Saúde. Com um índice de 16,4% de fumantes, o Brasil está entre os países com menor incidência de tabagismo do mundo. Nos Estados Unidos, onde as campanhas antifumo são mais antigas e agressivas do que as daqui, os fumantes somam cerca de 20% da população adulta. A queda no consumo brasileiro de cigarros começou a se desenhar no início dos anos 90, com as campanhas antitabagistas e as leis de restrição ao fumo. Na ocasião, 35% dos brasileiros tinham o hábito de fumar.

Em sete capitais, o número de fumantes supera a média nacional. Porto Alegre é a líder do ranking. E o índice alto é puxado pelo vício feminino. A capital gaúcha é a que registra o maior percentual de mulheres fumantes — 20,1%. As gaúchas ilustam com perfeição a mudança no perfil dos tabagistas desde o início da ofensiva anticigarro. Nas regiões brasileiras mais desenvolvidas, tal qual acontece nos países de Primeiro Mundo, a tendência é de que o sexo feminino ultrapasse o masculino nas batforadas. “Com a diminuição do consumo de cigarros pelos homens, a indústria do tabaco passou a investir pesado no público feminino, especialmente nas jovens”, diz Liz Maria de Almeida, gerente de epidemiologia do Instituto Nacional de Câncer (Inca). Nos Estados Uni-

dos, por exemplo, nos últimos trinta anos a quantidade de fumantes masculinos caiu pela metade e a de mulheres fumantes aumentou, em média, 25%.

A grande preocupação é que elas se iniciam cedo no vício. Segundo uma pesquisa realizada recentemente pelo Inca em Porto Alegre, cerca de 55% das garotas entre 13 e 15 anos fumaram pelo menos uma vez nos trinta dias anteriores à entrevista. Quanto mais cedo uma pessoa começa a fumar, maiores serão os danos para a sua saúde. O fumante que deu suas primeiras baforadas antes dos 15 anos, por exemplo, tem o risco de morte por câncer de pulmão aumentado em quatro vezes em relação a quem começou a fumar aos 25 anos. São necessários quinze anos para que um ex-fumante volte ao patamar de risco de doenças cardiovasculares de um não-fumante. Entre as mulheres, esses perigos são potencializados. Quando elas fumam, o risco de ansiedade e depressão é duas vezes maior do que entre os homens. O de infartos e derrames, quatro vezes. Segundo o levantamento do Ministério da Saúde, a maioria só abandonará o hábito entre os 45 e 54 anos. É muito tempo sob os efeitos nocivos da nicotina.

Bebida em alta

Ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, o consumo de álcool tem aumentado nos países em desenvolvimento. É o caso do Brasil, onde não há praticamente controle sobre a indústria de bebidas alcoólicas. Segundo os especialistas, é preciso uma política pública para o álcool tão ofensiva quanto a do cigarro. “Um litro de pinga aqui custa menos do que 1 dólar”, diz o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Nos países desenvolvidos, uma garrafa de destilado não sai por menos de 10 dólares.” Além dos preços baixíssimos, no Brasil o marketing da indústria do álcool é muito agressivo e mira sobretudo os jovens. O levantamento do Ministério da Saúde confirma essa tendência. Os brasileiros que bebem exageradamente têm, em sua maioria, entre 18 e 24 anos.

Uma das principais preocupações é a tendência de aumento no abuso do álcool pelas mulheres jovens. Um estudo conduzido recentemente pela Unifesp revela que o consumo exagerado de álcool aumenta principalmente entre as meninas adolescentes. Elas já se equiparam aos meninos e três em cada dez bebem com frequência. Quanto mais se bebe na juventude, maior será a propensão ao alcoolismo na idade adulta.

Quantidades moderadas de álcool, algo como dois copos de vinho por semana, trazem benefícios ao coração e ao sistema circulatório. Mais do que isso pode resultar em danos irreversíveis ao fígado. Há indícios de que o abuso de álcool pode lesionar o cérebro. Em excesso, a bebida está associada a danos nas regiões cerebrais ligadas à memória e ao aprendizado. De acordo com um relatório da Organização Mundial de Saúde do início dos anos 2000, o álcool mata mais do que o tabaco. “Ele lidera a lista dos fatores de risco para as doenças crônicas, seguido por excesso de peso, hipertensão e tabagismo”, diz Carlos Augusto Monteiro, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP.

 **Com 21,7% de fumantes, Porto Alegre concentra o maior número de tabagistas do país**

O Rio Grande do Sul é o maior produtor brasileiro de fumo, com pouco mais da metade de toda a produção nacional — o que, segundo

os especialistas, favorece o vício do cigarro. Uma pesquisa da Organização Pan-Americana da Saúde indica que sete de cada dez jovens da capital gaúcha têm pai e/ou mãe fumante

 **São Paulo tem o menor índice de consumo excessivo de álcool**

O abuso de bebidas alcoólicas costuma ser mais frequente em cidades pequenas, onde a oferta de atividades culturais tende a ser mais limitada. Como o consumo exagerado de álcool diminui nas classes mais escolarizadas, isso também pode explicar por que São Paulo está em melhor situação

ALIMENTAÇÃO



Entre 18 e 24 anos, 61% dos brasileiros consomem leite integral

Embora o leite seja ótima fonte de cálcio, além de ser rico em magnésio e vitaminas A e D, o integral é rico em gordura saturada, o que aumenta o risco de distúrbios cardiovasculares. Passada a infância, o ideal é dar preferência ao leite desnatado, menos gorduroso



A frequência do consumo de refrigerantes diminui com a idade — de 38,7% entre 18 e 24 anos para 11,7% entre os que têm mais de 65 anos

O brasileiro toma refrigerante demais. Uma em cada três pessoas consome a bebida em cinco ou mais dias da semana. Um estudo publicado no ano passado na revista americana de cardiologia *Circulation* mostrou que o consumo de pelo menos 350 mililitros de refrigerante por dia, o equivalente a uma lata, aumenta em 31% o risco de uma pessoa se tornar obesa e em 25% o risco de ela ter os níveis de triglicérides e glicose no sangue elevados

Embara a pesquisa do Ministério da Saúde mostre que 53,2% da população adulta brasileira toma leite regularmente, a quantidade ainda é insuficiente. O consumo per capita de leite no país, que é de cerca de 130 litros por ano, está abaixo do preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Isso significa que bebemos, em média, um copo por dia. Essa quantidade deveria ser três vezes maior. O leite é a principal fonte alimentar de cálcio. O mineral é um ingrediente essencial para um esqueleto forte, prevenindo a osteoporose. Ele é também rico em vitaminas A, D e magnésio. Além de tomar pouco leite, o brasileiro bebe o menos adequado à saúde, sobretudo em se tratando de adultos. O integral é rico em gordura saturada, a mais nociva ao organismo. O risco maior é para

quem tem o colesterol alto. Para se ter uma idéia, a principal gordura do leite integral é o ácido mirístico, substância capaz de fazer o colesterol ruim, o LDL, subir às alturas.

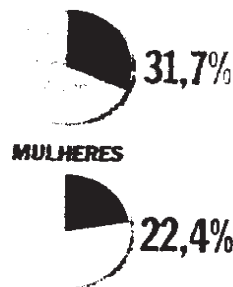
O leite integral é indicado para bebês e crianças que se beneficiam da gordura durante a fase de crescimento. Para os adultos sem riscos de doenças cardiovasculares, ele pode ser consumido, desde que se reduza a ingestão de gorduras provenientes de outros alimentos, como queijos e carnes. Caso contrário, a melhor opção é o leite desnatado, menos gordo, mas com a mesma quantidade de cálcio.

INTERESSANTE

No lugar do suco

Os brasileiros adoram refrigerante. Três em cada dez tomam a bebida não-dietética cinco ou mais dias da semana. Em 2007 foram consumidos no Brasil 14 bilhões de litros da bebida. Desse total, 91% referem-se aos refrigerantes tradicionais regulares e apenas 9% às versões adoçadas artificialmente. "Além do teor calórico alto, o grande problema dos refrigerantes é que eles costumam substituir os sucos, de frutas, mais nutritivos e saudáveis", diz a nutricionista Ana Maria Lottenberg, do Hospital das Clínicas, de São Paulo. Os principais consumidores de refrigerante no Brasil estão nas faixas etárias mais baixas, entre 18 e 24 anos. Um estudo da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, alerta: quando um jovem tem o hábito de tomar um copo de refrigerante por dia, corre quase duas vezes mais risco de se tornar um quarentão acima do peso do que o rapaz ou a moça sem esse costume. A realidade é ainda mais cruel com o sexo feminino. A probabilidade de uma mulher que bebe refrigerante diariamente vir a desenvolver o diabetes tipo 2 é 80% maior do que entre os homens.

26,7% dos brasileiros tomam regularmente refrigerantes não dietéticos

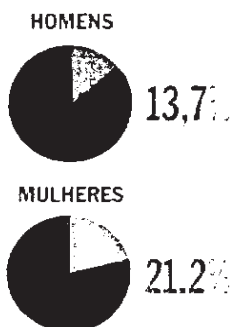


FRUTAS E HORTALICAS

Cardápio pobre

Quase metade dos brasileiros consome frutas cinco ou mais dias na semana. Parece um número razoável, mas, quando se associam frutas a hortaliças nas quantidades ideais, esse índice cai para 17,7%. E o que isso significa? Que estão faltando nutrientes importantes na dieta dos brasileiros. Recentemente, um estudo feito pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, o Brazos Nutricional, identificou o que faltava no prato das mulheres, que consomem quase o dobro desses alimentos em relação aos homens. Havia deficiência de

17,7% dos brasileiros consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana



praticamente todas as vitaminas. Pelo menos 88% delas apresentavam carência de vitamina C. Presente em frutas e vegetais, essa vitamina é fundamental para a defesa do organismo, para a produção de colágeno e para a absorção de ferro.

Cerca de 85% das entrevistadas tiveram consumo deficiente de betacaroteno, antioxidante que se converte em vitamina A. Cerca de 10% sofriam de deficiência de ferro, causa frequente de anemias.

! **Porto Velho** é a capital onde menos se consomem frutas e hortaliças (10%) e São Paulo aparece com o melhor resultado (23%)

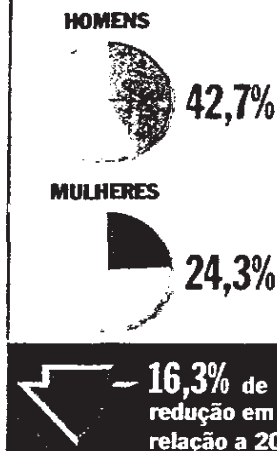
Esse cenário reflete uma tendência brasileira: os moradores das regiões Sul e Sudeste têm hábitos mais saudáveis à mesa do que os habitantes do Norte e do Nordeste. O motivo principal é a oferta mais abundante de frutas e hortaliças

CARNES GORDURAS

Pingando gordura

A carne vermelha foi recentemente reabilitada pelos médicos e pelos nutricionistas. A volta do alimento ao cardápio deve-se, sobretudo, ao seu valor nutricional. A carne é rica em ferro, zinco e vitaminas, como a B12, fundamental para a memória e a cognição. Mas isso não é carta-branca para cometer excessos. Mais de 30% dos brasileiros têm o hábito de comer carne com gordura exposta. É um veneno para o coração. Cerca de 20% a 25% da composição da carne é gordura. Ou seja, mesmo quando se retira a capa de gordura

32,8% dos brasileiros consomem carnes gordurosas regularmente



da picanha, o prato ainda continua bastante gorduroso. O mesmo raciocínio vale para o frango com pele. E, aqui, com uma agravante: a pele da ave é rica em colesterol.

! **Campo Grande** é a capital onde mais se consomem carne vermelha (45,6%) sem retirar a camada gordurosa e frango com pele

Tradicionalmente pecuaristas, as cidades do Centro-Oeste tendem a conservar hábitos alimentares típicos da zona rural, como a ingestão frequente de churrasco com camadas generosas de gordura

ATIVIDADE FÍSICA



Vitória é a capital onde mais se praticam exercícios físicos — 20,5% contra 15,5% da média nacional

Os moradores de Vitória dispõem desde os anos 80 de um serviço de orientação ao exercício, o SOE. O

programa oferece aulas gratuitas de ginástica nos espaços públicos da cidade. O SOE atende cerca de 4 000 pessoas por mês

Falta ânimo



O sedentarismo é mais alto entre os brasileiros com mais de 45 anos. E é ainda maior no grupo de pessoas com alta escolaridade, em que 40% dos homens e 36,7% das mulheres são completamente inativos

É a partir dessa idade que os benefícios da prática regular de atividade física são maiores. Isso porque nessa fase da vida o ritmo metabólico já está mais lento, favorecendo o acúmulo de gordura corporal e a perda de massa óssea e muscular. A manutenção de uma rotina de exercícios tende a retardar esse processo

O Brasil é um país de preguiçosos. Cerca de 30% dos adultos não se mexem para nada. Se têm de caminhar um quarteirão, pegam o carro. Se têm de subir um andar de escadas, tomam o elevador. O país com o menor índice de sedentarismo em todo o mundo é a Finlândia, com apenas 6% de inativos fisicamente. Isso mesmo: o grau de indolência dos brasileiros é cinco vezes maior do que o dos finlandeses. A situação é ainda mais vexatória quando se contabiliza o número de pessoas habituadas a algum esforço físico. Apenas 15,5% praticam exercícios conforme o preconizado — no mínimo, meia hora diária, cinco vezes por semana. Não é novidade para ninguém que a prática regular de atividade física é um aliado e tanto da boa saúde. Mantém o metabolismo no ritmo, reduz os riscos de hipertensão, diabetes, vários tipos de câncer e protege o coração. A ginástica praticada com frequência faz bem à alma. Recentemente, pesquisadores da Universidade Duke, nos Estados Unidos, publica-

ram um estudo com vítimas graves de depressão, comparando os efeitos dos exercícios aos de um determinado antidepressivo. Pois bem, eles descobriram que a ginástica pode ser tão útil quanto o remédio no controle de muitos desses pacientes.

Motivos para se exercitar não faltam. O que é preciso para convencer os brasileiros a sair do sofá? Mudar o estilo de vida é tarefa das mais árduas. E, quanto mais o tempo passa, menor é o ânimo para as mudanças.

De acordo com o pesquisador canadense Steven Bray, da Universidade McMaster, a primeira grande baixa na disposição para praticar uma atividade física se dá com o ingresso na faculdade.

As demandas da vida acadêmica, segundo ele, são o principal motivo. E as desculpas para não suar continuam ao longo da vida adulta. Num momento é a mudança de trabalho. No outro, o casamento. Em seguida, a chegada dos filhos. "Recuperar ao menos um pouco da energia que tínhamos na infância pode tornar a vida bem mais saudável", escreveu o médico Sanjay Gupta recentemente num artigo para a revista americana *Time*.

15,5% dos brasileiros praticam atividade física regularmente

HOMENS



MULHERES



4% de aumento em relação a 2006

29,2% dos brasileiros são sedentários

HOMENS



MULHERES



PESO CORPORAL

Está tudo errado

Nada menos do que seis em cada dez brasileiros romperam o limite aceitável da balança. Ou seja, 42 milhões estão pelo menos 5 quilos acima do peso. O número é assustador e ao mesmo tempo revelador dos péssimos hábitos de homens e mulheres à mesa. Recentemente, um levantamento sobre os hábitos alimentares dos gordos brasileiros mostrou que, além de comerem muito, eles o fazem rápido demais. Conclusão: o estômago não tem tempo de transmitir a informação de saciedade ao sistema nervoso central e o sujeito continua a comer, comer, comer... Um processo de mastigação mais lento é essencial para que o cérebro receba a mensagem de que é hora de cruzar os talheres. O peso em excesso está diretamente associado

43,4% dos brasileiros estão acima do peso

HOMENS



MULHERES



ao sedentarismo, outro péssimo hábito da vida moderna. A matemática dos quilos em excesso é simples: quem consome mais calorias do que gasta engorda.

Conforme o levantamento do Ministério da Saúde, o contingente de gordos é maior entre as pessoas menos escolarizadas. Entre os que estão acima do peso, os homens e mulheres com menos de oito anos de estudo somam 47,1%

do total. No grupo dos obesos, eles representam 14,9%. Os mais pobres engordam mais porque, com o aumento do poder aquisitivo e o maior acesso à comida, mas sem informações adequadas sobre saúde, eles passaram a ingerir uma quantidade enorme de carboidratos e gorduras, sobretudo de origem animal. O resultado é um só: corpos inflados. A epidemia de quilos em excesso é mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 2 bilhões de pessoas estão acima do peso. Deles, 400 milhões são obesos. Em 2025, esses números devem saltar para 3 bilhões e 700 milhões, respectivamente. O acúmulo de tecido adiposo está associado às doenças crônicas mais comuns: o diabetes, os distúrbios cardiovasculares e uma série de cânceres, como os tumores malignos de mama. Pouco se avançará na prevenção de doenças enquanto não houver uma mudança radical de comportamento.

! A maior incidência de excesso de peso está entre os homens com mais de doze anos de escolaridade — 57,9% contra 43,4% da média nacional

Pelo menos três fatores explicam o fenômeno. O poder aquisitivo mais alto facilita o acesso a uma variedade gastronômica maior (e mais calórica). Além disso, os homens mais escolarizados tendem a praticar menos atividade física. O índice de sedentarismo entre esses homens chega a 40%, quando a média nacional é de cerca de 30%

13% dos brasileiros estão obesos

HOMENS



MULHERES



13,2% de aumento em relação a 2006

! As cariocas estão entre as mulheres mais obesas do país

É o “paradoxo carioca”. Apenas 10% dos moradores do Rio de Janeiro moram na orla ou perto dela, o que serve de incentivo para o culto à boa forma. Nos bairros de classe média baixa e nas favelas, o aumento do poder aquisitivo facilitou o acesso à comida, geralmente do tipo engordativo

PREVENÇÃO AO CÂNCER

Os brasileiros que mais se protegem contra os malefícios da radiação solar têm de 35 a 44 anos

É nessa idade que começam a surgir os primeiros sinais de envelhecimento da pele. A proteção aqui é decorrente de uma questão puramente estética

53,3% dos brasileiros costumam se proteger contra a radiação solar

HOMENS



MULHERES



Acima das expectativas

A revelação de que metade dos brasileiros tem o hábito de se proteger contra o sol foi recebida com entusiasmo pelos médicos. Nem as estimativas mais otimistas chegavam perto de um contingen-

te tão grande de precavidos. Nos poucos levantamentos realizados no país sobre o assunto, esse índice raramente ultrapassa 30%.

A proteção contra a radiação ultravioleta é um hábito recente, do fim da década de 80, que, graças às campanhas de esclarecimento, ganha mais e mais força. Há, no entanto, um longo caminho a percorrer. Afinal, falta convencer a outra metade dos adultos brasileiros de que o bronzeado mais bonito é também o mais seguro.

A pesquisa do Ministério da Saúde avaliou o grau de proteção dos brasileiros em relação ao sol das 10 horas da manhã às 4 da tarde. Nesse período do

dia, a radiação ultravioleta do tipo B (UVB) fica mais intensa. Os raios UVB são os que causam vermelhidão e podem levar ao câncer de pele, a neoplasia mais frequente entre os brasileiros. Até o fim do ano,

120 000 brasileiros devem receber o diagnóstico da doença. A medida mais eficaz para barrar a radiação solar é o uso de fotoprotetores. Recomenda-se aplicar o produto meia hora antes da exposição solar, o que garante a sua absorção pela pele. Além disso, deve-se buscar o corpo com o produto a cada duas horas ou de entrar n'água.

MAMA

Parece, mas não é

A primeira vista, a notícia parece muito boa. De cada dez brasileiras entre 50 e 69 anos, oito já se submeteram à mamografia. É índice de Primeiro Mundo. Se o exame é a principal arma contra o câncer de mama, por que então o número de vítimas fatais da doença cresce no Brasil? Até o fim do ano, 10 000 brasileiras devem morrer vítimas do mal — um aumento de 20% nas taxas de mortalidade em relação ao início dos anos 90. O levantamento do Ministério da Saúde não aponta a periodicidade com que as brasileiras fazem uma mamografia. “A nossa experiência em consultório indica que, no Brasil, o exame tende a ser feito tardiamente e sem nenhuma regularidade”, diz a mastologista Maria do Socorro Maciel, do Hospital do Câncer, em São Paulo. A chave da prevenção ao câncer de mama está na realização anual do exame a partir dos

40 anos. Nos Estados Unidos, 80% das americanas nessa faixa etária passam anualmente por uma mamografia. Lá, graças às medidas de prevenção, a mortalidade por câncer de mama caiu 10% na última década.

A maioria dos casos da doença no Brasil é descoberta quando ela está em estágio avançado. Nessas condições, as chances de cura

82,2% das mulheres brasileiras entre 50 e 69 anos foram submetidas a uma mamografia pelo menos uma vez na vida

○ **83,1%** têm entre 50 e 59 anos

○ **80,7%** têm de 60 a 69 anos

giram em torno de 25%. Se, no entanto, o tumor é detectado em fase inicial, 90% das mulheres conseguem se livrar da doença. Apesar de todas as campanhas de alerta sobre o câncer de mama, um dos principais obstáculos para combatê-lo continua a ser a falta de informação sobre como preveni-lo. Pesquisas regionais indicam que ainda é alto o número de mulheres que desconhecem a importância da mamografia e não sabem fazer o auto-exame em casa. Conforme o relatório do Ministério da Saúde, o número de brasileiras com mais de doze anos de estudo submetidas à mamografia é 20% maior em relação às menos escolarizadas.

COLO DE ÚTERO

Tarde demais

O câncer de colo de útero é o segundo tumor feminino mais comum no Brasil, com 18 680 novos casos previstos para 2008. Nos Estados Unidos, ele aparece em 14º lugar no ranking dos cânceres mais frequentes entre as mulheres. O abismo entre uma realidade e outra pode ser explicado por um equívoco no modo como as brasileiras se armam contra a doença. Elas tendem a se engajar numa rotina de prevenção tarde demais. O melhor exame contra esse tipo de tumor é o papanicolau, e ele deve ser repetido anualmente, depois da primeira relação sexual. No Brasil, porém, as mulheres mais jovens são as que menos se submetem ao exame. Com isso, as chances de detecção precoce do câncer caem drasticamente. “É uma pena, já que o papanicolau consegue descobrir a doença até dez anos antes de sua formação”, diz o mastologis-

82% das brasileiras entre 25 e 59 anos se submeteram pelo menos uma vez, nos últimos três anos, ao exame papanicolau

● **76%** têm de 25 a 34 anos

● **86%**, de 35 a 44 anos

● **86,5%**, de 45 a 54 anos

● **80,2%**, de 55 a 59 anos

ta Luiz Henrique Gebrim, professor da Universidade Federal de São Paulo.

Em 90% dos casos, o câncer de colo de útero está associado à infecção pelo vírus HPV, transmitido sexualmente. No início da contaminação, o HPV provoca alterações na estrutura das células uterinas. Apesar de minúsculas, essas lesões são facilmente identificadas pelo papanicolau. Deixados sem tratamento, esses pequenos machucados podem vir a se transformar em um tumor maligno.

Oito em cada dez brasileiras entre 50 e 69 anos já se submeteram pelo menos uma vez na vida a uma mamografia

A princípio, é uma boa notícia. Mas a pesquisa do Ministério da Saúde não informa a periodicidade com que esses exames foram feitos. Para prevenir o câncer de mama, é necessária uma mamografia a cada ano, a partir dos 40 anos

As brasileiras que mais fazem o exame papanicolau têm entre 45 e 54 anos

Quanto mais ativa sexualmente é uma mulher, maior o risco de ela contrair infecções e, conseqüentemente, mais alta a probabilidade de desenvolvimento de câncer uterino. Ou seja, as brasileiras mais jovens, entre 18 e 44 anos, deveriam estar à frente na realização desse exame preventivo

DOENÇAS

! O maior número de diagnósticos de diabetes é feito em pessoas com mais de 55 anos

No Brasil, o diabetes, especialmente o tipo 2, costuma ser detectado tardiamente, entre sete e dez anos depois do início da enfermidade, com o aparecimento dos primeiros sintomas. Estima-se que entre 4 milhões e 6 milhões de brasileiros não saibam que são portadores da doença

O levantamento do Ministério da Saúde comprova uma antiga suspeita dos médicos: a de que o diabetes é uma doença muito mal diagnosticada no Brasil. Apenas 7,6% dos homens e mulheres entre 45 e 54 anos declararam ser portadores do distúrbio. “Esse índice deveria ser no mínimo duas vezes maior”, diz Antonio Chacra, professor de endocrinologia da Universidade Federal de São Paulo. “Trata-se de um problema de ordem comportamental: as pessoas nessa idade apenas descobrem que têm a doença de forma indireta, quando vão ao médico por outros motivos.” Até uma década atrás, acreditava-se que o diabetes tipo 2, responsável por pelo menos 90% dos casos da doença, se manifestava a partir dos 45 anos. Hoje, sabe-se que ele aparece na faixa dos 30 anos. Apesar de inúmeras campanhas de sociedades especializadas e do próprio governo, pelo menos metade dos 10 milhões de brasileiros não sabe que é portadora da doença.

De progressão silenciosa, o diabetes é resultado de um defeito no metabolismo da glicose. Obtido a partir dos alimentos, esse açúcar funciona como combustível do organismo. Para chegar às células do

corpo pela corrente sanguínea — e fornecer a energia necessária para o funcionamento do corpo humano —, a glicose precisa de insulina. Nos diabéticos, por deficiências no funcionamento da insulina, a glicose tem dificuldade de entrar nas células e se acumula no sangue. Esse excesso de açúcar machuca a parede das artérias, favorecendo as doenças cardiovasculares e as neuropatias. A obesidade e o stress estão entre os principais fatores de risco para o diabetes tipo 2. O excesso de células adiposas barra a entrada de glicose nas células. O stress, por sua vez, favorece a produção do hormônio adrenalina, que ajuda a inibir a ação da insulina. Ou seja, sobra açúcar no sangue.

Mulheres sob pressão

Os diagnósticos de hipertensão e o colesterol alto são mais comuns entre as mulheres brasileiras. Quando se analisa a relação entre os sexos por faixa etária, chama atenção a taxa de incidência dessas doenças entre os mais jovens. De acordo com o levantamento do Ministério da Saúde, a incidência de um dos dois distúrbios em mulheres entre 18 e 44 anos é, em média, 1 ponto percentual maior do que nos homens da mesma idade. “Mesmo baixa, essa diferença surpreende. Nessa fase, não há explicação biológica para que as mulheres sejam mais acometidas por essas doenças”, diz o cardiologista Ibraim Masciarelli, do Hospital do Coração, em São Paulo. Dados internacionais mostram, por exemplo, que tanto a hipertensão quanto o colesterol alto têm se alastrado entre as mulheres, mas não a ponto de fazê-las ultrapassar os homens. A cada mulher com distúrbios cardiovasculares provocados ou pelo colesterol alto ou pela hipertensão, há três homens com o mesmo problema. A justificativa para, no Brasil, o volume de diagnósticos ser maior no sexo feminino pode ser de ordem comportamental.

“Ao que tudo indica, as brasileiras cuidam mais da saúde do que os homens e, por isso, descobrem mais facilmente a existência dessas doenças”, diz Masciarelli.

Depois da menopausa, as curvas masculina e feminina da incidência de hipertensão e colesterol alto se afastam ainda mais. Com a queda na produção do hormônio estrogênio, a mulher se torna naturalmente mais vulnerável às duas doenças. O estrogênio, hormônio produzido pelos ovários, é um dos maiores aliados do coração — e, portanto, inimigo do

O perigo do colesterol: as estruturas amarelas são as placas de gordura depositadas na parede das artérias

colesterol alto e da hipertensão. De um lado, o hormônio influencia diretamente na conversão da gordura dos alimentos em colesterol. Ele estimula a fabricação do HDL, o colesterol bom, e reduz a de LDL, o ruim. Em excesso, o LDL contribui para a formação das placas de gordura que entopem as artérias — 40% das mortes por infarto e derrame estão relacionadas ao colesterol alto. O estrogênio é também um potente vasodilatador. A falta do hormônio feminino pode desencadear o estreitamento das artérias e veias. A diminuição no calibre dos vasos, por sua vez, dificulta a chegada de oxigênio a todos os órgãos do corpo. É o primeiro passo para infartos e derrames. Para se ter uma idéia, a hipertensão está associada a 40% das mortes por infarto.

! A partir dos 55 anos, a incidência de colesterol alto entre as mulheres passa a ser, em média, 66% maior do que nos homens. Com a menopausa, as mulheres perdem a proteção cardiovascular do hormônio estrogênio

15,9% dos brasileiros têm colesterol alto

HOMENS



13,3%

MULHERES



18,2%

22,9% dos brasileiros são hipertensos

HOMENS



20,3%

MULHERES



25,1%

Entre outras funções, ele participa da fabricação de HDL, o colesterol bom. Baixas doses de estrogênio favorecem, portanto, o acúmulo de LDL, o colesterol ruim, nas artérias

! A incidência de hipertensão é quase duas vezes maior entre os brasileiros com escolaridade mais baixa

Pessoas com menos de oito anos de estudo tendem a ter menos informações sobre os fatores de risco para as doenças. Em se tratando de hipertensão, há de se levar em conta ainda que a doença é mais comum entre os negros. Por determinação genética, os negros tendem a reter mais sódio, um potente vasoconstritor

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, decorrido um ano desde o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já estão aparecendo, nos mais diversos setores, significativos resultados que essa importante iniciativa do Governo do Presidente Lula veio propiciar. Com efeito, já não existem dúvidas, a esta altura, de que o PAC atingirá os objetivos para os quais foi formulado, de ser a grande marca do segundo mandato do Presidente Lula, colocando o processo de desenvolvimento nacional em um novo patamar, relançando as bases do crescimento da nossa economia, assegurando, enfim, mais prosperidade ao nosso povo.

No setor habitacional, de tão relevantes repercussões para o bem-estar social, o Governo vai injetar, por meio do PAC, mais de R\$106 bilhões até 2010. Nesse montante, estão contabilizados, além dos recursos oriundos da União ou por ela geridos, investimentos do setor privado e contrapartida de Estados, Municípios e mutuários.

Quando o Governo realizou, em janeiro último, o balanço de um ano do Programa, apurou-se que foram investidos, no ano passado, quase R\$34 bilhões em habitação. Somando-se a esse montante a contrapartida desses investimentos, da ordem de quase R\$8 bilhões, chegamos a um total de quase R\$42 bilhões canalizados para o setor em 2007.

Na escolha das obras a serem realizadas, foi utilizado como critério a sua localização em regiões metropolitanas, capitais e municípios com mais de 150 mil habitantes. Foram privilegiadas obras de grande impacto e que contribuíssem para a recuperação ambiental em bacias críticas, bem como aquelas voltadas para o atendimento à população de baixa renda. Favoreceu-se, ainda, a complementação de obras que já se encontravam em andamento e aquelas em localidades onde se observam elevados índices de mortalidade infantil.

Vultosos recursos foram destinados à urbanização de favelas. O PAC selecionou nada menos que 544 projetos de urbanização de favelas, de todos os Estados da Federação e de 282 municípios, reservando-lhes investimentos da ordem de R\$10,7 bilhões. Desses, R\$9,4 bilhões foram contratados, beneficiando 723 mil famílias. Em dezembro último, mais de 32% dos projetos estavam em licitação e 6,4% já tinham suas obras iniciadas.

No que se refere a projetos de produção de moradias, foram selecionados 1.112, de todas as unidades da Federação e de 1.024 municípios, representando mais de R\$850 milhões em investimentos do Orçamento Geral da União. Até dezembro, haviam sido contratados R\$276 milhões, beneficiando 14 mil famílias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o principal alvo do Programa de Aceleração do Crescimento é, como se sabe, a recuperação da infra-estrutura do País. E também nesse aspecto já começam a se fazer sentir os resultados do Programa, com a instalação de canteiros de obras em todas as regiões.

No setor de transportes, o PAC, já no ano de 2007, proporcionou melhorias em portos, aeroportos e rodovias. Foram concedidos sete trechos de rodovias federais no Sul e no Sudeste, foi ampliada e recuperada a infra-estrutura portuária e foram realizadas obras para reforma e ampliação de terminais aeroportuários.

A criação, em maio passado, da Secretaria Especial de Portos e do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, em consonância com o disposto na Lei nº 11.610, de 2007, garantiu fortalecimento institucional ao setor portuário. Um dos destaques da área foi a solução para as obras do porto de Itaqui, no Maranhão.

Para o corrente ano, estão previstas licitações para obras em nove aeroportos e a conclusão dos trabalhos em outros sete terminais. Já se encontram prontas as obras de ampliação da capacidade nos terminais de passageiros do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e de Congonhas, em São Paulo. Neste último aeroporto, recursos do PAC garantiram, também, a reforma das pistas principal e auxiliar. Já no aeroporto internacional que serve à cidade de São Paulo, localizado em Guarulhos, estão sendo realizadas melhorias na pista e nos pátios. Cancelado por inviabilidade técnica e financeira o projeto da terceira pista desse terminal, encontram-se em avaliação duas alternativas, que são a ampliação do aeroporto de Viracopos, em Campinas, e a construção de um novo aeroporto no Estado de São Paulo.

No segmento de transporte rodoviário, um dos destaques, como já mencionei, é a concessão de sete trechos de rodovias federais, no leilão realizado em outubro último. Pelas regras da concessão, serão conservados e duplicados 2.600 km de pavimentos. Os pedágios que serão cobrados dos usuários terão tarifas entre R\$0,99 e R\$2,64, bem abaixo das previ-

sões iniciais. As licenças ambientais foram emitidas pelo Ibama no dia 15 de janeiro.

Também no transporte ferroviário, tivemos resultados a comemorar no ano passado. Um deles foi a conclusão do trecho de 147 km da ferrovia Norte–Sul entre Aguiarnópolis e Araguaína, no Estado do Tocantins. Foi dada solução, no final do ano, para as obras da ferrovia Transnordestina.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é notória a necessidade de uma boa infra-estrutura de transportes para assegurar custos competitivos à produção nacional e, assim, estimular a expansão das atividades produtivas. Igualmente imprescindível a essa expansão é a oferta adequada de energia, na medida em que ela constitui insumo básico nos mais diversos ramos da economia.

No enfrentamento decidido dessa questão, o Programa de Aceleração do Crescimento vem instalando novas usinas, que ampliam a oferta de energia elétrica para todo o País. A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira, na região Norte, é um bom exemplo desse esforço. O leilão dessa usina, com 3.150 MW, resultou em valor inferior a R\$79,00 por MWh, representando deságio de 35%. A previsão do início da obra é para o final de agosto.

Importa ressaltar, contudo, que, embora seja a Hidrelétrica de Santo Antônio um dos maiores empreendimentos no setor energético hoje em andamento no País, ela está bem longe de ser o único. De fato, outras 15 hidrelétricas, somando 2.775 MW, já tiveram suas obras iniciadas, com destaque para a de Estreito, no Estado de Tocantins. Duas usinas termelétricas, as de Quirinópolis e Interlagos, estão concluídas, já tendo sido iniciadas as obras de construção de 16 térmicas, representando, no total, 1.373 MW.

Na área de transmissão, foram leiloados 1.930 km de linhas, com deságio médio de quase 55%. Foram concluídos 850 km de linhas de transmissão e iniciadas as obras de instalação de mais 2.240 km. Uma dessas obras é a da linha de transmissão denominada Interligação Norte–Sul III, com 1.654 km, que virá aumentar a capacidade de transferência de energia do Norte para o Sul. Já a linha de transmissão Desterro–Palhoça vai garantir segurança no abastecimento da ilha de Santa Catarina, cidade de Florianópolis.

No primeiro ano de existência do PAC, foram nele incluídos 43 empreendimentos de geração, que somam 4.071,5 MW de energia, e 13 linhas de transmissão, totalizando 1.265 km. Para o corrente ano, estão previstos quatro leilões, com estimativa de geração de 7.000 MW. Um deles será o da Usina Hidrelétrica de Jirau, a segunda do complexo do Rio Madeira, em Rondônia, com 3.300 MW, o qual está previsto para ocorrer no dia 9 de maio. Cinco hidrelétricas já começaram a ser construídas este ano, estando previsto o início da construção de mais 31 empreendimentos de geração, sendo 6 usinas hidrelétricas, 20 usinas termelétricas e 5 pequenas centrais hidrelétricas. Esses 31 empreendimentos somam 7.731 MW.

Deve ser mencionado, outrossim, o leilão de 11 empreendimentos de transmissão, correspondendo a 5.680 km, com destaque para a linha de transmissão Tucuruí–Manaus–Macapá, de 2.627 km. Além do leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, foram realizados mais três leilões de energia nova, resultando em 6.778 MW de potência instalada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as informações que acabo de trazer ao conhecimento do Plenário, referentes às ações do PAC nas áreas de habitação, transportes e energia elétrica, ilustram de maneira eloqüente o bom andamento que o Programa vem tendo. Com critérios bem ajustados para definição dos investimentos prioritários e acompanhamento metódico do andamento dos projetos, o Programa de Aceleração do Crescimento vai cumprindo a contento seus objetivos de recuperar a infra-estrutura do País, dinamizar a economia nacional e melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com meus agradecimentos ao corpo de funcionários desta Casa e à Secretaria-Geral da Mesa, que tem à frente a competente Diretora Dr^a Cláudia Lyra, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 3 horas e 11 minutos.)

(Publicada no DSF de 12/03/07)

**ATA DA 16ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008**
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 14, de 27 de fevereiro de 2008)

RETIFICAÇÕES

No sumário, página 3578, 1ª coluna, na leitura do Requerimento nº 173, de 2008,

Onde se lê:

“(…) de autoria do Senador Eduardo Azeredo, (…)”

Leia-se:

“(…) de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Eliseu Resende, (…)”

No sumário, página 3578, 2ª coluna, exclua-se o item 2.2.7, renumerando-se os seguintes.

No sumário, página 3578, 2ª coluna, item **2.2.8 – Comunicações**, inclua-se, por omissão, o seguinte:

Do Senador Gilberto Goellner, de 26 de fevereiro de 2008, informando a assunção, a partir desta data, da cadeira pelo Estado de Mato Grosso, em substituição ao Senador Jonas Pinheiro.

No sumário, página 3582, 1ª coluna, renumere-se os itens 2.3.1 e 2.3.2 para 2.3.3 e 2.3.4, respectivamente.

No sumário, página 3582, 1ª coluna,

Onde se lê:

“(…) 160 e 163, de 2008. (…)”

Leia-se:

“(…) 160, 163 e 50, de 2008. (…)”

No sumário, página 3582, 1ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte:

2.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 27, com Ordem do Dia anteriormente designada.

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**
Senador Garibaldi Alves Filho

11-3-2008
Terça

10h00 Reunião da Bancada do PMDB com a Presença do Ministro Guido Mantega – Fazenda

Local: Anexo II Câmara do Deputados

10h00 Sessão Conjunta Solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher com a presença das Ministras: Dilma Roussef – Casa Civil, Marina Silva – Meio Ambiente e Ministra Anilcéia Machado – Tribunal de Contas do DF

Plenário do Senado Federal.

10h30 Aula Inaugural no Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

Presença com o Senador Efraim – Auditório do Interlegis

11h00 Dom José Freire Falcão – Arcebispo Emérito de Brasília

Gabinete do Presidente do Senado Federal

14h30 Reunião de Líderes do Senado Federal

Gabinete do Presidente do Senado Federal

15h00 Deputado Paulo Renato (PSDB – SP) – ex-Ministro da Educação

Gabinete do Presidente do Senado

15h30 Visita do Diretor da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando

Gabinete do Presidente do Senado Federal

16h00 Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

18h00 Visita da Deputada Luiza Erundina (PSB – SP)

Gabinete do Presidente do Senado Federal

19h00 Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Plenário da Câmara dos Deputados

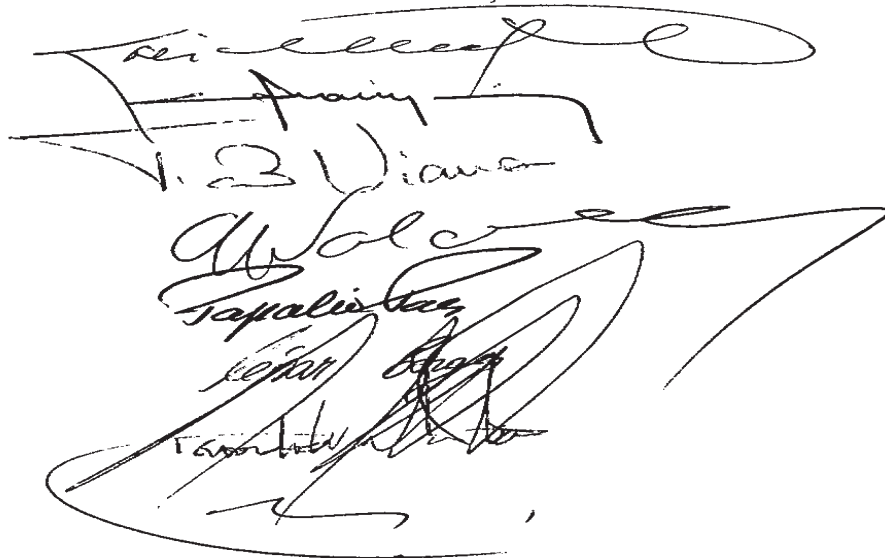
DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

DECIDE:

APROVAR todos os atos e decisões da Presidência, da Primeira-Secretaria e do Órgão Central de Coordenação e Execução praticados no período compreendido pela Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, até a data de início da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da mencionada Legislatura.

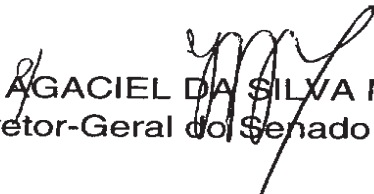
Sala da Comissão Diretora,



ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 443 de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 4066/07-3, resolve DECLARAR aposentada compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 8 de dezembro de 2007, NILDA MARIA MARTINS RIO BRANCO, matrícula 31139, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão S45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 187, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na forma assegurada pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 11 de março de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia onze do mês de março do ano de dois mil e oito, terça-feira, às quatorze horas, na sala número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 421**, adotada e publicada em 29 de fevereiro de 2008, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 11 de março de 2008.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmiir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
- O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 04/03/2008

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Prazo final: 03/06/2008

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁴⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Shlessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmiir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Carlos Alvim Filho (PMDB-RN) Senador Paulo Viana (PT-RO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 318 PÁGINAS